

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	7
Demonstração do Resultado	10
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	12

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	14
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	15
DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	19
Balanço Patrimonial Passivo	21
Demonstração do Resultado	22
Demonstração do Resultado Abrangente	24
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	25

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	28
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	29
Demonstração de Valor Adicionado	30

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	32
Notas Explicativas	56
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	240
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	242

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	244
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	247
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	249

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

250

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2010
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.860.729.247
Preferenciais	0
Total	2.860.729.247
Em Tesouraria	
Ordinárias	9.753
Preferenciais	0
Total	9.753

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião de Diretoria	09/11/2010	Dividendo	30/11/2010	Ordinária		0,13142
Reunião de Diretoria	15/09/2010	Juros sobre Capital Próprio	30/11/2010	Ordinária		0,23558
Reunião de Diretoria	15/09/2010	Juros sobre Capital Próprio	30/11/2010	Ordinária		0,00049
Reunião de Diretoria	15/09/2010	Juros sobre Capital Próprio	30/11/2010	Ordinária		0,00922
Reunião de Diretoria	07/12/2010	Juros sobre Capital Próprio	30/12/2010	Ordinária		0,23972
Reunião de Diretoria	15/02/2011	Dividendo	28/02/2011	Ordinária		0,32522

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	737.497.177	660.608.976	521.077.330
1.01	Ativo Circulante	423.727.363	380.900.268	314.653.208
1.01.01	Disponibilidades	9.397.247	7.596.546	5.375.268
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	109.929.317	166.919.021	127.830.542
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	78.628.740	134.937.621	95.151.703
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	31.300.577	31.981.400	32.678.839
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	40.722.362	39.370.590	36.839.447
1.01.03.01	Carteira Própria	17.355.563	29.778.301	24.194.172
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	22.532.857	5.239.743	8.571.019
1.01.03.03	Vinculados ao Banco Central	15	3.713.112	1.810.537
1.01.03.04	Vinculados à Prestação de Garantias	130.860	19.300	272.710
1.01.03.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	703.067	620.134	1.991.009
1.01.04	Relações Interfinanceiras	86.287.448	26.421.167	21.206.709
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	129.007	153.232	178.205
1.01.04.02	Créd. Vin. Depósitos no Banco Central	83.928.847	24.167.099	20.823.562
1.01.04.03	Créd. Vin. Tesouro Nacional - Crédito Rural	74.520	148.158	10.826
1.01.04.04	Créd. Vin. Sistema Financeiro de Habitação	1.792.898	1.635.417	61.217
1.01.04.05	Repasses Interfinanceiros	2.718	1.254	325
1.01.04.06	Correspondentes	359.458	316.007	132.574
1.01.05	Relações Interdependências	258.144	293.950	228.102
1.01.05.01	Transferências Internas de Recursos	258.144	293.950	228.102
1.01.06	Operações de Crédito	120.368.657	102.016.228	81.328.473
1.01.06.01	Setor Público	3.229.361	2.432.592	3.206.769
1.01.06.02	Setor Privado	124.363.469	107.102.607	83.955.847
1.01.06.03	Provisão para Operações de Crédito	-7.224.173	-7.518.971	-5.834.143
1.01.07	Operações de Arrendamento Mercantil	18.227	23.195	5.697
1.01.07.01	Setor Público	18.227	23.195	36.670
1.01.07.02	Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	0	0	-30.973

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1.01.08	Outros Créditos	55.245.556	36.984.668	41.087.222
1.01.08.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	75.303	36.938	24.135
1.01.08.02	Carteira de Câmbio	9.936.710	8.480.791	20.913.621
1.01.08.03	Rendas a Receber	1.431.206	1.464.119	1.038.371
1.01.08.04	Negociação e Intermediação de Valores	78.741	16.017	78.896
1.01.08.05	Operações Especiais	0	0	28
1.01.08.06	Diversos	44.611.607	27.747.589	19.854.665
1.01.08.07	Créditos Específicos	0	0	1.701
1.01.08.08	Provisão para Outros Créditos	-888.011	-760.786	-824.195
1.01.09	Outros Valores e Bens	1.500.405	1.274.903	751.748
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	291.787	290.210	259.231
1.01.09.02	Provisão para Desvalorizações	-169.506	-166.105	-154.360
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	1.378.124	1.150.798	646.874
1.01.09.04	Participações Societárias	0	0	3
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	284.935.139	257.489.129	195.393.035
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.785.325	7.248.277	11.442.051
1.02.01.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.785.325	7.248.277	11.442.051
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	56.542.795	57.501.256	35.371.039
1.02.02.01	Carteira Própria	30.617.318	21.131.525	7.465.983
1.02.02.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	23.145.800	20.584.267	14.061.216
1.02.02.03	Vinculados ao Banco Central	42	14.527.621	12.196.175
1.02.02.04	Vinculados à Prestação de Garantias	2.648.397	1.110.340	1.361.095
1.02.02.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	131.238	147.503	286.570
1.02.03	Relações Interfinanceiras	83.378	17.071	274
1.02.03.01	Créd. Vin. Tesouro Nacional - Crédito Rural	46.644	0	0
1.02.03.02	Repasse Interfinanceiros	36.734	17.071	274
1.02.05	Operações de Crédito	170.927.298	140.826.236	108.363.702
1.02.05.01	Setor Público	3.921.148	3.801.538	715.058

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1.02.05.02	Setor Privado	175.609.950	146.444.106	114.851.620
1.02.05.03	Provisão para Operações de Crédito	-8.603.800	-9.419.408	-7.202.976
1.02.06	Operações de Arrendamento Mercantil	26.246	37.580	2.805
1.02.06.01	Setor Público	26.246	37.580	18.061
1.02.06.02	Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	0	0	-15.256
1.02.07	Outros Créditos	50.524.101	51.223.436	39.910.781
1.02.07.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	0	51.384	47.038
1.02.07.02	Rendas a Receber	30.228	31.069	32.505
1.02.07.03	Créditos Específicos	1.029.638	931.845	844.186
1.02.07.04	Diversos	48.469.480	51.031.510	39.510.751
1.02.07.05	Provisão para Outros Créditos	-591.049	-822.372	-523.699
1.02.07.06	Carteira de Câmbio	1.585.804	0	0
1.02.08	Outros Valores e Bens	2.045.996	635.273	302.383
1.02.08.01	Despesas Antecipadas	2.045.996	635.273	302.383
1.03	Ativo Permanente	28.834.675	22.219.579	11.031.087
1.03.01	Investimentos	17.641.326	12.182.867	3.232.919
1.03.01.02	Participações em Controladas	17.447.885	12.051.077	3.140.200
1.03.01.02.01	No País	16.439.714	11.084.981	2.127.986
1.03.01.02.02	No Exterior	1.008.171	966.096	1.012.214
1.03.01.03	Participações em Coligadas e Equiparadas	158.661	92.525	57.867
1.03.01.04	Outros Investimentos	86.135	109.093	89.088
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-51.355	-69.828	-54.236
1.03.02	Imobilizado de Uso	4.610.729	4.006.745	3.178.471
1.03.02.01	Imóveis de Uso	3.687.187	3.167.766	2.488.354
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	6.823.602	6.232.263	5.263.162
1.03.02.03	Depreciação Acumulada	-5.900.060	-5.393.284	-4.573.045
1.03.03	Imobilizado de Arrendamento	0	0	45.603
1.03.03.01	Bens Arrendados	0	0	99.260

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1.03.03.02	Depreciação Acumulada	0	0	-53.657
1.03.04	Intangível	6.327.609	5.625.845	4.040.645
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	10.099.437	7.607.239	4.042.847
1.03.04.02	Amortização Acumulada	-3.771.828	-1.981.394	-2.202
1.03.05	Diferido	255.011	404.122	533.449
1.03.05.01	Gastos de Organização e Expansão	2.061.656	2.083.036	1.675.713
1.03.05.02	Amortização Acumulada	-1.806.645	-1.678.914	-1.142.264

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	737.497.177	660.608.976	521.077.330
2.01	Passivo Circulante	505.211.636	478.981.403	393.278.855
2.01.01	Depósitos	284.318.438	252.490.505	224.785.452
2.01.01.01	Depósitos à Vista	63.295.580	56.211.678	51.865.142
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	89.287.840	75.741.590	54.965.370
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	19.664.373	13.543.548	15.804.085
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	111.660.899	106.765.221	101.907.587
2.01.01.05	Outros Depósitos	409.746	228.468	243.268
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	120.389.184	142.412.717	87.448.258
2.01.02.01	Carteira Própria	43.663.028	24.462.905	21.311.721
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	76.726.156	117.949.812	66.136.537
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.772.857	758.810	835.076
2.01.03.01	Recursos Letras Imobiliárias, Hipotecárias, Créd. e Sim.	483.439	0	0
2.01.03.02	Obrigações por TVM no Exterior	1.289.418	758.810	835.076
2.01.04	Relações Interfinanceiras	18.109	21.332	21.152
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	486	602	772
2.01.04.02	Correspondentes	17.623	20.730	20.380
2.01.05	Relações Interdependências	3.671.766	3.209.295	2.495.853
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	3.667.418	3.197.791	2.495.480
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	4.348	11.504	373
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	13.103.563	6.274.611	9.223.333
2.01.06.01	Empréstimos no Exterior	13.103.563	6.274.611	6.473.246
2.01.06.02	Empréstimos no País - Instituições Oficiais	0	0	2.750.087
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	20.487.941	11.676.087	13.738.050
2.01.07.01	Tesouro Nacional	0	2.100.693	3.485.066
2.01.07.02	BNDES	9.129.773	6.078.474	6.365.619
2.01.07.03	Finame	3.168.319	2.138.406	2.688.728
2.01.07.04	Caixa Econômica Federal	147.079	21.935	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.01.07.05	Outras Instituições	8.042.770	1.336.579	1.198.637
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	112.178	868	3.143.690
2.01.09	Outras Obrigações	61.337.600	62.137.178	51.587.991
2.01.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	2.426.655	1.996.875	3.159.952
2.01.09.02	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	232.021	335.641	232.192
2.01.09.03	Carteira de Câmbio	11.458.085	12.106.915	15.870.660
2.01.09.04	Sociais e Estatutárias	1.826.050	2.470.489	1.816.963
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciárias	19.041.535	16.568.631	13.342.332
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	185.325	95.006	345.799
2.01.09.07	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	1.469.280	2.050.776	428.517
2.01.09.08	Dívidas Subordinadas	14.941	0	0
2.01.09.09	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	55.746	13.260	17.696
2.01.09.10	Diversas	24.627.962	26.499.585	16.373.880
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	181.507.564	145.259.396	97.639.703
2.02.01	Depósitos	84.368.330	77.614.251	51.656.948
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	2.358.347	2.012.595	3.802.500
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	82.009.983	75.601.656	47.854.448
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	5.869.643	7.108.094	4.631.397
2.02.02.01	Carteira Própria	1.896.616	1.082.487	966.524
2.02.02.02	Carteira de Terceiros	3.973.027	6.025.607	3.664.873
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	5.258.702	1.812.687	365.451
2.02.03.01	Obrigações por TVM no Exterior	5.258.702	1.812.687	365.451
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	2.285.851	4.776.034	5.294.568
2.02.06.01	Empréstimos no Exterior	2.285.851	4.776.034	5.294.568
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	26.765.071	17.422.445	8.671.278
2.02.07.01	Tesouro Nacional	1.512.821	0	0
2.02.07.02	BNDES	15.807.991	11.799.391	4.802.134
2.02.07.03	Caixa Econômica Federal	0	124.297	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.02.07.04	Finame	9.444.259	5.498.757	3.869.144
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	413.962	1.457.949	294.422
2.02.09	Outras Obrigações	56.546.005	35.067.936	26.725.639
2.02.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	466.762	187.908	739.108
2.02.09.02	Fiscais e Previdenciárias	4.049.364	4.123.099	2.315.952
2.02.09.03	Negociação e Intermediação de Valores	1.191.321	1.320.070	1.784.041
2.02.09.04	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	2.099.107	2.083.838	2.029.282
2.02.09.05	Operações Especiais	0	0	2.335
2.02.09.06	Dívidas Subordinadas	19.945.681	16.387.569	11.772.177
2.02.09.07	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	3.315.537	3.503.525	1.168.461
2.02.09.08	Diversas	7.877.257	7.461.927	6.914.283
2.02.09.09	Carteira de Câmbio	17.600.976	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	282.236	248.912	221.522
2.05	Patrimônio Líquido	50.495.741	36.119.265	29.937.250
2.05.01	Capital Social Realizado	33.077.996	18.566.919	13.779.905
2.05.01.01	De Domiciliados no País	27.427.230	17.236.823	12.458.740
2.05.01.02	De Domiciliados no Exterior	5.650.766	1.330.096	1.321.165
2.05.02	Reservas de Capital	0	5.188	5.188
2.05.03	Reservas de Reavaliação	6.241	6.746	7.286
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	6.241	6.746	7.286
2.05.04	Reservas de Lucro	16.944.069	17.270.248	15.946.142
2.05.04.01	Legal	2.884.196	2.296.291	1.788.916
2.05.04.02	Estatutária	14.060.128	15.005.148	9.419.711
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	-255	-31.191	4.737.515
2.05.04.07.01	Ações em Tesouraria	-255	-31.191	-31.191
2.05.04.07.02	Reservas para Expansão	0	0	4.768.706
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	467.435	270.164	198.729
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	467.435	270.164	198.729

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	72.173.904	55.998.281	55.348.356
3.01.01	Operações de Crédito	47.391.099	36.425.296	33.031.551
3.01.02	Operações de Arrendamento Mercantil	40.372	50.880	54.241
3.01.03	Resultado de Operações com TVM	21.574.907	19.392.839	21.165.973
3.01.04	Resultado de IFD	-1.231.410	-1.179.684	-1.282.975
3.01.05	Resultado de Operações de Câmbio	977.066	658.721	469.764
3.01.06	Resultado das Aplicações Compulsórias	3.421.870	650.229	1.909.802
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-48.409.415	-41.183.190	-42.993.211
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-35.437.679	-27.383.700	-25.542.519
3.02.02	Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	-3.391.835	-2.340.688	-8.853.265
3.02.03	Operações de Arrendamento Mercantil	-34.487	-44.342	-46.577
3.02.04	Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	-9.545.414	-11.414.460	-8.550.850
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	23.764.489	14.815.091	12.355.145
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-6.715.881	-1.262.177	-1.231.461
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	12.065.231	10.195.658	9.527.963
3.04.02	Despesas de Pessoal	-12.155.360	-10.024.943	-8.580.242
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-11.572.155	-9.245.535	-7.375.501
3.04.04	Despesas Tributárias	-2.960.769	-2.560.633	-2.222.744
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	12.004.722	15.870.347	11.245.922
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-6.971.516	-7.346.623	-6.855.501
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	2.873.966	1.849.552	3.028.642
3.05	Resultado Operacional	17.048.608	13.552.914	11.123.684
3.06	Resultado Não Operacional	190.504	176.312	100.991
3.06.01	Receitas	286.060	246.452	191.448
3.06.02	Despesas	-95.556	-70.140	-90.457
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	17.239.112	13.729.226	11.224.675
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-5.001.012	-5.555.148	-4.737.036
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-3.045.120	-3.441.524	-2.926.234

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-1.955.892	-2.113.624	-1.810.802
3.09	IR Diferido	1.020.220	3.268.726	3.438.797
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-1.500.227	-1.295.282	-1.123.567
3.10.01	Participações	-1.500.227	-1.295.282	-1.123.567
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	11.758.093	10.147.522	8.802.869
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	4,33562	3,95258	3,4292

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-13.323.389	-6.852.212	45.704.520
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	17.239.112	13.729.226	11.224.675
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-38.283.265	-32.063.046	29.648.991
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	40.525.803	-53.678.169	-35.462.271
6.01.02.02	TVM para Negociação e IFD	2.459.541	1.456.570	2.186.110
6.01.02.03	Relações Interfinanceiras e Interdependências	-59.408.439	-7.999.748	12.229.012
6.01.02.04	Operações de Crédito	-57.209.480	-45.135.557	-59.645.321
6.01.02.05	Operações de Arrendamento Mercantil	16.302	8.502	-7.852
6.01.02.06	Outros Créditos Líquidos dos Impostos Diferidos	-13.576.075	5.264.381	-17.737.666
6.01.02.07	Outros Valores e Bens	-1.601.226	-556.829	1.839.236
6.01.02.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-4.992.276	-3.850.980	-4.737.036
6.01.02.09	Depósitos	38.582.012	13.841.022	84.704.546
6.01.02.10	Captações no Mercado Aberto	-23.261.984	55.966.488	19.326.746
6.01.02.11	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	4.460.062	1.370.970	840.064
6.01.02.12	Obrigações por Empréstimos e Repasses	21.560.572	953.149	14.049.225
6.01.02.13	Outras Obrigações	14.128.599	288.613	11.965.425
6.01.02.14	Resultados de Exercícios Futuros	33.324	8.542	98.773
6.01.03	Outros	7.720.764	11.481.608	4.830.854
6.01.03.01	Provisão p/ Crédito, Arrend. Mercantil e Outros Créditos	9.545.414	11.414.460	8.550.850
6.01.03.02	Depreciações e Amortizações	3.136.697	1.993.106	790.703
6.01.03.03	Result. na Avaliação do Valor Recuperável de Ativos	14.932	4.063	83.671
6.01.03.04	Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	-2.873.966	-1.849.552	-3.028.642
6.01.03.05	Lucro/Prejuízo na Alienação de Valores e Bens	-43.912	-32.129	-33.920
6.01.03.06	Lucro na Alienação de Invest./Participação Societária	-117.166	-76.696	0
6.01.03.07	Ganho/Perda de Capital	21.813	-17.187	4.215
6.01.03.08	Resultado da Conversão de Moeda Estrangeira	-111.534	-762.200	708.177
6.01.03.09	Provisão p/ Desvalorização de Valores e Bens	8.913	2.679	2.826
6.01.03.10	Amortização de Ágios em Investimentos	186.719	65.055	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01.03.11	Provisão p/ Demandas Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	802.680	460.539	1.384.142
6.01.03.12	Atualização de Ativos e Passivos Atuariais	-3.816.028	-4.005.120	-3.669.548
6.01.03.13	Ef. das Mud. das Taxas de Câmbio em Caixa e Equiv.	963.164	4.280.831	0
6.01.03.14	Outros Ajustes	3.038	3.759	38.380
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-8.084.160	-10.149.871	-2.766.218
6.02.01	TVM Disponíveis para Venda	-9.962.648	-9.368.347	-418.368
6.02.02	TVM Mantidos até o Vencimento	7.957.737	8.447.014	923.572
6.02.03	Aquisição/Alienação de Imobilizado	-1.465.488	-1.195.496	-911.828
6.02.04	Aquisição/Alienação de Investimentos	-3.815.248	-479.131	-41.413
6.02.05	Dividendos Recebidos de Coligadas e Controladas	2.040.902	2.504.030	1.941.240
6.02.06	Aquisição de Intangíveis/Diferidos	-2.839.415	-1.497.276	-4.259.421
6.02.07	Caixa e Equivalentes Líquidos da Aquisição do BNC	0	-4.810.665	0
6.02.08	Caixa e Equivalentes Líquidos da Aquisição do BV	0	-3.750.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	5.244.561	3.246.060	-538.902
6.03.01	Dívidas Subordinadas	3.573.053	4.615.392	1.754.207
6.03.02	Aumento de Capital	7.092.715	18.308	568.261
6.03.03	Aquisição/Alienação de Ações em Tesouraria	30.936	0	-31.191
6.03.04	Dividendos e JCP Pagos	-5.306.642	-3.718.268	-2.830.179
6.03.05	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	-145.501	2.330.628	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-963.164	-4.280.831	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-17.126.152	-18.036.854	42.399.400
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	49.702.511	67.739.365	25.339.965
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	32.576.359	49.702.511	67.739.365

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	18.566.919	5.188	6.746	17.270.248	0	270.164	36.119.265
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	2.191	0	2.191
5.03	Saldo Ajustado	18.566.919	5.188	6.746	17.270.248	2.191	270.164	36.121.456
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	11.758.093	0	11.758.093
5.05	Destinações	0	0	0	7.058.365	-11.763.941	0	-4.705.576
5.05.01	Dividendos	0	0	0	-820.131	-1.482.195	0	-2.302.326
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-2.403.250	0	-2.403.250
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	7.878.496	-7.878.496	0	0
5.05.03.01	Reservas Legal e Estatutária	0	0	0	7.878.496	-7.878.496	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	197.271	197.271
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	197.271	197.271
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	14.511.077	-5.188	0	-7.412.899	0	0	7.092.990
5.08.01	Capitalização de Reservas	7.418.087	-5.188	0	-7.412.899	0	0	0
5.08.02	Oferta Pública de Ações	7.049.900	0	0	0	0	0	7.049.900
5.08.03	Subscrição dos Bônus "C"	42.816	0	0	0	0	0	42.816
5.08.04	Incorporação de Controladas	274	0	0	0	0	0	274
5.12	Outros	0	0	-505	28.355	3.657	0	31.507
5.12.01	Dividendos/JCP Prescritos	0	0	0	0	3.152	0	3.152
5.12.02	Realiz. de Res. de Reaval. em Colig/Contr.	0	0	-505	0	505	0	0
5.12.03	Alienação de Ações em Tesouraria	0	0	0	28.355	0	0	28.355
5.13	Saldo Final	33.077.996	0	6.241	16.944.069	0	467.435	50.495.741

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	13.779.905	5.188	7.286	15.946.142	0	198.729	29.937.250
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	13.779.905	5.188	7.286	15.946.142	0	198.729	29.937.250
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	10.147.522	0	10.147.522
5.05	Destinações	0	0	0	6.092.812	-10.151.821	0	-4.059.009
5.05.01	Dividendos	0	0	0	-533.956	-1.667.187	0	-2.201.143
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-1.857.866	0	-1.857.866
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	6.626.768	-6.626.768	0	0
5.05.03.01	Reservas	0	0	0	6.626.768	-6.626.768	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	71.435	71.435
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	71.435	71.435
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	4.787.014	0	0	-4.768.706	0	0	18.308
5.08.01	Aumento de Capital com Reservas	4.768.706	0	0	-4.768.706	0	0	0
5.08.02	Aumento de Capital por Incorp. de Ações	18.308	0	0	0	0	0	18.308
5.12	Outros	0	0	-540	0	4.299	0	3.759
5.12.01	Dividendos/JCP Prescritos	0	0	0	0	3.759	0	3.759
5.12.03	Realização de Res. de Reaval. em Colig/Controladas	0	0	-540	0	540	0	0
5.13	Saldo Final	18.566.919	5.188	6.746	17.270.248	0	270.164	36.119.265

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	13.211.644	34	5.909	10.694.707	0	349.802	24.262.096
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	13.211.644	34	5.909	10.694.707	0	349.802	24.262.096
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	8.802.869	0	8.802.869
5.05	Destinações	0	0	0	5.282.626	-8.803.774	0	-3.521.148
5.05.01	Dividendos	0	0	0	-910.852	-1.062.069	0	-1.972.921
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-1.548.227	0	-1.548.227
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	6.193.478	-6.193.478	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-151.073	-151.073
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-151.073	-151.073
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	568.261	0	0	0	0	0	568.261
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	-285	0	285	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-31.191	0	0	-31.191
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	1.662	0	0	0	1.662
5.12	Outros	0	5.154	0	0	620	0	5.774
5.13	Saldo Final	13.779.905	5.188	7.286	15.946.142	0	198.729	29.937.250

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	78.786.617	62.202.168	59.832.719
7.01.01	Intermediação Financeira	72.173.904	55.998.281	55.348.356
7.01.02	Prestação de Serviços	12.065.231	10.195.658	9.527.963
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-9.545.414	-11.414.460	-8.550.850
7.01.04	Outras	4.092.896	7.422.689	3.507.250
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-38.864.001	-29.768.730	-34.442.361
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.783.892	-5.573.635	-5.271.236
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-443.480	-395.819	-370.493
7.03.02	Serviços de Terceiros	-1.077.466	-793.347	-774.500
7.03.04	Outros	-5.262.946	-4.384.469	-4.126.243
7.03.04.01	Comunicações	-1.181.377	-1.016.040	-984.843
7.03.04.02	Processamento de Dados	-1.006.867	-769.997	-702.690
7.03.04.03	Transporte	-702.215	-604.483	-539.439
7.03.04.04	Serviços de Vigilância e Segurança	-668.699	-585.981	-524.040
7.03.04.05	Serviços do Sistema Financeiro	-513.155	-444.561	-434.802
7.03.04.06	Propaganda e Publicidade	-278.514	-229.320	-249.269
7.03.04.07	Outras	-912.119	-734.087	-691.160
7.04	Valor Adicionado Bruto	33.138.724	26.859.803	20.119.122
7.05	Retenções	-3.136.697	-1.993.106	-790.703
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.136.697	-1.993.106	-790.703
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	30.002.027	24.866.697	19.328.419
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.873.966	1.849.552	3.028.642
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.873.966	1.849.552	3.028.642
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	32.875.993	26.716.249	22.357.061
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	32.875.993	26.716.249	22.357.061
7.09.01	Pessoal	12.057.658	10.118.498	8.629.668
7.09.01.01	Remuneração Direta	7.694.473	6.437.910	5.511.610
7.09.01.02	Benefícios	1.716.280	1.315.641	1.156.463

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.09.01.03	F.G.T.S.	502.139	386.336	352.029
7.09.01.04	Outros	2.144.766	1.978.611	1.609.566
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8.539.506	6.048.783	4.595.120
7.09.02.01	Federais	7.984.837	5.571.089	4.131.099
7.09.02.02	Estaduais	853	699	738
7.09.02.03	Municipais	553.816	476.995	463.283
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	520.736	401.446	329.404
7.09.03.01	Aluguéis	520.736	401.446	329.404
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	11.758.093	10.147.522	8.802.869
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	2.403.250	1.857.866	1.548.227
7.09.04.02	Dividendos	2.302.326	2.201.143	1.972.921
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	7.052.517	6.088.513	5.281.721

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	802.819.794	702.571.987	502.657.906
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	25.219.700	31.037.881	57.832.763
1.01.01	Caixa e Depósitos Bancários	9.816.675	8.098.625	5.741.921
1.01.02	Empréstimos a Instituições Financeiras	14.889.970	4.752.765	20.632.740
1.01.03	Aplicações em Operações Compromissadas	513.055	18.186.491	31.458.102
1.02	Aplicações Financeiras	143.840.090	124.297.996	86.794.189
1.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	127.232.783	102.006.656	67.116.714
1.02.01.01	Títulos para Negociação	52.222.158	39.474.934	28.530.126
1.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	75.010.625	62.531.722	38.586.588
1.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	16.607.307	22.291.340	19.677.475
1.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	16.607.307	22.291.340	19.677.475
1.03	Empréstimos e Recebíveis	442.022.890	436.091.954	280.072.547
1.03.01	Empréstimos a Instituições Financeiras	19.087.463	24.103.126	7.659.836
1.03.02	Aplicações em Operações Compromissadas	84.547.129	125.987.369	63.701.508
1.03.03	Empréstimos a Clientes	338.388.298	286.001.459	208.711.203
1.04	Tributos Diferidos	19.568.233	19.294.023	16.092.396
1.04.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	19.568.233	19.294.023	16.092.396
1.05	Outros Ativos	151.588.692	73.389.146	51.986.906
1.05.01	Ativos Não Correntes a Venda	97.292	60.353	44.597
1.05.03	Outros	151.491.400	73.328.793	51.942.309
1.05.03.01	Depósitos Compulsórios em Bancos Centrais	87.055.947	24.281.842	20.891.553
1.05.03.02	Ativos por Impostos Correntes	9.992.106	7.120.265	3.622.311
1.05.03.03	Outros Ativos	54.443.347	41.926.686	27.428.445
1.06	Investimentos	1.184.775	1.016.692	136.529
1.06.01	Participações em Coligadas	1.184.775	1.016.692	136.529
1.07	Imobilizado	5.553.136	4.889.136	4.041.810
1.07.01	Imobilizado de Uso	5.553.136	4.889.136	4.041.810
1.08	Intangível	13.842.278	12.555.159	5.700.766

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1.08.01	Intangíveis	11.443.794	11.406.356	5.143.545
1.08.02	Goodwill	2.398.484	1.148.803	557.221

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	802.819.794	702.571.987	502.657.906
2.02	Outros Passivos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	5.202.303	4.702.605	4.226.694
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	626.821.814	573.496.946	412.692.378
2.03.01	Depósitos de Clientes	359.301.399	327.101.680	257.628.767
2.03.02	Valores a Pagar a Instituições Financeiras	19.796.775	12.704.109	14.060.543
2.03.03	Obrigações por Operações Compromissadas	142.199.028	160.821.187	91.126.243
2.03.04	Obrigações de Curto Prazo	10.827.769	6.200.415	6.603.586
2.03.05	Obrigações de Longo Prazo	94.696.843	66.669.555	43.273.239
2.04	Provisões	6.904.250	6.998.669	5.266.906
2.05	Passivos Fiscais	11.293.729	9.563.724	4.723.257
2.05.01	Passivos por Impostos Correntes	5.967.967	4.687.714	2.190.008
2.05.02	Passivos por Impostos Diferidos	5.325.762	4.876.010	2.533.249
2.06	Outros Passivos	98.178.762	67.288.706	44.727.565
2.06.01	Passivos por Contrato de Seguros e Previdência Complementar	30.244.136	15.492.417	11.422.116
2.06.02	Outros Passivos	67.934.626	51.796.289	33.305.449
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	54.418.936	40.521.337	31.021.106
2.08.01	Capital Social Realizado	33.077.996	18.566.919	13.779.904
2.08.02	Reservas de Capital	-452	-31.192	-31.192
2.08.02.05	Ações em Tesouraria	-452	-31.192	-31.192
2.08.04	Reservas de Lucros	16.889.417	17.301.440	15.977.333
2.08.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	3.872.661	4.285.527	990.666
2.08.08	Outros Resultados Abrangentes	477.540	309.708	227.981
2.08.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	101.774	88.935	76.414

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	85.143.206	67.608.506	0
3.01.01	Receita de Juros	85.143.206	67.608.506	0
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-50.775.741	-39.302.642	0
3.02.01	Despesa de Juros	-43.061.187	-33.064.926	0
3.02.02	Despesa com Provisão para Perdas em Empréstimos	-7.714.554	-6.237.716	0
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	34.367.465	28.305.864	0
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-17.816.599	-8.682.482	0
3.04.02	Despesas de Pessoal	-14.494.994	-12.815.618	0
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-8.630.926	-7.270.172	0
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	23.855.006	25.458.726	0
3.04.05.01	Receita Líquida de Tarifas e Comissões	13.602.500	11.644.419	0
3.04.05.02	Ganhos/(Perdas) Líquidos sobre Ativos/Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	-2.175.394	-1.317.074	0
3.04.05.03	Ganhos/(Perdas) Líquidos sobre Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	364.147	305.540	0
3.04.05.04	Ganhos/(Perdas) Líquidos em Coligadas	127.620	90.511	0
3.04.05.05	Resultado com Operações de Seguro e Previdência Complementar	1.928.181	1.495.618	0
3.04.05.06	Outras Receitas	10.007.952	13.239.712	0
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-18.545.685	-14.055.418	0
3.04.06.01	Amortização de Ativos Intangíveis	-2.948.594	-1.938.112	0
3.04.06.02	Depreciação	-1.013.015	-868.117	0
3.04.06.03	Outras Despesas	-14.584.076	-11.249.189	0
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	16.550.866	19.623.382	0
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.220.521	-6.143.992	0
3.06.01	Corrente	-6.272.346	-5.938.060	0
3.06.02	Diferido	1.051.825	-205.932	0
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	11.330.345	13.479.390	0
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	11.330.345	13.479.390	0
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	11.296.009	13.442.940	0
3.09.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	34.336	36.450	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	4,17	5,24	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	4,14	5,2	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	11.330.345	13.479.390	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes	167.832	81.727	0
4.02.01	Ganhos/(Perdas) Líquidos não Realizados	578.336	375.499	0
4.02.02	Reclassificação de Ganhos sobre Ativos Financeiros Disponíveis para Venda Realizados no Exercício	-364.147	-305.540	0
4.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Relacionados aos Outros Resultados não Realizados	-46.357	11.768	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	11.498.177	13.561.117	0
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	11.463.841	13.524.667	0
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	34.336	36.450	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-23.183.893	-34.400.684	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	27.908.006	28.024.191	0
6.01.01.01	Lucro Líquido	11.330.345	13.479.390	0
6.01.01.02	Efeito da Mudança da Taxa de Câmbio no Caixa ou Equivalentes	966.275	4.368.099	0
6.01.01.03	Provisão para Perdas em Empréstimos a Clientes	10.198.537	8.377.134	0
6.01.01.04	Provisão para Bens Não de Uso	-16.951	1.005	0
6.01.01.05	Provisão para Desvalorização de Imobilizado de Uso, Disponível para Venda	1.180	3.722	0
6.01.01.06	Provisão para Seguros e Previdência Complementar	7.472.309	3.585.160	0
6.01.01.07	Provisão para Outros Ativos	-139.730	2.529	0
6.01.01.08	Provisões	-710.791	1.385.723	0
6.01.01.09	Amortização e Perdas em Ativos Intangíveis	2.952.217	1.947.261	0
6.01.01.10	Depreciação e Amortização em Ativo Imobilizado	1.013.015	868.117	0
6.01.01.11	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	32.326	32.885	0
6.01.01.12	Impostos Diferidos	-1.051.825	205.932	0
6.01.01.13	Ganhos ou Perdas Líquidos na Alienação de Bens Não de Uso	26.527	-12.040	0
6.01.01.14	Ganhos com Aquisições	0	-1.240.287	0
6.01.01.15	Ganhos ou Perdas Líquidos em Investimentos em Coligadas	-127.620	-90.511	0
6.01.01.16	Ganhos ou Perdas Líquidos na Alienação de Investimentos em Entidades Consolidadas	-57	-1.624.575	0
6.01.01.17	Ganhos ou Perdas em Conversão dos Investimentos no Exterior	186.174	1.049.465	0
6.01.01.18	Ganhos ou Perdas Líquidos na Venda de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-364.147	-305.540	0
6.01.01.19	Ganhos ou Perdas Líquidos na Venda de Ativos Imobilizado e Perdas de Capital	-14.878	16.433	0
6.01.01.20	Atualização de Ativo/Passivo Atuarial	-3.844.900	-4.025.711	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-51.091.899	-62.424.875	0
6.01.02.01	Variação Líquida de Juros de Ativos	-14.621.615	4.817.307	0
6.01.02.02	Variação Líquida de Juros de Passivos	-1.888.859	6.980.156	0
6.01.02.03	Variação Líquida em Depósitos Compulsórios em Bancos Centrais	-62.727.114	1.127.756	0
6.01.02.04	Variação Líquida em Empréstimos a Instituições Financeiras	5.054.316	-17.001.689	0
6.01.02.05	Variação Líquida em Aplicações Compromissadas	41.396.840	-56.238.201	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01.02.06	Varição Líquida em Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Resultado	-11.173.432	181.087	0
6.01.02.07	Varição Líquida em Empréstimos a Clientes	-51.310.003	-57.316.610	0
6.01.02.08	Varição Líquida em Ativos não Correntes Disponíveis para Venda	-36.939	-15.245	0
6.01.02.09	Varição Líquida em Ativos por Impostos Correntes	-2.872.668	-3.497.953	0
6.01.02.10	Varição Líquida em Ativos por Impostos Diferidos	1.301.930	-1.431.894	0
6.01.02.11	Varição Líquida em Depósitos de Clientes	34.868.627	15.406.447	0
6.01.02.12	Varição Líquida em Valores a Pagar a Instituições Financeiras	6.739.995	-3.275.398	0
6.01.02.13	Varição Líquida em Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	499.698	475.910	0
6.01.02.14	Varição Líquida em Obrigações por Operações Compromissadas	-18.621.278	48.601.223	0
6.01.02.15	Varição Líquida em Outros Passivos de Curto Prazo	4.407.745	-2.783.699	0
6.01.02.16	Varição Líquida em Passivos por Contratos de Seguro e Previdência Complementar	7.299.739	485.141	0
6.01.02.17	Varição Líquida em Passivos por Impostos Correntes	1.280.253	914.482	0
6.01.02.18	Varição Líquida em Passivos por Impostos Diferidos	-151.633	442.939	0
6.01.02.19	Outras Variações Ativas	-7.469.849	-2.051.542	0
6.01.02.20	Outras Variações Passivas	16.932.348	1.754.908	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-11.279.463	-4.527.821	0
6.02.01	Compra de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-34.394.346	-24.352.595	0
6.02.02	Vendas de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	24.032.232	9.271.387	0
6.02.03	Compra de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	-3.377.304	-6.392.316	0
6.02.04	Resgate de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	8.434.996	15.350.455	0
6.02.05	Compra de Ativo Imobilizado	-1.977.258	-1.429.279	0
6.02.06	Venda de Ativo Imobilizado	301.404	56.497	0
6.02.07	Aquisição de Ativos Intangíveis	-4.255.455	-1.638.769	0
6.02.08	Caixa Líquido por Aquisição do Banco Nossa Caixa e do Banco Votorantim	0	4.608.240	0
6.02.09	Compra de Investimentos em Coligadas	-72.789	-1.441	0
6.02.10	Caixa Líquido Recebido na Alienação da Brasilsaúde	29.057	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	29.611.450	16.501.722	0
6.03.01	Varição de Participação de Não Controladores	-21.497	-23.929	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.03.02	Contratação de Passivos de Longo Prazo	47.139.422	34.113.129	0
6.03.03	Liquidação de Passivos de Longo Prazo	-19.320.981	-13.887.519	0
6.03.04	Dividendos ou Juros sobre Capital Próprio Pagos	-5.306.642	-3.718.268	0
6.03.05	Investimentos de Capital	7.092.989	18.309	0
6.03.06	Alienação de Ações em Tesouraria	28.159	0	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-966.275	-4.368.099	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-5.818.181	-26.794.882	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	31.037.881	57.832.763	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	25.219.700	31.037.881	0

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	18.566.919	-31.192	17.301.440	4.285.527	309.708	40.432.402	88.935	40.521.337
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	18.566.919	-31.192	17.301.440	4.285.527	309.708	40.432.402	88.935	40.521.337
5.04	Transações de Capital com os Sócios	14.511.077	30.740	-8.235.611	-3.885.287	0	2.420.919	-21.497	2.399.422
5.04.01	Aumentos de Capital	14.511.077	0	-7.412.899	-5.188	0	7.092.990	0	7.092.990
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	30.937	0	0	0	30.937	0	30.937
5.04.08	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	0	0	-820.131	-3.885.445	0	-4.705.576	0	-4.705.576
5.04.09	Prejuízo na Alienação de Ações em Tesouraria	0	0	-2.581	0	0	-2.581	0	-2.581
5.04.10	Participação Recíproca	0	-197	0	0	0	-197	0	-197
5.04.11	Varição de Participação de Não Controladores	0	0	0	0	0	0	-21.497	-21.497
5.04.12	Outros	0	0	0	5.346	0	5.346	0	5.346
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.296.009	167.832	11.463.841	34.336	11.498.177
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.296.009	0	11.296.009	34.336	11.330.345
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	167.832	167.832	0	167.832
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	167.832	167.832	0	167.832
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	7.823.588	-7.823.588	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	7.823.588	-7.823.588	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	33.077.996	-452	16.889.417	3.872.661	477.540	54.317.162	101.774	54.418.936

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	13.779.904	-31.192	15.977.333	990.666	227.981	30.944.692	76.414	31.021.106
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.779.904	-31.192	15.977.333	990.666	227.981	30.944.692	76.414	31.021.106
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.787.015	0	-5.302.662	-3.521.310	0	-4.036.957	-23.929	-4.060.886
5.04.01	Aumentos de Capital	4.787.015	0	-4.768.706	0	0	18.309	0	18.309
5.04.08	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	0	0	-533.956	-3.525.053	0	-4.059.009	0	-4.059.009
5.04.09	Variação de Participação de Não Controladores	0	0	0	0	0	0	-23.929	-23.929
5.04.10	Outros	0	0	0	3.743	0	3.743	0	3.743
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.442.940	81.727	13.524.667	36.450	13.561.117
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.442.940	0	13.442.940	36.450	13.479.390
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	81.727	81.727	0	81.727
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	81.727	81.727	0	81.727
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	6.626.769	-6.626.769	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	6.626.769	-6.626.769	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	18.566.919	-31.192	17.301.440	4.285.527	309.708	40.432.402	88.935	40.521.337

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	92.944.415	82.669.053	0
7.01.01	Intermediação Financeira	82.458.831	65.729.138	0
7.01.02	Prestação de Serviços	15.793.540	13.506.941	0
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-10.498.802	-7.938.078	0
7.01.04	Outras	5.190.846	11.371.052	0
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-45.880.191	-35.100.018	0
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.849.772	-6.851.748	0
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-459.434	-421.965	0
7.03.02	Serviços de Terceiros	-1.206.847	-960.148	0
7.03.04	Outros	-6.183.491	-5.469.635	0
7.03.04.01	Comunicações	-1.269.841	-1.107.054	0
7.03.04.02	Processamento de Dados	-1.077.662	-969.344	0
7.03.04.03	Transporte	-738.927	-637.815	0
7.03.04.04	Serviço de Vigilância e Segurança	-673.038	-641.906	0
7.03.04.05	Serviço de Sistema Financeiro	-629.219	-706.601	0
7.03.04.06	Propaganda e Publicidade	-375.994	-336.254	0
7.03.04.07	Outras	-1.418.810	-1.070.661	0
7.04	Valor Adicionado Bruto	39.214.452	40.717.287	0
7.05	Retenções	-3.707.235	-3.173.416	0
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.707.235	-3.173.416	0
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	35.507.217	37.543.871	0
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-47.161	-994.449	0
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-47.161	-994.449	0
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	35.460.056	36.549.422	0
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	35.460.056	36.549.422	0
7.09.01	Pessoal	13.048.428	11.799.456	0
7.09.01.01	Remuneração Direta	8.234.776	7.529.479	0
7.09.01.02	Benefícios	1.845.990	1.559.377	0

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.09.01.03	F.G.T.S.	551.520	527.295	0
7.09.01.04	Outros	2.416.142	2.183.305	0
7.09.01.04.01	Participações no Lucro	1.756.190	1.384.531	0
7.09.01.04.02	Outros Encargos	659.952	798.774	0
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.479.794	10.755.978	0
7.09.02.01	Federais	9.748.603	10.095.627	0
7.09.02.02	Estaduais	872	733	0
7.09.02.03	Municipais	730.319	659.618	0
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	629.734	509.728	0
7.09.03.01	Aluguéis	629.734	509.728	0
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	11.302.100	13.484.260	0
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	2.403.250	1.857.866	0
7.09.04.02	Dividendos	2.302.326	2.201.143	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	6.562.188	9.388.801	0
7.09.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	34.336	36.450	0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do Banco do Brasil relativos ao exercício de 2010, de acordo com as exigências da Lei das Sociedades por Ações, do Conselho Monetário Nacional – CMN, do Banco Central do Brasil – BCB, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e do Estatuto Social do Banco do Brasil.

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2010 foi marcado pelo baixo ritmo de crescimento nos países desenvolvidos em contraposição à recuperação mais significativa nos principais mercados emergentes. Nos Estados Unidos e no Japão houve nítidos sinais de desaquecimento da atividade econômica doméstica. Os riscos de deflação levaram a autoridade monetária norte-americana a adotar, inclusive, um novo pacote de expansão da liquidez que produziu como efeito adverso a desvalorização adicional do dólar no mercado internacional, desencadeando a adoção de medidas complementares para conter a valorização das moedas locais frente ao dólar em alguns países.

Concomitantemente, a estabilidade financeira global passou a ser negativamente afetada pelas dúvidas quanto à sustentabilidade fiscal de alguns países europeus, em especial, Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha. Por outro lado, países emergentes como China, Índia e Brasil mantiveram sua trajetória de recuperação econômica.

O dinamismo da economia brasileira refletiu-se, principalmente, no bom desempenho dos mercados de trabalho, cuja geração de emprego foi recorde em 2010, e de crédito, principais vetores de impulso à demanda doméstica. No entanto, apesar das taxas positivas de crescimento, o ritmo de expansão no segundo semestre foi mais lento do que o observado na primeira metade do ano.

A evolução da demanda, aliada a choques de oferta vindos de alimentos, elevou a inflação medida pelo IPCA (índice que serve de parâmetro para o sistema de metas para inflação) em 2010 para 5,9% valor acima do centro da meta (4,5%). Desse total, somente os preços dos alimentos, influenciados, em grande parte, pelas elevadas cotações das *commodities*, contribuíram com cerca de 2,3 pontos percentuais. Nesse ambiente, o Banco Central elevou a taxa básica de juros para 10,75% a.a., em julho, mantendo-a nesse patamar até o final de 2010.

No último trimestre do ano, o Banco Central anunciou um pacote de medidas macroprudenciais, contemplando, entre outros aspectos, a elevação dos depósitos compulsórios e a majoração do fator de ponderação de risco para operações de crédito destinadas às pessoas físicas, à exceção de algumas linhas de financiamento como o crédito imobiliário. Essas medidas deverão produzir, na prática, elevação do custo do crédito e conseqüente redução no ritmo de expansão das novas concessões, especialmente para os empréstimos destinados à pessoa física. Conforme salientado pelo Banco Central do Brasil, essas ações também são consistentes com o objetivo de manter a estabilidade da moeda, funcionando como instrumentos complementares à política monetária.

DESTAQUES DO PERÍODO

Com lucro líquido de 11,7 bilhões e ativos totais de 811,2 bilhões, o BB encerrou 2010 como líder no Sistema Financeiro Nacional, destacando sua atuação no crédito com 19,8% de participação de mercado. Essa liderança foi alcançada devido à ênfase no financiamento a pessoas físicas, especificamente crédito consignado, financiamento a veículos e financiamento imobiliário. Além de manter-se como líder de mercado, o foco em pessoas físicas contribuiu para o crescimento da margem financeira do Banco, com melhoria na qualidade de sua carteira.

Em abril de 2010, o Banco do Brasil assinou o contrato para aquisição do controle acionário do Banco Patagônia da Argentina. O Banco Central do Brasil, em 21.10.2010, concedeu autorização para a concretização da operação. Em 07.02.2011, o fechamento da transação foi aprovado pelo Banco Central da República Argentina. A aquisição do Banco Patagônia insere-se no novo modelo de atuação no exterior, baseado nos seguintes pilares: (i) ser o banco das comunidades de brasileiros localizadas fora do Brasil; (ii) ser o banco das companhias brasileiras no exterior; e (iii) estar presente nos países que mantenham um estreito relacionamento comercial com o Brasil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No mês de junho, o processo de integração do Banco Nossa Caixa foi concluído permitindo ao Banco ampliar sua base de clientes e negócios com pessoas físicas e jurídicas no Estado de São Paulo, que passaram a ter acesso a um completo portfólio de produtos, serviços e canais de atendimento em plataforma tecnológica de última geração. Essa integração elevou o BB à posição de líder em pontos de atendimento naquele mercado, além de ampliar seu relacionamento com o Governo e com o Poder Judiciário de São Paulo.

Em 2010, o Banco do Brasil deu continuidade ao Programa de Transformação do Varejo, visando consolidar e expandir a posição de liderança do Banco no mercado de varejo bancário no Brasil. O programa visa reformular os modelos e práticas para atuação no varejo, com foco em clientes, atendimento, canais e negócios.

Além disso, para melhorar o atendimento ao cliente Pessoa Jurídica, foi criado um segmento denominado *Large Corporate* para empresas com faturamento anual acima de R\$ 1,5 bilhão (indústria) e R\$ 2 bilhões (comércio e serviço).

A seguir estão relacionados, em ordem cronológica, alguns eventos relativos ao BB que foram destaques em 2010:

- ✓ obtenção do *status* de “*Financial Holding Company*”, concedido pelo *Federal Reserv Bank* – FED dos EUA, o que permite ao BB, de forma direta ou por intermédio de suas subsidiárias, exercer atividades bancárias em território norte-americano em condições de igualdade com os bancos locais;
- ✓ Assinatura do contrato para aquisição do controle acionário do Banco Patagonia da Argentina;
- ✓ elevação da participação nas empresas Cielo e Companhia Brasileira de Soluções e Serviços-CBSS ao adquirir a participação do Banco Santander;
- ✓ assinatura de Memorando de Entendimentos com o Bradesco para atuação na área de cartões de crédito, débito e pré-pagos (cartão da bandeira brasileira ELO);
- ✓ reestruturação da área de seguridade, com a revisão da parceria com o *Principal Group* na Brasilprev, a assinatura de acordo para formar aliança estratégica com o Grupo Mapfre, a aquisição da totalidade das ações da Sul América Companhia Nacional de Seguros na Brasilveículos pela BB Seguros e a venda da totalidade das ações da BB Seguros na Brasilsaúde para a Sul América Seguro Saúde S.A.;
- ✓ realização de oferta pública primária e secundária de ações do BB visando fortalecer a sua base de capital e incrementar a liquidez das ações no mercado secundário, atingindo o *free float* de 30,4% e antecipando em um ano o prazo acordado com a BM&FBovespa para atingir o mínimo de 25%;
- ✓ adesão ao PRI - Princípios para o Investimento Responsável, pela BB-DTVM, cuja finalidade é viabilizar a incorporação das questões sociais, ambientais e de governança corporativa às práticas de análise, decisão e gestão de investimentos;
- ✓ adesão ao “*The CEO Water Mandate*”, proposta da Organização das Nações Unidas – ONU, para que as empresas signatárias do Pacto Global passem a abordar a questão da água e o gerenciamento deste recurso em suas estratégias corporativas;
- ✓ adesão ao Grupo de Trabalho da Moratória da Soja – GTS, com o qual o BB se compromete a não financiar a produção de soja em áreas desmatadas dentro do bioma Amazônia pós-julho 2006;
- ✓ assinatura de Memorando de Entendimentos com o Bradesco e Banco Espírito Santo de Portugal para atuação em território africano;
- ✓ assinatura de Memorando de Entendimentos com a BB Seguros, a Odontoprev S.A., a Bradesco Seguros e a ZNT Empreendimentos, Comércio e Participações Ltda com o objetivo de formar aliança estratégica para o desenvolvimento e comercialização de planos odontológicos;
- ✓ assinatura de Contrato de Prestação de Serviços com a Odontoprev, iniciando a disponibilização de planos odontológicos a cerca de 260 mil beneficiários, entre funcionários da ativa do BB e seus dependentes diretos;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- ✓ assinatura de acordo de parceira negocial com a operadora de telefonia Oi para ampliação da solução Oi Paggo, funcionalidade *mobile payment* para os clientes Ourocard, e a comercialização de cartão de crédito *co-branded* para a base de clientes Oi;
- ✓ aprovação, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo da Previ, de proposta para destinação e utilização de parte do superávit do Plano de Benefício Definido da Previ, conforme determina a legislação vigente. Posteriormente a proposta de destinação foi referendada pelos associados.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA O PERÍODO 2011–2015

Com o objetivo de manter a liderança em ativos na América Latina e reforçar seu papel de parceiro fundamental para o desenvolvimento do Brasil, o Banco do Brasil priorizou como grandes temas estratégicos para o período de 2011-2015 a rentabilização, a eficiência, a melhoria do atendimento e a ampliação da atuação no mercado externo.

A rentabilização será feita por meio do aumento de negócios rentáveis, observada a adequada relação risco e retorno. O Banco buscará a eficiência operacional e negocial por meio do aperfeiçoamento de processos e modelos de negócios.

A melhoria do atendimento ocorrerá por meio do aprimoramento do relacionamento com os clientes. O Banco tem o compromisso de ter pelo menos um ponto de atendimento próprio em todos os municípios brasileiros até 2015, contribuindo para o combate às desigualdades regionais e para o desenvolvimento econômico-social mais equilibrado.

A atuação internacional será feita com base em três vetores: a existência de comunidades de brasileiros no exterior, a transnacionalização de empresas brasileiras e a expansão das relações comerciais do Brasil com o mundo.

A missão foi ajustada para alinhar os negócios do Banco com a sustentabilidade e o desenvolvimento do País, passando a ter a seguinte redação: “ser um banco competitivo e rentável, promover o desenvolvimento sustentável do Brasil e cumprir sua função pública com eficiência”.

A visão de futuro do BB, atualizada para o período 2011-2015, mantém o compromisso com o desempenho, com o funcionário, com a responsabilidade socioambiental e enfatiza a vontade de estar mais próximo do cliente e de ser referência no exterior. Assim, a nova visão de futuro do BB é: “ser o primeiro banco dos brasileiros, das empresas e do setor público, referência no exterior, o melhor banco para trabalhar, reconhecido pelo desempenho, relacionamentos duradouros e responsabilidade socioambiental”.

Para alcançar os objetivos do planejamento estratégico, o Banco do Brasil atua em várias frentes da gestão corporativa. Boas práticas de governança corporativa, relacionamento com o mercado, processos internos, ouvidoria externa, governança de tecnologia e informação, pessoas, logística e ecoeficiência são fundamentais para o sucesso do planejamento.

SUSTENTABILIDADE

A responsabilidade socioambiental faz parte da tradição bicentenária da Empresa e está expressa em suas políticas e estratégias corporativas. O crédito, concedido de forma responsável aos mais diferentes setores produtivos da economia - agricultura familiar, demais produtores rurais, comércio exterior, micro e pequenas empresas - impulsiona o progresso dos municípios brasileiros.

É desafio contínuo do Banco do Brasil fazer com que a responsabilidade socioambiental permeie todos os processos da empresa.

Ao adotar o referencial da sustentabilidade como orientador estratégico, o BB busca avaliar sua performance organizacional não somente com base em indicadores econômicos, mas também em indicadores de natureza social e ambiental, como a defesa e promoção dos direitos humanos, geração de trabalho e renda, conservação ambiental, entre outros.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

AGENDA 21 DO BB

Iniciativa pioneira no meio empresarial, representa projeto transversal que envolve toda a organização em iniciativas em prol do desenvolvimento sustentável. Trata-se da colaboração do BB aos esforços previstos na Agenda 21 Global, concebida durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – a Rio-92, e que objetivava orientar um novo padrão de desenvolvimento para o século 21, cujo alicerce é a sinergia da sustentabilidade ambiental, social e econômica.

A Agenda 21 está estruturada em três eixos: processos e gestão, negócios sustentáveis e investimento social privado. As iniciativas do BB nessas dimensões são frutos do engajamento e dedicação de todas as Diretorias e Unidades da Empresa e seus mais de 100 mil funcionários, e têm contribuído para a disseminação da cultura de responsabilidade socioambiental.

O plano de ação da Agenda 21 do BB é elaborado coletivamente, a partir dos compromissos públicos assumidos pelo BB, das demandas dos principais públicos de relacionamento e de referenciais oriundos de organismos fomentadores do movimento de responsabilidade corporativa em nível nacional e internacional.

Em relação à gestão estratégica do tema sustentabilidade no BB, cabe destacar a realização do *Workshop* Desenvolvimento Sustentável em dezembro de 2010. O evento reuniu mais de 130 executivos e representantes das diversas áreas da empresa, incluindo representantes da Fundação Banco do Brasil, Cassi, Previ, BB-DTVM e Fenabb e teve como propósito atualizar Plano de Ação de Sustentabilidade do BB – Agenda 21, para o período 2011-2015.

Como resultado desse encontro foram propostas diversas novas ações obedecendo aos três eixos de atuação da agenda.



Os resultados alcançados são acompanhados semestralmente pelo Conselho Diretor e publicados no relatório anual, utilizando-se o padrão internacionalmente reconhecido do *Global Reporting Initiative*.

Eixo Negócios Sustentáveis

Trata-se do eixo da Agenda 21 do BB em que são estimulados o desenvolvimento de estratégias negociais e de produtos e serviços financeiros que possam colaborar diretamente com o desenvolvimento sustentável do País.

Destaca-se nesse eixo a Estratégia Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) – estratégia negocial que busca a geração de trabalho e renda, com soluções sustentáveis, inclusivas e participativas, por meio da adoção de práticas que permitam um salto de qualidade nos indicadores de desenvolvimento socioeconômico e ambiental. Esta estratégia se sedimenta em um quadripé metodológico: precisa ser um negócio economicamente viável, socialmente justo, ambientalmente correto e culturalmente diversificado.

Buscando o aperfeiçoamento de processos e a inclusão de um número maior de beneficiários do DRS, iniciou-se, em 2010, importante ação no sentido de apoiar comunidades urbanas, com foco na geração de trabalho e renda, inicialmente nas localidades de Paraisópolis (SP) e Morro do Alemão (RJ), e que será estendida, em 2011, a outras capitais e grandes centros em todo o País.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Eixo Processos e Gestão

Para ser coerente com o discurso de responsabilidade socioambiental adotado é necessário que os processos de negócio e de apoio ao negócio sejam permeados com a visão de sustentabilidade, ou seja, que além da eficácia de natureza econômica também seja buscada a geração de valores sociais e ambientais na atuação do BB. É o que promove o eixo Processos e Gestão da Agenda 21.

São exemplos de iniciativas: investimento na formação dos funcionários, Programa Qualidade de Vida no Trabalho, Programa de Reconhecimento dos Funcionários do Banco do Brasil, Crédito Responsável, Programa de Ecoeficiência, entre outros.

Eixo Investimento Social Privado

Nesse eixo se enquadram as ações de Cidadania Empresarial onde são incentivados os investimentos sociais do BB em benefício da melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

Seus principais norteadores são as políticas públicas definidas pelo Governo Federal e os desafios impostos pelas metas do milênio, estabelecidas pelas Nações Unidas com o objetivo de eliminar a fome e a pobreza extrema no mundo, bem como promover a sustentabilidade do planeta.

PROGRAMA ÁGUA BRASIL

Em um cenário mundial no qual se destaca a preocupação com a sustentabilidade do planeta, o Banco do Brasil abraçou publicamente, em 2010, a causa da água. Como iniciativa voltada para a defesa desse importante recurso natural foi firmada uma parceria para o desenvolvimento do Programa Água Brasil com a Agência Nacional de Águas – ANA, o WWF Brasil e a Fundação Banco do Brasil – FBB, no dia 22 de março, dia mundial da água.

Com o Programa Água Brasil o BB assume o compromisso de promover a conscientização, de investir recursos para a preservação e conservação de recursos hídricos e de buscar soluções, em conjunto com a sociedade, para os problemas relacionados ao tema. Estão previstos, no período de cinco anos, investimentos de aproximadamente R\$ 57 milhões.

O programa, que se relaciona com a Agenda 21 de forma transversal, com iniciativas em cada um dos seus eixos, está configurado em quatro frentes de atuação: Projetos Socioambientais (Meio Rural e Meio Urbano), Comunicação e Engajamento, Processos Sustentáveis e Novos Negócios.

Os projetos socioambientais visam a melhoria da qualidade e oferta de água e ampliação da cobertura da vegetação natural em bacias hidrográficas piloto e estímulo à mudança de comportamento e valores em relação à produção, destino e tratamento dos resíduos sólidos urbanos.

Nos projetos socioambientais do meio rural serão desenvolvidos 14 projetos representativos em microbacias brasileiras, distribuídas pelos diversos biomas:

- Microbacia do Ribeirão do Guariroba (MS), do Rio Sepotuba (MT), do Rio Pipiripau e do Rio São Bartolomeu (GO), do Rio Pereaçu (MG), nos biomas Cerrado/Pantanal;
- Microbacias dos Rios Lençóis, Cancã e Moinho (SP), do Rio Beneventes (ES) e do Rio das Pedras (RJ), no bioma Mata Atlântica;
- Microbacias do Rio Acre (AC) e do Rio Alto Teles Pires (MT), no bioma Amazônia;
- Microbacia do Rio Longá (PI), no bioma Caatinga;
- Microbacia do Rio Camaquã (RS), no bioma Pampa.

No meio urbano, iniciativas voltadas para o consumo consciente e reciclagem serão desenvolvidas em cinco cidades, de diferentes portes, representando cada uma das regiões brasileiras. Destacamos:

- Pirenópolis (GO) – categoria de pequena cidade, representando a região centro-oeste;
- Caxias do Sul (RS) – categoria de cidade média, na região sul;
- Rio Branco (AC), representando a região norte na categoria de cidade média;
- Natal (RN) na categoria de cidade grande, representando a região nordeste;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Belo Horizonte (MG) – categoria metrópole, representando a região sudeste.

A partir do entendimento de que o tema sustentabilidade permeia a gestão da organização, os resultados relacionados ao tema podem ser identificados ao longo deste Relatório.

Maiores informações, veja o site da Fundação Banco do Brasil: www.fbb.org.br

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O Banco do Brasil registrou lucro líquido de R\$ 11,7 bilhões em 2010, resultado 15,3% superior ao registrado no exercício anterior, com retorno anualizado sobre o patrimônio líquido de 27,0%. O lucro líquido por ação foi de R\$ 4,32 no período.

Os ativos somaram R\$ 811,2 bilhões, crescimento de 14,5% em 12 meses, com retorno sobre ativos de 1,5% em 2010, desempenho que confirma a liderança do Banco em ativos no Sistema Financeiro Nacional – SFN. O patrimônio líquido alcançou R\$ 50,4 bilhões, incremento de 39,6% em 12 meses, influenciado pela oferta pública de ações.

R\$ milhões			
Destaques			
Resultado¹	2010	2009	Δ 2009 (%)
Lucro Líquido	11.703	10.148	15,3
Lucro sem efeitos extraordinários	10.664	8.506	25,4
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	26.335	18.233	44,4
Receita de Operações de Crédito	51.733	40.515	27,7
Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	16.125	13.511	19,3
Resultado de Seguridade ²	1.354	992	36,5
Despesas Administrativas ³	26.066	23.050	13,1
Lucro Líquido por Ação (em R\$)	4,32	3,95	9,4
Retorno sobre Ativos	1,5%	1,7%	-
Retorno sobre Patrimônio Líquido	27,0%	30,7%	(3,7 p.p)

R\$ bilhões			
Patrimoniais	Dez/10	Dez/09	Δ 2009 (%)
Ativos	811,2	708,5	14,5
Carteira de Crédito	358,4	300,8	19,1
Captações de Mercado ⁴	519,0	498,4	4,1
Recursos Administrados	360,2	306,7	17,4

¹ Itens baseados nas Demonstrações Consolidadas.

² Receita Líquida de Corretagem, Tarifa de Serviços e Equivalência Patrimonial

³ Refere-se a soma de Despesas de Pessoal e Outras Despesas Administrativas.

⁴ Depósitos à Vista, Prazo, Poupança, Interfinanceiros e Captações no Mercado Aberto

Para informações mais detalhadas sobre o desempenho econômico-financeiro do BB, veja o Relatório Análise do Desempenho no bb.com.br/ri.

DESEMPENHO DOS PAPÉIS

O BB encerrou o ano de 2010 com valor de mercado de R\$ 89,9 bilhões. Na carteira teórica do Ibovespa para o quadrimestre set/10 – dez/10 o banco ocupou a 12ª posição.

As ações do Banco do Brasil (BBAS3) encerraram 2010 cotadas a R\$ 31,42, valorização de 12,7% em 12 meses, frente à valorização de 1% do Ibovespa.

A BBAS3 foi negociada em todos os pregões da BM&FBovespa, com volume médio diário de R\$ 125,1 milhões em 2010, contra R\$ 74,8 milhões no ano anterior, e permanece listada nas carteiras teóricas dos principais índices da bolsa: Ibovespa, Ibrx50, IGC, ISE e Itag.

A ação do Banco do Brasil foi listada mais uma vez no índice ISE da BM&FBovespa como resultado de uma gestão guiada pela Agenda 21 empresarial. O Banco tem se mostrado cada vez mais empenhado em manter os esforços da organização direcionados para as boas práticas de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

governança corporativa e de sustentabilidade, oriundas do equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental.

Além dos índices mencionados anteriormente, a BBAS3 passou a compor o Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade Ampliado, criado pela Bolsa de Valores de Nova Iorque e pela SAM – Gestão de Ativos Sustentáveis, organização suíça focada em investimentos sustentáveis. Segundo essas organizações, o novo índice foi criado para atender à crescente demanda por carteiras de investimento formadas por empresas que evidenciam a incorporação das variáveis socioambientais em sua gestão e em seus negócios.

Em dezembro de 2010, o Programa de *American Depositary Receipt*-ADR Nível I do Banco do Brasil completou um ano, encerrando 2010 com 9,4 milhões de recibos em circulação, sendo responsável por 13,3% de todo o valor negociado no mercado de balcão para os programas de empresas brasileiras em 2010.

O Banco do Brasil, alinhado a sua política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos, distribuiu 40% do lucro líquido auferido (*payout*) sob a forma de dividendos e juros sobre o capital próprio – JCP, em periodicidade trimestral. A título de rendimentos aos acionistas foram destinados R\$ 4,7 bilhões no ano, sendo R\$ 2,3 bilhões como dividendos e R\$ 2,4 bilhões na forma de juros sobre o capital próprio. Os 60% remanescentes do lucro foram destinados a reservas legais, estatutárias e para expansão dos negócios.

Com a oferta pública de ações, realizada em junho/2010, o Banco do Brasil alcançou o *free float* de 30,4%, encerrando 2010 com 389,7 mil acionistas, superando o limite mínimo de 25% exigido pelo Regulamento de Listagem do Novo Mercado. O BB é o único banco a participar desse segmento da BM&FBovespa.

DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

RELACIONAMENTO COM CLIENTES

O Banco do Brasil encerrou 2010 com uma base de 54,4 milhões de clientes e 35,9 milhões de contas correntes (33,8 milhões de contas PF e 2,1 milhões de contas PJ), crescimento de 2,7% em 12 meses.

Ao longo do ano de 2010, o Banco do Brasil deu continuidade ao Programa de Transformação do Varejo, que tem como objetivo reformular os modelos e práticas de atuação no varejo, imprescindível ao alcance de um novo patamar de posicionamento estratégico e à sustentabilidade dos negócios da instituição.

Dentre as principais ações em curso no Programa estão:

- ✓ contratação de cerca de 10 mil novos funcionários para atuação direta no atendimento aos clientes;
- ✓ capacitação e atualização de mais de 40 mil funcionários da rede de agências em práticas de negócios e atendimento (mais informações sobre capacitação constam do capítulo “Pessoas”, deste relatório);
- ✓ integração e modernização dos diversos canais de atendimento, incluindo uma nova arquitetura e ambientação das agências com maior conforto e conveniência aos clientes;
- ✓ desenvolvimento e implementação de sistemas avançados de Gestão do Relacionamento com o Cliente (conhecidos como Customer Relationship Management – CRM);
- ✓ simplificação dos processos de atendimento e vendas, com integração dos sistemas em uma nova plataforma de negócios e aprimoramento do planejamento e orçamento, ampliando o foco no potencial de consumo dos clientes.

Além dessas ações, destaca-se a implementação de um novo conceito de relacionamento com clientes, obtido pela aplicação de modelos de segmentação e encarteiramento em linha com as melhores práticas de mercado. Nesse conceito a quantidade de clientes a serem atendidos por cada Gerente de Relacionamento BB foi adequada, para permitir maior intensidade de contatos e realização de negócios.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Ressalta-se a adoção de um modelo de relacionamento diferenciado para clientes agroempresários, com atendimento personalizado, oferta de produtos e serviços específicos para a atividade econômica dos produtores rurais e consultoria especializada para melhorar a performance dos empreendimentos.

Em setembro de 2010, o BB iniciou a contratação de operações do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior – FIES. Essa iniciativa complementa o portfólio de produtos direcionados para os universitários e reforça as ações do BB para conquistar e estreitar o relacionamento com esse público.

Com essas e outras ações do Programa de Transformação do Varejo, o Banco do Brasil está fortemente empenhado no alcance de novos patamares de excelência, especialmente em três grandes eixos: clientes, atendimento e canais. E tudo isso para materializar uma nova estratégia de atuação, buscando a fidelização e maior rentabilização de sua base de clientes.

O BB disponibiliza a seus clientes acesso à realização de negócios por meio de redes físicas (agências, postos de atendimento, terminais de autoatendimento e correspondentes) e virtuais (central de atendimento, internet e *mobile banking*).

O BB possui a maior quantidade de agências do Brasil, com 5.087 unidades, além de contar com 10.145 correspondentes, mais de 8 mil postos de atendimento e o maior parque de terminais de autoatendimento da América Latina, com 44.954 máquinas próprias. Das agências e dos Postos de Atendimento Bancário – PAB do BB, 87,3% já se encontram adaptados para pessoas com deficiência física.

Em 2010 o BB inaugurou 181 novas agências, 29 dessas dedicadas especificamente ao atendimento do segmento Estilo (Alta Renda).

Destaca-se, ainda, a inauguração da agência Paraisópolis (SP), a primeira do BB instalada em uma comunidade no País. Agora, os 100 mil moradores de Paraisópolis percebem ainda mais a presença do Banco do Brasil, contribuindo para a inclusão bancária e o desenvolvimento sustentável da comunidade. Coerente com a estratégia de ampliar a presença nessas comunidades, em janeiro de 2011, o Banco inaugurou agências no Morro do Alemão e Cidade de Deus, no Rio de Janeiro.

O BB possui rede própria no exterior formada por 47 pontos de atendimento em 23 países. A rede complementar é formada por 1.037 bancos correspondentes em 140 países. A rede do BB no exterior apoia o processo de internacionalização das empresas brasileiras, o incremento do fluxo do comércio internacional e atende à comunidade de brasileiros no exterior.

Também em 2010, foi concluído o processo de migração dos pontos de atendimento do Banco Nossa Caixa para o modelo BB. Foram migradas 952 dependências, sendo 566 agências.

Por meio de sua rede virtual, o BB disponibiliza outros canais de acesso aos serviços bancários, como a central de atendimento, o autoatendimento na internet (para pessoas físicas e jurídicas) e o *mobile banking*. O Autoatendimento BB pela Internet fechou o ano com a marca histórica de mais de 3,4 bilhões de transações efetivadas, correspondendo a 19,1% do total das transações e mais de 11 milhões de clientes aptos a utilizar o canal.

Nos terminais de autoatendimento são realizadas aproximadamente 36,4% das operações bancárias do BB. Para oferecer maior comodidade e conveniência, em 2010 foram modernizados 2.999 terminais e instalados mais de 3.197 em novos pontos. Em 31 de dezembro de 2010, os canais automatizados responderam por 93,0% do total de transações.

O ano de 2010 também foi marcado por inovações no atendimento prestado aos clientes pela rede virtual do BB. Entre essas inovações, destacam-se:

- ✓ o Saque Sem, que permite ao cliente efetuar saques sem o cartão magnético – uma solução prática e segura para situações em que o cliente perde ou esquece seu cartão;
- ✓ opção para o cliente escolher os valores das cédulas de seu saque nos terminais de autoatendimento BB; e
- ✓ a simplificação do acesso a transações na Internet, com reforço da segurança, por meio da utilização das mais novas tecnologias dessa área.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Alinhado às novas tendências de relacionamento com clientes, o Banco do Brasil iniciou 2010 inaugurando seu atendimento pelas redes sociais, primeiramente pelo *Twitter* com o perfil @maisbb e, logo em seguida, com a página Mais Banco do Brasil no *Facebook*.

A página do BB na Internet ganhou, em julho de 2010, um espaço exclusivamente dedicado à educação financeira e bancária. Essa iniciativa faz parte de um amplo conjunto de ações que o Banco vem empreendendo, com vistas à sustentabilidade e à formação de cidadãos cada vez mais conscientes.

O compromisso com os direitos do consumidor e com o bom atendimento é manifestado pela transparência e objetividade nas relações com clientes. O BB informa de maneira clara e direta as taxas e tarifas praticadas. Os funcionários recebem treinamentos específicos para melhorar o atendimento, tais como “Linguagem Brasileira de Sinais – Libras” e “Código de Defesa do Consumidor”.

Como evidência da importância que o Banco do Brasil dá ao tema atendimento ao cliente, em 2010 foi criado o cargo de Supervisor do Atendimento. Mais de 1.300 funcionários já se encontram exercendo essa função, com o objetivo de reforçar as ações para a excelência no atendimento prestado aos clientes BB.

Os resultados observados em 2010 com a nova estratégia de fidelização e rentabilização da base de clientes, materializada pelo Programa de Transformação do Varejo, já demonstram a assertividade das medidas.

CAPTAÇÕES

O Banco do Brasil, líder no mercado de depósitos, registrou R\$ 519,0 bilhões em captações no ano de 2010, 4,1% de crescimento frente ao exercício anterior, o que reflete a confiança dos clientes no BB. Destaque para os depósitos em poupança que cresceram 17,9% no ano.

Nas captações externas, destaque para as emissões de títulos com prazo de 5 e 10 anos por meio do programa *Global Medium Term Notes – GMTN* realizadas nos meses de janeiro e abril que atraíram US\$ 1,45 bilhão. Ao final de 2010, o saldo das captações externas alcançou US\$ 25,3 bilhões, variação de US\$ 3,7 bilhões ou 16,9% em relação a 2009.

Da captação realizada no mês de outubro, o Banco Central considerou elegível como capital de nível II, na categoria de dívida subordinada, o montante de US\$ 650 milhões, que corresponde, tomando-se por base os números de setembro de 2010, a um aumento de aproximadamente 21 pontos-base no índice de Basileia do BB.

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS

No ano de 2010, a BB Gestão de Recursos – BB DTVM, maior administradora de recursos de terceiros do País, atingiu R\$ 360,2 bilhões em recursos administrados, divididos entre fundos de investimento e carteiras administradas. Esse volume representou crescimento de 17,4% em 12 meses segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – Anbima.

Vale destacar que esses números não incluem o saldo de recursos administrados pelo Banco Votorantim, que atingiu R\$ 24,1 bilhões em dezembro de 2010. Caso fosse consolidado 50,0% do saldo administrado pelo BV, percentual igual à participação do BB em seu capital total, a participação de mercado do Banco do Brasil chegaria a 21,9%.

Além de não adquirir participação em empresas que desrespeitam princípios relativos à preservação ambiental e aos direitos humanos e do trabalho, a BB DTVM, subsidiária integral do Banco do Brasil, tornou-se signatária dos Princípios para o Investimento Responsável – PRI, da Organização das Nações Unidas – ONU, comprometendo-se a aprofundar a adoção das variáveis socioambientais em suas decisões de investimento.

CARTEIRA DE CRÉDITO

O crescimento da carteira de crédito do BB em 2010 foi impulsionado, sobretudo, pela evolução das operações com as pessoas físicas, que passaram a representar 31,6% da carteira total contra

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

30,5% ao final de dezembro de 2009. Destaque para o crescimento do crédito consignado (23,2% em relação ao ano de 2009), segmento no qual o BB manteve sua liderança com 32,7% de participação de mercado.

O saldo das operações de financiamento de veículos alcançou R\$ 27.395 milhões, incremento de 32,1% em doze meses. Deste total, R\$ 15.990 milhões são operações oriundas do BV, que após a parceria com o BB tem incrementado significativamente o volume de originação desses créditos. A participação do BB em operações para aquisições de veículos do SFN (R\$ 188.638 milhões) alcançou 14,5%.

O Banco do Brasil alcançou em novembro a meta de dobrar sua carteira de financiamento imobiliário em 2010 em relação ao resultado do ano anterior, ao atingir a marca de R\$ 3 bilhões.

A carteira de crédito pessoa jurídica encerrou o ano com saldo de R\$ 149,8 bilhões, já contemplando as operações do BV. A carteira PJ representou 41,8% do total da carteira de crédito do BB em 2010, contra 41,7% em 2009. Somadas, as linhas de capital de giro e investimentos representam 72,5% do total da carteira PJ. Destaque para o bloco de investimento que cresceu 31,3% no ano.

No atendimento às micro e pequenas empresas, o Banco do Brasil manteve-se como principal parceiro do segmento. Ao final de 2010, o BB possuía 2,1 milhões de contas correntes com 2 milhões de clientes micro e pequenas empresas. O saldo das operações para MPE, em dezembro de 2010, foi de R\$ 50,9 bilhões, incremento de 13,3 % em relação a 2009. Vale ressaltar a destinação, em 2010, de R\$ 37 bilhões para capital de giro, que representou crescimento de 18,5% em relação a 2009.

Nas operações de capital de giro com micro e pequenas empresas, o Banco do Brasil utilizou amplamente o Fundo de Garantia de Operações – FGO como forma de mitigar o risco de crédito das operações e ampliar o volume da carteira. Ao final de 2010, havia 353,6 mil operações com cobertura do FGO, totalizando o saldo aplicado de R\$ 7,0 bilhões.

Em 2010, o BB financiou R\$ 4,3 bilhões em 75 mil operações com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO e atendeu a 466 municípios da região. Esse número representa incremento de 33,6% em relação ao ano anterior e é o maior volume contratado em um exercício desde a criação do Fundo. Destaca-se o fato de que 51,4% desse total beneficiaram tomadores de micro/mini e pequeno porte.

De um total de 16 projetos da indústria naval analisados pelo BB, que compreende construção de estaleiros, embarcações, navios sonda e plataformas marítimas de produção de petróleo e gás, 15 tiveram indicação favorável de crédito para apoio financeiro por meio do Fundo de Marinha Mercante – FMM, cuja soma atingiu R\$ 172 milhões em desembolsos. Com isso, o saldo em carteira nessa modalidade chegou a R\$ 815 milhões ao final de 2010, evolução de 27% em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, o portfólio de projetos passíveis de financiamento pelo FMM no final de 2010 monta a R\$ 6.400 milhões, num total de 22 projetos.

Em 2010, o Banco do Brasil também consolidou sua liderança em repasses de recursos do BNDES com 19,4% de participação de mercado e um total de R\$ 4,3 bilhões destinados para clientes do segmento atacado. O saldo da carteira de Cartão BNDES dobrou em 2010 e chegou a dezembro com total de R\$ 3 bilhões. Esse instrumento de crédito representa mais de 20% do financiamento de investimentos feitos por micro e pequenas empresas. O Banco mantém a liderança em volume desembolsado, quantidade de operações e cartões emitidos de Cartão BNDES. Na modalidade Finame, o Banco do Brasil desembolsou R\$ 7,8 bilhões, correspondentes a 42,6% do total liberado pelo BNDES em 2010.

O Banco do Brasil manteve-se como o principal parceiro do agronegócio brasileiro. A carteira de agronegócios encerrou o ano com saldo de R\$ 75 bilhões em operações de crédito rural e agroindustrial. Esse montante representa um incremento de 12,9% em relação a 2009. Desse total, R\$ 17,7 bilhões referem-se a operações contratadas com agricultores familiares, R\$ 28,0 bilhões com médios e grandes produtores, R\$ 3,2 bilhões com cooperativas agropecuárias e R\$ 26,1 bilhões com empresas do agronegócio. Na contratação de operações de crédito rural destaca-se a utilização de mecanismos de mitigação de risco – intempéries e preços. Ao final de 2010, 55,1% das operações de custeio agrícola estavam cobertas com seguro de produção (seguro agrícola ou proagro) e 6,1% cobertas por seguro de preço (contratos de opções).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Destaque também para a estratégia negocial de Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS do Banco. Ao final de 2010, a estratégia contava com 3,8 mil planos de negócios em implementação, beneficiando 1,2 milhão de pessoas em 3,9 mil municípios brasileiros, com créditos programados na ordem de R\$ 5,1 bilhões, em investimento, custeio e giro. Dos R\$ 8,9 bilhões de créditos concedidos, R\$ 5 bilhões (56,2%) serão destinados por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Preocupado com o crédito responsável, o Banco do Brasil não oferece novos créditos a clientes incluídos em relação de empregadores que submetem seus trabalhadores a formas degradantes de trabalho ou os mantenham em condições análogas ao trabalho escravo. A decisão atinge também os envolvidos com trabalho infantil e exploração sexual de menores.

Ainda com relação ao crédito o BB adota a todo financiamento na modalidade *project finance*, além da aplicação dos Princípios do Equador, critérios socioambientais na avaliação do estudo de limite de crédito a empresas com Receita Operacional Líquida atual ou projetada superior a R\$ 50 milhões e a projetos de investimento com valor financiado pelo BB igual ou superior a R\$ 2,5 milhões.

A tabela abaixo mostra os projetos analisados à luz dos Princípios do Equador em 2010:

Princípios do Equador¹

			R\$ milhões
Setor	Nível de Risco	Valor Financiado	Quantidade de Projetos
Transportes	Médio	955	3

¹ Os Princípios do Equador são um conjunto de critérios de responsabilidade socioambiental aplicáveis a projetos de investimento que utilizam, como referência, os padrões de desempenho em sustentabilidade social e ambiental da *International Finance Corporation (IFC)* e do Banco Mundial.

Qualidade da Carteira de Crédito

Passado o auge da crise financeira mundial, percebe-se redução nos índices de inadimplência tanto do BB quanto do Sistema Financeiro Nacional. O índice de atraso de operações vencidas no Banco do Brasil há mais de 90 dias atingiu 2,3% ao final de 2010 contra 3,3% registrados no exercício anterior, abaixo da média do mercado durante todo o período. As operações classificadas nos níveis de risco AA a C responderam por 93,7% da carteira, contra os 92,7% observados no SFN.

Em 2010, o Banco do Brasil intensificou sua oferta de crédito em operações com mitigadores de risco, tais como crédito consignado, financiamento imobiliário, operações lastreadas pelo Fundo Garantidor de Operações – FGO e por mitigadores de preço e intempérie no crédito ao agronegócio melhorando, assim, a qualidade da carteira de crédito.

Com isso, as despesas com Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) se reduziram em comparação ao ano anterior, mesmo com crescimento de 19,1% da carteira, que elevaria naturalmente os estoques de provisão. A gestão eficiente do processo de cobrança e recuperação de créditos permitiu redução de R\$ 1 bilhão com despesas de provisão no exercício.

Adicionalmente, o BB implementou um sistema que identifica perfis de comportamento de clientes que podem ficar inadimplentes e passou a oferecer o alongamento do saldo devedor preventivamente, antes que o cliente atrase o pagamento das parcelas. Medidas como essa refletem o esforço do Banco para evitar o superendividamento.

COMÉRCIO EXTERIOR

No comércio exterior, o Banco manteve a liderança no mercado de câmbio de exportação e de importação, com volumes de US\$ 57,1 bilhões e US\$ 42,7 bilhões, e participações de mercado de 31% e 24%, respectivamente. Do volume total de câmbio, 36,5% refere-se às empresas dos segmentos *Large Corporate*, *Corporate* e *Empresarial*. A atuação do BB no mercado de câmbio financeiro também apresentou incremento significativo, atingindo US\$ 89,6 bilhões em operações de compra e venda, o que significa crescimento de 27,7% em relação a 2009.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No financiamento às exportações, as operações de ACC/ACE se sobressaem, com desembolsos de US\$ 12,6 bilhões, o que mantém o BB como líder de mercado com *market share* de 33,6%. Do volume total desembolsado, 36,1% refere-se às empresas dos segmentos *Large Corporate*, *Corporate* e Empresarial. Destaque também para o Programa de Financiamento às Exportações (Proex), cujos desembolsos na modalidade Financiamento foram de US\$ 432,5 milhões, melhor marca dos últimos cinco anos. Quanto às importações, o volume financiado aumentou 29,1% em relação ao ano passado, totalizando US\$ 4,3 bilhões.

Os serviços on-line de câmbio e comércio exterior continuam apresentando recordes: 66,5% dos contratos de câmbio de exportação e 44,2% dos de importação foram realizados via internet. O Banco oferece, ainda, serviços de capacitação em negócios internacionais. Em 2010, foram treinadas 19,4 mil pessoas em todo o País.

CARTÕES

O BB obteve faturamento de R\$ 111,2 bilhões no segmento em 2010, evolução de 23,2% em relação a 2009. Esse desempenho permitiu um avanço na participação de mercado para 20,7%, mantendo a liderança de faturamento no mercado brasileiro de cartões de débito e em cartões da bandeira Visa.

A base total de cartões, que compreende cartões de crédito e débito, incluindo cartões emitidos por meio de parcerias e destinados a não correntistas, alcançou 88,3 milhões de plásticos em dezembro, registrando incremento de 9,7% sobre 2009.

No ano de 2010, o Cartão Ourocard Agronegócio, nas modalidades Platinum Agronegócio e Empresarial Agronegócio, atingiu desembolsos de R\$ 5,1 bilhões, consolidando-se como meio de pagamento nesse segmento.

Em 2010, o BB assinou Memorando de Entendimentos com o Bradesco para atuação na área de cartões de crédito, débito e pré-pagos. O acordo tem o objetivo de integrar parte das operações de cartões das duas empresas e lançar uma bandeira brasileira de cartões, a ELO, para clientes correntistas e não correntistas.

SEGUROS, PREVIDÊNCIA E CAPITALIZAÇÃO

Os negócios com seguros, previdência e capitalização agregaram ao resultado do Banco, no ano de 2010, R\$ 1.354,2 milhões, entre equivalência patrimonial e receitas de serviços, incremento de 36,5% em relação a 2009. Este resultado pode ser expresso pelo índice de seguridade, que representa a participação da seguridade no lucro líquido recorrente do Banco do Brasil, tendo alcançado 12,7% em 2010.

Em 2010 o BB deu andamento ao processo de reestruturação da área de seguridade baseada nas seguintes premissas: (i) as empresas da área de seguridade serão de direito privado, com a BB Seguros detendo a maior participação acionária possível nessas empresas; (ii) os sócios da BB Seguros não poderão ser concorrentes; e (iii) os produtos de seguridade terão exclusividade na rede de distribuição do BB.

Em 30.04.2010, a participação da BB Seguros na Brasilprev aumentou de 49,9892% para 74,995%. Essa movimentação refletiu positivamente no resultado do BB a partir do segundo trimestre do ano.

Em 2010 foram repassados mais de R\$ 14 milhões da taxa de administração de produtos de capitalização e seguridade para projetos socioambientais.

MERCADO DE CAPITAIS E TESOURARIA

O Banco do Brasil atua no mercado de capitais doméstico por meio do BB Banco de Investimento S.A. – BB-BI. Em 2010 foram 44 emissões de títulos de renda fixa que somaram R\$ 13,8 bilhões, ficando em 3º lugar no *ranking* Anbima consolidado, com 19,3% de participação de mercado. No segmento de securitização foram 4 emissões de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC, 1 de Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI e 2 de Fundos Imobiliários, que somaram R\$ 957 milhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No mercado de ações, o BB-BI coordenou 2 ofertas de ações que somaram R\$ 327 milhões. Em termos de distribuição, o BB alcançou o 1º lugar no ranking Anbima, com 60,5% de participação de mercado.

Na custódia de ativos no mercado doméstico, o Banco ocupa o 3º lugar no *ranking* Anbima, com R\$ 461,9 bilhões custodiados que representam 22,1% de participação de mercado e atua como instituição depositária de ativos mobiliários.

No mercado de capitais internacional, o BB, por meio de suas corretoras externas *BB Securities Ltd* (Londres) e Banco do Brasil *Securities LLC* (Nova Iorque), atuou em 30 das 69 operações de captação externa realizadas por empresas, bancos e governo brasileiro, das quais 17 com *status* de “*lead-manager*” e 13 como “*co-manager*”. Do total de aproximadamente US\$ 40 bilhões emitidos no ano, o BB participou em cerca de US\$ 21,6 bilhões.

No mercado de fusões e aquisições, o BB-BI participou de 5 operações concretizadas que somaram R\$ 8,5 bilhões, ficando em 7º lugar no *ranking* Anbima, com 12% de participação de mercado.

O BB oferece serviço de compra e venda de ações por meio da rede de agências, internet (*home broker*) e celular. O volume movimentado pelo Banco foi de R\$ 22,4 bilhões em 2010, 10% superior ao volume movimentado em 2009. As receitas com o serviço de compra e venda de ações na internet cresceram 13% em relação ao ano anterior.

SERVIÇOS

A BB Administradora de Consórcios encerrou o ano de 2010 com 208,9 mil cotas ativas, crescimento de 48,3% em 12 meses. Destaque para o segmento de automóvel, que cresceu 80%, atingindo 168,4 mil cotas em 2010. Em novembro de 2010, o BB, que já atuava nos segmentos de bens móveis e imóveis, tornou-se a primeira instituição financeira a ofertar portfólio completo de consórcio, com a entrada no segmento de serviços.

Em arrecadação de tributos, o BB detém 25,2% do mercado na esfera federal e 35,4% na estadual, correspondentes a R\$ 321,5 bilhões arrecadados. Na esfera municipal, foram arrecadados R\$ 14,2 bilhões.

Por meio dos serviços de cobrança bancária, arrecadação de guias e débito automático, o Banco do Brasil atende a mais de 565,7 mil empresas, que movimentaram R\$ 709,3 bilhões em 2010, com um total de 917.987.046 títulos. Esses serviços agregaram R\$ 1,9 bilhão em receitas, crescimento de 15,8% em relação a 2009.

A nova solução de cobrança eletrônica, o Débito Direto Autorizado (DDA), somou 1,2 milhão de sacados eletrônicos, 24% de participação de mercado e mais de 70,5 milhões de boletos apresentados eletronicamente. Esse novo serviço dispensa a impressão de boletos, medida que contribui para a redução do uso de papel e, conseqüentemente, beneficia o meio ambiente.

Foram processados créditos oriundos de convênios de folhas de pagamento, no total de 177,5 milhões, entre clientes pessoa jurídica e setor público no ano. No total, o BB atendeu 12 milhões de servidores públicos e funcionários de empresas privadas com esse serviço, tendo movimentado 276,9 bilhões.

PRODUTOS E SERVIÇOS COM APELO SOCIOAMBIENTAL

O Banco do Brasil possui amplo portfólio de produtos e serviços financeiros com apelo socioambiental, apresentados na tabela a seguir, que vai desde títulos de capitalização, que destinam parte da taxa de administração para projetos socioambientais, até linhas de crédito que apoiam a modernização de parques industriais por meio do financiamento a máquinas e equipamentos ecoeficientes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

		R\$ milhões	
		Volume	
Capitalização ¹	Ourocap Estilo Prêmio / Ourocap Estilo Flex / Ourocap Multichance / Ourocap 200 anos / Ourocap Estilo Prêmio Cartão de Crédito / Ourocap 200 anos Cartão		
Seguridade ¹	Ouro Vida / Ouro Vida Empresa / Ouro Vida Estilo / BB Seguro Vida Mulher / BB Seguro Vida Agricultura Familiar / Ouro Residencial e Residencial Estilo / Ouro Máquinas e Máquinas Novo - ALS / BB Seguro Auto Estilo /	% taxa de administração para projetos socioambientais	395,8
Fundos ²	BB Diferenciado DI Social 200	Carteira/ Invest. em companhias socioambientalmente responsáveis	485,8
	BB Ações ISE		
	FIP Brasil Gov. Corporativa		
	Brasil Sustentabilidade FIP		
	Brasil Agronegócios FIP		
	Brasil de Internac. Empresas FIP		
Linhas de Crédito ³	BB Microcrédito DRS/ Cred. Imob. Minha casa Minha Vida/ Microcrédito/ FCO Pronatureza/ BNDES (Propflora, Produza, Moderagro, Proesco)/ Pronaf (Florestal, Agroecologia, Eco)/ CDC Veículo Ecoeficiente/ BB	Linhas de crédito com características socioambientais	20.680,6

¹ Montante comercializado

² Patrimônio Líquido

³ Saldo da Carteira

INVESTIMENTO SOCIAL

Os investimentos sociais da Fundação Banco do Brasil – FBB alcançaram R\$ 118,6 milhões em iniciativas, programas e ações estruturadas de educação, geração de trabalho e renda e reaplicação de tecnologias sociais. O valor investido foi prioritariamente direcionado para comunidades de agricultores familiares, agroextrativistas, assentados, quilombolas, indígenas e catadores de materiais recicláveis em todo o País, em especial nas regiões com baixos índices de desenvolvimento humano e comunidades sob maior risco de exclusão social.

O Banco do Brasil contribui para o Fundo da Infância e Adolescência – FIA desde 2003 e incentiva, por meio de campanhas de comunicação, seus funcionários e clientes a igualmente fazerem suas doações. Ao final de 2010, o BB repassou R\$ 11,6 milhões ao Fundo. Parte do valor doado ao FIA é revertido para os projetos de voluntariado dos funcionários do Banco voltados aos direitos da criança e do adolescente, tendo sido apoiados 33 projetos neste ano.

Entre as ações em curso do BB e da FBB destacam-se:

- ✓ **Projeto Voluntários BB** - R\$ 3,5 milhões foram destinados a apoiar 46 projetos socioambientais indicados pelos mais de 2 mil funcionários voluntários do BB;
- ✓ **Programa Aprendiz Banco do Brasil e Estágio de Estudantes** – 5.534 adolescentes de baixa renda capacitados em 2010 e 9.853 estagiários em 2010 desenvolvendo atividades curriculares nas dependências do BB;
- ✓ **Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente** - R\$ 11,6 milhões destinados em 2010 para projetos geridos pelos Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente;
- ✓ **Bibliotecas Rurais Arca das Letras** - 250 Arcas instaladas em 2010 em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, beneficiando 20.211 famílias;
- ✓ **Programa de Inclusão Digital** - mais de 1,2 mil pontos de inclusão digital instalados e 2.239 computadores doados em 2010;
- ✓ **Centros Culturais Banco do Brasil** – 295.373 estudantes participaram em 2010 de visitas guiadas para promoção e divulgação da cultura por meio das mais variadas manifestações artísticas;
- ✓ **Patrocínio ao Esporte** - projetos sociais e ações promocionais participativas; arrecadação de alimentos nos eventos esportivos; e escolinhas de vôlei e de tênis para comunidade local das sedes dos eventos;
- ✓ **Banco de Tecnologias Sociais** - 571 tecnologias certificadas em 2010;
- ✓ **Programa BB Educar** - mais de 2 mil jovens e adultos atendidos;
- ✓ **Programa AABB-Comunidade** - difundindo esporte e cultura a aproximadamente 50 mil crianças e jovens atendidos anualmente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

GESTÃO CORPORATIVA

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Na estrutura de governança corporativa do Banco do Brasil estão presentes o Conselho de Administração, assessorado pelo Comitê de Auditoria e pela Auditoria Interna, e a Diretoria Executiva, composta pelo Conselho Diretor (presidente e 9 vice-presidentes) e por 26 diretores estatutários. O BB mantém ainda, em caráter permanente, um Conselho Fiscal.

Em todos os níveis do Banco as decisões são tomadas de forma colegiada. Com o propósito de envolver os executivos na definição de estratégias e aprovação de propostas para os diversos negócios do BB, a administração utiliza comitês, subcomitês e comissões de nível estratégico, que garantem agilidade e segurança ao processo de tomada de decisão. Dentre os instrumentos utilizados para a garantia da boa governança, também se destacam o Código de Governança Corporativa e o Código de Ética.

Como boa iniciativa da prática de governança corporativa, o Banco instituiu instrumentos para avaliar o desempenho do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e da Diretoria Executiva, de forma a subsidiar a realização de diagnósticos internos e a identificação de ações para aprimorar sua atuação.

O Banco do Brasil é signatário do Código Anbima de Regulação e Melhores Práticas para a Atividade de *Private Banking* no Mercado Doméstico, assegurando elevados padrões éticos, máxima transparência, qualificação dos profissionais e comprometimento na qualidade da recomendação de produtos e serviços.

Ressalta-se que o Banco do Brasil, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBovespa, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

Em relação às empresas participadas, o BB tem procurado aprimorar a governança daquelas sociedades. Como exemplo, foram implementadas evoluções na governança do Banco Votorantim, tais como a reformulação do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria e do Conselho de Administração, além da implementação de três comitês de assessoramento ao Conselho de Administração (Finanças, Recursos Humanos e de Produtos e Marketing).

RELACIONAMENTO COM O MERCADO

Na administração dos negócios, o BB tem se preocupado em divulgar as suas atividades ao mercado com o maior detalhamento possível, de forma tempestiva e sem perder a qualidade nas informações prestadas. Além da ampla gama de relatórios e de informações disponibilizadas à CVM e no site de RI, das reuniões Apimec e outros eventos com acionistas, o Banco tem convocado o mercado para conferências sempre que a administração entende ser necessário clarificar temas específicos sobre a Empresa.

Com esse intuito, em 2010 o BB participou de 76 encontros com investidores e analistas no país, 13 conferências e promoveu 8 teleconferências de resultado com analistas e investidores, além dos mais de 600 atendimentos telefônicos. Em função da oferta pública de ações do Banco, realizada no primeiro semestre deste ano, foram realizados *roadshows* na Ásia, Europa e Américas do Sul e Norte, no total de 164 reuniões com 249 investidores.

Além disso, em novembro de 2010, o BB realizou em São Paulo seu II Painel de *Stakeholders*, que contou com a presença de funcionários, clientes, acionistas, fornecedores, especialistas em relatórios corporativos e representantes do governo e da sociedade. O evento foi uma oportunidade de prestar contas aos públicos de relacionamento do BB que participaram do I Painel de *Stakeholders*, realizado em 2009. Também em 2010 o BB realizou o I Painel de *Stakeholders* da área de crédito – Painel Fatores Socioambientais no Crédito.

Essa prática atende às orientações do modelo de reporte adotado pelo Banco do Brasil (*Global Report Initiative* - GRI) e permite a revisão das informações disponibilizadas pelo Banco de acordo com o que seus públicos consideram importante e relevante na relação com a Empresa, agregando valor à marca BB.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O BB disponibiliza informações atualizadas para o mercado no site de Relações com Investidores (bb.com.br/ri).

OUVIDORIA EXTERNA

A Ouvidoria Externa do BB foi criada para, dentre outras atribuições, receber e tratar as reclamações de seus clientes e usuários que não forem solucionadas pelo atendimento habitual realizado pelas agências ou pelos serviços de atendimento telefônico ou eletrônico. Compreende todas as dependências do Banco do Brasil e as empresas controladas, coligadas e administradas que firmaram convênio para componente único de ouvidoria.

Esse mecanismo não substitui os canais convencionais de atendimento. Ao contrário, existe para tratar questões dos clientes e usuários que já tiverem recorrido às agências e aos serviços de atendimento do BB e que, por não se sentirem satisfeitos com o resultado de suas reclamações, desejarem uma revisão do caso.

O BB disponibiliza a seus clientes diversos canais de atendimento com a Ouvidoria Externa. Além de um número de telefone gratuito há um número de atendimento para deficientes auditivos e de fala, o site do BB e um endereço para contato através do envio de cartas.

A Ouvidoria BB propõe ao Conselho de Administração, após trânsito preliminar pelo Conselho Diretor, medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas.

Em 2010 a Ouvidoria do BB atuou no tratamento de reclamações e utilizou as informações como insumo para proposição de 36 ações de melhorias de processos, produtos e serviços.

Mais que atender às determinações legais, a Ouvidoria BB representa o comprometimento do Banco do Brasil com as boas práticas de mercado, em respeito aos direitos dos consumidores e a busca constante por aprimoramento e melhoria de seu relacionamento com os diversos públicos atendidos.

PROCESSOS INTERNOS

Gestão de Riscos

No Banco do Brasil a gestão de riscos é realizada de forma colegiada e segregada das unidades de negócios. As políticas de riscos e de crédito são determinadas pelo Conselho de Administração do Banco. Essas políticas materializam-se em limites globais de exposição a riscos, os quais são definidos pelo Comitê de Risco Global – CRG, que é um fórum composto pelo presidente e por vice-presidentes. As ações para implantação e acompanhamento das diretrizes emanadas do CRG são conduzidas pelos Subcomitês de Riscos de Crédito, Mercado e Liquidez e Operacional.

No âmbito de riscos de mercado houve revisão da estrutura de limites globais e específicos e do Programa de Testes de Estresse de Exigência de Capital para Riscos de Mercado, ambos em linha com o estipulado na Circular Bacen nº 3.478/2009, que trata de modelos internos de riscos de mercado. Relativamente ao risco de liquidez, a exposição do Banco é mínima, em razão de sua relevante posição ativa em títulos públicos federais de alta liquidez.

Em relação ao risco de crédito, o BB utiliza metodologias proprietárias de classificação de risco de clientes. Desenvolvidos em consonância com as melhores práticas de mercado e com os conceitos introduzidos pelo Acordo de Basileia, esses modelos estatísticos consideram os aspectos cadastrais (*credit score*), o histórico de crédito (*behaviour score*) com o Banco e o mercado, e a utilização de produtos bancários.

A estratégia de atuação do BB na concessão de créditos destinados às operações de custeio agrícola foi direcionada à melhoria da carteira e à conjugação com mitigadores de riscos climáticos e de preços, de acordo com o risco a que estão expostos os produtores.

Para gerenciar o risco operacional, o Banco do Brasil, aderente às melhores práticas de mercado, monitora as perdas operacionais utilizando-se de base de dados interna sistematizada, limites de exposição e indicadores-chave de risco, além de matrizes de riscos para avaliar serviços terceirizados relevantes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Visando à contínua melhoria do processo de gestão do risco operacional, em 2010, o BB implementou limites específicos para perdas operacionais relacionadas a “problemas trabalhistas”, “falhas nos negócios”, “falhas em processos” e “fraudes e roubos externos”, com o objetivo de imprimir maior agilidade na proposição de ações de mitigação.

Com o objetivo de prevenir, corrigir ou inibir fragilidades que possam gerar riscos para o BB, assim como reduzir perdas e fortalecer a cultura de riscos, foi criada a Recomendação Técnica de Risco (RTR), emitida às áreas gestoras de processos ou produtos quando identificada a necessidade de adoção de ação de mitigação de perdas, além de garantir o cumprimento das responsabilidades definidas nas fases de gestão de riscos.

O Banco do Brasil emite, ainda, Recomendação Técnica de Segurança – RTS, quando identificada alguma ameaça externa ou fragilidade considerada relevante nos aspectos de segurança de produtos, serviços e negócios.

A emissão de RTS está embasada na leitura de cenários e no relacionamento contínuo com outras instituições financeiras e órgãos de inteligência e de segurança no Brasil e no exterior, bem como na avaliação permanente, pelo Banco, dos níveis de perdas com fraudes internas e externas, roubos externos e trabalhos de inteligência preventiva.

No tocante à gestão do capital, ao longo de 2010, o Banco aprimorou e consolidou o processo de acompanhamento e monitoramento, com a criação de um fórum específico onde são avaliados os potenciais impactos das alterações nos ambientes mercadológico e regulatório sobre as projeções realizadas, contemplando ainda as decisões estratégicas do Conglomerado e seus desdobramentos orçamentários, com foco na otimização da gestão e adequação da exposição a risco.

Registra-se ainda que o BB deu continuidade à consolidação da abordagem padronizada simplificada de Basileia II, bem como ao processo de preparação para adoção de modelos avançados.

Em relação ao Pilar III do acordo de Basileia II, relacionado à transparência na divulgação de informações ao mercado, foram implementadas ações no decorrer de 2010 de forma a deixar o BB aderente aos requisitos do Novo Acordo, bem como à Circular Bacen nº 3.477/2009, que trata do mesmo tema.

Para conhecer as políticas de gestão de riscos do Banco do Brasil, acesse bb.com.br/ri.

Controles Internos

Em 2010 foram incorporadas novas práticas de avaliação da eficácia dos Controles Internos do BB, baseadas em critérios de relevância material, tanto em termos de impactos nos demonstrativos financeiros, quanto em relação a aspectos de risco operacional.

Com o objetivo de fortalecer os processos empresariais relacionados à geração e divulgação de informações ao mercado, foram desenvolvidos mecanismos que buscam assegurar a eficácia dos controles, em consonância com o que dispõe a Instrução CVM 480/09.

A validação é um processo que tem como objetivo avaliar, de forma independente, os modelos envolvidos na gestão de riscos, de modo a possibilitar que as instituições financeiras possam, mediante prévia autorização do Banco Central, utilizar modelos internos para apuração dos riscos de mercado, crédito e operacional e definir o capital a ser alocado para fazer frente a esses riscos. No Banco do Brasil, desde 2010, o processo de validação vem sendo conduzido pela Diretoria de Controles Internos, em consonância com o cronograma de candidatura para uso de modelos proprietários de risco de mercado, crédito e operacional.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro

Para o Banco do Brasil, prevenir e combater a lavagem de dinheiro, além de obrigação legal, é uma responsabilidade social e um compromisso com o País. Em sua página na internet, o Banco divulga as políticas adotadas para prevenir e combater a lavagem de dinheiro e oferece sugestões aos clientes para evitar que sejam usados por criminosos em esquemas dessa natureza.

Além disso, o Banco investe, permanentemente, na capacitação de seus funcionários. Os treinamentos presenciais e a certificação interna em Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

do Banco são certificados com o Selo Enccla - Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro. O Selo Enccla é conferido pelo Ministério da Justiça a cursos que atendam aos requisitos definidos pelo Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Lavagem de Dinheiro - PNLD.

Adicionalmente, desde 2009, o BB aborda o tema em suas seleções externas.

TECNOLOGIA

Não obstante o trabalho da Diretoria de Tecnologia para aprimorar o atendimento prestado aos milhões de clientes do Banco do Brasil, em 2010, o BB incorporou o atendimento de milhões de clientes do Banco Nossa Caixa (BNC). Essencial para o sucesso dessa incorporação foi o trabalho de sua área de tecnologia, que garantiu que em apenas nove meses o BNC fosse incorporado. Uma incorporação em prazo tão curto e de forma tão eficiente é caso único no mundo e referência para outros bancos. Nos período de incorporação, pautando suas ações pelo respeito aos clientes do Banco incorporado, o Banco do Brasil desenvolveu uma solução de terminal de autoatendimento híbrido para que os clientes do BNC não sentissem o impacto da migração.

Para garantir essa eficiência em sua área de tecnologia da informação (TI) pelas próximas décadas, o Banco Brasil expandiu sua infraestrutura tecnológica. Para isso, além de expandir o prédio do seu datacenter no Complexo Central de Tecnologia, em Brasília, em quase 3 mil metros quadrados, o BB concluiu o processo de licitação para a escolha do consórcio que irá construir seu novo datacenter na capital federal.

Para aprimorar a governança a todos esses processos, no ano de 2010 o BB iniciou a implantação de um novo modelo de Governança de TI, adequado às necessidades presentes e futuras do Conglomerado.

O conceito de Governança de TI adotado pelo Banco do Brasil foi cunhado pelo ITGI (*Information Technology Governance Institute* – Instituto de Governança de Tecnologia da Informação) e apregoa que a "Governança de TI refere-se aos processos, estruturas organizacionais e lideranças que asseguram que a TI Corporativa sustenta e estende as estratégias e objetivos da organização". Por essa razão, o foco principal deste novo modelo é o aperfeiçoamento dos processos de gestão da área de Tecnologia da Informação do BB, de modo a assegurar o alinhamento entre a TI e a Estratégia Corporativa.

O novo modelo de Governança de TI do BB permite também, melhorar o alinhamento da arquitetura, infraestrutura e aplicações de TI às necessidades de negócio; tornar mais claras as regras para responsabilidades, decisões e ações relativas à TI; garantir a aderência dos processos de TI às leis, padrões e normas de reguladores internos e externos e aumentar a transparência na gestão da TI da Organização.

Prevista para ter a conclusão de sua implantação no ano de 2011, a nova Governança de TI do BB foi elaborada com base nas melhores práticas e padrões, de forma a aumentar a eficiência da área de TI e também o controle dos seus processos, garantindo assim a sustentabilidade e perenidade tecnológica do Banco do Brasil.

LOGÍSTICA

Em 2010, o Banco do Brasil implementou diversas medidas para aprimorar a logística de seus negócios. Com a finalidade de obter ganho de escala por meio da centralização e padronização de serviços, parte das rotinas conduzidas pelas agências foi absorvida por dependências especializadas em suporte operacional.

Espera-se com essa medida atribuir às unidades de suporte operacional a responsabilidade pela condução de rotinas mais complexas e dar às agências maior agilidade no atendimento, reduzindo o tempo de resposta aos clientes.

Em continuidade ao processo de melhoria de atendimento ao cliente, o Banco do Brasil está em fase de implementação de sistema de avaliação quinzenal dos terminais de autoatendimento. Dessa forma, o BB pretende elevar o nível de disponibilidade dos equipamentos, garantindo a satisfação e a fidelização de seus clientes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Uma das ações do Programa de Transformação do Varejo inclui a nova ambientação das agências. Em 2010 o BB adaptou 45 dependências ao novo padrão visual. Trata-se de um projeto-piloto que tem o propósito de modernizar as instalações físicas das agências, oferecer maior conforto aos clientes, instalar ambientes de atendimento com maior privacidade e modernos dispositivos de segurança. Em 2011 é previsto que o projeto de novo leiaute seja expandido para até 400 agências.

ECOEFIÊNCIA

O Banco do Brasil enfatiza o Programa de Ecoeficiência que tem por objetivo produzir mais com menos, utilizando menos recursos naturais e energia no processo produtivo, reduzindo o desperdício e os custos de produção e operação.

Cabe citar que o BB é membro fundador do Programa Empresas pelo Clima e do Programa Brasileiro GHG *Protocol*, ambos voltados para a reflexão e proposição de ações de combate às mudanças climáticas.

O Banco do Brasil tem implementado diversas medidas para reduzir o consumo de papel. Os sistemas corporativos foram adequados para imprimir preferencialmente em dupla face, houve campanhas de conscientização junto aos funcionários e, cada vez mais, há um direcionamento para que os clientes façam uso de canais automatizados que não envolvam o uso de papel.

O BB realiza iniciativas voltadas para a racionalização do consumo de insumos e destinação responsável de resíduos. Uma das vertentes do programa prevê a redução de 25% no consumo de água nos edifícios sede do Banco.

O Banco do Brasil tem investido em novos canais para processamento de transações e realização de negócios com seus clientes. Há um direcionamento cada vez maior para os canais que não envolvem impressão e, portanto, não consomem papel. Entre esses canais destacamos a Internet, a Central de Atendimento e o *Mobile Banking*.

Cabe destacar a consolidação da iniciativa do DDA – Débito Direto Autorizado, opção que permite ao cliente cadastrar-se como sacado eletrônico, dispensando a necessidade de emissão de boletos em papel. O BB é líder no serviço de DDA e alcançou esta posição por ter iniciado a oferta do serviço aos clientes antes mesmo do lançamento pela Febraban.

PESSOAS

O BB encerrou o exercício de 2010 com 109.026 funcionários, ante os 103.971 em 2009. Nesse contingente, estão incluídos 3.856 novos funcionários admitidos em decorrência do aumento de dotação, reforçando o compromisso do Banco com o funcionário (melhoria das condições de trabalho e do clima organizacional), com o cliente (melhoria do atendimento) e com o desenvolvimento do País (geração de emprego e renda).

A Universidade Corporativa do Banco do Brasil – UniBB atendeu em 2010 604.804 solicitações de treinamentos nas modalidades presencial, autoinstrucional ou em serviço, totalizando 7.337 mil horas. A média de horas de treinamento por funcionário em 2010 foi de 67,4 horas.

Em 2010 havia no Banco 9.323 funcionários bolsistas nas modalidades graduação e pós-graduação. Considerando treinamentos em geral, o BB registrou 12.296 mil horas de treinamento ao final de 2010.

O programa de concessão de bolsas contribuiu para a melhoria do nível de escolaridade dos funcionários. No encerramento de 2010, 22,5% dos funcionários do BB detinham especialização, mestrado ou doutorado, 48,7% ensino superior, 28,3% ensino médio e 0,5% ensino fundamental.

Além disso, o BB disponibilizou a seus funcionários a participação no Programa de Certificação Interna de Conhecimentos, como estratégia de capacitação e qualificação profissional. Ao final de 2010, 36,8 mil funcionários foram certificados.

O BB incentiva a obtenção de certificações legais de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e de Investimento - CPA 10 e 20. Ao final de 2010, 61,4 mil funcionários possuíam tais certificações. O BB é a instituição financeira com maior número de funcionários certificados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A remuneração e os benefícios concedidos aos funcionários foram distribuídos de acordo com a tabela abaixo:

	R\$ milhões		
	2010	2009	Δ (%)
Folha de pagamento ¹	11.867	9.925	19,6
Previdência Complementar ²	235,4	231,9	1,5
Planos de Saúde ²	693,9	639,8	8,5
Participação nos Lucros e Resultados ³	1.756	1.385	26,8
Treinamento	86	73	16,8

¹ Despesas com proventos, benefícios, encargos sociais e provisões administrativas.

² Custeio dos planos de previdência complementar e de saúde, conforme Nota Explicativa 27.

³ Valor destinado à Participação nos Lucros e Resultados, conforme Demonstração do Resultado do Exercício.

O Banco possui em sua estrutura a Área de Qualidade de Vida no Trabalho, que desenvolve e gerencia vários programas que visam à melhoria na qualidade de vida dos funcionários, tais como PCMSO (Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional), Sesmt (Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho do BB), Tabas (Programa de Controle do Tabagismo), Pavas (Programa de Assistência às Vítimas de Assalto e Sequestro), Programa de Reconhecimento de Funcionários e Programa de Qualidade de Vida no Trabalho.

Uma das ações realizadas pelo BB no Programa de Reconhecimento é o Festival Cultural. O Festival foi criado para valorizar os talentos artísticos dos funcionários da ativa e aposentados do Banco. Em 2010 foi realizada a segunda edição do Festival. Se inscreveram nas categorias crônica, dança de salão e fotografia 892 funcionários e aposentados.

O Banco do Brasil disponibiliza, desde 2005, canal institucional interno denominado Ouvidoria Interna que recebe elogios, denúncias e reclamações dos funcionários sobre as políticas, práticas e processos de gestão de pessoas e responsabilidade socioambiental.

Em 2010, o BB avançou na gestão da ética por meio da instalação de estruturas específicas, responsáveis pela ampliação das ações de disseminação dos preceitos éticos e pela avaliação de casos de desvio de conduta ética ocorridos na Empresa.

O Banco do Brasil mantém um processo de diálogo com a representação dos seus funcionários de forma transparente e respeitosa. Mantém um Acordo Coletivo de Trabalho de abrangência nacional, realiza negociações permanentes com os sindicatos e organiza mesas temáticas com a representação dos bancários para aprofundar temas de interesse dos trabalhadores e da empresa.

Adicionalmente, o Banco disponibilizou na intranet o site “negociação coletiva” e um blog específico sobre o tema na busca do aprimoramento do processo de comunicação interna em prol da consolidação e disseminação da cultura do diálogo com as entidades sindicais, ampliando a interação e o debate sério dos temas envolvidos no processo entre a empresa e seus funcionários.

Como resultado de suas boas práticas de gestão de pessoas, em 2010 o BB foi premiado como uma das melhores entre as maiores empresas para se trabalhar no Brasil, segundo avaliação realizada pela *Great Place to Work* e conquistou pela segunda vez consecutiva o Selo Pró-Equidade de Gênero, concedido pelo Governo Federal.

INFORMAÇÕES LEGAIS

Em cumprimento à instrução CVM 381, o Banco do Brasil informa que a KPMG Auditores Independentes não prestou ao Banco e subsidiárias, no ano de 2010, serviços que pudessem afetar sua independência em relação aos trabalhos de auditoria.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, o Banco do Brasil adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, e (ii) o auditor não deve atuar, gerencialmente, perante seu cliente nem tampouco promover os interesses desse cliente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em conformidade com o art. 8º da Circular Bacen 3.068/2001, o Banco do Brasil confirma que possui intenção e capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento". A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que não considera a possibilidade de venda desses títulos.

Em observância ao art. 14, da Instrução CVM 319/99, o BB informa que foi finalizado o processo de integração das agências da rede BB-BNC, que permitiu o atendimento aos novos clientes com a utilização dos aplicativos e sistemas do Banco do Brasil. A incorporação do Banco Nossa Caixa fez parte do processo de ampliação dos negócios do BB no Estado de São Paulo e a concomitante criação de uma diretoria estatutária para gestão das estratégias negociais relativas àquele estado.

De acordo com o contido na Deliberação CVM 488/05, o BB esclarece que houve elevação de 31,2% nos investimentos em relação ao ano de 2009, destacando o montante de investimento em imóveis (reformas e construções), no valor de R\$ 634,8 milhões, em tecnologia da informação, R\$ 1.052 milhões e em equipamentos, R\$ 83,2 milhões.

Atendendo o art. 243 da Lei 6.404/76, o BB informa que os investimentos em sociedades controladas e coligadas atingiram R\$ 17,6 bilhões em 31 de dezembro de 2010.

Conforme os critérios definidos pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Geral da Micro e Pequena Empresa), 93,2% dos clientes pessoa jurídica do BB são classificados como micro e pequenas empresas. O volume de recursos utilizado pelas MPE atingiu R\$ 35,5 bilhões em 2010, crescimento de 11,1% em relação ao exercício anterior. O saldo das operações de capital de giro contratadas pelas microempresas totalizou R\$ 4,9 bilhões e das pequenas empresas R\$ 20,5 bilhões. As operações de investimento destinadas às microempresas atingiram R\$ 2,2 bilhões e para as pequenas empresas R\$ 7,5 bilhões.

PRINCIPAIS RECONHECIMENTOS RECEBIDOS NO PERÍODO

- Premio GRI *Reader's Choice* - categorias Engajamento, Prêmio Investidor e Vencedor Geral;
- *Deutsche Bank's Straight Through Processing (STB) Excellence Award*;
- Vencedor do Prêmio *e-finance* 2010, com 35 cases premiados em 12 categorias;
- Prêmio Abrasca de Criação de Valor, pela performance e liquidez das ações negociadas em bolsa em 2009;
- Prêmio SM Awards 2010, como empresa de Destaque em Crescimento – Bancos e Serviços Financeiros;
- Eleito melhor banco latino-americano de 2010, em premiação oferecida pela revista *Latin Finance*;
- Prêmio "Melhores Empresas para Trabalhar 2010" pelo *Great Place to Work Institute*;
- Eleito o banco do ano no Brasil pela revista *The Banker*;
- Campanha Nacional pela Acessibilidade – CONADE;
- Finalista do prêmio Financial Times de Finanças Sustentáveis;
- Prêmio Alide de reconhecimento das boas práticas nas instituições financeiras de desenvolvimento;
- Prêmio Época de Mudanças Climáticas;
- Selo Empresa Amiga da Criança;
- Selo Pró Equidade de Gênero;
- Top 10 - Empresas de Maior Prestígio no Brasil 2010/2011 - Época Negócios;
- Prêmio prata na XVI Mostra ABMR&A (Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócios) de Comunicação em Marketing Rural e Agronegócio – Banco do Agronegócio na categoria Campanha de Propaganda.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**AGRADECIMENTOS**

Agradecemos a dedicação e o empenho de nossos funcionários e colaboradores, que são a maior riqueza do Banco do Brasil, bem como a confiança de acionistas, clientes e sociedade.

Mais informações: site de Relações com Investidores (bb.com.br/ri).

Relatório da Administração 2010

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Balanco Social Anual 2010

1 - Base de Cálculo		2010 (R\$ mil)			2009 (R\$ mil)				
Receita Líquida (RL) (1)		26.334.600			18.232.858				
Resultado Operacional (RO) (2)		18.410.195			13.591.802				
Folha de Pagamento Bruta (FPB) (3)		13.019.591			11.838.434				
Valor Adicionado Total (VAT)		11.703.165			10.147.522				
2 - Indicadores Sociais Internos		R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
Alimentação		957.871	7,4	3,6	8,2	804.140	6,8	4,4	7,9
Encargos sociais compulsórios		2.698.964	20,7	10,2	23,1	2.512.606	21,2	13,8	24,8
Previdência Privada (4)		1.004.182	7,7	3,8	8,6	1.089.673	9,2	6,0	10,7
Saúde (4)		693.913	5,3	2,6	5,9	639.801	5,4	3,5	6,3
Segurança e saúde no trabalho (2)		33.609	0,3	0,1	0,3	26.360	0,2	0,1	0,3
Educação (2)		44.755	0,3	0,2	0,4	37.150	0,3	0,2	0,4
Capacitação e desenvolvimento profissional (2)		73.353	0,6	0,3	0,6	59.705	0,5	0,3	0,6
Creches ou auxílio-creche		62.706	0,5	0,2	0,5	51.988	0,4	0,3	0,5
Transporte		23.042	0,2	0,1	0,2	18.416	0,2	0,1	0,2
Participação nos lucros ou resultados		1.756.190	13,5	6,7	15,0	1.384.532	11,7	7,6	13,6
Outros		117.575	0,9	0,4	1,0	102.172	0,9	0,6	1,0
Total - Indicadores sociais internos		7.466.159	57,3	28,4	63,8	6.726.543	56,8	36,9	66,3
3 - Indicadores sociais externos		R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
Educação (2)		27.881	0,2	0,1	0,2	20.587	0,2	0,1	0,2
Cultura (2)		43.074	0,3	0,2	0,4	44.783	0,4	0,2	0,4
Saúde e saneamento		13.118	0,1	0,0	0,1	N/D	N/D	N/D	N/D
Esporte		54.421	0,4	0,2	0,5	63.493	0,5	0,3	0,6
Combate à fome e segurança alimentar (2)		947,08	0,0	0,0	0,0	415,06	0,0	0,0	0,0
Geração de Trabalho e renda		61.394	0,5	0,2	0,5	33.352	0,3	0,2	0,3
Outros (2)		16.113	0,1	0,1	0,1	17.641	0,1	0,1	0,2
Total das contribuições para a sociedade		216.948	1,7	0,8	1,9	180.272	1,5	1,0	1,8
Tributos (excluídos encargos sociais) (2)		6.894	0,1	0,0	0,1	8.030	0,1	0,0	0,1
Total - Indicadores sociais externos		223.842	1,7	0,8	1,9	188.303	1,6	1,0	1,9
4 - Indicadores ambientais		R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
4.1 - Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa (2)		70.458	0,5	0,3	0,6	42.862	0,4	0,2	0,4
4.2 - Investimentos em programas e/ou projetos externos (2)		1.305	0,0	0,0	0,0	302	0,0	0,0	0,0
Total dos investimentos em meio ambiente (4.1 + 4.2)		71.763	0,6	0,3	0,6	43.164	0,4	0,2	0,4
5 - Indicadores do corpo funcional		2010 - unidades			2009 - unidades				
Nº de empregados (as) ao final do período		109.026			103.971				
Nº de admissões durante o período		10.048			14.999				
Nº de desligamentos durante o período		4.505			2.786				
Nº de empregados (as) terceirizados (as) (2)		35.007			35.368				
Nº de estagiários (as)		9.853			9.917				
Nº de Aprendizizes		5.534			5.336				
Nº de empregados (as) acima de 45 anos		31.705			30.509				
Nº de empregados por faixa etária:									
Até 25 anos		8.158			8.230				
de 26 à 35 anos		39.829			35.974				
de 36 à 45 anos		29.334			29.258				
acima de 45 anos		31.705			30.509				
Nº de empregados por nível de escolaridade:									
com ensino fundamental		579			696				
com ensino médio / técnico		30.835			31.207				
com ensino superior		53.073			50.163				
pós-graduados (especialização, mestrado e doutorado)		24.539			21.905				

Relatório da Administração 2010

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Nº de mulheres que trabalham na empresa	44921	42.330
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	34,6	36,5
Nº de homens que trabalham na empresa	64.105	61.641
% de cargos de chefia ocupados por homens	65,4	63,50
Nº de negros (as), pardos (as) ou índios (as) que trabalham na empresa	20.807	19.551
nº negros, pardos ou índios que ocupam cargos de chefia (5)	6.016	5.332
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais	882	807
Remuneração bruta (sem encargos) segregada por:	R\$ 6.909.940.075,31	R\$ 5.518.211.409,32
Empregados	R\$ 6.892.104.257,81	R\$ 5.500.969.713,19
Administradores (CA, CF e CD)	R\$ 17.835.817,50	R\$ 17.241.696,13
Diferença entre o menor salário pago pela empresa e o Salário Mínimo (Nacional ou regional)		
Diferença entre o menor salário pago pela empresa e o Salário Mínimo	1090,13	951,00
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
	2010	2009
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	17,0	17,8
Número total de acidentes de trabalho	983	628
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(x) direção () direção e gerências () todos (as) empregados (as)	(x) direção () direção e gerências () todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências () todos (as) empregados (as) () todos (as) + CIPA	(X) direção e gerências () todos (as) empregados (as) () todos (as) + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	() não se envolve () segue as normas da OIT (x) incentiva e segue a OIT	() não se envolve () segue as normas da OIT (x) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerências (x) todos (as) empregados (as)	() direção () direção e gerências (x) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerências (x) todos (as) empregados (as)	() direção () direção e gerências (x) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve () apóia (x) organiza e incentiva	() não se envolve () apóia (x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as): (7)	na empresa: 15.324 no procon: 9.853 na justiça: 94.629	na empresa: 19.344 no procon: 4.788 na justiça: 121.773
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa: 100% no procon: 100%	na empresa: 100% no procon: 99,8%
Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações:	Transformação e conscientização do colaborador no atendimento ao cliente.	Transformação e conscientização do colaborador no atendimento ao cliente.
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	36.179.833	31.116.269
Distribuição do Valor Adicionado:	% sobre o total	% sobre o total
Governo	29,9%	27,8%
Colaboradores(as)	36,1%	37,9%
Acionistas	13%	13,1%
Terceiros	1,70%	1,6%
Retido	19,30%	19,6%
7 - Outras Informações		
Banco do Brasil S/A - Brasília/DF - CNPJ: 00.000.000/0001-91		
Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: Gilberto Lourenço da Aparecida - (61) 3310.3990 - ri@bb.com.br		
Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externa		
O Balanço Social foi assegurado pela KPMG Auditores Independentes S.A. e o relatório de asseguarção será publicado no Relatório Anual de 2010.		
Notas Explicativas:		
(1) Resultado Bruto da Intermediação Financeira. Como Receita Líquida (RL), foi considerado o Resultado Bruto de Intermediação Financeira, sendo portanto, alterado o valor publicado em 2009.		
(2) Alteração na metodologia de coleta de dados. Devido a alteração de metodologia de coleta de dados, os valores publicados em 2009 foram alterados nessa publicação.		
(3) Despesas de Pessoal. Devido a alteração de metodologia de coleta de dados, os valores publicados em 2009 foram alterados nessa publicação.		
(4) Foram consideradas as contribuições patronais realizadas para todas as Entidades Patrocinadas, inclusive das incorporadas (BNC, BESC, BEP), além das próprias. Devido a alteração de metodologia de coleta de dados, os valores publicados em 2009 foram alterados nessa publicação.		
(5) Foi considerado o número total de negros, pardos e índios em cargos de chefia. No ano de 2009, foi utilizado o percentual para publicação, portanto, foi efetuada alteração no valor referente aquele ano nessa publicação.		
(6) Consideram-se as redações registradas na ouvidoria externa da Empresa. Devido a alteração de metodologia de coleta de dados, os valores publicados em 2009 foram alterados nessa publicação.		

Notas Explicativas

Índice das Notas Explicativas

1. Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standard Board (IASB)*.
2. Notas explicativas às demonstrações financeiras do Banco do Brasil S.A para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

1 – O Banco e suas Operações

O Banco do Brasil S.A. (“Banco do Brasil”, “Banco” ou “Grupo”), é uma companhia aberta de direito privado, regida, sobretudo, pela legislação das sociedades por ações, controlada pelo Governo Federal, e sua matriz está localizada no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Lote 32, Bloco C, Edifício Sede III, Brasília, Distrito Federal, Brasil. Tem por objetivo a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como instrumento de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco exercer as funções atribuídas nas leis brasileiras, sob a supervisão do Conselho Monetário Nacional, (i) na qualidade de agente financeiro do Tesouro Nacional, (ii) como principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias, (iii) arrecadar depósitos voluntários, (iv) executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis, (v) realizar, por conta própria, operações de compra e venda de moeda estrangeira e, por conta do Banco Central do Brasil, nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, (vi) realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Banco Central do Brasil, (vii) dar execução à política de comércio exterior, entre outras atribuições.

As empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e a descrição dos segmentos de negócio em que o Banco opera estão relacionadas nas Notas 5 e 7, respectivamente.

2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas

Estas Demonstrações foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 26.04.2011.

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis consolidadas referentes aos exercícios encerrados em 31.12.2010 e 31.12.2009 foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e com as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC)* e pelos respectivos órgãos antecessores.

b) Continuidade

A Administração avaliou a habilidade de o Banco continuar operando normalmente e está convencida de que o Banco possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, as demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

c) Primeira adoção das IFRSs

O Banco prepara suas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/1976), com as normas do Banco Central do Brasil (Bacen), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep), doravante denominadas práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”). O Banco aplicou as regras da IFRS 1 - Adoção inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro na preparação do balanço de abertura em 01.01.2009, data de transição para as IFRSs.

Algumas práticas contábeis usadas pelo Banco no balanço de abertura em IFRS são diferentes das práticas contábeis aplicadas em BR GAAP. Os respectivos ajustes decorrem de eventos e transações anteriores à data de transição para IFRS. Como é requerido pela IFRS 1, foram reconhecidos diretamente em Lucros Acumulados ou em outra conta de patrimônio líquido, quando apropriado. Isso decorre da regra geral da IFRS 1, que determina que as IFRSs vigentes na data da primeira divulgação em IFRS devem ser aplicadas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

retrospectivamente. Há exceções e isenções opcionais à regra geral de aplicação retrospectiva, previstas pela IFRS 1.

As principais decisões da Administração sobre a primeira adoção das IFRSs pelo Banco são detalhadas a seguir:

Estimativas

As estimativas adotadas pelo Banco foram reavaliadas na data da transição para fins de adequação às IFRSs. Em certos casos, foram feitos ajustes para refletir diferença de prática contábil, mais notadamente em relação à provisão para perdas em empréstimos a clientes (Nota 22) e ao valor justo de ativos e passivos adquiridos em combinações de negócios (Nota 6).

Exceções

A IFRS 1 proíbe a aplicação retrospectiva de certas IFRSs em algumas áreas em que, particularmente, a aplicação retroativa pudesse requerer o julgamento da Administração sobre condições do passado e após o conhecimento de transações já ocorridas. O Banco observou as exceções na elaboração e divulgação das primeiras demonstrações contábeis em IFRS, com destaque para:

Baixa de ativos e passivos financeiros – Ativos e passivos financeiros devem ser reconhecidos e mensurados no balanço de abertura em IFRS de acordo com a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração vigente na data da divulgação.

Contabilização de cobertura (*hedge*) – Ao adotar as IFRS pela primeira vez, o Banco deve (i) mensurar todos os derivativos a valor justo, e (ii) eliminar todas as perdas ou ganhos diferidos relativos a derivativos que foram apresentados sob os princípios contábeis anteriores como se fossem ativos e passivos. De acordo com a IAS 39, uma relação de *hedge* somente se qualifica como *hedge accounting* se alguns critérios restritivos forem satisfeitos, como é o caso da designação adequada e total, mediante documentação da efetividade no início do *hedge*. Na data de transição, o Banco qualificou como *hedge accounting* uma operação de derivativo (*Cross Currency Interest Rate Swap*) (Nota 39).

Com a aquisição do Banco Votorantim em setembro de 2009, outras informações relacionadas à política daquela investida, assim como suas operações, passaram a ser consolidadas a partir da data de sua aquisição.

Isenções opcionais

A IFRS 1 permite que o Banco adote, na elaboração e divulgação inicial das demonstrações contábeis consolidadas em IFRS, algumas isenções opcionais à regra geral de aplicação retrospectiva de requerimentos em áreas nas quais o custo de geração de informações possa exceder os benefícios aos usuários das demonstrações contábeis. O Banco adotou as isenções apresentadas a seguir:

Contratos de seguros – Na primeira adoção de IFRS, pode-se aplicar as disposições transitórias da IFRS 4 – Contratos de Seguro. A IFRS 4 restringe as alterações nas políticas contábeis para contratos de seguro, incluindo as alterações feitas pelo adotante pela primeira vez. A IFRS 1 permite a adoção das regras da IFRS 4 relativas a contratos de seguros de forma prospectiva, inclusive no que se refere ao teste de adequação do passivo e à classificação entre contratos de seguro e contratos de investimento. Em face dessa isenção, o Banco optou por não divulgar informações comparativas anuais de períodos anteriores ao da adoção da IFRS 4.

Ativos e passivos de subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto (*Joint venture*) – Caso uma controladora adote as IFRSs após uma controlada, coligada ou *joint venture*, a controladora deve, nas suas demonstrações contábeis consolidadas, mensurar os ativos e passivos da controlada, coligada ou *joint venture* pelos mesmos valores registrados nas respectivas demonstrações contábeis em IFRS, após os ajustes para efeitos de consolidação e contabilização pelo método de equivalência patrimonial, bem como para efeitos da combinação de negócios na qual a entidade adquiriu a controlada, coligada ou *joint venture*. Na adoção inicial, o Banco utilizou os valores registrados e ou informados pelas controladas, coligadas ou *joint ventures*. Quando aplicável os valores utilizados foram aqueles disponíveis por meio das respectivas demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Combinações de negócios – A IFRS 1 permite que combinações de negócios ocorridas antes da data de transição para as IFRSs não sejam reavaliadas retrospectivamente. Essa isenção permite que uma adotante pela primeira vez não levante informações financeiras que não foram obtidas nas datas das combinações de negócios anteriores à data de transição, mantendo basicamente o tratamento contábil dispensado na prática contábil anterior. A isenção permite também que a empresa escolha uma data anterior à data de transição, desde que ela faça os cálculos de todas as combinações de negócios ocorridas após a data escolhida.

A IFRS 1 requer que seja feito, na data de transição, um teste de imparidade do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), de acordo com a IAS 36 – Redução no Valor Recuperável de Ativos, independentemente da existência de indicações de que o *goodwill* possa estar deteriorado. O efeito de qualquer perda por imparidade como consequência desse teste é deduzido do patrimônio líquido (normalmente Lucros Acumulados) no balanço de abertura. O Banco aplicou a IFRS 3 – Combinações de Negócios para combinações de negócios ocorridas após 01.01.2009.

O Banco optou por não reapresentar as combinações de negócio anteriores a 01.01.2009. Com relação a essas aquisições, o ágio representa o montante reconhecido sob as práticas contábeis anteriormente adotadas.

Benefícios a empregados – Segundo a IAS 19 – Benefícios a Empregados, para planos de benefícios pós-emprego de benefício definido, o Banco pode optar pela abordagem do corredor, a qual permite que alguns ganhos e perdas atuariais não sejam reconhecidos. A aplicação retrospectiva dessa abordagem exigiria que a entidade desmembrasse os ganhos e perdas atuariais acumulados a partir da celebração do plano até a data de transição para as IFRSs em uma parcela reconhecida e outra não reconhecida. Contudo, o Banco pode escolher reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais acumulados na data de transição para as IFRSs, mesmo se usar a abordagem do corredor para ganhos e perdas atuariais posteriores. Caso a empresa adote esta opção, deverá aplicá-la a todos os planos de benefícios.

O Banco adotou essa isenção, iniciando os cálculos atuarias de seus planos de benefícios pós-emprego a partir de 01.01.2001, data em que o tratamento contábil para planos de benefícios pós-emprego aplicável às companhias abertas brasileiras tornou-se convergente com a IAS 19. Essa decisão está amparada no parágrafo 31 da IFRS 1, que determina que as estimativas feitas de acordo com as IFRSs, na data de transição para as IFRSs, devem ser consistentes com as estimativas feitas para a mesma data pelos critérios contábeis anteriores (após os ajustes necessários para refletir alguma diferença de política contábil), a menos que exista evidência objetiva de que essas estimativas estavam erradas.

Imobilizado – A IAS 16 – Imobilizado determina que o Banco reconheça seu ativo imobilizado pelo método do custo ou pelo método de reavaliação, depreciando seus ativos pelo tempo de sua vida útil. Ao adotar as IFRSs pela primeira vez, o Banco pode optar por mensurar itens de ativo imobilizado ao valor justo na data de transição para as IFRSs e usar esse valor justo como a nova base de custo do ativo (custo atribuído) nessa data. O Banco efetuou uma avaliação dos principais itens do imobilizado e constatou que não existe efeito material quanto a diferença entre o custo corrigido e o valor justo.

d) Bases de mensuração dos ativos e dos passivos

Estas demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de mensuração, exceto para os casos mensurados em outras bases, como explicado na Nota 3.

e) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), a moeda funcional do Banco. Exceto quando indicado, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de reais (R\$ mil).

3 – Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis consolidadas e são aplicadas uniformemente a todas as entidades do Conglomerado.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

a) Bases de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas ora apresentadas refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco do Brasil, das suas subsidiárias, das participações em entidades controladas em conjunto (*joint ventures*) e da Entidade de Propósito Específico (EPE), bem como os resultados atribuíveis ao Banco referentes às participações societárias em empresas coligadas. Todas as transações intragrupo e resultados não realizados nas transações entre as companhias do Conglomerado são eliminados na consolidação.

As participações de não controladores são apresentadas no Balanço Patrimonial Consolidado como um componente separado do patrimônio líquido. O lucro líquido atribuível a acionistas não controladores é evidenciado separadamente na Demonstração do Resultado Consolidado e na Demonstração do Resultado Abrangente Consolidado.

Subsidiárias – São subsidiárias as empresas sobre as quais o Banco exerce controle. O controle normalmente é presumido quando o Banco detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir políticas financeiras e operacionais de determinada entidade, conforme estipulado por lei, por Estatuto ou por acordo de acionistas, e obtém benefícios de suas atividades, mesmo que o percentual detido sobre o seu capital votante seja inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto que são correntemente exercitáveis ou conversíveis são considerados na avaliação se o Banco controla uma entidade. As subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Banco assume o controle sobre as suas atividades até o momento em que esse controle cesse.

A aquisição de uma subsidiária em uma combinação de negócios é contabilizada pelo método de compra, segundo o qual os ativos identificados, passivos assumidos e passivos contingentes são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. Eventuais diferenças positivas entre o custo de aquisição e o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos são reconhecidas como ágio (*goodwill*) (Nota 26). No caso de apuração de diferença negativa (ganho por compra vantajosa), o valor identificado é reconhecido no resultado do período em outras receitas não de juros.

Os resultados das subsidiárias adquiridas durante o período contábil são incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas desde a data de aquisição até o fim do exercício, e os resultados das subsidiárias alienadas durante o exercício são incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas desde o início do exercício até a data da alienação, ou até a data em que o Banco deixou de exercer o controle.

Entidades controladas em conjunto (*Joint ventures*) – Uma entidade controlada em conjunto existe quando o Banco participa de um acordo contratual com uma ou mais partes para empreender atividades por meio de entidades que são sujeitas a controle conjunto. Controle conjunto é a partilha de controle acordada em contrato numa atividade econômica, e existe apenas quando as decisões estratégicas financeiras e operacionais relacionadas com a atividade exigem o consenso unânime das partes que partilham o controle. As entidades controladas em conjunto são consolidadas proporcionalmente.

Entidades de Propósitos Específicos (EPEs) – O Banco patrocina a formação de EPEs para transações de securitização de ativos. Na avaliação para consolidar uma EPE, o Banco considera uma série de fatores estabelecidos na SIC 12 – Consolidação de Entidade de Propósitos Específicos, incluindo (i) se as atividades da EPE estão sendo conduzidas no interesse do Banco, de acordo com suas necessidades específicas de negócios, de forma que o Banco obtenha os benefícios das operações da EPE, (ii) se o Banco tem o poder de tomar decisões para obter a maioria dos benefícios da EPE, (iii) se o Banco tem o direito de obter a maioria dos benefícios das atividades da EPE, e (iv) se o Banco detém a maioria dos riscos residuais de propriedade relacionados aos ativos da EPE. O Banco consolida uma EPE se a avaliação desses fatores relevantes indicar que a mesma é sua controlada.

Coligadas - Uma coligada é uma entidade na qual o Banco tem o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o controle. A influência significativa é geralmente presumida quando o Banco possui entre 20% e 50% do capital votante da entidade. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, o Banco poderá exercer influência significativa por meio de participação na gestão da coligada ou na composição dos órgãos de administração com poderes executivos. A existência de direitos potenciais de votos que são correntemente exercitáveis ou conversíveis são considerados na avaliação se o Banco tem influência significativa.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Os resultados em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, sob o qual os investimentos são inicialmente registrados ao custo e, subsequentemente, aumentados ou diminuídos para refletir a participação do Banco nessas entidades.

O ágio (*goodwill*) gerado na aquisição de uma coligada é incluído no valor contábil do investimento, líquido de qualquer perda por imparidade acumulada. O deságio é reconhecido diretamente no resultado do período em que a aquisição ocorreu. Perdas de equivalência patrimonial acima do valor contábil do investimento na entidade são lançadas contra outros ativos mantidos pelo Banco relacionados com a investida. Se esses ativos são levados a zero, é feita uma divulgação adicional baseada na obrigação do Banco de financiar tais perdas.

b) Conversão de operações em moeda estrangeira

Os ativos, os passivos e as operações das agências e subsidiárias no exterior são registrados na moeda funcional de cada entidade. Para fins de consolidação, as demonstrações contábeis dessas entidades são convertidas de acordo com os seguintes critérios: (i) ativos e passivos, a maior parte dos quais de natureza monetária, pela taxa de câmbio vigente no final do exercício; e (ii) receitas e despesas pela taxa média de câmbio do exercício.

c) Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência e são reportadas nas demonstrações contábeis dos períodos a que se referem. As receitas de juros e de tarifas e as comissões são reconhecidas quando o seu valor, os seus custos associados e o estágio de conclusão da transação puderem ser mensurados de forma confiável e quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação serão realizados. Esse conceito é aplicado para as principais receitas geradas pelas atividades do Banco, a saber:

Receita líquida de juros – As receitas e as despesas de juros decorrentes dos ativos e passivos que rendem e pagam juros são reconhecidas de acordo com o regime de competência e são apresentadas na Demonstração do Resultado Consolidado.

Receita de tarifas e comissões – O reconhecimento de receitas de tarifas e comissões é determinado de acordo com a finalidade das tarifas e as bases de contabilidade para os instrumentos financeiros a elas associados. Se houver um instrumento financeiro associado, as receitas de tarifas são consideradas no cálculo dos juros. Entretanto, receitas de tarifas recebidas por serviços que são fornecidos sobre um período específico são reconhecidas ao longo desse período. Receitas de tarifas recebidas para concluir um serviço específico ou evento significativo são reconhecidas quando o serviço for concluído ou o evento incorrido.

Em conformidade com a IAS 18 – Receitas, o Banco apropria receitas de encargos financeiros quando for considerado provável o recebimento dos benefícios econômicos relacionados à transação.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem os saldos de contas com vencimento até três meses e que apresentam risco insignificante de mudanças no valor em função das alterações nas taxas de juros.

	R\$ mil		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Caixa e depósitos bancários	9.816.675	8.098.625	5.741.921
Empréstimos a instituições financeiras ⁽¹⁾	14.889.970	4.752.765	20.632.740
Aplicações em operações compromissadas	513.055	18.186.491	31.458.102
Total de caixa e equivalentes de caixa	25.219.700	31.037.881	57.832.763

e) Instrumentos financeiros – classificação

O Banco classifica os instrumentos financeiros de acordo com a natureza e com a sua intenção em relação ao instrumento. A classificação dos ativos e dos passivos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Aplicações em operações compromissadas e obrigações por operações compromissadas – O Banco realiza aplicações em títulos e valores mobiliários com compromisso de revenda e captações de recursos mediante venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra, compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de revenda e os compromissos de recompra são considerados operações financeiras com garantia, e são contabilizados pelo seu valor de aquisição ou de venda, acrescido dos juros incorridos.

Títulos vendidos com contrato de recompra não são baixados, já que o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade. O correspondente ao caixa recebido, incluindo os juros apropriados, é reconhecido como um passivo de operações compromissadas, refletindo a substância econômica da transação como uma dívida do Banco.

Títulos adquiridos com contrato de revenda não são reconhecidos. O valor pago, incluindo os juros apropriados, é registrado como ativo de operações compromissadas, refletindo a substância econômica da transação como um empréstimo concedido pelo Banco.

O Banco acompanha e avalia permanentemente o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários comprados com compromisso de revenda e ajusta o valor da garantia, quando necessário.

Ativos e Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado – Os instrumentos financeiros são classificados como mantidos para negociação na data de originação ou aquisição, caso eles tenham sido originados ou adquiridos principalmente com o propósito de negociação no curto prazo. Os ativos financeiros referem-se a títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos mantidos com o propósito de negociação. Os passivos financeiros referem-se a instrumentos financeiros derivativos mantidos com o propósito de negociação.

Os títulos e valores mobiliários são mensurados ao valor justo e os seus rendimentos (juros, amortização de ágios e de deságios e dividendos) são apropriados como receita de juros.

Os derivativos são mensurados ao valor justo. O Banco possui derivativos destinados a negociação, tais como *swap*, contrato futuro, contrato a termo, opção e outros tipos de derivativos similares baseados na taxa de juros, na taxa de câmbio, no preço de ações, e *commodities* e risco de crédito. O Banco também possui derivativos contratados por solicitação de seus clientes.

Ganhos e perdas realizados e não realizados relacionados a esses instrumentos são incluídos em Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda – O Banco classifica como ativos financeiros disponíveis para venda os títulos e valores mobiliários quando, no julgamento da Administração, puderem ser vendidos em resposta ou em antecipação a mudanças nas condições de mercado. Esses títulos e valores mobiliários são contabilizados ao valor justo, com ganhos ou perdas não realizados (líquidos dos tributos incidentes) registrados no patrimônio líquido, em Outros lucros abrangentes acumulados. Os rendimentos (juros, amortização de ágios e de deságios e dividendos) desses ativos são apropriados como receita de juros. Os ganhos e perdas realizados na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados como ganhos/(perdas) sobre ativos financeiros disponíveis para venda, na data da alienação. Ocorrendo reclassificação de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria negociação, os ganhos ou perdas não realizados até a data da reclassificação, que se encontram registrados em Outros lucros abrangentes acumulados, são transferidos imediatamente para o resultado do período.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento – Os ativos financeiros para os quais o Banco tem a firme intenção e capacidade financeira comprovada para mantê-los até o vencimento são classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento e são contabilizados pelo custo de aquisição, ajustados pelos juros incorridos e pelos ágios e deságios. Os juros, incluindo os ágios e deságios, são contabilizados em Receita de juros de ativos financeiros mantidos até o vencimento.

Empréstimos a instituições financeiras – Os empréstimos a instituições financeiras são constituídos por aplicações em depósitos interfinanceiros e por operações de aquisição de carteiras de crédito com coobrigação do cedente. Esses ativos são apresentados pelo valor principal, acrescido dos encargos financeiros, incluindo juros, ágios ou deságios. As respectivas receitas financeiras são registradas em receita de juros de empréstimos a instituições financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Empréstimos a clientes – Os empréstimos a clientes são demonstrados pelo valor do principal, acrescido dos encargos financeiros apropriados, incluindo os juros e a indexação contratual (variação monetária e cambial, se houver). Os encargos financeiros são registrados de acordo com o regime de competência e adicionados ao montante de principal em cada período. As receitas financeiras geradas por empréstimos a clientes são registradas em receita de juros.

Em conformidade com a IAS 18 – Receitas, as receitas devem ser reconhecidas somente quando houver expectativa de sua realização. Dessa forma o Banco adotou como política suspender a apropriação dos juros e encargos financeiros em todos os empréstimos a clientes julgados incobráveis em relação ao principal ou aos encargos, assim consideradas as operações com atraso igual ou superior a 60 dias, sem recebimento de principal ou juros. Esses empréstimos a clientes, cuja apropriação de encargos financeiros é descontinuada, passam a ser considerados como de curso anormal. A cobrança de juros sobre tais empréstimos é registrada como redução do principal e, quando de seu recebimento, o resultado é reconhecido com base no regime de caixa.

O valor contábil de empréstimos a clientes é reduzido por uma conta de provisão, e o valor da perda por imparidade é reconhecido no resultado como despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes, que representa a estimativa da Administração do Banco quanto a perdas incorridas na carteira. O nível de provisão é determinado com base em estimativas que consideram a ocorrência de eventos de perda, os cenários econômicos atuais, outras premissas e julgamentos da Administração, incluindo a experiência anterior com perdas na carteira de empréstimos a clientes, existência de garantias e a avaliação do risco individual dos clientes.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro têm o mesmo tratamento de empréstimos a clientes e são registrados pelo total dos empréstimos a receber, acrescido do valor residual estimado do bem arrendado, menos a receita não auferida.

Derivativos de *hedge* - Os derivativos de *hedge* são reconhecidos como ativos ou como passivos no Balanço Patrimonial Consolidado e são mensurados ao valor justo, independente do objetivo ou da intenção de mantê-los, de acordo com a IAS 39 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração. As mudanças nos valores justos de um instrumento são reconhecidas no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo da sua designação e qualificação como um *hedge* de valor justo, de fluxo de caixa ou de investimento líquido em uma operação no exterior. Os instrumentos financeiros derivativos podem ser classificados como *hedge* contábil desde que cumpram, cumulativamente, as seguintes condições: (i) no início do contrato, a relação de *hedge* é identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efetividade do *hedge*; (ii) existe a expectativa de que a relação de *hedge* seja altamente efetiva; (iii) a eficácia do *hedge* possa ser mensurada com razoável certeza; e (iv) para operações de *hedge* de fluxos de caixa, é altamente provável que os fluxos de caixa irão se realizar.

Derivativos embutidos – Segundo a IAS 39, alguns contratos híbridos podem conter um componente derivativo e outro componente não derivativo. Em tais casos, o componente derivativo é conhecido como um derivativo embutido, e o componente não derivativo representa o contrato principal. Quando os riscos e características econômicas de derivativos embutidos não são rigorosamente relacionados com os riscos do contrato principal, e o contrato principal não é registrado ao valor justo por meio do resultado, o derivativo embutido é bifurcado e reportado ao valor justo com ganhos e perdas sendo reconhecidos em Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Outros passivos financeiros – Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de sua forma legal. Passivos financeiros incluem dívidas emitidas de curto e de longo prazos que são inicialmente mensurados ao valor justo, que é o valor recebido líquido dos custos incorridos na transação e, subseqüentemente, ao custo amortizado. Os passivos financeiros ao valor justo por meio dos resultados são registrados pelos respectivos valores justos.

Determinação do valor justo - Valor justo é a quantia pela qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso numa transação sem favorecimento. Geralmente, o valor justo de um instrumento financeiro é determinado com base em cotações de preços de mercado. Caso não existam tais cotações, o valor justo é estimado com base em cotações de preços para instrumentos financeiros com características semelhantes ou em modelos internos de precificação.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Modelos internos de precificação podem envolver algum nível de estimativa e julgamento da Administração, cuja intensidade dependerá, entre outros fatores, da complexidade do instrumento financeiro. As formas de mensuração utilizadas pelo Banco para estabelecer o valor justo dos instrumentos financeiros estão detalhadas na Nota 38.

f) Baixa de ativos financeiros e de passivos financeiros

Ativos financeiros – Um ativo financeiro é baixado quando (i) os direitos contratuais relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem; (ii) o Banco transferir para terceiros todos os riscos e benefícios associados a operação; ou (iii) quando o controle sobre o ativo foi transferido, mesmo o Banco tendo retido parte dos riscos e benefícios associados à sua detenção.

Os direitos e obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como ativos e como passivos, quando apropriado. Se o controle sobre o ativo é retido, o Banco continua a reconhecê-lo na extensão do seu envolvimento contínuo, que é determinado pela extensão em que ele permanece exposto a mudanças no valor do ativo transferido.

Passivos financeiros – Um passivo financeiro é baixado quando a respectiva obrigação é eliminada, cancelada ou prescrita. Se um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado.

g) Imparidade de ativos financeiros

Na data de cada balanço, o Banco avalia se há alguma evidência objetiva de que seus ativos financeiros estão em imparidade. Um ativo financeiro é considerado em imparidade se, cumulativamente, (i) houver evidência objetiva de redução do seu valor recuperável como resultado de um ou mais eventos ocorridos depois do reconhecimento inicial do ativo (um evento de perda); (ii) o evento de perda tiver um impacto sobre o fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro; e (iii) uma estimativa razoável do valor puder ser feita.

Empréstimos a clientes - Na avaliação de imparidade de empréstimos a clientes, o Banco verifica se há evidências de perdas em operações, de forma segmentada em função da significância do endividamento dos clientes. As operações classificadas como significativas são avaliadas individualmente enquanto as não significativas são avaliadas de forma coletiva.

Para permitir que a Administração determine se um evento de perda ocorreu numa base individual, todos os relacionamentos com contrapartes significativas são revisados periodicamente. Essa avaliação considera informação corrente e eventos relacionados com a contraparte, tais como dificuldade financeira significativa, quebra de contrato e atraso ou inadimplência nos pagamentos de principal ou juros.

A avaliação coletiva de perdas por imparidade é realizada com base nas perdas históricas observadas para grupos de operações similares (tratamento coletivo com base em carteira).

Se há evidência de perda por imparidade em um relacionamento com uma contraparte individual ou em uma base coletiva, o valor da perda é reconhecido em despesa com provisão para perdas em empréstimos. Se o valor de uma perda de imparidade previamente reconhecida diminuir, e tal situação puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após o seu reconhecimento, ela é revertida pela redução da respectiva conta de provisão, sendo tal reversão reconhecida no resultado.

Os empréstimos a clientes são baixados contra a provisão quando considerados incobráveis ou permanentemente inadimplentes. Normalmente, o Banco baixa os créditos contra provisão quando nenhum pagamento for recebido após transcorridos 360 dias de vencido.

As provisões para perdas em empréstimos a clientes, registradas em 31.12.2010, 31.12.2009 e 01.01.2009 foram consideradas pela Administração como suficientes para fazer face às perdas incorridas com esses empréstimos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Ativos financeiros disponíveis para venda – Quando há evidência objetiva de imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda, o Banco reconhece uma perda, cujo valor corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo desvalorizado e o seu valor justo na data da avaliação. Esse torna-se a nova base de custo do ativo.

Para estabelecer se há evidência objetiva de imparidade de um ativo, o Banco verifica a probabilidade de recuperação do seu valor, considerando os seguintes fatores cumulativamente: (i) duração e grandeza da redução do valor do ativo em relação ao seu valor contábil; (ii) comportamento histórico do valor do ativo e experiência de recuperação do valor desses ativos; e (iii) probabilidade de não recebimento do principal e dos juros dos ativos, em virtude de dificuldades relacionadas ao emissor, tais como pedido de falência ou concordata, deterioração da classificação do risco de crédito e dificuldades financeiras, relacionadas ou não às condições de mercado do setor no qual atua o emissor.

Reversões de perdas por imparidade sobre ativos classificados como disponíveis para venda são reconhecidas no patrimônio líquido.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento – Havendo evidência objetiva de imparidade de ativos financeiros mantidos até o vencimento, o Banco reconhece uma perda, cujo valor corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. Esses ativos são apresentados líquidos de perdas por imparidade. Se, num período subsequente, o montante da perda por imparidade diminui e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o seu reconhecimento, ela é revertida em contrapartida ao resultado do exercício.

h) Compensação de ativos e de passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados ao valor líquido se, e apenas se, houver um direito legal de compensá-los um com o outro e se houver uma intenção de liquidá-los dessa forma, ou de realizar um ativo e liquidar um passivo simultaneamente. Em outras situações eles são apresentados separadamente.

i) Imparidade de ativos não financeiros

A cada data de Balanço, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar em imparidade. Se houver indicação de imparidade, o Banco estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável do ativo é o maior entre o seu valor justo, menos os custos para vendê-lo, e o seu valor em uso.

Perdas com imparidade previamente reconhecidas são revertidas somente se houver uma alteração nos pressupostos usados para determinar o valor recuperável do ativo desde a última vez em que as perdas foram reconhecidas. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda seu valor recuperável, e também não exceda o valor contábil que seria determinado, líquido de depreciação, se perdas com redução ao valor recuperável não tivessem sido reconhecidas no ativo em anos anteriores.

Para os ativos intangíveis relacionados a contratos de administração de folhas de pagamento, o Banco realiza teste de imparidade para avaliar se o valor contábil de um ativo está registrado por valor igual ou superior à sua expectativa de recuperação.

j) Operações de arrendamento mercantil

Banco como arrendador – Os ativos arrendados a clientes sob contratos com transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade, com ou sem título de propriedade no final, são classificados como arrendamentos financeiros. Em um arrendamento financeiro, o ativo arrendado é baixado e um empréstimo a clientes é reconhecido a um valor igual ao valor presente dos pagamentos mínimos, descontado a uma taxa de juros implícita. A receita de arrendamento financeiro é reconhecida ao longo do prazo do contrato com base numa taxa de retorno sobre o investimento líquido.

Banco como arrendatário – Ativos obtidos sob arrendamento financeiro são reconhecidos inicialmente ao valor justo do bem arrendado ou, se menor, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O passivo correspondente é incluído no Balanço Patrimonial Consolidado como uma obrigação de longo prazo. A taxa de desconto usada no cálculo do valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento é

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

a taxa implícita do arrendamento, se for praticável determiná-la, ou a taxa incremental do empréstimo. Aluguéis contingentes são reconhecidos como despesa nos períodos nos quais são incorridos. Aluguéis contratados sob arrendamento operacional são reconhecidos como despesa numa base linear ao longo do prazo do arrendamento, o qual começa quando o Banco controla o uso físico do bem. Incentivos de arrendamento são tratados como uma redução da despesa de arrendamento e são também reconhecidos ao longo do prazo do contrato numa base linear. Aluguéis contingentes surgidos sob arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa no período no qual são incorridos.

Transações de venda e *leaseback* – Se uma transação de venda e *leaseback* resulta num arrendamento financeiro, qualquer excesso do valor da venda sobre o valor contábil do ativo não é reconhecido imediatamente como receita pelo Banco, mas é diferido e amortizado ao longo do prazo do arrendamento. Se uma transação de venda e *leaseback* resulta em um arrendamento operacional, o tempo do reconhecimento do lucro é uma função da diferença entre o preço de venda e o valor justo. Se o preço de venda está ao valor justo ou abaixo do valor justo, qualquer ganho ou perda é reconhecido imediatamente. Se o preço de venda for acima do valor justo, o excesso é diferido e amortizado sobre o período em que se espera que o ativo seja usado.

k) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso, inclusive as benfeitorias em imóveis de terceiros, é contabilizado pelo método do custo, o qual inclui a correção monetária calculada até 30.06.1997, contabilizada de acordo com a IAS 29 – Relatório Financeiro em Economias Hiperinflacionárias.

A depreciação é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada dos ativos, sendo que os terrenos não são depreciados.

	Vida útil estimada
Edificações ⁽¹⁾	10 a 50 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	5 a 10 anos
Equipamentos de processamento de dados	5 anos
Veículos	5 anos
Outros	5 a 10 anos

(1) Para depreciação das edificações próprias, o Banco considera a vida útil dos diversos componentes de um edifício, em conformidade com o parágrafo 43 da IAS 16 - Imobilizado.

O imobilizado é baixado quando os benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso ou quando é alienado. Qualquer ganho ou perda na alienação é reconhecido em Outras receitas não de juros.

l) Bens não de uso

Os bens não de uso são principalmente os ativos recebidos pelo Banco na liquidação de empréstimos a clientes. Os bens não de uso são registrados em outros ativos no ato da efetiva execução da garantia ou quando sua posse física é obtida, independentemente de um processo de execução.

No reconhecimento inicial, os bens não de uso são registrados pelo menor valor entre (i) o valor justo do ativo descontados os custos estimados para sua venda ou (ii) o valor contábil do empréstimo concedido objeto de recuperação. Subsequentemente, esses ativos são registrados pelo menor valor entre o seu custo e o valor justo deduzidos dos custos de vendê-los e não são depreciados.

Na medida em que os bens não de uso reúnem as condições necessárias para sua alienação, em conformidade com a IFRS 5 - Ativos não-correntes mantidos para venda e operações descontinuadas, são reclassificados para um grupo disponível para venda (Nota 23).

Ganhos ou perdas líquidos sobre a venda dos bens não de uso são registrados em Outras receitas não de juros.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

m) Ágio e outros ativos intangíveis

O ágio gerado na aquisição de subsidiárias e *joint ventures* é contabilizado considerando a avaliação ao valor justo dos ativos identificáveis e dos passivos da adquirida na data-base da aquisição e, em conformidade com a IFRS 3 – Combinações de negócios, não é amortizado. No entanto, ele é testado, no mínimo, anualmente para fins de imparidade. Se o teste indicar que o ágio está em imparidade, uma perda é reconhecida e não pode ser revertida em períodos subsequentes. Para fins de teste de imparidade, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é alocado a uma unidade geradora de caixa. Cada unidade geradora de caixa, na qual o ágio é alocado, representa o menor nível em que o ágio é monitorado para propósitos de gerenciamento interno, e não é maior que um segmento operacional, conforme a IFRS 8 – Segmentos operacionais.

Ativos intangíveis são reconhecidos separadamente do ágio quando são separáveis ou surgem de direitos contratuais ou outros direitos legais, e seu valor justo pode ser confiavelmente mensurado. Ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Ativos intangíveis de vida útil definida são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por imparidade. Ativos intangíveis de vida útil indefinida são registrados ao custo, deduzido de perdas por imparidade.

Os custos incorridos relacionados com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados e registrados como ativos intangíveis. Em conformidade com a IAS 38 - Ativos intangíveis, são capitalizados como custo de *software* os gastos incorridos na fase de desenvolvimento do projeto. Gastos realizados na fase de pesquisa são registrados em despesa.

Ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da vida útil estimada.

	Vida útil estimada
<i>Software</i>	5 anos
Direitos de administração de folhas de pagamento	5 a 10 anos
Relacionados a clientes, adquiridos em combinações de negócios	5 a 10 anos
Relacionados a contratos, adquiridos em combinações de negócios	5 a 7 anos
Outros ⁽¹⁾	5 a 25 anos

(1) Inclui principalmente marcas adquiridas em combinações de negócios e os direitos de uso de concessão detidos pela Neoenergia S.A.

n) Programas de fidelidade de cliente

Os programas de fidelidade são usados pelo Banco para fornecer aos seus clientes incentivos para compra de produtos ou serviços. Em alguns casos, se um cliente adquire produtos ou serviços, o Banco concede a ele créditos, frequentemente definidos como pontos. O cliente pode trocar os pontos por prêmios tais como produtos ou serviços do próprio Banco, ou ainda trocar por produtos oferecidos por um parceiro.

Em conformidade com a IFRIC 13 – Programas de fidelidade de cliente, uma parte da receita recebida na venda de produtos e serviços é alocada aos créditos de prêmios e reconhecida como um passivo até que o Banco cumpra sua obrigação de entregar os prêmios aos clientes.

A importância alocada aos pontos é mensurada a valor justo com base na média histórica de utilização dos pontos de fidelidade e no valor justo dos prêmios pelos quais os pontos podem ser resgatados.

o) Garantias financeiras prestadas

O Banco presta garantia financeira a clientes perante terceiros em contratos de empréstimos. Contratos de garantia financeira são os que requerem pagamentos a um credor em nome de um terceiro devedor quando este não os fizer de acordo com os termos do instrumento de dívida.

No ato da concessão de uma garantia financeira, é constituído um passivo pelo valor justo relativo ao prêmio recebido na operação, que é reconhecido como receita ao longo da duração do contrato. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os passivos do Banco para tais garantias são mensurados ao maior entre o valor inicialmente reconhecido, deduzido de amortização, e a melhor estimativa da obrigação financeira surgida em conformidade com a IAS 37 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. A provisão para perdas sobre garantias financeiras prestadas é registrada em Outros passivos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

p) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo - Conforme determina a IAS 19 – Benefícios a Empregados, as despesas relativas a benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas pelo regime de competência, nos períodos em que os empregados prestam os serviços.

Planos de benefícios pós-emprego – Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Conseqüentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa. Assim, a despesa é reconhecida em contrapartida às contribuições do período a que se referem.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora. Dessa forma, são necessárias premissas atuariais para a mensuração das obrigações e despesas do plano, bem como existe a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais. Como decorrência, o Banco registra um passivo quando o valor presente das obrigações atuariais for maior que o valor justo dos ativos do plano, ou um ativo, quando o valor justo dos ativos for maior que o valor presente das obrigações do plano. Nessa última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que ele poderá reduzir efetivamente as contribuições do Banco ou de que será reembolsável no futuro.

A parcela dos ganhos ou perdas atuariais reconhecida no resultado do Banco corresponde ao excesso que não se enquadrou no corredor, dividido pelo tempo médio de trabalho restante dos empregados que participam do plano. O corredor corresponde ao maior valor entre: (i) 10% do valor presente da obrigação atuarial do plano de benefício definido; e (ii) 10% do valor justo dos ativos do plano.

O Banco, conforme permitido pela IAS 19, reconhece os ganhos/perdas atuariais no próprio exercício em que foi realizado o cálculo atuarial.

O ativo atuarial reconhecido no balanço patrimonial refere-se aos ganhos atuariais e sua realização ocorrerá obrigatoriamente até o final do plano. Poderão ocorrer realizações parciais desse ativo, condicionados ao atendimento dos requisitos da Lei.

q) Provisões e passivos contingentes

Em conformidade com a IAS 37 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes, o Banco constitui provisões quando as condições mostram que: (i) é mais provável do que não que perdas sejam incorridas; e (ii) o valor dessas perdas possa ser estimado de forma razoável. As provisões decorrentes da aplicação da IAS 37 são constituídas com base na melhor estimativa de perdas prováveis.

O Banco monitora de forma contínua os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o andamento dos processos; (iii) a opinião dos advogados do Banco; e (iv) a experiência do Banco com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável, o Banco considera: (i) a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data do balanço, mas que foram identificadas após aquela data, porém antes de sua divulgação; e (ii) a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data do balanço, porém antes de sua publicação.

r) Impostos sobre os lucros

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, mais adicional de 10%, e a contribuição social à alíquota de 15% para instituições financeiras, seguradoras e administradoras de cartões de crédito, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Para as demais entidades não financeiras, a alíquota da contribuição social é de 9%.

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos e são reconhecidos no resultado, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os impostos reconhecidos no patrimônio líquido são posteriormente registrados em resultado, na medida em que os ganhos e perdas que lhes deram origem forem reconhecidos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Impostos correntes – a despesa com impostos correntes é o montante do imposto de renda e da contribuição social a pagar ou a recuperar com relação ao resultado tributável do período.

Impostos diferidos – são valores de ativos e passivos fiscais a serem recuperados e pagos em períodos futuros, respectivamente. Os passivos fiscais diferidos decorrem de diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos de diferenças temporárias dedutíveis e da compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados.

Diferenças temporárias - são as diferenças que impactam ou podem impactar a apuração do imposto de renda e da contribuição social decorrentes de diferenças temporárias entre a base fiscal de um ativo ou passivo e seu valor contábil no balanço patrimonial. As diferenças temporárias podem ser tributáveis ou dedutíveis (adição ou dedução de valores no resultado tributável de períodos futuros na medida em que o valor contábil do ativo ou passivo for recuperado ou liquidado).

Os Ativos por impostos correntes são os valores de imposto de renda e de contribuição social a serem recuperados nos próximos 12 meses e os Ativos por impostos diferidos são os valores a serem recuperados em exercícios futuros, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais ou créditos fiscais não aproveitados.

O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aquele decorrente de diferenças temporárias é reconhecido quando há expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário.

Os passivos por impostos correntes são os valores a pagar em relação ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro tributável do exercício, a serem liquidados nos próximos 12 meses, e os passivos por impostos diferidos são os valores a pagar em exercícios futuros.

O passivo fiscal diferido é reconhecido para as diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em subsidiárias, coligadas ou participação em entidades controladas em conjunto (*joint ventures*), exceto quando o Banco for capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e, além disso, for provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial a fim de determinar se ainda existe a probabilidade de suas realizações, com base nas constatações das análises realizadas.

s) Divulgação por segmentos

A IFRS 8 – Segmentos Operacionais requer a divulgação de informações financeiras de segmentos operacionais da entidade tendo como base as divulgações internas que são utilizadas pela Administração para alocar recursos e para avaliar sua performance. Uma divulgação detalhada dos resultados por segmentos é apresentada na Nota 7.

t) Passivos por contratos de seguros

Os passivos por contratos de seguros são compostos substancialmente por provisões matemáticas de benefícios a conceder e concedidos (PMBaC e PMBC). Contratos de seguros são contratos onde o Banco aceita um risco não financeiro significativo de um segurado, aceitando compensar o beneficiário na ocorrência de eventos futuros incertos onde este será afetado adversamente. Contratos classificados como seguros não são reclassificados subsequentemente.

Passivos de seguros são reconhecidos quando o contrato é registrado na companhia e o prêmio é cobrado. O passivo é baixado quando a vigência do contrato acaba ou o contrato é cancelado.

Provisões matemáticas de benefícios a conceder são reconhecidas com base em contribuições efetuadas sobre o regime financeiro de capitalização. As provisões matemáticas para benefícios a conceder representam garantias sobre planos de lucros continuados os quais são reconhecidos através de cálculos atuariais para Plano Garantidor de Benefício Livre (PGBL) e Vida Garantidor de Benefício Livre (VGBL).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Todos os métodos de valorização utilizados pelas *joint ventures* e subsidiárias seguradoras são baseados nos princípios gerais em que o valor contábil do passivo líquido precisa ser suficiente para atender qualquer obrigação previsível resultante dos contratos de seguros. Premissas de investimentos também são determinadas pelo órgão regulador local ou baseadas na expectativa futura da Administração. Neste último caso, o retorno antecipado do investimento futuro é definido considerando as informações de mercado disponíveis e indicadores econômicos. Uma premissa significativa relacionada a estimativa do lucro bruto nas anuidades variáveis é a taxa anual de crescimento de longo prazo dos ativos subjacentes.

u) Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação é realizado de duas formas: (i) lucro por ação básico e (ii) lucro por ação diluído. O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido pela média ponderada das ações em circulação em cada um dos exercícios apresentados.

O cálculo do lucro por ação diluído é efetuado mediante divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada das ações em circulação, ajustada para refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias resultantes de bônus de subscrição de ações concedidos aos acionistas. O efeito da diluição resulta em uma redução no lucro por ação, em decorrência do pressuposto de que os bônus de subscrição concedidos serão exercidos.

v) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos distribuídos pelo Banco são calculados sobre o lucro líquido apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e são pagos com encargos financeiros equivalentes à taxa Selic, a partir do encerramento do exercício até a data do efetivo pagamento. A cada início de exercício, em conformidade com o Estatuto do Banco, o Conselho de Administração decide sobre o percentual do lucro líquido que será distribuído aos acionistas a título de dividendos e juros sobre o capital próprio. A política atual do Banco consiste em pagar dividendos e juros sobre o capital próprio equivalentes a 40% sobre o lucro líquido, que são reconhecidos como um passivo e deduzidos do patrimônio líquido assim que aprovados pelo Conselho de Administração.

Desde 01.01.1996, as companhias brasileiras podem atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre o seu capital próprio. O valor dos juros sobre o capital próprio é considerado como um dividendo e apresentado nestas demonstrações contábeis consolidadas como uma redução direta no patrimônio líquido. O correspondente benefício fiscal é registrado na Demonstração do Resultado Consolidado.

x) Melhorias às IFRSs e pronunciamentos recentemente emitidos

Melhorias às IFRSs são emendas emitidas pelo IASB e compreendem alterações nas regras de reconhecimento, mensuração e evidenciação relacionadas a diversas IFRSs e foram editadas nos exercícios de 2008, 2009 e 2010. Apresentamos um resumo de algumas emendas editadas em 2009 e 2010, bem como das interpretações e pronunciamentos recentemente emitidos:

Emendas à IFRS 3 e à IAS 27 (R) – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas – segundo essas alterações, o preço de compra inclui somente o valor pago aos vendedores para obtenção do controle. Os custos incorridos em conexão com a compra, por exemplo, gastos com *due diligence*, advogados, auditores, bancos e consultores, passam a ser lançados como despesa quando incorridos. Os pagamentos contingentes, mesmo que não sejam prováveis, são determinados e incluídos pelo valor presente no preço de compra. Define minoritário como participação não controladora. Além disso, em uma combinação de empresas, essa participação não controladora pode ser reconhecida na data da aquisição: (i) com base no percentual de participação dos ativos líquidos a valor justo; ou (ii) pelo valor justo total. Ou seja, na segunda opção, haverá um acréscimo do *goodwill* atribuível ao não controlador. No caso de aquisição do controle em etapas (*step acquisition*), o valor justo da participação preexistente é incluído como parte do preço de compra, passando a afetar a determinação do *goodwill*. A diferença entre o valor contábil e o valor justo da parcela preexistente gera ganho ou perda no resultado. Essas alterações são efetivas para períodos anuais iniciados a partir de 01.07.2010. Não são esperados efeitos significativos nas demonstrações contábeis do Banco.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Emendas à IAS 32 – Instrumentos financeiros: apresentação – o IASB alterou a IAS 32 para permitir que direitos, opções ou bônus de subscrição para adquirir um número fixo dos próprios instrumentos de capital da entidade por um valor fixo em qualquer moeda sejam classificados como instrumentos de capital, contanto que a entidade ofereça direitos, opções ou bônus de subscrição de maneira proporcional a todos os seus proprietários da mesma classe de seus próprios instrumentos de capital não derivativos. Essas alterações são efetivas para períodos anuais iniciados a partir de 01.02.2010. Não são esperados efeitos significativos nas demonstrações contábeis do Banco.

IFRIC 19 – Extinção dos passivos financeiros com instrumentos de capital – essa IFRIC esclarece as exigências das IFRSs quando uma entidade renegocia os termos de um passivo financeiro com seu credor, e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar o passivo financeiro total ou parcialmente. Essas alterações são efetivas para períodos anuais iniciados a partir de 01.07.2010. Não são esperados efeitos significativos nas demonstrações contábeis do Banco.

Emendas à IFRS 1 – Primeira adoção das IFRSs – Isenção limitada a partir das divulgações comparativas da IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações para as entidades que fazem a adoção pela primeira vez – essa emenda oferece àquelas entidades que adotam as IFRSs pela primeira vez as mesmas opções que foram dadas aos usuários atuais das IFRSs na adoção das alterações da IFRS 7. Também esclarece as regras de transição das alterações à IFRS 7. Essas alterações são efetivas para períodos anuais iniciados a partir de 01.07.2010. Não são esperados efeitos significativos nas demonstrações contábeis do Banco.

Emendas à IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas – essas emendas alteram a definição de uma parte relacionada e modifica determinadas exigências de divulgação da parte relacionada para entidades relacionadas com o governo. Essas alterações são efetivas para períodos anuais iniciados a partir de 01.01.2011. Não são esperados efeitos significativos nas demonstrações contábeis do Banco.

Emendas à IFRIC 14 – IAS 19 – Limite de ativo de benefício definido, requisitos de *funding* mínimo e sua interação – essas emendas retiram as consequências não intencionais que surgem do tratamento de pagamentos antecipados, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados decorrentes de pagamentos antecipados de contribuições, em determinadas circunstâncias, são reconhecidos como ativo, em vez de despesa. Essas alterações são efetivas para períodos anuais iniciados a partir de 01.01.2011. Está em análise o impacto da aplicação dessas emendas nas demonstrações contábeis do Banco.

Emendas à IFRS 3 – Combinações de Negócios - esclarece que as alterações na IFRS 7, na IAS 32 e na IAS 39, que eliminam a isenção da contraprestação contingente, não se aplicam à contraprestação contingente surgida de combinações de negócios cujas datas de aquisição precedem a aplicação da IFRS 3. A escolha de mensurar as participações não controladoras ao valor justo ou pela parcela proporcional dos ativos líquidos da adquirida aplica-se somente a instrumentos que representam as atuais participações acionárias e dão direito aos seus detentores a uma parcela proporcional dos ativos líquidos no caso de liquidação. Todos os outros componentes de participação não controladora são mensurados ao valor justo, exceto se outra mensuração for exigida. Essas alterações são efetivas para períodos anuais iniciados a partir de 01.07.2010. Não são esperados efeitos significativos nas demonstrações contábeis do Banco.

Emendas à IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações - enfatiza a interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados com os instrumentos financeiros. Essas alterações são efetivas para períodos anuais iniciados a partir de 01.01.2011. Não são esperados efeitos significativos nas demonstrações contábeis do Banco.

Emendas à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras – esclarece que uma entidade apresentará uma análise de outros resultados abrangentes para cada componente do patrimônio na demonstração das mutações do patrimônio ou nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Essas alterações são efetivas para períodos anuais iniciados a partir de 01.01.2011. Não são esperados efeitos significativos nas demonstrações contábeis do Banco.

Emendas à IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas – esclarece que as alterações a partir da IAS 27 feitas à IAS 21 - Efeito das mudanças nas taxas de câmbio, IAS 28 - Investimentos em coligadas e IAS 31 - Participações em *joint ventures* aplicam-se prospectivamente a

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

períodos anuais iniciando a partir de 01.07.2009, ou antes dessa data, quando a IAS 27(R) é aplicada antecipadamente. Essas alterações são efetivas para períodos anuais iniciados a partir de 01.07.2010. Não são esperados efeitos significativos nas demonstrações contábeis do Banco.

Emendas à IFRIC 13 - Programas de fidelidade de cliente – o significado de valor justo é esclarecido no contexto de mensuração de concessão de créditos nos programas de fidelidade de clientes. Essas alterações são efetivas para períodos anuais iniciados a partir de 01.01.2011. Não são esperados efeitos significativos nas demonstrações contábeis do Banco.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – a IFRS 9 é a primeira norma emitida como parte de um projeto maior para substituir a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 simplifica o modelo de mensuração para ativos financeiros e estabelece duas categorias de mensuração principais: (i) custo amortizado e (ii) valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. Mantém os requerimentos de mensuração e classificação para passivos financeiros já existentes na IAS 39. As orientações incluídas na IAS 39 sobre imparidade dos ativos financeiros e contabilização de *hedge* continuam a ser aplicadas. A IFRS 9 será efetiva para períodos anuais iniciados a partir de 01.01.2013. Não são esperados efeitos significativos nas demonstrações contábeis do Banco.

4 – Principais Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com as IFRSs requer que a Administração do Banco faça julgamentos e estimativas que afetam os montantes de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, e revisões são realizadas e reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, afetando o período atual e todos os períodos futuros. Os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem itens para os quais é necessária uma avaliação ao valor justo, tais como: ativos e passivos financeiros, o valor residual do ativo imobilizado, a provisão para imparidade em empréstimos, o ágio e os ativos intangíveis, reconhecimento e mensuração dos ativos fiscais diferidos, contingências legais e regulamentares, reservas de contratos de seguro e de investimento, provisão para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais, ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados e outras provisões.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações contábeis consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

a) Valor justo de instrumentos financeiros (inclusive derivativos)

As metodologias consideradas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros são informadas na Nota 38.

b) Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda

O Banco considera que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando ocorre um declínio de valor significativo ou prolongado no seu valor justo para abaixo do custo. Essa determinação do que seja significativo ou prolongado requer julgamento no qual o Banco avalia, entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Além disso, o reconhecimento da imparidade pode ser efetuado quando há evidência de impacto negativo na saúde financeira da empresa investida, no desempenho do setor econômico, mudanças na tecnologia e nos fluxos de caixa de financiamento e operacional.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Adicionalmente, as avaliações são elaboradas considerando preços de mercado (*mark to market*) ou modelos de avaliação (*mark to model*), os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou de julgamento no estabelecimento de estimativas de valor justo.

c) Imparidade em empréstimos

O Banco efetua uma revisão periódica da sua carteira de empréstimos de forma a avaliar a existência de imparidade. O processo de avaliação da carteira de empréstimos para determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Esse processo inclui a observância de fatores que evidenciem uma alteração do perfil de risco da operação e que resultem em redução da estimativa de recebimento dos fluxos de caixa futuros.

O Banco reconhece perdas inerentes a instrumentos de dívida não avaliados ao valor justo levando em conta a experiência histórica de perda (imparidade) e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Com essa finalidade, perdas inerentes são perdas incorridas que ainda não tenham sido alocadas a operações específicas, calculadas através de métodos estatísticos. O Banco adota o conceito de perda incorrida para quantificar o custo da provisão para imparidade em empréstimos.

d) Imparidade em ativos não financeiros

Para determinados ativos não financeiros, incluindo imobilizado de uso, ágio, outros ativos intangíveis e investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial, o Banco realiza revisões de perda por imparidade e registra as respectivas despesas quando existem evidências claras de perda, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda por imparidade requer um nível significativo de julgamento.

e) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

O Banco classifica os seus ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixados ou determináveis e vencimentos definidos como instrumentos financeiros mantidos até o vencimento, com mensuração ao custo amortizado, de acordo com a IAS 39. Essa classificação requer um nível de julgamento significativo.

Nos julgamentos efetuados, o Banco avalia a sua intenção e capacidade de manter estes investimentos até o vencimento. Caso o Banco não mantenha estes investimentos até o vencimento, exceto em circunstâncias específicas - por exemplo, alienar uma parte não significativa perto do vencimento - é requerida a reclassificação de toda a carteira para ativos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao valor justo e não ao custo amortizado. Os investimentos classificados no grupo mantidos até o vencimento são objeto de teste de imparidade similares àqueles praticados para os ativos financeiros dispon

f) Securitizações e Entidades de Propósitos Específicos (EPEs)

O Banco patrocina a constituição de EPEs com o objetivo principal de efetuar operações de securitização de ativos. O Banco somente consolida uma EPE quando ele for o principal detentor de riscos e benefícios da entidade.

O Banco se utiliza de julgamento para determinar se está exposto aos riscos e benefícios inerentes às atividades da EPE e se tem o poder de tomada de decisão nessa entidade.

A decisão de que uma EPE deva ser consolidada requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas.

g) Impostos sobre os lucros

Como o objetivo social do Banco é obter lucros, a renda gerada está sujeita ao pagamento de impostos sobre a renda nas diversas jurisdições onde o Banco desenvolve atividades operacionais. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para as quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num valor diferente de impostos sobre os lucros reconhecidos no período.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pelo Banco e pelas suas subsidiárias no prazo de cinco anos contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pelo Banco, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, a Administração do Banco acredita que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registrados nas demonstrações contábeis consolidadas.

h) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, e reconhecidos contabilmente quando o Banco possuir expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes em montantes suficientes para compensar esses valores. A realização esperada do crédito tributário do Banco é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual (Nota 35).

As estimativas consideradas pelo Banco para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são avaliadas em função das expectativas atuais e das projeções de eventos e tendências futuras. As principais premissas, identificadas pelo Banco, que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores como (i) variações nos valores depositados, na inadimplência e base de clientes; (ii) mudanças na regulamentação governamental em questões fiscais; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) mudanças nos índices de inflação; (v) processos ou disputas judiciais adversas; (vi) riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e investimento; (vii) mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e (viii) mudanças nas condições econômicas internas e externas.

i) Pensões e outros benefícios a empregados

O Banco patrocina planos de previdência na forma de planos de contribuição definida e planos de benefício definido, contabilizados de acordo com a IAS 19 – Benefícios a Empregados. A avaliação atuarial depende de uma série de premissas, entre as quais destacamos as seguintes: (i) taxas de juros assumidas; (ii) tábuas de mortalidade; (iii) índice anual aplicado à revisão de aposentadorias; (iv) índice de inflação de preços; (v) índice anual de reajustes salariais; e (vi) método usado para calcular os compromissos relativos a direitos adquiridos dos funcionários ativos. Alterações nesses pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados (Nota 42).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

5 – Demonstrações Contábeis Consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas do Banco abrangem as agências e subsidiárias no país e no exterior e suas controladas diretas e indiretas, entidade de propósitos específicos, bem como os investimentos sob controle conjunto (*joint ventures*). Os saldos significativos das contas e operações entre as companhias consolidadas foram eliminados. Apresentam-se no quadro a seguir as participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios.

	Notas	Atividade	País de constituição	% Participação Total		
				31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Segmento Bancário						
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	(1) (5)	Arrendamento	Brasil	100%	100%	100%
Banco do Brasil - AG. Viena	(1) (5)	Bancária	Austria	100%	100%	100%
BB Leasing Company Ltd.	(1) (5)	Arrendamento	Ilhas Cayman	100%	100%	100%
BB Securities LLC.	(1) (5)	Corretora	Estados Unidos	100%	100%	100%
BB Securities Ltd.	(1) (5)	Corretora	Inglaterra	100%	100%	100%
Brasileian American Merchant Bank – BAMB	(1) (5)	Bancária	Ilhas Cayman	100%	100%	100%
BB USA Holding Company, Inc.	(1) (5)	Holding	Estados Unidos	100%	100%	100%
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(1) (5)	Administração de Ativos	Brasil	99,62%	99,62%	99,62%
Banco Votorantim S.A.	(2) (5)	Banco Múltiplo	Brasil	50%	50%	-
BB Banco Popular do Brasil S.A.	(3) -	Bancária	Brasil	-	100%	100%
Besc Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos	(3) -	Crédito e Financiamento	Brasil	-	99,58%	99,58%
Besc Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	(3) -	Arrendamento	Brasil	-	99%	99%
Segmento Investimentos						
BB Banco de Investimento S.A.	(1) (5)	Banco de Investimento	Brasil	100%	100%	100%
Kepler Weber S.A.	(2) (5)	Indústria	Brasil	17,56%	17,65%	17,67%
Neoenergia S.A.	(2) (5)	Energia	Brasil	11,99%	11,99%	11,99%
Segmento Gestão de Recursos						
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(1) (5)	Administração de Ativos	Brasil	100%	100%	100%
Segmento Seguros, Previdência e Capitalização						
BB Seguros Participações S.A.	(1) (5)	Holding	Brasil	100%	100%	-
BB Aliança Participações S.A.	(1) (5)	Holding	Brasil	100%	100%	-
BB Aliança Rev Participações S.A.	(1) (5)	Holding	Brasil	100%	-	-
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	(1) (5)	Corretora	Brasil	100%	100%	100%
Cia. de Seguros Aliança do Brasil	(1) (5)	Seguradora	Brasil	100%	100%	100%
Nossa Caixa Capitalização S.A.	(1) (5)	Capitalização	Brasil	100%	100%	-
Brasilveiculos Companhia de Seguros	(1) (5)	Seguradora	Brasil	100%	70%	70%
Aliança do Brasil Seguros S.A.	(1) (5)	Seguradora	Brasil	100%	-	-
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	(2) (5)	Seguradora/Previdência	Brasil	74,99%	49,99%	49,99%
Brasilcap Capitalização S.A.	(2) (5)	Capitalização	Brasil	49,99%	49,99%	49,99%
Brasilsaúde Companhia de Seguros	(4) (5)	Seguradora/Saúde	Brasil	-	49,92%	49,92%
Segmento Meios de Pagamento						
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	(1) (5)	Prestação de Serviços	Brasil	100%	100%	100%
Nossa Caixa S.A. - Administradora de Cartões de Crédito	(1) (5)	Prestação de Serviços	Brasil	100%	100%	-
Cielo S.A.	(2) (5)	Prestação de Serviços	Brasil	28,74%	23,61%	31,63%
Outros Segmentos						
Ativos S.A.	(1) (5)	Aquisição de Créditos	Brasil	100%	100%	100%
BB Administradora de Consórcios S.A.	(1) (5)	Consórcios	Brasil	100%	100%	100%
BB Tur Viagens e Turismo Ltda.	(1) (5)	Turismo	Brasil	100%	100%	100%
BB Money Transfers, Inc.	(1) (5)	Prestação de Serviços	Estados Unidos	100%	100%	100%
Cobra Tecnologia S.A.	(1) (6)	Informática	Brasil	99,99%	99,94%	99,39%
BV Participações S.A.	(2) (5)	Holding	Brasil	50%	50%	-

(1) Controlada.

(2) *Joint venture* incluída proporcionalmente na consolidação.

(3) Controlada incorporada no exercício de 2010.

(4) *Joint venture* alienada no exercício de 2010.

(5) Demonstrações contábeis para consolidação relativas a dezembro/2010.

(6) Demonstrações contábeis para consolidação relativas a novembro/2010.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Foram consolidados ainda os fundos de investimentos financeiros BV Financeira FIDC I, BV Financeira FIDC II, BV Financeira FIDC III, Fundo de Investimento Sedna Referenciado DI, Votorantim G&K Fundo de Investimento em Participações e a Entidade de Propósito Específico no exterior Dollar Diversified Payment Rights Finance Company, os quais o Banco controla direta ou indiretamente.

6 – Aquisições, Vendas e Reestruturações Societárias

a) Banco Nossa Caixa S.A.

Com o objetivo de expandir suas operações no Estado de São Paulo, principalmente na capital, o Banco do Brasil adquiriu, em 16.03.2009, do Governo do Estado de São Paulo, 71,25% do capital votante e total do Banco Nossa Caixa S.A.

A operação foi concretizada ao valor de R\$ 5.386.496 mil, calculado com base em avaliação econômico-financeira, que considera as perspectivas de rentabilidade futura e os fluxos de caixa descontados do Banco Nossa Caixa, e foi paga em 18 parcelas de R\$ 299.250 mil corrigidas pela taxa Selic.

Conforme previsto no contrato de aquisição, em 21.07.2009, o Banco do Brasil publicou o Edital de Oferta Pública de Aquisição de Ações (“OPA” de *tag along*), assegurando aos acionistas não controladores do Banco Nossa Caixa o direito de alienar suas ações, no mínimo, nas mesmas condições ofertadas ao Governo do Estado de São Paulo, para aquisição de até a totalidade das ações ordinárias de emissão do Banco Nossa Caixa, representativas de 28,75% do capital votante e total, não compreendidas na operação de alienação de controle.

Em 04.09.2009, o Banco adquiriu 28,07% do capital votante e total, ao valor de R\$ 2.304.984 mil. Dessa forma passou a deter 99,32% do capital votante e total do Banco Nossa Caixa.

O ágio foi calculado a partir do balanço patrimonial a valor justo apurado em estudo de alocação do preço pago elaborado por empresa especializada e independente.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Valor justo dos ativos e passivos adquiridos do Banco Nossa Caixa S.A.

	R\$ mil
	31.03.2009
Caixa e depósitos bancários	390.414
Depósitos compulsórios em bancos centrais	4.518.113
Empréstimos a instituições financeiras	1.901.318
Aplicações em operações compromissadas	4.657.951
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	4.200.101
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.166.422
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	12.286.613
Empréstimos a clientes	12.974.927
Investimentos em coligadas	870.659
Ativo imobilizado	292.934
Ativos intangíveis	4.893.132
Outros ativos	4.535.250
Valor justo dos ativos	57.687.834
Depósitos de clientes	36.383.912
Valores a pagar a instituições financeiras	3.277
Obrigações por operações compromissadas	8.149.071
Obrigações de curto prazo	54.525
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	2.301.167
Outros passivos	3.485.726
Valor justo dos passivos	50.377.678
Valor justo dos ativos líquidos ⁽¹⁾	7.310.156
Preço pela aquisição das ações (99,32%)	7.901.738
Ágio gerado na aquisição	591.582
Saídas de caixa na aquisição da subsidiária	
Valor líquido adquirido com a subsidiária	390.414
Valor pago	7.901.738
Saída de caixa líquido	7.511.324

(1) O valor contábil dos ativos líquidos em 31.03.2009 era R\$ 2.940.710 mil.

Ativos intangíveis identificados na aquisição

	R\$ mil
	31.03.2009
Relacionados a carteiras de clientes	2.746.106
Relacionados a contratos	863.062
Outros	156.920
Total	3.766.088

Na data de aquisição, as administrações do Banco Nossa Caixa e do Banco do Brasil projetaram as despesas com provisão para perdas em empréstimos a clientes, líquidas de recuperação de prejuízos de R\$ 1.279.000 mil em 2009, R\$ 1.175.000 mil em 2010 e R\$ 1.274.000 mil em 2011.

O Banco Nossa Caixa contribuiu com R\$ 6.107.730 mil para as receitas totais e R\$ 58.337 mil para o lucro líquido do Banco. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do ano, a contribuição nas receitas totais e no lucro líquido do Banco seria de R\$ 6.879.290 mil e (R\$ 133.365) mil, respectivamente.

O Banco Nossa Caixa, incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2009, operava na forma de banco múltiplo oferecendo produtos e serviços bancários por meio das carteiras comercial, de crédito e de câmbio, bem como na administração de cartões de crédito e fundos de investimento.

Os ativos intangíveis identificados vem sendo amortizados em consonância com os prazos apresentados na Nota 26, Ágio e outros ativos intangíveis, os quais foram definidos com base em estudo de alocação do preço pago. Durante os exercícios de 2010 e 2009, os valores amortizados usando o método linear durante sua vida útil econômica estimada, totalizaram R\$ 472.038 mil e R\$ 275.355 mil, respectivamente.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

b) Banco Votorantim S.A.

Em 28.09.2009, com o objetivo de aumentar sua participação no mercado de financiamento de veículos, o Banco do Brasil adquiriu da Votorantim Finanças S.A. 50,00% do capital social total (49,99% das ações ordinárias e 50,01% das ações preferenciais) do Banco Votorantim S.A. por R\$ 4.151.668 mil. Simultaneamente, o Banco do Brasil adquiriu 50,00% da BV Participações pelo valor de R\$ 30.211 mil. A conjuntura econômica, ainda marcada pelos reflexos da crise financeira de 2008, gerou a oportunidade da compra vantajosa.

O pagamento à Votorantim Finanças S.A. foi realizado mediante depósitos em espécie em contas vinculadas no Banco Votorantim, no valor de R\$ 2.160.000 mil e no Banco do Brasil, no valor de R\$ 840.000 mil e pagamento em espécie no valor de R\$ 750.000 mil, mais R\$ 450.000 mil após 180 dias dessa data, relativos à subscrição das ações preferenciais do Banco Votorantim S.A., totalizando R\$ 4.200.000 mil. Em função de contingências identificadas em *Due Diligence* realizada junto ao Banco Votorantim S.A., o valor total foi reduzido posteriormente em R\$ 18.121 mil.

O ganho por compra vantajosa na aquisição foi calculado a partir do balanço patrimonial a valor justo apurado em estudo de alocação do preço pago elaborado por empresa especializada e independente.

Valor justo dos ativos e passivos adquiridos do Banco Votorantim

	R\$ mil
	30.09.2009
Caixa e depósitos bancários	156.783
Depósitos compulsórios em banco centrais	-
Empréstimos a instituições financeiras	1.721.773
Aplicações em operações compromissadas	10.203.771
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6.863.017
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.941.293
Empréstimos a clientes	18.529.984
Investimentos	28.179
Ativo imobilizado	50.393
Ativos intangíveis	1.668.469
Outros ativos	3.787.644
Valor justo dos ativos	45.951.306
Depósitos de clientes	11.507.136
Depósitos de instituições financeiras	1.652.717
Obrigações por operações compromissadas	13.052.105
Obrigações de curto prazo	2.003.144
Outros passivos	12.344.250
Valor justo dos passivos	40.559.352
Valor justo dos ativos líquidos⁽¹⁾	5.391.954
Preço pela aquisição das ações (50%)	4.151.668
Ganho por compra vantajosa na aquisição	(1.240.286)
Saídas de caixa na aquisição da joint venture	
Valor líquido adquirido com a joint venture	156.783
Valor pago	4.151.668
Saída de caixa líquido	3.994.885

(1) O valor contábil dos ativos líquidos em 30.09.2009 era R\$ 3.725.954 mil.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Ativos intangíveis identificados na aquisição

	R\$ mil
	30.09.2009
Relacionados a carteiras de clientes	1.557.000
Outros	109.000
Total	1.666.000

A partir da data de aquisição, o Banco Votorantim contribuiu com R\$ 1.795.827 mil e R\$ 154.328 mil para as receitas totais e o lucro líquido do Banco, respectivamente. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do ano, a contribuição nas receitas totais e no lucro líquido do banco seria de R\$ 6.702.937 mil e R\$ 400.886 mil, respectivamente.

Os ativos intangíveis identificados vem sendo amortizados em consonância com os prazos apresentados na Nota 26, Ágio e outros ativos intangíveis, os quais foram definidos com base em estudo de alocação do preço pago. Durante os exercícios de 2010 e 2009, os valores amortizados usando o método linear durante sua vida útil econômica estimada, totalizaram R\$ 325.375 mil e R\$ 65.075 mil, respectivamente

c) Cielo e Companhia Brasileira de Crédito e Serviços Visa Vale

Abertura de Capital da Cielo

Em 30.06.2009, o Banco do Brasil divulgou a venda de ações representativas de 7,05% do capital social da Cielo (ex-Visanet), coligada do BB Banco de Investimento S.A. (BB BI) Com a venda, o Banco do Brasil contabilizou receita no valor de R\$ 1.415 milhões, antes dos impostos, no exercício de 2009. Os coordenadores da Oferta Pública de Distribuição Secundária da Cielo (ex-Visanet) exerceram a Opção de Ações Suplementares (*greenshoe*). Com isso, a quantidade vendida pelo BB BI no exercício do *greenshoe* representou impacto positivo de aproximadamente R\$ 200 milhões, antes dos impostos.

Aquisição de participação na Cielo e na Visa Vale

Em 13.07.2010, foi concretizada a negociação na qual o Banco do Brasil, em conjunto com sua subsidiária integral BB BI, adquiriu do Grupo Santander Espanha parte das ações detidas na Companhia Brasileira de Soluções e Serviços – CBSS (Visa Vale) e na Cielo S.A. A participação do BB BI na Cielo passou de 23,61% para 28,75% e na Visa Vale de 40,35% para 45%.

Os ágios apurados nas aquisições parciais da Cielo e da CBSS foram R\$ 1.002.333 mil e R\$ 53.479 mil, respectivamente.

Valor justo dos ativos e passivos adquiridos da Cielo

	R\$ mil
	13.07.2010
Caixa e depósitos bancários	593
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	9.172
Investimentos em coligadas	521
Ativo imobilizado	16.376
Ativos intangíveis	1.743
Ativos por impostos correntes	12.520
Ativos por impostos diferidos	11.333
Outros ativos	112.512
Valor justo dos ativos	164.770
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	27.391
Outros passivos	80.514
Valor justo dos passivos	107.905
Valor justo dos ativos líquidos	56.865
Preço pela aquisição das ações (5,14%)	1.058.988
Ágio gerado na aquisição	1.002.123

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Valor justo dos ativos e passivos adquiridos da CBSS

	R\$ mil
	13.07.2010
Caixa e depósitos bancários	3.242
Aplicações em operações compromissadas	2.385
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	24.111
Ativo imobilizado	82
Ativos intangíveis	1.607
Outros ativos	26.895
Valor justo dos ativos	58.322
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	3
Outros passivos	50.314
Valor justo dos passivos	50.317
Valor justo dos ativos líquidos	8.005
Preço pela aquisição das ações (4,65%)	61.916
Ágio gerado na aquisição	53.911

Em 24.01.2011, o BB BI firmou Contrato de Compra e Venda de Ações com a Visa Internacional Service Association (Visa International), no montante de R\$ 85.500 mil, para aquisição de parte das ações detidas pela Visa International na Visa Vale, correspondente a 4,99% do capital social da companhia. Com esta transação, a participação do BB BI aumentou de 45% para 49,99%.

d) Banco Patagonia S.A.

Com o objetivo de aumentar sua participação no mercado argentino, o Banco do Brasil celebrou, em 21.04.2010, com os controladores do Banco Patagonia S.A., Contrato de Compra e Venda de Ações para aquisição do controle acionário do Banco Patagonia.

A transação foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária de acionistas do Banco do Brasil em 16.06.2010, pelo Banco Central do Brasil em 21.10.2010, pelo Banco Central da República da Argentina (BCRA) em 07.02.2011, e pelo órgão de defesa concorrencial argentino (Comisión Nacional de Defensa de la Competencia), em 05.04.2011.

O preço estipulado para a aquisição das 366.825.016 ações (51% do capital social e do capital votante) foi de US\$ 479.660 mil, resultando no valor de US\$ 1,3076 por ação. Em 12.04.2011, foi efetivada a conclusão do pagamento do preço aos vendedores e a transferência das ações ordinárias escriturais classe "B" ao Banco do Brasil.

Em 28.10.2010, o Bacen autorizou o Banco do Brasil a aumentar sua posição acionária de 51% para até 75% do capital total e votante do Banco Patagonia, em decorrência da Oferta Pública de Aquisição Obrigatória de Ações (OPA) prevista no referido Contrato de Compra e Venda de Ações. A operação já foi aprovada pelo BCRA e desde 07.04.2011 aguarda autorização do órgão regulador do mercado de capitais argentino (Comisión Nacional de Valores da Argentina).

e) Brasilsaúde Companhia de Seguros

Em 20.05.2010, a BB Seguros e a Sul América Seguro Saúde S.A. (SAS Saúde) assinaram Contrato de Compra e Venda para a aquisição pela SAS Saúde da totalidade das ações detidas pela BB Seguros (49,92% do capital social total) na Brasilsaúde Companhia de Seguros.

A operação foi aprovada pela Agência Nacional de Saúde (ANS) e liquidada financeiramente em 08.07.2010. Considerada a atualização monetária até a data da liquidação, o valor recebido pela BB Seguros referente à transação foi de R\$ 29.158 mil.

f) Brasilveículos Companhia de Seguros

Foi aprovada pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) a venda da totalidade da participação detida pela Sul América Companhia Nacional de Seguros (Sul América) na Brasilveículos Companhia de

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Seguros para a BB Aliança REV Participações S.A., constituída em outubro de 2010 sob a forma de subsidiária integral da BB Seguros, nos termos do contrato de compra e venda firmado em 05.05.2010 e respectivo aditivo. O valor da transação foi de R\$ 359.361 mil.

Valor justo dos ativos e passivos adquiridos da Brasilveículos

	R\$ mil
	29.10.2010
Caixa e depósitos bancários	147
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	41.991
Ativos financeiros disponíveis para venda	179.715
Ativo imobilizado	731
Ativos intangíveis	2.672
Ativos por impostos correntes	12.406
Ativos por impostos diferidos	1.377
Outros ativos	337.221
Valor justo dos ativos	576.260
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	91.784
Passivos por contratos de seguro e previdência complementar	323.154
Passivo por impostos correntes	1.350
Passivo por impostos diferidos	100
Outros passivos	48.069
Valor justo dos passivos	464.457
Valor justo dos ativos líquidos	111.803
Preço pela aquisição das ações (30%)	359.361
Ágio gerado na aquisição	247.558

g) Brasilprev Seguros e Previdência S.A.

Em 30.04.2010, o Banco comunicou que a BB Seguros e a PFG do Brasil Ltda., integrante do grupo da Principal Financial Group (Principal), renovaram sua parceria estratégica para atuação no desenvolvimento e comercialização de produtos de previdência privada aberta no Brasil.

A Principal adquiriu a participação acionária de 4% do capital social total da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. (Brasilprev) detida pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

A BB Seguros passou a deter, via aumento do capital social, a participação de 74,995% do respectivo capital social total.

h) Brasilcap Capitalização S.A.

Em 06.01.2010, o Banco comunicou que a controlada BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros) e o Grupo Icatu (Icatu) firmaram Memorando de Entendimentos, com o objetivo de constituir aliança estratégica para o desenvolvimento e comercialização no mercado brasileiro dos negócios de capitalização.

Em 24.01.2011, a BB Seguros firmou contrato de compra e venda de ações para aquisição da totalidade da participação acionária (16,67% ON) detida pela Sul América Capitalização S.A. (Sulacap) na Brasilcap Capitalização S.A. (Brasilcap), pelo montante de R\$ 137.000 mil. A efetivação do negócio está sujeita a aprovação dos respectivos órgãos reguladores. Após concluída a transação, a participação da BB Seguros aumentará de 49,99% para 66,66%.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

i) Parceria Estratégica com o Banco Bradesco S.A. e Banco Espírito Santo (BES)

Em 09.08.2010, o Banco do Brasil S.A. assinou com o Banco Bradesco S.A. e com o BES, memorando de entendimentos, sem efeito vinculante, com o propósito de iniciar tratativas para estabelecer parceria estratégica (*holding* financeira) visando atuação no Continente Africano.

Se concretizada, a parceria consolidaria na África as atuais operações do BES. A *holding* também coordenaria futuros investimentos envolvendo a aquisição de participações em outros bancos, bem como o estabelecimento de operações próprias no Continente Africano. As três instituições financeiras consideram a eventual parceria um meio importante para apoiar o movimento de internacionalização das empresas brasileiras e portuguesas e para assistir ao crescente intercâmbio comercial com o referido continente.

A efetivação da operação está sujeita à realização de estudos técnicos, jurídicos, financeiros, à negociação satisfatória dos documentos definitivos e ao cumprimento das formalidades legais e regulatórias aplicáveis em cada País.

7 – Informações por Segmento

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pela Administração na avaliação do desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços.

As operações do Banco estão divididas em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses segmentos, o Banco também participa de outras atividades econômicas, tais como consórcios e suporte operacional, que foram agregados em "Outros segmentos".

As transações intersegmentos são praticadas em condições normais de mercado, substancialmente nos termos e condições para operações comparáveis, incluindo taxas de juros e garantias. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da receita líquida total da instituição.

a) Segmento bancário

O segmento bancário é responsável pela parcela mais significativa do resultado do Banco, preponderantemente obtido no Brasil, e compreende uma grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, empréstimos a clientes e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo realizados pela rede de agências e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal realizados por correspondentes bancários.

b) Segmento de investimentos

Nesse segmento são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

A receita líquida de juros do segmento é obtida pelas receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As participações acionárias existentes estão concentradas nas empresas coligadas e controladas. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de *underwriting* de renda fixa e variável e da prestação de serviços a coligadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

c) Segmento de gestão de recursos

Esse segmento é responsável essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras, instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de seguridade

Nesse segmento são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, saúde, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e planos de capitalização.

O resultado desse segmento provém principalmente das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

e) Segmento de meios de pagamento

Esse segmento é responsável principalmente pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico (cartões de crédito e débito), os quais geram receitas de taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários, além das rendas de aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos.

f) Outros segmentos

Compreendem os segmentos de suporte operacional e consórcios, que foram agregados por não serem individualmente representativos. Esses segmentos geram receitas oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática, além da intermediação de passagens aéreas, hospedagens e organização de eventos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

g) Demonstração do resultado gerencial por segmento

	Exercício 2010							R\$ mil
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Transações Intersegmentos	Total
Receita de juros	82.280.436	139.971	53.348	2.917.286	128.756	14.499	(375.315)	85.158.981
Despesa de juros	(42.674.974)	(347.496)	-	(218)	-	(42.860)	365.564	(42.699.984)
Receita líquida de juros	39.605.462	(207.525)	53.348	2.917.068	128.756	(28.361)	(9.751)	42.458.997
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(7.465.097)	-	-	-	-	-	-	(7.465.097)
Receita líquida de juros após provisão para perdas em empréstimos a clientes	32.140.365	(207.525)	53.348	2.917.068	128.756	(28.361)	(9.751)	34.993.900
Receitas não de juros	15.529.835	2.243.904	887.620	3.416.128	1.194.473	1.125.961	(765.224)	23.632.697
Receita líquida de comissões e taxas	10.852.944	390.344	886.746	44.677	866.927	1.023.430	(462.568)	13.602.500
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(2.158.305)	(2.440)	-	(27.005)	29	3	12.324	(2.175.394)
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	234.495	130.173	(500)	16	(39)	2	-	364.147
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas	58.980	73.308	(4.254)	-	-	-	-	128.034
Resultado com operações de seguros e previdência complementar	-	-	-	1.932.720	-	-	-	1.932.720
Outras receitas	6.541.721	1.652.519	5.628	1.465.720	327.556	102.526	(314.980)	9.780.690
Despesas não de juros	(34.219.891)	(1.487.352)	(181.255)	(4.789.712)	(587.351)	(846.120)	774.976	(41.336.705)
Despesas com pessoal	(13.988.231)	(86.396)	(47.835)	(177.936)	(31.209)	(167.971)	4.584	(14.494.994)
Despesas administrativas	(8.118.435)	(21.643)	(21.219)	(782.360)	(100.596)	(212.313)	628.479	(8.628.087)
Amortização de ativos intangíveis	(2.201.016)	(65.070)	-	(16.106)	(4.104)	(1.215)	-	(2.287.511)
Depreciação	(953.868)	(6.779)	(1)	(5.754)	(46.135)	(9.740)	-	(1.022.277)
Outras despesas	(8.958.341)	(1.307.464)	(112.200)	(3.807.556)	(405.307)	(454.881)	141.913	(14.903.836)
Lucro antes dos impostos	13.450.309	549.027	759.713	1.543.484	735.878	251.480	1	17.289.892
Impostos	(4.258.384)	(138.719)	(308.699)	(512.444)	(245.641)	(94.595)	-	(5.558.482)
Correntes	(4.903.923)	(144.490)	(309.012)	(555.596)	(255.432)	(103.893)	-	(6.272.346)
Diferidos	645.539	5.771	313	43.152	9.791	9.298	-	713.864
Lucro líquido do exercício	9.191.925	410.308	451.014	1.031.040	490.237	156.885	1	11.731.410
Atribuível aos acionistas do Banco	9.191.945	375.952	451.014	1.031.040	490.237	156.885	1	11.697.074
Atribuível às participações de acionistas não controladores	(20)	34.356	-	-	-	-	-	34.336
Total dos ativos	760.790.088	6.220.627	964.331	36.949.455	1.371.817	5.108.624	(14.376.584)	797.028.358
Total dos passivos	710.019.601	4.991.743	830.685	34.361.397	999.744	2.848.410	(7.787.003)	746.264.577

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

h) Demonstração do resultado gerencial por segmento

Exercício 2009								R\$ mil
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Transações Intersegmentos	Total
Receita de juros	65.922.139	132.597	48.180	1.810.892	77.246	11.835	(243.500)	67.759.389
Despesa de juros	(32.779.232)	(196.943)	-	(449)	-	(57.035)	186.465	(32.847.194)
Receita líquida de juros	33.142.907	(64.346)	48.180	1.810.443	77.246	(45.200)	(57.035)	34.912.195
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(10.696.139)	-	-	-	-	-	-	(10.696.139)
Receita líquida de juros após provisão para perdas em empréstimos a clientes	22.446.768	(64.346)	48.180	1.810.443	77.246	(45.200)	(57.035)	24.216.056
Receitas não de juros	15.963.401	3.488.250	819.722	2.706.851	1.068.394	735.816	(608.055)	24.174.379
Receita líquida de comissões e taxas	9.515.181	286.374	763.189	15.885	762.812	641.315	(340.337)	11.644.419
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(1.292.644)	3.239	-	(24.139)	702	700	(4.932)	(1.317.074)
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	241.501	65.048	(236)	64	(837)	-	-	305.540
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas	38.718	51.054	5.474	-	-	-	-	95.246
Resultado com operações de seguros e previdência complementar	-	-	-	1.485.026	-	-	3.699	1.488.725
Outras receitas	7.460.645	3.082.535	51.295	1.230.015	305.717	93.801	(266.485)	11.957.523
Despesas não de juros	(28.681.885)	(1.371.542)	(186.149)	(3.520.738)	(510.925)	(585.945)	671.537	(34.185.647)
Despesas com pessoal	(12.423.355)	(78.721)	(48.648)	(149.646)	(28.455)	(89.589)	2.796	(12.815.618)
Despesas administrativas	(6.795.611)	(21.061)	(20.148)	(682.218)	(85.378)	(163.988)	495.581	(7.272.823)
Amortização de ativos intangíveis	(1.562.347)	(64.809)	-	(9.000)	(3.612)	(1.258)	-	(1.641.026)
Depreciação	(816.871)	(5.906)	(1)	(5.714)	(35.963)	(6.060)	-	(870.515)
Outras despesas	(7.083.701)	(1.201.045)	(117.352)	(2.674.160)	(357.517)	(325.050)	173.160	(11.585.665)
Lucro antes dos impostos	9.728.284	2.052.362	681.753	996.556	634.715	104.671	6.447	14.204.788
Impostos	(2.372.085)	(771.673)	(264.709)	(344.378)	(218.086)	(54.752)	-	(4.025.683)
Correntes	(4.273.110)	(766.460)	(254.777)	(351.969)	(235.779)	(55.965)	-	(5.938.060)
Diferidos	1.901.025	(5.213)	(9.932)	7.591	17.693	1.213	-	1.912.377
Lucro líquido do exercício	7.356.199	1.280.689	417.044	652.178	416.629	49.919	6.447	10.179.105
Atribuível aos acionistas do Banco	7.355.610	1.244.828	417.044	652.178	416.629	49.919	6.447	10.142.655
Atribuível às participações de acionistas não controladores	589	35.861	-	-	-	-	-	36.450
Total dos ativos	676.881.479	4.246.708	994.854	20.779.792	944.380	4.131.054	(10.751.989)	697.226.278
Total dos passivos	640.608.879	3.750.026	864.710	19.114.206	709.851	2.557.107	(6.668.373)	660.936.406

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

i) Reconciliação do resultado gerencial por segmento com o resultado consolidado de acordo com as IFRSs

	Exercício 2010			Exercício 2009		
	Consolidado Gerencial	Ajustes ⁽¹⁾	Consolidado IFRS	Consolidado Gerencial	Ajustes ⁽¹⁾	Consolidado IFRS
	R\$ mil					
Receita de juros	85.158.981	(15.775)	85.143.206	67.759.389	(150.883)	67.608.506
Despesa de juros	(42.699.984)	(361.203)	(43.061.187)	(32.847.194)	(217.732)	(33.064.926)
Receita líquida de juros	42.458.997	(376.978)	42.082.019	34.912.195	(368.615)	34.543.580
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(7.465.097)	(249.457)	(7.714.554)	(10.696.139)	4.458.423	(6.237.716)
Receita líquida de juros após provisão para perdas em empréstimos a clientes	34.993.900	(626.435)	34.367.465	24.216.056	4.089.808	28.305.864
Receitas não de juros	23.632.697	222.309	23.855.006	24.174.379	1.284.347	25.458.726
Receita líquida de comissões e taxas	13.602.500	-	13.602.500	11.644.419	-	11.644.419
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(2.175.394)	-	(2.175.394)	(1.317.074)	-	(1.317.074)
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	364.147	-	364.147	305.540	-	305.540
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas	128.034	(414)	127.620	95.246	(4.735)	90.511
Resultado com operações de seguros e previdência complementar	1.932.720	(4.539)	1.928.181	1.488.725	6.893	1.495.618
Outras receitas	9.780.690	227.262	10.007.952	11.957.523	1.282.189	13.239.712
Despesas não de juros	(41.336.705)	(334.900)	(41.671.605)	(34.185.647)	44.439	(34.141.208)
Despesas com pessoal	(14.494.994)	-	(14.494.994)	(12.815.618)	-	(12.815.618)
Despesas administrativas	(8.628.087)	(2.839)	(8.630.926)	(7.272.823)	2.651	(7.270.172)
Amortização de ativos intangíveis	(2.287.511)	(661.083)	(2.948.594)	(1.641.026)	(297.086)	(1.938.112)
Depreciação	(1.022.277)	9.262	(1.013.015)	(870.515)	2.398	(868.117)
Outras despesas	(14.903.836)	319.760	(14.584.076)	(11.585.665)	336.476	(11.249.189)
Lucro antes dos impostos	17.289.892	(739.026)	16.550.866	14.204.788	5.418.594	19.623.382
Impostos	(5.558.482)	337.961	(5.220.521)	(4.025.683)	(2.118.309)	(6.143.992)
Correntes	(6.272.346)	-	(6.272.346)	(5.938.060)	-	(5.938.060)
Diferidos	713.864	337.961	1.051.825	1.912.377	(2.118.309)	(205.932)
Lucro líquido do exercício	11.731.410	(401.065)	11.330.345	10.179.105	3.300.285	13.479.390
Atribuível aos acionistas do Banco	11.697.074	(401.065)	11.296.009	10.142.655	3.300.285	13.442.940
Atribuível às participações de acionistas não controladores	34.336	-	34.336	36.450	-	36.450
Total dos Ativos	797.028.358	5.791.436	802.819.794	697.226.278	5.345.709	702.571.987
Total dos Passivos	746.264.577	2.136.281	748.400.858	660.936.406	1.114.244	662.050.650

(1) O principal componente refere-se a diferenças entre os métodos contábeis utilizados nos relatórios gerenciais versus os métodos contábeis utilizados na Demonstração do Resultado Consolidado, construída de acordo com as IFRSs. As principais diferenças de critérios encontram-se destacadas na Nota 46.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

j) Operações internacionais

Segmentação por área geográfica, operações no Brasil e no exterior

	R\$ mil		
	Brasil	Outros Países	Total
	Exercício 2010	Exercício 2010	Exercício 2010
Ativo	765.124.742	39.217.648	804.342.390
Receitas	107.503.619	1.494.593	108.998.212
Despesas	(95.424.069)	(1.765.799)	(97.189.868)
Lucro/(Prejuízo) antes dos Impostos	17.522.414	(174.883)	17.347.531
Lucro/(Prejuízo) Líquido	12.079.550	(271.206)	11.808.344

	R\$ mil		
	Brasil	Outros Países	Total
	Exercício 2009	Exercício 2009	Exercício 2009
Ativo	669.653.140	33.963.083	703.616.223
Receitas	91.563.927	1.503.303	93.067.230
Despesas	(77.511.251)	(2.658.131)	(80.169.382)
Lucro/(Prejuízo) antes dos Impostos	19.769.790	(1.115.645)	18.654.145
Lucro/(Prejuízo) Líquido	14.052.676	(1.154.828)	12.897.848

As receitas compreendem receitas de juros e receitas não de juros. As Despesas compreendem despesa de juros, provisão para perdas em empréstimos a clientes e despesas não de juros.

8 – Receita Líquida de Juros

	R\$ mil	
	Exercício/2010	Exercício/2009
Receitas de Juros	85.143.206	67.608.506
Empréstimos a clientes	48.339.289	37.942.593
Aplicações em operações compromissadas	11.978.802	11.344.585
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.354.163	5.050.589
Empréstimos a instituições financeiras	4.211.211	3.415.039
Depósitos compulsórios em bancos centrais	3.389.012	747.852
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.876.280	2.188.314
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.252.413	2.007.493
Outras receitas de juros	6.742.036	4.912.041
Despesas de Juros	(43.061.187)	(33.064.926)
Depósitos de clientes	(21.545.020)	(18.242.419)
Obrigações por operações compromissadas	(15.360.763)	(10.645.007)
Obrigações de longo prazo	(4.069.091)	(2.561.344)
Valores a pagar a instituições financeiras	(1.246.705)	(1.056.201)
Obrigações de curto prazo	(376.983)	(184.133)
Outras despesas de juros	(462.625)	(375.822)
Receita Líquida de Juros	42.082.019	34.543.580

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

9 – Receita Líquida de Tarifas e Comissões

	R\$ mil	
	Exercício/2010	Exercício/2009
Receita de tarifas e comissões	15.302.426	13.247.720
Prestação de serviços a clientes	8.751.056	7.174.913
Administração de recursos de terceiros	2.591.288	2.297.519
Garantias prestadas	200.342	133.241
Comissões	175.732	109.820
Outros serviços ⁽¹⁾	3.584.008	3.532.227
Despesa de tarifas e comissões	(1.699.926)	(1.603.301)
Prestação de serviços	(1.666.905)	(1.571.688)
Despesas de comissões	(2.687)	(2.735)
Outros serviços ⁽¹⁾	(30.334)	(28.878)
Receita líquida de tarifas e comissões	13.602.500	11.644.419

(1) Os valores das receitas e das despesas evidenciados em "Outros serviços" não são individualmente representativos.

10 – Ganhos/(perdas) Líquidos sobre Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado

	R\$ mil	
	Exercício/2010	Exercício/2009
Instrumentos financeiros derivativos ⁽¹⁾	(2.202.671)	(1.181.607)
Outros ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ⁽¹⁾	27.277	(135.467)
Total	(2.175.394)	(1.317.074)

(1) Ganhos/(perdas) decorrentes da alienação dos instrumentos financeiros.

11 – Ganhos/(perdas) Líquidos sobre Ativos Financeiros Disponíveis Para Venda

	R\$ mil	
	Exercício/2010	Exercício/2009
Instrumentos de dívida	372.977	302.739
Instrumentos de capital	(8.830)	2.801
Total	364.147	305.540

Ganhos/(perdas) decorrentes da alienação dos instrumentos financeiros.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

12 – Outras Receitas e Outras Despesas Operacionais

	R\$ mil	
	Exercício/2010	Exercício/2009
Outras receitas operacionais		
Ganhos com planos de benefícios ⁽¹⁾	4.504.258	4.444.049
Recuperação de encargos e despesas	1.516.683	639.917
Ganhos derivados de títulos de capitalização	1.343.845	1.208.397
Valorização de cotas de fundos mútuos de investimentos	154.431	33.989
Ganhos derivados de investimentos societários ⁽²⁾	63.449	44.524
Reversão de provisões para pagamentos diversos	57.082	75.308
Ganhos na alienação de investimentos permanentes ⁽³⁾	57	1.624.575
Ganhos/(perdas) na alienação de valores e bens	(9.812)	18.813
Ganhos/(perdas) líquidos em operações de câmbio	(984.209)	1.454.784
Outros ⁽⁴⁾	3.362.168	3.695.356
Total	10.007.952	13.239.712
Outras despesas operacionais		
Impostos e taxas	(4.168.965)	(3.700.517)
Despesas financeiras com provisões técnicas de seguros e previdência complementar	(2.151.736)	(1.127.404)
Despesas derivadas de títulos de capitalização	(1.376.268)	(1.259.966)
Atualização de obrigações atuariais	(1.197.951)	(880.881)
Prêmios pagos a clientes	(792.226)	(442.079)
Atualização de depósitos em garantia	(483.894)	(552.635)
Falhas em serviço e perdas operacionais	(263.689)	(369.828)
Amortização antecipada de contratos	(191.010)	(2.774)
Perdas com conversão de investimentos no exterior ⁽⁵⁾	(186.174)	(1.049.465)
Ganhos/(perdas) de capital	(25.073)	(23.206)
Despesa de ajuste ao valor recuperável do intangível	(13.421)	9.700
Despesa de ajuste ao valor recuperável do imobilizado	(1.180)	(3.723)
Provisão para desvalorização de valores e bens	17.606	(493)
Provisão/reversão para outros ativos sem característica de concessão de crédito	96.069	(88.049)
Provisão trabalhistas, fiscais e cíveis	185.101	531.307
Outros ⁽⁴⁾	(4.031.265)	(2.289.176)
Total	(14.584.076)	(11.249.189)

(1) Refere-se aos ganhos registrados no período decorrentes de superávits atuariais em planos de benefícios definidos a empregados.

(2) O saldo da rubrica refere-se principalmente a receitas de dividendos e juros sobre capital próprio.

(3) Em 2009, refere-se ao ganho na alienação de ações da Companhia Brasileira de Meios de Pagamento – Cielo.

(4) Os valores contidos nas linhas identificadas como "Outros" não são individualmente representativos. Incluem receitas/despesas diversas de empresas controladas não financeiras.

(5) Refere-se a conversão de ativos monetários e passivos.

13 – Despesas com Pessoal

	R\$ mil	
	Exercício/2010	Exercício/2009
Proventos e participações nos lucros	(9.915.604)	(8.764.709)
Encargos Sociais	(2.581.726)	(2.372.206)
Benefícios	(1.997.664)	(1.678.703)
Total	(14.494.994)	(12.815.618)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

14 – Despesas Administrativas

	R\$ mil	
	Exercício/2010	Exercício/2009
Gastos com comunicações	(1.237.567)	(1.087.562)
Serviços contratados de terceiros	(1.099.385)	(869.792)
Processamento de dados	(1.050.103)	(956.595)
Transporte	(703.002)	(587.797)
Serviços de vigilância e segurança	(666.693)	(619.406)
Serviços técnicos especializados	(607.307)	(366.584)
Aluguéis e arrendamentos operacionais	(599.839)	(485.377)
Manutenção e conservação	(385.133)	(347.541)
Propaganda e publicidade	(367.929)	(309.535)
Água, energia e gás	(332.520)	(306.846)
Promoções e relações públicas	(232.883)	(197.219)
Viagens	(178.989)	(152.385)
Material de escritório e similar	(126.032)	(113.612)
Contribuições filantrópicas	(90.267)	(58.872)
Treinamento	(83.912)	(70.324)
Honorários de diretores e conselheiros	(55.561)	(49.730)
Outras ⁽¹⁾	(813.804)	(690.995)
Total	(8.630.926)	(7.270.172)

(1) Os valores evidenciados em "Outras" não são individualmente representativos.

15 – Depósitos Compulsórios em Bancos Centrais

	R\$ mil		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Sem remuneração ⁽¹⁾	20.414.308	11.919.022	12.446.494
Banco Central do Brasil	20.414.308	11.919.022	12.439.265
Outros Bancos Centrais	-	-	7.229
Com remuneração ⁽²⁾	66.641.639	12.362.820	8.445.059
Banco Central do Brasil	66.641.603	12.362.820	8.445.059
Outros Bancos Centrais	36	-	-
Total	87.055.947	24.281.842	20.891.553

(1) Recolhimento compulsório sobre depósitos à vista no Brasil.

(2) Recolhimento compulsório sobre depósitos de poupança no Brasil e depósitos à vista no exterior.

16 – Empréstimos a Instituições Financeiras

	R\$ mil		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Aplicações em depósitos interfinanceiros	22.506.962	24.261.585	24.245.023
Carteiras de crédito adquiridas com coobrigação do cedente	11.470.471	4.594.306	4.047.553
Total	33.977.433	28.855.891	28.292.576

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

17 – Aplicações em Operações Compromissadas

	R\$ mil		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Re vendas a liquidar – posição bancada	1.419.922	18.220.295	31.458.102
Notas do Tesouro Nacional	1.135.054	14.118.511	7.388.089
Letras do Tesouro Nacional	201.371	2.189.355	1.338
Letras Financeiras do Tesouro	3.193	1.878.624	24.061.453
Outros títulos	80.304	33.805	7.222
Re vendas a liquidar – posição financiada	82.375.105	125.793.918	63.701.508
Letras Financeiras do Tesouro	52.794.239	112.554.529	61.520.566
Letras do Tesouro Nacional	22.644.595	9.851.852	1.117.194
Notas do Tesouro Nacional	6.876.788	3.387.307	1.063.748
Outros títulos	59.483	230	-
Re vendas a liquidar – posição vendida	1.265.157	159.647	-
Títulos públicos federais – Tesouro Nacional	1.265.157	159.647	-
Total	85.060.184	144.173.860	95.159.610

18 – Títulos para Negociação e Outros Passivos Financeiros ao Valor Justo no Resultado

	R\$ mil		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Instrumentos de dívida	47.470.138	25.721.948	18.491.948
Títulos públicos federais brasileiros	44.322.403	22.990.721	17.722.543
Títulos emitidos por empresas não financeiras	1.360.641	1.235.364	245.983
Títulos de governos estrangeiros	923.921	661.695	2.348
Títulos emitidos por empresas financeiras	701.442	462.527	498.742
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	161.731	371.641	22.332
Instrumentos de capital	3.128.354	12.289.883	7.762.139
Aplicações em fundos mútuos de investimento	2.917.570	12.186.148	7.758.986
Ações negociáveis	210.784	103.735	3.153
Instrumentos financeiros derivativos ativos	1.623.666	1.463.103	2.276.039
Swaps	719.753	1.024.470	1.521.824
Opções	591.434	194.374	1.787
Operações a termo	80.364	130.592	752.428
Outros	232.115	113.667	-
Total de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	52.222.158	39.474.934	28.530.126
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos passivos	4.865.115	4.386.645	3.896.375
Opções	3.320.492	3.286.227	1.076.251
Swaps	1.282.554	862.746	2.662.715
Operações a termo	262.069	237.672	157.409
Outros passivos financeiros ao valor justo	337.188	315.960	330.319
Total de passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	5.202.303	4.702.605	4.226.694

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Valor justo dos ativos de negociação que se encontram vinculados a

	R\$ mil		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Compromissos de recompra	9.895.215	1.701.368	684.007
Prestação de garantia	2.069.355	860.705	-
Depósitos compulsórios	-	113.659	-
Total	11.964.570	2.675.732	684.007

Ganhos/(perdas) líquidos não realizados sobre ativos e passivos ao valor justo por meio do resultado

	R\$ mil		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ganhos/(perdas) líquidos não realizados de instrumentos de dívida	(11.171)	(36.800)	222.958
Títulos públicos federais brasileiros	(6.701)	52.001	233.950
Títulos emitidos por empresas não financeiras	(5.446)	22.911	(7.086)
Títulos de governos estrangeiros	(4)	282	-
Títulos emitidos por empresas financeiras	78	(130.867)	(2.317)
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	902	18.873	(1.589)
Ganhos/(perdas) líquidos não realizados de instrumentos de capital	56.897	21.458	(2.468)
Ações negociáveis	42.987	9.665	(2.496)
Aplicações em fundos mútuos de investimento	13.910	11.793	28
Ganhos/(perdas) de instrumentos financeiros derivativos	(699.886)	(111.746)	129.948
Ganhos/(perdas) de outros passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(28.264)	(49.492)	(35.133)
Total	(682.424)	(176.580)	315.305

19 – Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

	R\$ mil		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Instrumentos de dívida	72.639.598	61.387.063	38.233.891
Títulos públicos federais brasileiros	49.055.880	46.685.263	29.987.822
Títulos emitidos por empresas não financeiras	16.274.941	10.834.488	4.635.917
Títulos de governos estrangeiros	3.733.348	594.364	749.650
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	2.751.243	2.732.222	2.644.222
Títulos emitidos por empresas financeiras	799.036	511.052	186.915
Títulos estaduais e municipais	25.150	29.674	29.365
Instrumentos de capital	2.371.027	1.144.659	352.697
Ações negociáveis	1.294.874	328.228	118.594
Fundos mútuos de investimento	1.076.153	816.431	234.103
Total	75.010.625	62.531.722	38.586.588

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda que se encontram vinculados a

	R\$ mil		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Compromissos de recompra	30.102	13.969	11.443
Garantias	3.119	1.590	1.568
Depósitos compulsórios	1	17.328	12.574
Total	33.222	32.887	25.585

Durante os exercícios encerrados em 31.12.2010 e 31.12.2009, não foram reclassificados ativos financeiros disponíveis para venda.

Ganhos/(perdas) líquidos não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda

	R\$ mil		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ganhos/(perdas) líquidos não realizados de instrumentos de dívida	355.721	159.582	162.855
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	320.466	245.895	214.957
Títulos emitidos por empresas não financeiras	71.056	(187.894)	(23.823)
Títulos de governos estrangeiros	524	929	3.703
Títulos emitidos por empresas financeiras	290	8.961	(80)
Títulos estaduais e municipais	(235)	(712)	(1.196)
Títulos públicos federais brasileiros	(36.380)	92.403	(30.706)
Ganhos/(perdas) líquidos não realizados de instrumentos de capital	94.514	49.272	40.115
Fundos mútuos de investimento ⁽¹⁾	48.826	53.984	50.272
Ações negociáveis ⁽¹⁾	45.688	(4.712)	(10.157)
Total	450.235	208.854	202.970

(1) Marcação a mercado dos papéis

20 – Títulos Mantidos até o Vencimento

	R\$ mil		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Instrumentos de dívida			
Títulos públicos federais brasileiros	16.156.492	21.886.254	19.471.342
Títulos emitidos por empresas financeiras	290.665	277.286	-
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	118.814	126.435	172.661
Títulos de governos estrangeiros	41.336	-	33.472
Títulos públicos estaduais e municipais	-	1.365	-
Total	16.607.307	22.291.340	19.677.475

Composição por prazo de vencimento

	R\$ mil
A vencer em até um ano	3.733.507
A vencer entre 1 e 5 anos	7.778.972
A vencer entre 5 e 10 anos	342.745
A vencer após 10 anos	4.752.083
Total	16.607.307

Durante os exercícios encerrados em 31.12.2010 e 31.12.2009, não foram reclassificados títulos da categoria mantidos até o vencimento.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

21 – Empréstimos a Clientes

	R\$ mil		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Comerciais	160.876.282	135.233.161	106.471.032
Industriais e outros	118.098.442	104.679.301	72.687.766
Financiamentos à exportação	41.054.298	29.108.338	31.613.805
Financiamentos à importação	1.723.542	1.445.522	2.169.461
Pessoas físicas	97.395.206	83.169.851	43.087.621
Financiamentos ⁽¹⁾	81.878.758	50.655.608	31.723.950
Cartão de crédito	12.827.963	9.813.107	8.154.038
Cheque especial	2.688.485	22.701.136	3.209.633
Crédito imobiliário	3.476.754	1.614.505	145.261
Crédito rural	77.660.535	67.203.946	63.707.263
Financiamentos rurais - aplicações obrigatórias	41.141.284	35.824.809	29.114.663
Financiamentos agroindustriais	19.675.863	12.394.381	12.627.329
Financiamentos rurais - aplicações repassadas e refinanciadas	16.732.836	18.774.143	21.871.920
Financiamentos rurais – aplicações livres	110.552	210.613	93.351
Setor público	5.768.443	5.681.438	3.963.484
Arrendamento mercantil	4.229.908	5.142.881	3.038.506
Total dos empréstimos a clientes	349.407.128	298.045.782	220.413.167
Provisão para perdas	(11.018.830)	(12.044.323)	(11.701.964)
Total de empréstimos a clientes, líquido da provisão para perdas	338.388.298	286.001.459	208.711.203

(1) Incluem valores referentes a créditos cedidos pelo Banco Votorantim S.A. no total de R\$ 5.836.304 mil (R\$ 2.672.325 mil em 31.12.2009), os quais não atendem aos critérios de baixa de ativos financeiros conforme a IAS 39.

O Banco concede empréstimos a diversas entidades vinculadas ao Governo Federal, acionista controlador. As operações são praticadas em condições normais de mercado, inclusive taxa de juros e garantias normais exigidas para operações realizadas com entidades não relacionadas. O Banco não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração (Nota 44). As operações contratadas com partes relacionadas totalizavam R\$ 1.882.215 mil (R\$ 1.803.736 mil em 31.12.2009 e R\$ 2.306.384 mil em 01.01.2009).

Não ocorreu reestruturação de créditos problemáticos considerada individualmente significativa.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Escalonamento dos empréstimos a clientes por prazos de vencimento

	R\$ mil		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Parcelas Vincendas			
01 a 30 dias	23.373.343	25.141.265	20.651.669
31 a 60 dias	17.115.473	17.496.292	11.903.781
61 a 90 dias	12.704.799	14.413.988	9.828.179
91 a 180 dias	37.632.917	35.118.633	27.655.647
181 a 360 dias	58.929.993	52.123.675	42.468.022
Acima de 360 dias	194.677.118	145.775.014	100.744.776
Demais ⁽¹⁾	1.254.015	2.618.730	4.017.385
Subtotal	345.687.658	292.687.597	217.269.459
Parcelas Vencidas			
01 a 14 dias	494.993	720.542	612.293
15 a 30 dias	290.478	484.504	401.992
31 a 60 dias	486.289	603.581	439.642
61 a 90 dias	384.815	508.561	363.737
91 a 180 dias	720.691	1.323.837	738.083
181 a 360 dias	776.333	1.687.689	559.794
Acima de 360 dias	565.871	29.471	28.167
Subtotal	3.719.470	5.358.185	3.143.708
Total	349.407.128	298.045.782	220.413.167

(1) Operações com risco de terceiros vinculados a Fundos e Programas Governamentais, principalmente Pronaf, Proceca, FAT, BNDES e FCO.

Carteira de arrendamento mercantil financeiro por prazos de vencimento

	R\$ mil		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Até um ano ⁽¹⁾	1.917.995	2.059.907	1.266.654
Mais de um ano, até cinco anos	2.302.225	3.065.579	1.729.063
Acima de cinco anos	9.688	17.395	42.789
Total valor presente	4.229.908	5.142.881	3.038.506

(1) Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

Informações complementares

	R\$ mil		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Montante dos créditos renegociados	30.624.001	20.355.896	13.245.325
Montante recuperado dos créditos baixados como prejuízo	2.483.983	2.139.418	1.714.384

22 – Provisão para Perdas em Empréstimos a Clientes

	R\$ mil	
	31.12.2010	31.12.2009
Saldo Inicial	12.044.323	11.701.964
Constituição de provisão	10.198.537	8.377.134
Saldos baixados	(11.212.452)	(8.538.424)
Valores adicionados ⁽¹⁾	(3.689)	567.604
Varição cambial – provisões no exterior	(7.889)	(63.955)
Saldo Final	11.018.830	12.044.323

(1) Referem-se aos saldos originados da incorporação do Banco Popular do Brasil S.A. - BPB, ocorrida em maio de 2010, da Besc Financeira S.A. em abril de 2010 e da aquisição do Banco Votorantim - BV em setembro de 2009.

Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes

	R\$ mil	
	31.12.2010	31.12.2009
Constituição de provisão	(10.198.537)	(8.377.134)
Montante recuperado dos créditos baixados como prejuízo	2.483.983	2.139.418
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(7.714.554)	(6.237.716)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Provisão para perdas em empréstimos a clientes classificada por tipo de devedores

	31.12.2010							R\$ mil
	Individual		Coletivo ⁽¹⁾		Total		Crédito líquido da provisão	
	Valor do crédito	Provisão	Valor do crédito	Provisão	Valor do crédito	Provisão		
Comerciais	633.179	332.045	160.243.103	3.052.459	160.876.282	3.384.504	157.491.778	
Pessoas físicas	4.380	69	97.390.826	3.963.289	97.395.206	3.963.358	93.431.848	
Crédito imobiliário	-	-	3.476.754	-	3.476.754	-	3.476.754	
Crédito rural	809.889	162.096	76.850.646	3.351.555	77.660.535	3.513.651	74.146.884	
Setor público	-	-	5.768.443	488	5.768.443	488	5.767.955	
Arrendamento mercantil	614	-	4.229.294	156.829	4.229.908	156.829	4.073.079	
Total	1.448.062	494.210	347.959.066	10.524.620	349.407.128	11.018.830	338.388.298	

	31.12.2009							R\$ mil
	Individual		Coletivo ⁽¹⁾		Total		Crédito líquido da provisão	
	Valor do crédito	Provisão	Valor do crédito	Provisão	Valor do crédito	Provisão		
Comerciais	3.194.326	1.183.948	132.038.835	3.616.216	135.233.161	4.800.164	130.432.997	
Pessoas físicas	7.259	56	83.162.592	3.932.112	83.169.851	3.932.168	79.237.683	
Crédito imobiliário	-	-	1.614.505	40.432	1.614.505	40.432	1.574.073	
Crédito rural	927.066	142.680	66.276.880	2.978.463	67.203.946	3.121.143	64.082.803	
Setor público	2.203	1.555	5.679.235	453	5.681.438	2.008	5.679.430	
Arrendamento mercantil	1.717	1.717	5.141.164	146.691	5.142.881	148.408	4.994.473	
Total	4.132.571	1.329.956	293.913.211	10.714.367	298.045.782	12.044.323	286.001.459	

	01.01.2009							R\$ mil
	Individual		Coletivo ⁽¹⁾		Total		Crédito líquido da provisão	
	Valor do crédito	Provisão	Valor do crédito	Provisão	Valor do crédito	Provisão		
Comerciais	2.479.360	1.538.546	103.991.672	1.744.742	106.471.032	3.283.288	103.187.744	
Pessoas físicas	38.507	4.776	43.049.114	4.834.037	43.087.621	4.838.813	38.248.808	
Crédito imobiliário	-	-	145.261	-	145.261	-	145.261	
Crédito rural	1.149.079	313.372	62.558.184	3.019.130	63.707.263	3.332.502	60.374.761	
Setor público	219.640	219.581	3.743.844	2.075	3.963.484	221.656	3.741.828	
Arrendamento mercantil	3.221	1.906	3.035.285	23.799	3.038.506	25.705	3.012.801	
Total	3.889.807	2.078.181	216.523.360	9.623.783	220.413.167	11.701.964	208.711.203	

(1) Os empréstimos a clientes para os quais o Banco não observou perdas por redução no valor recuperável totalizaram R\$ 329.284.752 mil (R\$ 266.247.997 mil em 31.12.2009 e R\$ 176.472.843 mil em 01.01.2009).

23 – Ativos não Correntes Disponíveis para Venda

Os ativos não correntes disponíveis para venda estão incluídos no segmento bancário e seguros e referem-se a bens não de uso, que são bens adquiridos em dação de pagamento na liquidação de empréstimos a clientes, salvados de operações de seguro e bens oriundos do imobilizado que foram retirados do uso.

	R\$ mil		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Bens não de uso	75.387	60.238	43.955
Imobilizado retirado do uso	21.905	115	642
Total	97.292	60.353	44.597

Normalmente, o Banco realiza venda desses bens por meio de leilão.

No exercício de 2010, foram reconhecidas perdas no valor de R\$ 9.812 mil na alienação de ativos não correntes disponíveis para venda (ganhos de R\$ 18.815 mil no exercício de 2009).

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

24 Participações em Coligadas

a) Coligadas

Empresa	% de participação 31.12.2010		Patrimônio líquido da investida		Valor contábil do investimento		Resultado com equivalência patrimonial		
	Total	ON	31.12.2010	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	Exercício/2010	Exercício/2009
Companhia Brasileira de Securitização – Cibrasec ⁽¹⁾⁽²⁾	12,12	12,12	73.130	74.396	8.864	6.763	6.622	413	582
Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE ⁽¹⁾⁽³⁾	12,09	12,09	24.401	19.130	2.950	2.313	2.264	741	62
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços ⁽³⁾⁽⁴⁾	45,00	44,31	207.472	124.595	147.273	50.268	43.718	42.511	30.547
Pronor Petroquímica S.A. ⁽³⁾	12,02	29,51	157.542	203.528	18.941	24.464	17.325	(2.887)	7.139
Empresa Brasileira de Projetos – EBP ⁽¹⁾⁽³⁾	11,11	11,11	13.977	16.053	1.553	1.784	805	(1.760)	(462)
Itapebi Geração de Energia S.A. ⁽¹⁾⁽⁶⁾	19,00	19,00	336.836	300.265	63.999	57.051	51.916	28.623	13.569
Tecnologia Bancária S.A. – Tecban ⁽¹⁾⁽²⁾	13,53	13,53	169.316	157.815	22.908	14.235	13.879	1.507	356
Mapfre Nossa Caixa Vida e Previdência S.A. ⁽³⁾⁽⁵⁾	49,00	49,00	208.881	123.548	-	859.814	-	58.472	38.718
Total			1.191.555	1.019.330	1.184.775	1.016.692	136.529	127.620	90.511

(1) Embora os direitos de voto real e potencial detidos nessas coligadas sejam inferiores a 20%, foi evidenciada a existência de influência significativa por meio da participação na gestão da coligada ou na indicação da diretoria ou órgão diretor equivalente com participação nos processos de elaboração de políticas financeiras e operacionais.

(2) Informações utilizadas para aplicação do método da equivalência patrimonial relativas a nov/2010.

(3) Informações utilizadas para aplicação do método da equivalência patrimonial relativas a dez/2010.

(4) Inclui, no valor contábil de 31.12.2010, o montante de R\$ 53.911 mil referente ao ágio apurado na aquisição de 4,655% das ações da entidade.

(5) Inclui, no valor contábil de 31.12.2010 e 31.12.2009, o montante de R\$ 815.936 mil referente ao ágio na aquisição do investimento, conforme estudo de alocação do preço pago elaborado por empresa independente especializada.

Informações financeiras resumidas das coligadas não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pelo Banco

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Total de ativos	6.274.593	8.144.898	6.076.115
Total de passivos	5.083.038	7.125.562	5.296.660
Receitas	1.882.563	1.985.068	-
Lucro ou prejuízo do período	322.902	392.610	-

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

b) Joint ventures

Empresa	Descrição das Atividades	% de participação	
		31.12.2010	31.12.2009
Cielo S.A.	Prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e meios de pagamento.	28,75	28,75
Kepler Weber S.A.	Atua na indústria e comércio de produtos e matérias primas relacionadas a metalurgia, comércio exterior e comércio de produtos destinados a agroindústria.	17,55	17,55
Neoenergia S.A.	Holding de outras sociedades dedicadas às atividades de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica.	11,99	11,99
Banco Votorantim S.A.	Desenvolve atividades bancárias em modalidades variadas, tais como crédito ao consumidor, arrendamento mercantil e administração de fundos de investimento.	50,00	49,99
BV Participações S.A.	Holding de outras sociedades prestadoras de serviços.	50,00	49,99
Brasileucos Companhia de Seguros ⁽¹⁾	Comercializa seguros de danos e de pessoas especializada na modalidade automóvel.	100,00	100,00
Brasilcap Capitalização S.A.	Comercializa planos de capitalização, bem como outros produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização.	75,00	49,99
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Comercializa seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de aposentadoria e benefícios complementares.	75,00	49,99
Brasilsaúde Companhia de Seguros ⁽²⁾	Atua no ramo de seguro saúde.	-	-

(1) Investimento integralmente adquirido em 2010. A participação em 31.12.2009 e em 01.01.2009 era de 70,00% do capital total e 40,00% do capital votante.

(2) Investimento alienado em 2010. A participação em 31.12.2009 e em 01.01.2009 era de 49,92% do capital total e 49,92% do capital votante.

Ativos e passivos das joint ventures ajustados pelos percentuais de participação detidos pelo Banco

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Total de ativos correntes	63.732.528	43.903.836	12.058.699
Total de ativos de longo prazo	30.691.559	21.044.810	3.538.569
Total de passivos correntes	39.787.326	31.050.231	3.451.826
Total de passivos de longo prazo	42.598.335	26.464.270	10.385.373
Receitas	15.360.348	7.254.456	-
Despesas	13.979.284	6.053.379	-

R\$ mil

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

c) Outras informações

- i. Os dividendos, inclusive juros sobre capital próprio, recebidos dos investimentos em coligadas, totalizaram R\$ 32.326 mil em 31.12.2010 (R\$ 32.885 mil em 31.12.2009 e R\$ 34.957 mil em 01.01.2009).
- ii. As coligadas nas quais o Banco possui investimento não têm ações regularmente negociadas em bolsa de valores.
- iii. Nenhuma coligada apresentou restrições significativas para a transferência de recursos na forma de dividendos em caixa ou de restituição de empréstimos ou adiantamentos nos exercícios de 2010 e 2009.
- iv. Não há operações descontinuadas de coligadas nas quais o Banco tenha parte.

25 –Imobilizado de Uso

	R\$ mil							
	Terrenos	Edificações	Móveis e Equipamentos	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Equipamentos de processamento de dados	Veículos	Outros	Total
Custo de aquisição								
Saldo em 01.01.2009	200.955	3.875.986	1.329.979	1.058.714	2.971.639	9.362	539.264	9.985.899
Aquisições	6.146	315.141	255.544	204.881	584.953	384	62.230	1.429.279
Aquisições por combinações de negócios	74.923	170.210	89.007	79.709	297.657	1.751	69.741	782.998
Baixas	(18.514)	(4.435)	(70.168)	(53.260)	(196.849)	(5.537)	(56.709)	(405.472)
Saldo em 31.12.2009	263.510	4.356.902	1.604.362	1.290.044	3.657.400	5.960	614.526	11.792.704
Aquisições	1.222	339.918	293.829	316.317	902.911	401	122.660	1.977.258
Baixas	(20.042)	(8.797)	(140.117)	(32.745)	(458.565)	(2.679)	(67.074)	(730.019)
Saldo em 31.12.2010	244.690	4.688.023	1.758.074	1.573.616	4.101.746	3.682	670.112	13.039.943
Depreciação acumulada								
Saldo em 01.01.2009	-	(2.314.207)	(655.431)	(710.614)	(1.953.042)	(5.777)	(298.686)	(5.937.757)
Depreciação do exercício	-	(151.432)	(119.819)	(167.407)	(379.635)	(389)	(49.435)	(868.117)
Aquisições por combinações de negócios	-	(129.991)	(42.410)	(48.495)	(208.936)	(1.596)	(8.244)	(439.672)
Baixas	-	49.039	81.694	46.005	157.061	2.741	12.435	348.975
Saldo em 31.12.2009	-	(2.546.591)	(735.966)	(880.511)	(2.384.552)	(5.021)	(343.930)	(6.896.571)
Depreciação do exercício	-	(133.882)	(147.256)	(192.406)	(471.694)	(423)	(67.354)	(1.013.015)
Baixas	-	13.853	(4.096)	21.221	344.647	3.306	49.684	428.615
Saldo em 31.12.2010	-	(2.666.620)	(887.318)	(1.051.696)	(2.511.599)	(2.138)	(361.600)	(7.480.971)
Perda por imparidade								
Saldo em 01.01.2009	-	(909)	(1.474)	-	(3.583)	-	(366)	(6.332)
Perdas no exercício	-	(2.338)	-	-	(1.384)	-	-	(3.722)
Reversões	-	144	801	-	3.573	-	(1.461)	3.057
Saldo em 31.12.2009	-	(3.103)	(673)	-	(1.394)	-	(1.827)	(6.997)
Perdas no exercício	-	(819)	-	-	(361)	-	-	(1.180)
Reversões	-	645	(479)	-	350	-	1.827	2.343
Saldo em 31.12.2010	-	(3.277)	(1.152)	-	(1.405)	-	-	(5.834)
Valor contábil								
Saldo em 01.01.2009	200.955	1.560.870	673.074	348.100	1.015.014	3.585	240.212	4.041.810
Saldo em 31.12.2009	263.510	1.807.208	867.723	409.533	1.271.454	939	268.769	4.889.136
Saldo em 31.12.2010	244.690	2.018.126	869.604	521.920	1.588.742	1.544	308.512	5.553.136

O imobilizado de uso inclui imóveis dados em garantia de penhora no valor de R\$ 342.773 mil (R\$ 316.864 mil em 31.12.2009 e R\$ 296.037 mil em 01.01.2009).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Pagamentos futuros para arrendamentos operacionais

Exercício							R\$ mil
	2011	2012	2013	2014	2015	Após 2015	Total
Valores a pagar	466.417	389.331	304.953	205.187	91.883	217.577	1.675.348

As despesas de aluguéis e arrendamentos operacionais em 2010 foram de R\$ 599.839 mil (R\$ 485.377 mil em 2009). O Banco não mantém contratos de subarrendamento.

26 – Intangível

a) Ágio por unidades geradoras de caixa

	R\$ mil		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Meios de pagamento	1.002.123	-	-
Seguros, previdência e capitalização	804.779	557.221	557.221
Bancária	591.582	591.582	-
Total	2.398.484	1.148.803	557.221

O saldo de ágio está alocado nas unidades geradoras de caixa, as quais são também segmentos de negócios.

b) Movimentação do ágio

	R\$ mil	
	Exercício/2010	Exercício/2009
Valor bruto do ágio no início do exercício	1.148.803	557.221
Perda por imparidade acumulada no início do exercício	-	-
Saldo inicial	1.148.803	557.221
Ágio adquirido no exercício	1.249.681	591.582
Ágio incluído em grupo classificado como mantido para venda ou baixa	-	-
Perda por imparidade reconhecida/(revertida) no exercício	-	-
Variação cambial reconhecida no exercício	-	-
Outras movimentações	-	-
Valor bruto do ágio ao final do exercício	2.398.484	1.148.803
Perda por imparidade acumulada ao final do exercício	-	-
Ágio ao final do exercício	2.398.484	1.148.803

Em 2010, as aquisições de ágio nos segmentos meios de pagamento e seguros, previdência e capitalização estão relacionadas à compra de 5,14% da Cielo no valor de R\$ 1.002.123 mil e de 30% da Brasilveículos Companhia de Seguros no valor de R\$ 247.558 mil, respectivamente. Em 2009, a principal aquisição foi a do Banco Nossa Caixa S.A., que gerou ágio no valor de R\$ 591.582 mil.

O valor recuperável das unidades geradoras de caixa relacionadas ao segmento bancário e ao segmento seguros, previdência e capitalização foi determinado com base no valor em uso.

As premissas adotadas para este cálculo são baseadas em informações públicas e informações contidas no plano de negócios. As estimativas efetuadas envolvem várias e significativas premissas de caráter subjetivo. Elas consideram o desempenho atual e passado bem como o crescimento esperado no respectivo mercado de atuação e em todo ambiente macroeconômico.

Os fluxos de caixa foram projetados pelo período de 10 anos perpetuando-se a partir do 11º ano, em crescimento estabilizado de acordo com o Produto Interno Bruto (PIB) previsto para o período. Para o período entre o 6º e 10º ano, bem como na perpetuidade a partir do 11º ano, as estimativas utilizadas se alinham de forma consistente àquelas adotadas para a projeção até o 5º ano.

O valor em uso da unidade geradora de caixa relacionada ao segmento bancário é sensível ao PIB e ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Para o segmento seguros, previdência e capitalização, essa sensibilidade recai sobre as taxas de crescimento e de desconto na perpetuidade. Os índices relacionados à taxa de crescimento são baseados em cenário macroeconômico desenvolvido pelo

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Banco. Para o segmento bancário, o fluxo de resultado futuro foi calculado a partir do resultado gerencial observado em 2010 e utiliza para 2011 a taxa de crescimento de 9,5%. Para o segmento seguros, previdência e capitalização, a taxa de crescimento para 2010 foi de 9,7%.

A taxa de desconto é determinada pelo custo do capital próprio apurado com base no modelo CAPM (*Capital Asset Pricing Model*) referenciado em moeda brasileira na forma unitária. Esta metodologia é composta pela taxa livre de risco americana, pelo índice EMBI + BR como prêmio pelo risco-Brasil, pelo beta da empresa, pela média geométrica histórica do prêmio do mercado americano, pelo fator de ajuste entre os prêmios do mercado brasileiro e americano, pelo diferencial entre as inflações brasileira e americana e pelo diferencial de produtividade entre as economias norte-americana e brasileira. Os parâmetros mencionados para apuração do custo de capital foram obtidos de fontes externas. Para o segmento bancário, o fluxo de resultado futuro, calculado a partir do resultado gerencial observado em 2010, utiliza para 2011 a taxa de desconto de 15,09%. Para o segmento seguros, previdência e capitalização, a taxa de desconto utilizada foi de 16,15%.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil das unidades exceder o seu respectivo valor recuperável.

c) Ativos intangíveis com vida útil definida

	R\$ mil					
	Software	Direitos por aquisição de folhas de pagamento	Relacionados a carteiras de clientes	Relacionados a contratos	Outros	Total
Custo de aquisição						
Saldo em 01.01.2009	889.997	4.165.220	-	-	1.276.930	6.332.147
Gerados internamente	72.002	-	-	-	-	72.002
Aquisições	228.153	1.208.710	-	-	129.486	1.566.349
Aquisições por combinações de negócios	3.910	2.268.178	4.303.106	863.062	265.920	7.704.176
Classificações como mantidos para venda ou baixas	(63.347)	(358.878)	-	-	(187)	(422.412)
Saldo em 31.12.2009	1.130.715	7.283.230	4.303.106	863.062	1.672.149	15.252.262
Gerados internamente	97.832	-	-	-	-	97.832
Aquisições	265.096	2.527.850	-	-	113.014	2.905.960
Aquisições por combinações de negócios	2.898	-	-	-	6.018	8.916
Classificações como mantidos para venda ou baixas	(35.135)	(318.162)	-	-	(16.515)	(369.812)
Saldo em 31.12.2010	1.461.406	9.492.918	4.303.106	863.062	1.774.666	17.895.158
Amortização acumulada						
Saldo em 01.01.2009	(495.980)	-	-	-	(641.072)	(1.137.052)
Amortizações do exercício	(150.212)	(1.382.719)	(246.786)	(73.974)	(84.421)	(1.938.112)
Aquisições	(817)	(1.141.132)	-	-	(206)	(1.142.155)
Baixas	54.243	358.878	-	-	141	413.262
Saldo em 31.12.2009	(592.766)	(2.164.973)	(246.786)	(73.974)	(725.558)	(3.804.057)
Amortizações do exercício	(181.221)	(1.969.831)	(568.691)	(126.813)	(102.038)	(2.948.594)
Aquisições	(7.643)	-	-	-	(30)	(7.673)
Baixas	31.681	318.162	-	-	16.345	366.188
Saldo em 31.12.2010	(749.949)	(3.816.642)	(815.477)	(200.787)	(811.281)	(6.394.136)
Perda por imparidade ⁽¹⁾						
Saldo em 01.01.2009	-	(51.550)	-	-	-	(51.550)
Adições/reconhecimentos	-	(2.680)	-	-	-	(2.680)
Reversões	-	12.381	-	-	-	12.381
Variação cambial	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2009	-	(41.849)	-	-	-	(41.849)
Adições/reconhecimentos	(632)	(14.747)	-	-	-	(15.379)
Saldo em 31.12.2010	(632)	(56.596)	-	-	-	(57.228)
Valor contábil						
Saldo em 01.01.2009	394.017	4.113.670	-	-	635.858	5.143.545
Saldo em 31.12.2009	537.949	5.076.408	4.056.320	789.088	946.591	11.406.356
Saldo em 31.12.2010	710.825	5.619.680	3.487.629	662.275	963.385	11.443.794

(1) O valor das perdas por imparidade reconhecidas/revertidas no período referem-se ao segmento bancário e meios de pagamento.

As despesas com amortização de ativos intangíveis foram incluídas na rubrica "amortização de outros ativos intangíveis".

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Despesas estimadas com amortização de ativos intangíveis para os próximos exercícios

Exercício							R\$ mil
	2011	2012	2013	2014	2015	Após 2015	Total
Valores a amortizar	2.935.187	2.574.192	2.159.820	1.570.966	678.881	1.524.747	11.443.794

27 – Outros Ativos e Outros Passivos

Outros Ativos	R\$ mil		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Depósitos judiciais para fins de impostos e questões trabalhistas e cíveis	11.682.635	9.981.683	7.372.359
Planos de benefícios pós-emprego ⁽¹⁾	11.419.160	14.433.711	9.989.473
Superávit Previ – Fundo destinação ⁽²⁾	7.594.993	-	-
Títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional	5.631.413	3.360.582	2.030.774
Devedores diversos no país	3.603.902	4.667.845	1.605.786
Títulos e créditos a receber	1.819.651	906.348	199.706
Fundo de compensação de variações salariais – Incorporadas	1.785.730	-	-
Despesas pagas antecipadamente	1.443.664	1.267.116	524.034
Operações com seguros e resseguros	1.119.589	929.746	728.291
Rendas a receber	956.454	567.575	330.536
Carteira de câmbio líquida	681.898	402.297	-
Adiantamentos concedidos por contrato de câmbio	582.890	-	-
Negociação e intermediação de valores	382.996	436.005	346.510
Impostos pagos antecipadamente	300.596	291.584	362.883
Adiantamentos a empregados	254.195	228.608	215.051
Bens não de uso próprio, líquido de provisão para desvalorização	191.609	179.598	143.044
Relações interfinanceiras/interdependências	136.073	161.523	192.227
Crédito de operações de capitalização	43.555	31.967	24.997
Outros ⁽³⁾	4.812.344	4.080.498	3.362.774
Total	54.443.347	41.926.686	27.428.445

(1) Planos de benefício pós-emprego: inclui valores registrados contabilmente referente a (i) Ativo atuarial no montante de R\$ 9.894.787 mil (Nota 42.d) e (ii) Ativos referente ao Fundo Paridade no valor de R\$ 1.524.374 mil conforme Nota 42.e.

(2) Nota 42.e.

(3) Os valores evidenciados em "Outros" não são individualmente representativos.

Outros Passivos	R\$ mil		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Adiantamentos recebidos por contrato de câmbio	27.834.542	12.046.998	6.115.702
Credores diversos, país	9.241.675	7.494.682	5.716.869
Planos de benefícios pós-emprego (Nota 42)	6.906.736	6.373.766	5.661.694
Obrigações com bandeiras de cartão de crédito	4.304.887	3.170.774	2.545.073
Recebimentos por conta de terceiros	3.927.656	3.559.665	2.727.724
Encargos e obrigações trabalhistas	3.447.260	3.515.733	2.932.321
Impostos outros	2.929.877	1.971.415	1.122.726
Provisões técnicas de capitalização	2.165.226	1.864.846	1.543.175
Dividendos, gratificações e bonificações a pagar	984.105	1.735.415	1.211.888
Provisão para pagamentos diversos a efetuar	798.599	632.222	690.198
Obrigações por convênios oficiais e serviços de pagamento	373.698	698.499	447.870
Débito de operações com seguros, resseguros e depósitos de terceiros	306.754	280.584	199.248
Receitas diferidas ⁽¹⁾	290.357	240.802	169.198
Credores diversos, exterior	204.544	132.375	161.745
Obrigações por negociação e intermediação de valores	135.913	117.036	15.321
Provisão para perdas sobre garantias prestadas	85.511	70.204	40.479
Contratos de assunção de obrigações	36.081	109.998	239.366
Outros ⁽²⁾	3.961.205	7.781.275	1.764.852
Total	67.934.626	51.796.289	33.305.449

(1) Das receitas diferidas, em 31.12.2010, R\$ 30.917 mil (R\$ 22.812 mil em 31.12.2009 e R\$ 15.309 mil em 01.01.2009) referem-se a prêmios recebidos em contratos de prestação de garantia, que estão sendo gradualmente reconhecidos como receita.

(2) Os valores evidenciados em "Outros" não são individualmente representativos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

28 – Depósitos de Clientes

	R\$ mil		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Brasil	347.903.973	312.211.702	239.050.834
Depósitos à vista	61.981.233	54.843.724	50.675.473
Sem remuneração	61.645.905	54.574.331	48.311.793
Com remuneração ⁽¹⁾	335.328	269.393	2.363.680
Depósitos a prazo	196.634.900	181.626.388	133.409.991
Depósitos de poupança	89.287.840	75.741.590	54.965.370
Exterior	11.397.426	14.889.978	18.577.933
Depósitos à vista	3.736.862	3.592.393	2.759.520
Sem remuneração	1.929.412	1.848.225	1.530.950
Com remuneração	1.807.450	1.744.168	1.228.570
Depósitos a prazo	7.660.564	11.297.585	15.818.413
Total	359.301.399	327.101.680	257.628.767

(1) Referem-se a "Special Accounts", contas em moedas estrangeiras abertas no país.

29 – Valores a Pagar a Instituições Financeiras

	R\$ mil		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Depósitos de instituições financeiras	18.998.102	11.621.007	14.060.543
Carteiras de crédito cedidas com coobrigação ⁽¹⁾	798.673	1.083.102	-
Total	19.796.775	12.704.109	14.060.543

(1) Carteiras cedidas pelo Banco Votorantim S.A.

30 – Obrigações Por Operações Compromissadas

	R\$ mil		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Carteira Própria	56.819.225	31.901.701	21.926.896
Letras financeiras do Tesouro	34.981.058	22.467.046	17.565.015
Letras do Tesouro Nacional	9.141.694	22.897	-
Títulos privados	8.838.359	7.946.156	411.927
Notas do Tesouro Nacional	2.679.127	147.744	-
Outros títulos no país	736.505	1.304.041	1.986.863
Outros títulos no exterior	442.482	13.817	1.963.091
Carteira de Terceiros	84.080.296	128.745.193	69.199.347
Letras financeiras do Tesouro	52.793.688	112.555.276	60.920.033
Letras do Tesouro Nacional	22.569.425	9.469.372	1.147.411
Notas do Tesouro Nacional	6.381.943	3.322.275	1.079.730
Outros	2.335.240	3.398.270	6.052.173
Carteira de livre movimentação	1.299.507	174.293	-
Total	142.199.028	160.821.187	91.126.243

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

31 – Obrigações de Curto Prazo

	R\$ mil		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Obrigações por empréstimos	5.487.691	3.953.144	2.444.935
Obrigações em moedas estrangeiras	4.386.045	1.403.550	519.781
Obrigações por repasses	905.549	693.732	664.763
Financiamentos à exportação	-	77.778	2.750.087
Financiamentos à importação	48.484	72.211	224.020
Total	10.827.769	6.200.415	6.603.586

Em 31.12.2010, a taxa de juros aplicável às obrigações de curto prazo era de 1,26% a.a. (2,10% a.a. em 31.12.2009 e 3,80% a.a. em 01.01.2009).

32 – Obrigações de Longo Prazo

	R\$ mil		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Obrigações por repasses	50.764.025	31.594.175	22.436.424
Dívidas subordinadas	23.412.116	18.553.240	11.772.177
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários	7.406.569	4.280.274	2.878.528
Captações em bônus perpétuos	3.371.283	3.516.785	1.186.157
Fundos financeiros e de desenvolvimento	3.568.387	4.134.614	2.457.817
Debêntures	2.292.962	1.929.870	-
Obrigações por empréstimos	1.040.684	1.299.521	2.030.140
Outras	2.840.817	1.361.076	511.996
Total	94.696.843	66.669.555	43.273.239

a) Obrigações por repasses

		R\$ mil		
Programas	Taxa de Atualização	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Tesouro Nacional - Crédito Rural		1.549.490	2.100.693	3.485.066
Pronaf	TMS (se disponível) ou 0,5% a.a. a 4,5% a.a.(se aplicado)	1.274.161	1.840.672	3.201.636
Recoop	5,75% a.a. a 7,25% a.a.	117.353	150.041	175.843
Cacau	TJLP + 0,6% a.a. ou 6,35% a.a.	47.678	67.668	65.597
Custeio Agropecuário	TR ou 3% a.a.	41.274	40.957	40.635
Outros	-	69.024	1.355	1.355
BNDES		26.978.427	19.629.502	11.167.753
Banco do Brasil	0,6305% a.a. a 14,1% a.a. ou TJLP / var. camb. + 0,5% a.a. a 8,18% a.a.	24.937.764	17.877.865	11.167.753
Banco Votorantim	Pré / TJLP / var. camb. + 1,3% a.a. a 11% a.a.	2.040.663	1.751.637	-
CEF		147.079	146.232	-
FINAME		14.046.259	8.381.169	6.584.776
Banco do Brasil	1% a.a. a 11% a.a. ou TJLP / var. camb. + 0,5% a.a. a 5,5% a.a.	12.625.745	7.656.392	6.584.776
Banco Votorantim	TJLP/Pré +0,3% a.a. a 17,5% a.a.	1.420.514	724.777	-
Outras Instituições Oficiais		8.042.770	1.336.579	1.198.829
Suprimento Especial – Poupança Rural	TR	7.399.212	204.007	-
Funcafé	TMS (se disponível) ou 6,75% a.a.	643.419	1.132.409	1.198.178
Demais	-	139	163	651
Total		50.764.025	31.594.175	22.436.424

TMS – Taxa Média SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil.

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo fixada pelo Conselho Monetário Nacional e divulgada trimestralmente.

TR – Taxa Referencial de Juros divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

As obrigações por repasses representam recursos internos oriundos de órgãos oficiais do governo brasileiro para empréstimos a entidades brasileiras, destinados basicamente à aplicação em investimentos. Esses repasses têm vencimentos mensais até 2025 e estão sujeitos a juros e à atualização monetária.

b) Dívidas subordinadas

							R\$ mil		
Captações	Data Captação	Vencimento	Moeda	Valor	Remuneração a.a.	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	
Banco do Brasil									
FCO - Recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste						13.455.864	12.422.046	11.057.272	
Recursos aplicados ⁽¹⁾			R\$			11.751.006	10.755.066	9.844.058	
Recursos disponíveis ⁽²⁾			R\$			1.492.488	1.446.763	1.033.706	
Encargos a capitalizar			R\$			212.370	220.217	179.508	
CDBs Subordinados Emitidos no País									
						3.807.875	3.432.246	-	
	03/2009	09/2014	R\$	900.000	113,8% do CDI	1.082.844	974.137	-	
	03/2009	03/2015	R\$	1.335.000	115% do CDI	1.607.190	1.444.230	-	
	11/2009	11/2015	R\$	1.000.000	105% do CDI	1.117.841	1.013.879	-	
Dívidas Subordinadas no Exterior									
						1.614.119	533.277	714.905	
	09/2004	09/2014	US\$	300.000	8,5%	500.519	533.277	714.905	
	10/2010	01/2021	US\$	660.000	5,375%	1.113.600	-	-	
Letras Financeiras Subordinadas									
	03/2010	03/2016	R\$	1.000.000	108,5% do CDI	1.082.764	-	-	
Total do Banco do Brasil									
						19.960.622	16.387.569	11.772.177	
Banco Votorantim									
CDBs Subordinados Emitidos no País									
						1.631.268	1.463.908	-	
	11/2007	12/2012	R\$	312.500	CDI + 0,4914%	434.228	393.716	-	
	12/2007	12/2012	R\$	8.500	CDI + 0,4914%	11.791	10.690	-	
	12/2007	12/2012	R\$	200.000	CDI + 0,5406%	277.838	251.792	-	
	12/2007	12/2012	R\$	32.500	IGPM + 7,2197%	49.360	41.352	-	
	03/2008	03/2013	R\$	57.500	IPCA + 7,9342%	82.321	72.052	-	
	08/2009	08/2014	R\$	260.000	CDI + 1,6702%	301.977	270.586	-	
	08/2009	08/2014	R\$	7.500	IPCA + 7,8557%	8.921	7.814	-	
	08/2009	08/2014	R\$	5.250	IPCA + 7,9244%	6.250	5.471	-	
	08/2009	08/2014	R\$	19.500	IPCA + 8,0029%	23.239	20.326	-	
	08/2009	08/2014	R\$	2.500	IPCA + 7,9539%	2.976	2.605	-	
	12/2009	12/2014	R\$	250.000	CDI + 1,6353%	280.768	251.670	-	
	12/2009	12/2014	R\$	135.000	CDI + 1,6747%	151.599	135.834	-	
Nota Subordinada									
	01/2010	01/2020	US\$	575.000	7,38%	942.842	-	-	
Letras Financeiras Subordinadas									
						152.483	-	-	
	11/2010	11/2016	R\$	1.000	IPCA + 6,885%	1.020	-	-	
	11/2010	11/2020	R\$	5.000	IPCA + 7,25%	5.085	-	-	
	11/2010	11/2016	R\$	5.000	IPCA + 7,2%	5.076	-	-	
	11/2010	11/2016	R\$	15.000	IPCA + 7,1%	15.294	-	-	
	12/2010	12/2016	R\$	30.000	CDI + 1,6%	30.026	-	-	
	11/2010	11/2016	R\$	94.950	CDI + 1,3%	95.982	-	-	
Debêntures									
	04/2006	04/2016	R\$	693.575	CDI + 0,5%	725.538	703.621	-	
Total do Banco Votorantim									
						3.452.131	2.167.529	-	
Valor Eliminado no Consolidado									
						(637)	(1.858)	-	
Total das Dívidas Subordinadas									
						23.412.116	18.553.240	11.772.177	

(1) São remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989.

(2) São remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

c) Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários

						R\$ mil		
Captações	Emissão em moeda original	Data Captação	Vencimento	Moeda	Remuneração a.a.	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Programa “Global Medium-Term Notes”						2.964.545	487.404	330.318
	350.000	07/2007	07/2017	R\$	9,75%	332.768	316.244	330.318
	100.000	07/2009	07/2014	US\$	Libor 6m + 2,55%	159.776	171.160	-
	950.000	01/2010	01/2015	US\$	4,5%	1.617.034	-	-
	500.000	01/2010	01/2020	US\$	6,0%	854.967	-	-
Certificado Depósito						2.286.150	1.329.340	539.012
	200.000	08/2010	06/2012	US\$	3,34%	332.990	347.887	-
	100.000	08/2010	07/2012	US\$	2,67%	164.918	170.742	-
	5.000	08/2010	06/2012	US\$	2,69%	8.251	8.542	-
	100.000	08/2010	08/2012	US\$	2,50%	164.830	170.734	-
	10.000	08/2010	08/2016	US\$	3,40%	16.548	17.265	-
	100.000	08/2010	08/2012	US\$	2,34%	164.807	170.780	-
	99.941	10/2009	10/2012	US\$	3,36%	-	173.938	-
	150.000	10/2009	10/2012	US\$	2,54%	-	255.771	-
	4.000	11/2009	11/2012	US\$	3,80%	6.662	6.962	-
	1.000	12/2009	12/2012	US\$	3,67%	1.665	1.740	-
	99.000	01/2010	01/2013	US\$	3,03%	164.875	-	-
	100.000	01/2010	01/2013	US\$	2,88%	166.540	-	-
	200.000	03/2010	03/2013	US\$	2,12%	328.041	-	-
	2.000	05/2010	05/2013	US\$	3,19%	3.331	-	-
	4.806	09/2010	09/2012	US\$	2,02%	8.003	-	-
	30.000	09/2010	09/2013	US\$	2,48%	49.962	-	-
	150.000	10/2010	10/2012	US\$	2,07%	246.800	-	-
	100.000	11/2010	10/2012	US\$	2,92%	166.482	-	-
	25.000	11/2010	11/2012	US\$	2,20%	41.635	-	-
	150.000	12/2010	12/2013	US\$	2,63%	249.810	-	-
	1.991	-	-	EUR	-	-	4.979	-
Certificado de empréstimos	3.500			EUR	3% a 3,31%	7.816	-	-
Entidade de Propósitos Específicos - EPE no Exterior						1.184.610	1.330.942	2.009.198
Série 2002-1	300.000	07/2002	06/2009	US\$	Libor 3m + 0,6%	-	-	67.007
Série 2002-2	40.000	09/2002	09/2009	US\$	7,890%	-	-	13.397
Série 2003-1	120.000	03/2003	03/2010	US\$	7,26%	-	12.362	80.040
Série 2003-2	250.000	12/2003	12/2013	US\$	6,55%	202.361	273.289	444.603
Série 2008-1	250.000	03/2008	03/2014	US\$	Libor 3m + 0,55%	416.517	435.265	584.979
Série 2008-2	200.000	09/2008	09/2015	US\$	Libor 3m + 1,2%	315.303	348.319	467.925
Série 2008-3	150.000	04/2008	06/2018	US\$	5,25%	250.429	261.707	351.248
Banco Votorantim						963.447	1.132.588	-
Programa “Global Medium-Term Notes”								
	55.500	11/2005	11/2010	R\$	16,2%	-	37.548	-
	100.000	12/2005	12/2012	R\$	9,25%	81.296	79.806	-
	100.000	04/2007	04/2014	R\$	10,63%	103.606	89.888	-
	50.000	08/2005	08/2010	US\$	Libor 3m + 2,0%	-	75.767	-
	100.000	10/2005	10/2015	US\$	6,875%	-	1.858	-
	100.000	09/2006	09/2016	US\$	6,75%	80.532	84.007	-
	250.000	02/2010	02/2013	US\$	4,25%	423.680	-	-
	37.500	04/2010	02/2013	US\$	4,25%	57.637	-	-
	11.535	02/2008	01/2010	US\$	4,18%	-	1.338	-
	4.995	07/2008	07/2010	US\$	4,0%	-	379	-
	9.750	07/2009	04/2012	US\$	3,91%	-	97	-
	750	07/2009	05/2012	US\$	4,05%	-	9	-
	2.500	07/2009	07/2014	US\$	8,9%	-	134	-
	60.000	06/2008	06/2015	US\$	5,1%	-	104.679	-
	125	08/2009	12/2011	EUR	4,0%	-	135	-
	500	05/2007	03/2012	EUR	5,26%	-	5	-
	9.500	07/2009	05/2012	EUR	4,0538%	-	104	-
	125.000	12/2010	12/2013	CHF	2,75%	216.696	656.834	-
Total						7.406.569	4.280.274	2.878.528

Libor - Taxa interbancária de Londres.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Correspondem, principalmente, a títulos emitidos com lastro em ordens de pagamentos emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos Estados Unidos da América e pela agência do Banco em Nova Iorque para qualquer agência do Banco no Brasil (Direitos de Remessa). O Banco vende esses fluxos para "Dollar Diversified Payment Rights Finance Company", Entidade de Propósito Específico - EPE da qual o Banco é o principal beneficiário.

As obrigações são pagas pela EPE com recursos acumulados em sua conta e decorrentes dos direitos de remessas. Atingido o volume correspondente à próxima prestação de encargos e/ou amortização na conta da EPE, todo o montante excedente é automaticamente liberado ao Banco, que é obrigado a resgatar esses títulos em casos específicos de inadimplência ou encerramento das operações da entidade.

d) Captações em bônus perpétuos

Captações	Moeda	Valor emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	R\$ mil		
					Saldo em 31.12.2010	Saldo em 31.12.2009	Saldo em 01.01.2009
Bônus Perpétuos							
	US\$	500.000	7,95%	01/2006	911.750	883.194	1.186.157
	US\$	1.500.000	8,50%	10/2009	2.449.643	2.632.610	-
Total		2.000.000			3.361.393	3.515.804	1.186.157

O bônus no valor de US\$ 500.000 mil, emitido em janeiro de 2006, tem opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 2011 ou em cada pagamento trimestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil. O Banco exerceu, em janeiro de 2011, a opção de resgate desse bônus, cujos termos permitem que o Banco suspenda os pagamentos trimestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos nem acumulados) caso: (i) o Banco determine que não tem condições ou o pagamento desses encargos não permita que o Banco esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital então exigidos pelo Bacen ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros; (ii) o Bacen ou as Autoridades Regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos; (iii) algum evento de insolvência ou falência ocorra; (iv) alguma inadimplência ocorra; ou (v) o Banco decida suspender esses pagamentos por qualquer outra razão. Caso o Banco decida suspender o pagamento dos juros e acessórios devidos aos Bônus Perpétuos em razão do exposto no item (v) supra, os termos dos Bônus Perpétuos preveem que, até que tais pagamentos tenham sido retomados por um período equivalente a 12 meses, o Banco (a) não poderá remunerar seus acionistas e, de acordo com o estabelecido pela legislação aplicável, agirá de forma a evitar a declaração, o pagamento ou a distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio sobre suas ações ordinárias e (b) sofrerá restrições sobre sua capacidade de resgatar ou adquirir de outra forma suas ações ordinárias.

O bônus emitido em outubro de 2009 tem opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 2020 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil. Caso o Banco não exerça a opção de resgate em outubro de 2020, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nesta data e a cada 10 anos, levando-se em consideração o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de 10 anos. Os termos desses Bônus Perpétuos determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos nem acumulados) caso: (i) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que o Banco esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital ou limites operacionais expressos pelo órgão regulador brasileiro, ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros; (ii) o Banco Central do Brasil ou as Autoridades Regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos; (iii) algum evento de insolvência ou falência ocorra; (iv) alguma inadimplência ocorra; ou (v) o Banco não tenha distribuído o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos portadores de ações ordinárias referentes ao período correspondente ao período de cálculo de tais juros e/ou acessórios.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

e) Fundos financeiros e de desenvolvimento

	R\$ mil		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Pasep	2.027.901	1.916.461	1.706.439
Marinha Mercante	901.393	750.151	269.843
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	516.424	475.925	-
Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - Procerá	36.634	181.594	322.502
Consolidação da Agricultura Familiar - CAF	36.181	4.049	68.742
Fundo de Reserva dos Depósitos Judiciais ⁽¹⁾	-	755.281	-
Demais	49.854	51.153	90.291
Total	3.568.387	4.134.614	2.457.817

(1) Referem-se aos fundos específicos para garantia dos depósitos judiciais repassados ao Tesouro Estadual de São Paulo e às prefeituras desse estado.

Os fundos financeiros e de desenvolvimento possuem prazo de vencimento indeterminado.

f) Debêntures

				R\$ mil		
Empresas	Remuneração a.a.	Data captação	Vencimento	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Banco Votorantim						
Com variação cambial	PTAX ¹ + 12,04%	12/2006	12/2011	783.564	818.833	-
Pós-fixado	CDI ² + 0,5%	04/2006	04/2016	478.348	434.188	-
Pós-fixado	CDI ² + 0,35%	07/2007	07/2012	723.221	656.726	-
Ativos S.A.	CDI + 1,5%	03/2010	03/2014	98.295	-	-
Kepler Weber S.A.	TJLP + 3,8%	09/2007	09/2020	2.014	20.123	-
Neoenergia S.A.	-	-	-	207.520	-	-
Total				2.292.962	1.929.870	-

(1) Taxa de câmbio calculada diariamente pelo Banco Central do Brasil.

(2) Taxa média dos depósitos interbancários.

g) Obrigações por empréstimos

							R\$ mil
	Vencimento em						Total
	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Após 5 anos	
No país	11.452	10.721	10.018	9.308	4.388	-	45.887
No exterior	248.262	232.425	217.176	201.802	95.131	-	994.796
Total	259.714	243.146	227.194	211.110	99.519	-	1.040.683

h) Outras obrigações

							R\$ mil
	Vencimento em						Total
	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Após 5 anos	
Financiamentos à importação	6.059	38.330	28.965	41.173	16.006	5.955	136.488
Obrigações em moedas estrangeiras	477	-	-	816	786	1.162	3.241
Letras hipotecárias	-	-	-	-	-	207.994	207.994
Outras	-	-	-	-	-	2.493.094	2.493.094
Total	6.536	38.330	28.965	41.989	16.792	2.708.205	2.840.817

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

i) Obrigações de longo prazo, por prazo de exigibilidade

	R\$ mil
	31.12.2010
2011	24.795.977
2012	13.918.601
2013	8.505.340
2014	7.977.527
2015	7.036.872
Após 2015 ⁽¹⁾	32.462.527
Total	94.696.843

(1) Inclui os recursos com vencimento indeterminado.

33 – Provisões

a) Ativos contingentes fiscais

O Banco é parte ativa em processos judiciais visando restituir indébitos tributários, reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas somente na hipótese de desfecho favorável (ainda não contabilizadas). Destacam-se as ações de maior relevância: i) IOF - (correção monetária), no valor de R\$ 223.660 mil (R\$ 203.470 mil em 31.12.2009 e R\$ 197.923 mil em 01.01.2009); ii) Inconstitucionalidade do Imposto de Renda sobre o Lucro Líquido pago sobre o exercício de 1989 e 1º semestre/1992, no valor de R\$ 14.292 mil (R\$ 13.101 mil em 31.12.2009 e R\$ 12.736 mil em 01.01.2009).

b) Passivos contingentes - prováveis

Ações trabalhistas

O Banco é parte passiva em processos trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

Ações fiscais

O Banco está sujeito a questionamentos das autoridades fiscais com relação a impostos, que podem gerar autuações com o objeto de competência ou o montante de receita tributável ou despesa dedutível. A maioria das ações oriundas das autuações versam, principalmente, sobre ISSQN, CPMF, CSLL, IRPJ e IOF e, como garantia de algumas delas, há penhoras em dinheiro ou em imóveis.

Ações de natureza cível

Nas ações de natureza cível destacam-se as ações de cobrança de diferença entre a inflação ocorrida e o índice utilizado para correção de aplicações financeiras durante o período dos Planos Econômicos (Plano Collor, Plano Bresser e Plano Verão).

Com a proximidade dos prazos prescricionais para propositura de ações visando à reposição de valores com base nos índices inflacionários expurgados por esses Planos Econômicos, ocorreu incremento no volume de ações ajuizadas. As ações cujos êxitos pelas partes adversas são considerados prováveis estão devidamente provisionadas. Os índices questionados estão previstos em lei que regulou à época a política econômica do Governo Federal. Com a prescrição ocorrida, não há passivo potencialmente representativo a ser considerado.

Sobre essa matéria, há ação pendente de julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) - ADPF/165: Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - de autoria da Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif), com o objetivo de declarar a constitucionalidade da legislação que instituiu os Planos Econômicos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como prováveis

	R\$ mil	
	Exercício/2010	Exercício/2009
Demandas Trabalhistas		
Saldo Inicial	3.040.622	2.484.658
Constituição	501.962	1.742.756
Reversão da provisão	(698.343)	(1.538.857)
Baixa por pagamento	(709.440)	(570.609)
Atualização monetária	188.734	189.951
Valores adicionados/incorporados ⁽¹⁾	-	732.723
Saldo Final	2.323.535	3.040.622
Demandas Fiscais		
Saldo Inicial	1.138.646	1.010.032
Constituição	267.245	229.360
Reversão da provisão	(138.924)	(86.410)
Baixa por pagamento	(32.095)	(28.413)
Atualização monetária	26.528	5.339
Valores adicionados/incorporados ⁽¹⁾	-	8.738
Saldo Final	1.261.400	1.138.646
Demandas Cíveis		
Saldo Inicial	2.819.401	1.772.216
Constituição	1.118.072	1.547.964
Reversão da provisão	(473.404)	(1.134.168)
Baixa por pagamento	(448.469)	(334.944)
Atualização monetária	303.715	141.277
Valores adicionados/incorporados ⁽¹⁾	-	827.056
Saldo Final	3.319.315	2.819.401
Total das Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	6.904.250	6.998.669

(1) Referem-se aos saldos do Banco Popular do Brasil, Bescleasing e Bescredi, incorporados em 2010, e do Banco Nossa Caixa, adquirido em março de 2009 e incorporado em novembro de 2009.

c) Passivos contingentes - possíveis

As demandas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas com risco "possível", são dispensadas de constituição de provisão com base na IAS 37 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Ações trabalhistas

Representam pedidos relacionados com: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação, e outros.

Ações fiscais

Representam pedidos relacionados com: ISSQN, cobrança e outras obrigações fiscais oriundas da Secretaria da Receita Federal e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). As principais contingências têm origem em: (i) autos de infração lavrados pelo INSS, visando o recolhimento de contribuições incidentes sobre abonos salariais pagos nos acordos coletivos do período de 1995 a 2006, no valor de R\$ 1.025.848 mil, verbas de transporte coletivo e utilização de veículo próprio por empregados do Banco do Brasil, no valor de R\$ 155.211 mil, e participações nos lucros e resultados de funcionários, correspondentes ao período de abril de 2001 a outubro de 2003, no valor de R\$ 25.833 mil; e, (ii) autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios visando a cobrança de ISSQN no montante de R\$ 234.677 mil.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Ações de natureza cível

Nas ações de natureza cível destacam-se as ações que visam indenizações e a cobrança de diferença entre a inflação ocorrida e o índice utilizado para correção de aplicações financeiras durante o período dos Planos Econômicos (Plano Collor, Plano Bresser e Plano Verão).

Demandas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas em possíveis

	R\$ mil		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Demandas trabalhistas	87.335	62.301	424.927
Demandas fiscais	2.541.761	2.079.151	2.562.420
Demandas cíveis	2.812.261	2.723.460	2.630.539
Total	5.441.357	4.864.912	5.617.886

d) Depósitos em garantia de recursos

Depósitos em garantia constituídos para as contingências passivas prováveis, possíveis e/ou remotas

	R\$ mil		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Demandas trabalhistas	2.440.689	2.254.502	1.698.793
Demandas fiscais	5.419.232	4.628.601	3.748.973
Demandas cíveis	2.983.856	2.509.058	1.357.114
Total	10.843.777	9.392.161	6.804.880

e) Obrigações legais

O Banco mantém registrado o montante de R\$ 12.942.257 mil (R\$ 11.768.441 mil em 31.12.2009 e R\$ 10.662.475 mil em 01.01.2009), relativo às seguintes ações:

Ação Judicial: Imposto de Renda e Contribuição Social

Em fevereiro de 1998, o Banco ingressou na via judicial com pedido de compensação integral dos prejuízos fiscais acumulados de Imposto de Renda e das bases negativas de Contribuição Social. Desde então, o Banco passou a compensar integralmente prejuízos fiscais e bases negativas com o valor devido de Imposto de Renda e de Contribuição Social, realizando o depósito integral do montante devido (70% do valor compensado), o que ensejou o despacho do Juízo da 16ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal reconhecendo a suspensão da exigibilidade dos referidos tributos, nos termos do artigo 151, inciso II, do Código Tributário Nacional (CTN), até o trânsito em julgado da sentença. Desde 01.10.2002, o processo aguarda julgamento de recurso extraordinário pelo Supremo Tribunal Federal.

A compensação dos valores de prejuízos fiscais e CSLL a compensar tem como efeito a baixa de créditos tributários ativados, observada a limitação de 30%.

Os tributos diferidos (IRPJ e CSLL) sobre a atualização dos depósitos judiciais vêm sendo compensados com os créditos tributários decorrentes da provisão para perda da referida atualização, em conformidade com o § 2º, inciso II, artigo 1º da Resolução CMN n.º 3.059/2002, sem efeito no resultado.

Na hipótese de êxito na ação judicial, verificou-se que, em setembro/2005 e em janeiro/2009, o Banco teria consumido todo o estoque de Prejuízos Fiscais e CSLL a Compensar, respectivamente. Assim, desde as competências outubro/2005 e fevereiro/2009, os valores do IRPJ e da CSLL estão sendo recolhidos integralmente. Além disso, ocorreria a transferência dos recursos registrados em depósitos judiciais para disponibilidades. Os créditos tributários relativos aos depósitos judiciais (principal) seriam baixados contra a provisão de IRPJ e CSLL e seria revertida, contra o resultado, a provisão para riscos fiscais relativa à atualização dos depósitos, no valor de R\$ 3.897.897 mil em 31.12.2010.

Considerada a hipótese de perda da ação (situação em que os valores depositados judicialmente seriam convertidos em renda a favor da Fazenda Nacional), reclassificam-se para a rubrica representativa de ativo "IRPJ a compensar" e "CSLL a compensar" as parcelas de créditos tributários de IRPJ sobre prejuízos

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

fiscais e CSLL a compensar, respectivamente, que poderiam ser utilizadas desde a competência outubro/2005 e fevereiro/2009, observada a limitação de 30%. Esses tributos a compensar, que decorreriam das retificações das Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica, correspondem a R\$ 3.809.762 mil, em 31.12.2010, e sua atualização pela Taxa Selic, a R\$ 581.192 mil. Tal valor ajusta a provisão para riscos fiscais relativa à atualização dos depósitos judiciais, de forma que alcance o montante necessário para anular integralmente o risco inerente à hipótese de perda.

Valores relacionados à referida ação

	R\$ mil		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Obrigação legal – provisão para processo judicial	11.697.619	11.245.230	10.662.475
Depósitos Judiciais	12.485.258	11.752.804	10.998.898
Montante realizado	7.817.011	7.817.011	6.525.020
Atualizações	4.668.247	3.935.793	4.473.878
Montante dos Créditos Tributários Correspondente à Parcela de 70%	6.585.045	6.585.045	6.555.657
Prejuízos fiscais de IRPJ	3.002.033	3.002.033	3.002.033
Bases negativas de CSLL/CSLL a compensar	3.583.012	3.583.012	3.553.624

Ação Judicial: PIS/Pasep e Cofins

Provisão para o processo judicial referente ao Mandato de Segurança por meio do qual se pretende o reconhecimento do direito do Banco do Brasil, da BB Corretora e do Banco Votorantim de recolherem o PIS/Pasep e a Cofins de acordo com as bases de cálculo previstas nas Leis Complementares n.º 7/1970, e n.º 70/1991, no montante de R\$ 1.244.638 mil (R\$ 523.211 mil em 31.12.2009). As liminares do Banco e da BB Corretora foram suspensas em 18.08.2010, motivo pelo qual voltaram a recolher, a partir do fato gerador de julho/2010, o PIS/Pasep e a Cofins na forma prevista na Lei n.º 9.718/1998. As medidas judiciais do Banco Votorantim tiveram sentenças e acórdãos favoráveis e aguardam, junto ao Egrégio Tribunal Regional Federal da Terceira Região, a interposição de recursos por parte da Fazenda Nacional ou análise de cabimento/admissibilidade.

Notas Explicativas

34 – Passivos por Contratos de Seguros e de Previdência Complementar

a) Ativos e passivos resultantes das operações de seguros e previdência complementar

	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	Seguros	Resseguros ⁽¹⁾	Seguros	Resseguros ⁽¹⁾	Seguros	Resseguros ⁽¹⁾
		Valor Líquido		Valor Líquido		Valor Líquido
Provisões Técnicas – Seguros	15.744.082	(246.589)	7.310.617	(407.796)	4.648.524	(269.146)
Provisão matemática de benefícios a conceder	12.997.663	(3.756)	5.043.898	(8.086)	2.893.382	(5.265)
Provisão de prêmios não ganhos	1.464.124	(153.494)	1.040.270	(189.210)	807.085	(162.483)
Provisão de sinistros a liquidar	887.758	(83.370)	856.324	(131.124)	751.657	(93.469)
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados – IBNR	180.767	(5.969)	231.557	(79.376)	135.352	(7.929)
Provisão de insuficiência de prêmios	170.642	-	119.336	-	51.707	-
Provisão para resgates e outros valores a regularizar	25.301	-	8.332	-	-	-
Provisão matemática de benefícios concedidos	14.350	-	8.619	-	6.570	-
Outras provisões	3.477	-	2.281	-	2.771	-
Provisões Técnicas – Previdência Complementar	14.500.054	-	8.181.800	-	6.773.592	-
Provisão matemática de benefícios a conceder	12.865.101	-	7.236.285	-	5.875.932	-
Provisão matemática de benefícios concedidos	629.316	-	350.475	-	321.347	-
Provisão de excedente financeiro	395.622	-	255.445	-	281.853	-
Provisão de insuficiência de contribuição	301.435	-	154.005	-	142.659	-
Provisão de oscilação financeira	254.697	-	151.937	-	130.813	-
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados – IBNR	6.094	-	3.441	-	3.380	-
Provisão de riscos não expirados	5.708	-	3.455	-	2.335	-
Outras provisões	42.081	-	26.757	-	15.273	-
Total das Provisões Técnicas	30.244.136	(246.589)	15.492.417	(407.796)	11.422.116	(269.146)

(1) Referem-se aos montantes brutos de resseguros, sem considerar as respectivas provisões para risco de crédito.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

b) Movimentação dos passivos por contratos de seguros e previdência complementar

	Exercício/2010					R\$ mil
	Saldo Inicial	Constituições	Reversões	Atualizações	Saldo Final	
Provisões Técnicas – Seguros	7.310.617	38.341.363	(29.063.245)	(844.653)	15.744.082	
Provisão matemática de benefícios a conceder	5.043.898	8.478.882	(1.360.775)	835.658	12.997.663	
Provisão de prêmios não ganhos	1.040.270	15.400.780	(14.976.926)	-	1.464.124	
Provisão de sinistros a liquidar	856.324	9.961.397	(8.248.309)	(1.681.654)	887.758	
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados – IBNR	231.557	2.376.723	(2.427.510)	(3)	180.767	
Provisão de insuficiência de contribuição	119.336	1.419.992	(1.368.686)	-	170.642	
Provisão para resgates e outros valores a regularizar	8.332	212.745	(196.401)	625	25.301	
Provisão matemática de benefícios concedidos	8.619	29.019	(24.557)	1.269	14.350	
Outras provisões	2.281	461.825	(460.081)	(548)	3.477	
Provisões Técnicas – Previdência Complementar	8.181.800	6.511.468	(1.426.311)	1.233.097	14.500.054	
Provisão matemática de benefícios a conceder	7.236.285	5.495.918	(1.024.567)	1.157.465	12.865.101	
Provisão matemática de benefícios concedidos	350.475	351.239	(146.327)	73.929	629.316	
Provisão de excedente financeiro	255.445	143.679	(3.502)	-	395.622	
Provisão de insuficiência de contribuição	154.005	147.430	-	-	301.435	
Provisão de oscilação financeira	151.937	102.760	-	-	254.697	
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados – IBNR	3.441	69.041	(66.388)	-	6.094	
Provisão para riscos não expirados	3.455	65.243	(62.990)	-	5.708	
Outras provisões	26.757	136.158	(122.537)	1.703	42.081	
Total das Provisões Técnicas	15.492.417	44.852.831	(30.489.556)	388.444	30.244.136	

	Exercício/2009					R\$ mil
	Saldo Inicial	Constituições	Reversões	Atualizações	Saldo Final	
Provisões Técnicas – Seguros	4.648.524	19.714.052	(17.419.321)	367.362	7.310.617	
Provisão matemática de benefícios a conceder	2.893.382	2.393.781	(653.367)	410.102	5.043.898	
Provisão de prêmios não ganhos	807.085	5.520.883	(5.287.698)	-	1.040.270	
Provisão de sinistros a liquidar	751.657	8.574.560	(8.437.512)	(32.381)	856.324	
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados – IBNR	135.352	2.006.020	(1.909.815)	-	231.557	
Provisão de insuficiência de contribuição	51.707	840.345	(772.716)	-	119.336	
Provisão para resgates e outros valores a regularizar	-	34.278	(25.988)	42	8.332	
Provisão matemática de benefícios concedidos	6.570	14.575	(12.949)	423	8.619	
Outras provisões	2.771	329.610	(319.276)	(10.824)	2.281	
Provisões Técnicas – Previdência Complementar	6.773.592	2.079.123	(1.267.033)	596.118	8.181.800	
Provisão matemática de benefícios a conceder	5.875.932	1.823.541	(1.042.901)	579.713	7.236.285	
Provisão matemática de benefícios concedidos	321.347	104.635	(91.722)	16.215	350.475	
Provisão de excedente financeiro	281.853	10.867	(37.275)	-	255.445	
Provisão de insuficiência de contribuição	142.659	11.501	(155)	-	154.005	
Provisão de oscilação financeira	130.813	21.352	(227)	(1)	151.937	
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados – IBNR	3.380	34.809	(34.748)	-	3.441	
Provisão para riscos não expirados	2.335	38.385	(37.265)	-	3.455	
Outras provisões	15.273	34.033	(22.740)	191	26.757	
Total das Provisões Técnicas	11.422.116	21.793.175	(18.686.354)	963.480	15.492.417	

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

c) Resultado das operações de seguros e previdência complementar

	R\$ mil					
	Exercício/2010			Exercício/2009		
	Seguros	Previdência	Total	Seguros	Previdência	Total
Prêmios e contribuições retidos	9.260.238	1.610.448	10.870.686	5.385.889	1.114.030	6.499.919
Variação das provisões técnicas	(5.907.326)	(1.564.983)	(7.472.309)	(2.457.457)	(1.127.703)	(3.585.160)
Rendas com taxas de gestão e produtos	-	362.126	362.126	-	195.050	195.050
Sinistros retidos	(1.447.697)	-	(1.447.697)	(1.267.747)	-	(1.267.747)
Despesas com benefícios e resgates	-	(36.150)	(36.150)	-	(14.085)	(14.085)
Despesas de comercialização	(118.220)	(1.419)	(119.639)	(100.949)	(7.946)	(108.895)
Outras receitas/despesas operacionais	(231.732)	2.896	(228.836)	(222.625)	(839)	(223.464)
Resultado das Operações	1.555.263	372.918	1.928.181	1.337.111	158.507	1.495.618
Receitas financeiras	317.880	2.343.105	2.660.985	290.741	1.273.783	1.564.524
Despesas financeiras	(41.914)	(2.109.822)	(2.151.736)	(32.943)	(1.094.462)	(1.127.405)
Resultado Financeiro	275.966	233.283	509.249	257.798	179.321	437.119
Total	1.831.229	606.201	2.437.430	1.594.909	337.828	1.932.737

d) Análise de sensibilidade

As informações a seguir referem-se à análise de sensibilidade do resultado e do patrimônio líquido das empresas do segmento de seguros e previdência complementar pertencentes ao Conglomerado Banco do Brasil, considerando alterações (choques) nas principais premissas utilizadas para o cálculo dos passivos por contratos de seguros e previdência complementar.

I - Risco de mercado

O Banco do Brasil define risco de mercado como a perda potencial advinda de variações na taxa de juros, taxa de câmbio, preços de ações e preços de *commodities*.

Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros e 9(ii) cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas das sociedades.

São considerados somente os ativos classificados nas categorias "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado" e/ou "ativos financeiros disponíveis para venda", que estão marcados a mercado de acordo com as metodologias de precificação e de cálculo de risco utilizadas pelo Banco do Brasil.

A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo em choque nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Os parâmetros quantitativos comuns aplicados são: i) 100 *basis points* na estrutura de taxa de juros e; ii) 100 *basis points* na estrutura de taxa de cupons, ambos vigentes em 31.12.2010 e 31.12.2009.

São consideradas nas análises as posições financeiras ativas e os passivos (provisões técnicas), vinculados ao estoque de operações de seguros nas datas-base de 31.12.2010 e 31.12.2009. Os resultados de perdas apresentados referem-se à posição líquida entre ativos e passivos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

	R\$ mil			
	31.12.2010		31.12.2009	
	Impacto no Patrimônio Líquido	Impacto no Resultado	Impacto no Patrimônio Líquido	Impacto no Resultado
Fatores de Risco:				
Taxa de Juros - Elevação				
Companhia de Seguros Aliança do Brasil S.A.	(3.376)	(3.376)	(2.917)	(2.917)
Brasilveículos Companhia de Seguros S.A.	(1.822)	(1.822)	(1.875)	(1.875)
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	(7.428)	(7.428)	(6.893)	(6.893)
Taxa de Juros - Redução				
Companhia de Seguros Aliança do Brasil S.A.	3.446	3.446	3.020	3.020
Brasilveículos Companhia de Seguros S.A.	1.840	1.840	1.960	1.960
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	8.134	8.134	7.453	7.453

II - Risco do negócio

O Banco do Brasil define como risco do negócio a possibilidade de perdas decorrentes de falhas na precificação dos produtos de seguros e previdência complementar, bem como a inadequação em relação à estimativa dos passivos por contratos de seguros e previdência complementar (provisões técnicas).

Os passivos por contratos de seguros e previdência complementar representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros das entidades seguradoras com seus clientes.

Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foi considerada na análise a sensibilização do teste de adequação dos passivos (LAT).

	R\$ mil			
	31.12.2010		31.12.2009	
	Impacto no Patrimônio Líquido	Impacto no Resultado	Impacto no Patrimônio Líquido	Impacto no Resultado
Fatores de Risco:				
Sinistralidade				
Companhia de Seguros Aliança do Brasil S.A. ⁽¹⁾	(3.138)	(3.138)	(2.553)	(2.553)
Brasilveículos Companhia de Seguros S.A. ⁽²⁾	(26.692)	(26.692)	(20.967)	(20.967)
Subscrição ⁽³⁾ – Elevação				
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ⁽⁴⁾	(16.148)	(16.148)	(10.417)	(10.417)
Subscrição ⁽³⁾ – Redução				
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ⁽⁴⁾	14.002	14.002	9.487	9.487

(1) Parâmetro quantitativo: elevação de 11,5 pontos percentuais, resultado médio das variações históricas de sinistralidade no período de 5 anos para todos os ramos em que a Companhia atua;

(2) Parâmetro quantitativo: elevação de 5,0 pontos percentuais, média das variações históricas de sinistralidade no período de 3 anos para todos os ramos em que a Companhia atua;

(3) O fator de risco "subscrição" contempla as hipóteses de cancelamento, anuitização e de sobrevivência;

(4) Parâmetro quantitativo: elevações e reduções de 1%, 10% e 5% para cada hipótese relacionada ao fator de risco, respectivamente.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

35 – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido e Passivos por Impostos Diferidos

a) Imposto sobre Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) apresentados na Demonstração de Resultado

	R\$ mil	
	Exercício/2010	Exercício/2009
Impostos Correntes		
Exercício atual	(6.272.318)	(5.937.311)
Ajuste de exercícios anteriores	(28)	(749)
Total	(6.272.346)	(5.938.060)
Impostos Diferidos		
Registro e reversão de diferenças intertemporais	1.000.348	3.278.022
Reconhecimento de prejuízos fiscais de IR	86.381	237.903
Reconhecimento de bases negativas de CSLL	90.525	12.749
Ajuste da carteira de operações de arrendamento mercantil	(100.643)	(260.846)
Diferido sobre ajuste de marcação a mercado	1.550	(2.726)
Provisão para IR e CSLL diferidos	(588.275)	(1.873.974)
Ajuste de despesas diferidas em IFRS	337.960	(2.118.309)
Outras despesas diferidas	223.979	521.249
Total	1.051.825	(205.932)
Total do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(5.220.521)	(6.143.992)

b) Conciliação dos encargos com IR e CSLL

	R\$ mil	
	Exercício/2010	Exercício/2009
Resultado antes da tributação sobre o lucro (base cálculo de IR e CSLL)	16.550.866	19.623.382
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social pelas Alíquotas Legais	(6.620.346)	(7.849.353)
Encargos dos juros sobre capital próprio	961.299	743.146
Receitas de FCO (MP n.º 2.115/2001)	304.247	310.610
Despesas de perdas com investimentos no exterior	(74.469)	(419.785)
Resultado de participação em coligadas	51.047	36.205
Encargos sobre receitas não tributáveis/despesas não dedutíveis	157.701	1.035.185
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(5.220.521)	(6.143.992)

Considerando que algumas instituições financeiras vinham ingressando na justiça com ações individuais questionando a majoração da alíquota da CSLL e que a Confederação Nacional do Sistema Financeiro – Consif propusera Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN, o Banco vinha reconhecendo créditos tributários em montante suficiente para anular, exclusivamente, o efeito no resultado decorrente da majoração da alíquota (6%) sobre os passivos fiscais de CSLL (corrente e diferidos). O Banco do Brasil realizou avaliação dos argumentos utilizados na ADIN, concluindo pela remota possibilidade de êxito por parte da Consif, razão pela qual o Banco efetuou, no exercício de 2009, registro complementar de créditos tributários de CSLL para alcançar a alíquota majorada de 15%, no montante de R\$ 1.213.177 mil.

c) IR e CSLL lançados contra Patrimônio Líquido

	R\$ mil	
	Exercício/2010	Exercício/2009
Despesas de IR e CSLL na DRE	(5.220.521)	(6.143.992)
Imposto de renda e contribuição social sobre ativos financeiros disponíveis para venda	(46.357)	(11.768)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro abrangente	(5.266.878)	(6.132.224)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

d) IR e CSLL diferidos apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado

	R\$ mil		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ativos fiscais diferidos			
Montante dos prejuízos fiscais de IR/bases negativas de CSLL	623.119	954.492	228.651
Marcação a mercado negativa de títulos e valores mobiliários	301.318	323.380	140.587
Contribuição social a compensar	2.809.263	3.188.190	3.682.111
Diferimento de tarifas para adequação à taxa efetiva de juros	196.797	167.049	216.088
Cessão de créditos com coobrigação	237.958	107.903	-
Provisão para perdas em empréstimos a clientes	4.407.532	4.817.729	4.680.786
Provisão para ações trabalhistas, fiscais e cíveis	2.761.700	2.799.468	2.106.763
Provisão com plano de benefícios pós-emprego	2.762.695	2.549.507	2.264.678
Outras provisões	5.467.851	4.386.305	2.772.732
Total dos ativos fiscais diferidos	19.568.233	19.294.023	16.092.396
Passivos fiscais diferidos			
Decorrentes de ganhos atuariais	3.609.319	3.675.041	2.064.277
Marcação a mercado positiva de ativos financeiros	438.923	245.227	242.678
Ajuste da carteira de arrendamento mercantil	930.884	635.040	170.441
Outras diferenças temporais	346.636	320.702	55.853
Total dos passivos fiscais diferidos	5.325.762	4.876.010	2.533.249

e) Expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários)

	R\$ mil	
	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2011	3.557.439	3.362.175
Em 2012	3.469.816	3.124.885
Em 2013	3.599.123	3.101.675
Em 2014	3.370.948	2.789.082
Em 2015	4.673.729	3.696.086
A partir de 2016	3.298.483	2.538.860
Total de Créditos Tributários	21.969.538	18.612.763

Respaldam-se em estudo técnico elaborado em 31.12.2009, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação do Banco.

No exercício, observou-se a realização de ativos fiscais diferidos (créditos tributários) no Banco do Brasil no montante de R\$ 6.266.506 mil correspondente a 174,11% da respectiva projeção de utilização para o exercício/2010, que constava no estudo técnico elaborado em 31.12.2009 (R\$ 3.599.072 mil).

A realização dos valores nominais de créditos tributários ativados, considerando a recomposição daqueles baixados durante o trâmite da ação judicial (70%), baseada em estudo técnico realizado pelo Banco do Brasil em 31.12.2010, está projetada para 6,5 anos:

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Intertemporais ⁽²⁾
Em 2011	25%	15%
Em 2012	22%	15%
Em 2013	26%	15%
Em 2014	19%	15%
Em 2015	1%	25%
A partir de 2016	7%	15%

(1) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

(2) A capacidade de consumo decorre das movimentação das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

36 – Patrimônio Líquido

a) Valor patrimonial e valor de mercado por ação ordinária

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Patrimônio Líquido (R\$ mil)	54.317.162	40.432.402	30.944.692
Valor patrimonial por ação (R\$)	18,99	15,73	12,05
Valor de mercado por ação ordinária (R\$)	31,42	29,70	14,68

b) Capital social

O Capital Social no valor de R\$ 33.077.996 mil (R\$ 18.566.919 mil em 31.12.2009 e R\$ 13.779.904 mil em 01.01.2009), está dividido em 2.860.729.247 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

O aumento do Capital Social no exercício de 2010, no valor de R\$ 14.511.077 mil, decorreu da capitalização das Reservas de Lucros (Reserva Estatutária de Margem Operacional) no valor de R\$ 7.412.899 mil e Lucros Acumulados não apropriados no valor de R\$ 5.188 mil, e da Oferta Primária de 286 milhões de ações, no valor de R\$ 7.049.900 mil, da subscrição de 4.859.696 ações ordinárias proveniente do exercício de subscrição dos bônus "C" no valor de R\$ 42.816 mil, e da emissão de 9.039 ações ordinárias, sem valor nominal, proveniente da incorporação das empresas Besc Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil e Besc Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos no valor de R\$ 274 mil.

O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação e nas condições determinadas pela Assembleia Geral dos Acionistas, aumentar o capital social até o limite de R\$ 50.000.000 mil, mediante a emissão de ações ordinárias, concedendo-se aos acionistas preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuírem, ressalvado o direito de titulares de bônus de subscrição emitidos pelo Banco.

c) Reservas de lucros

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Reservas de lucros	16.889.417	17.301.440	15.977.333
Reserva legal	2.884.197	2.296.292	1.788.916
Reservas estatutárias	14.005.220	15.005.148	9.419.711
Margem operacional	10.725.406	12.308.413	7.412.899
Equalização de dividendos	3.279.814	2.696.735	2.006.812
Reservas para expansão	-	-	4.768.706

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Do Lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

As reservas estatutárias incluem:

- (i) Reserva para Margem Operacional, cujo objetivo é garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade, constituída pela parcela de até 100% do saldo do lucro líquido, após destinações legais, até o limite de 80% do capital social; e
- (ii) Reserva para Equalização de Dividendos, cujo objetivo é assegurar recursos para o pagamento de dividendos, constituída pela parcela de até 50% do saldo do lucro líquido, após destinações legais, até o limite de 20% do capital social.

A reserva de expansão, constituída até o 1º semestre/2006 com a finalidade de dar sustentação à política de expansão e modernização tecnológica do Banco, foi capitalizada em 23.04.2009.

d) Outros lucros abrangentes acumulados

O saldo da conta outros lucros abrangentes acumulados refere-se ao efeito da marcação a mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

e) Lucros acumulados não apropriados

O lucro líquido apurado segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil é totalmente distribuído na forma de dividendos e da constituição de reservas de lucros. Assim, o saldo apresentado nessa conta, nestas demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as IFRSs, representa o efeito das diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Contabilidade.

f) Juros sobre o capital próprio e dividendos

	R\$ mil	
	Exercício/2010	Exercício/2009
Lucro Líquido do período apurado em conformidade com os BR GAAP	11.758.093	10.147.522
Dividendos destinados aos acionistas	2.302.326	2.201.143
Juros sobre o capital próprio destinados aos acionistas ⁽¹⁾	2.403.250	1.857.866
Total destinado aos acionistas	4.705.576	4.059.009

(1) Em conformidade com as Leis n.º 9.249/95 e n.º 9.430/96 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de Juros sobre o Capital Próprio, imputados ao valor dos dividendos, acrescido de dividendos adicionais, equivalentes a 40% sobre o lucro líquido ajustado pelo valor contabilizado em Lucros Acumulados no período apurado em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

g) Pagamento/provisionamento de juros sobre o capital próprio e dividendos

	Exercício/2010	
	Por Ação (R\$)	Valor Bruto (R\$ mil)
JCP/Dividendos destinados	1,728	4.705.576
Juros sobre o capital próprio	0,883	2.403.250
Dividendos	0,845	2.302.326

	R\$ mil	
	Exercício/2009	
	Por Ação (R\$)	Valor Bruto (R\$ mil)
JCP/Dividendos destinados	1,580	4.059.009
Juros sobre o capital próprio	0,723	1.857.866
Dividendos	0,857	2.201.143

h) Participações acionárias (quantidade de ações)

Evolução da quantidade de ações de emissão do Banco em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações, bem como dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria:

Acionistas	R\$ mil					
	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	Ações	% total	Ações	% total	Ações	%total
União Federal	1.693.134.063	59,3	1.677.309.058	65,3	1.684.809.058	65,6
Ministério da Fazenda	1.483.734.063	51,9	1.378.734.058	53,7	1.395.409.058	54,4
Fundo de Garantia à Exportação	139.400.000	4,9	229.400.000	8,9	229.400.000	8,9
Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização	62.500.000	2,2	-	-	-	-
Fundo Garantidor para Investimentos	7.500.000	0,3	7.500.000	0,3	-	-
Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas – FGP	-	-	60.000.000	2,3	60.000.000	2,3
Fundo Garantidor de Habitação Popular - FGHab	-	-	1.675.000	0,1	-	-
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ	296.564.911	10,3	266.446.187	10,4	266.253.012	10,4
BNDES Participações S.A. - BNDESPar ⁽¹⁾	235.119	-	62.409.779	2,4	64.005.679	2,5
Ações em Tesouraria	9.753	-	1.150.369	-	1.150.365	-
Outros acionistas	870.785.401	30,4	562.545.119	21,9	551.968.371	21,5
Total	2.860.729.247	100,0	2.569.860.512	100,0	2.568.186.485	100,0

(1) Ligada ao controlador.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

	Ações ON ⁽¹⁾		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Conselho de Administração ⁽²⁾	12	14	33
Conselho Diretor	7.370	7.665	7.017
Diretoria Executiva	25.961	9.686	14.753
Conselho Fiscal	-	-	-
Comitê de Auditoria	823	823	1.729

(1) A participação acionária do Conselho de Administração, Conselho Diretor, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,001% do capital do Banco.

(2) Exceto o Presidente do Banco, que consta no Conselho Diretor do Banco do Brasil.

i) Quantidade de ações em circulação (*Free float*)

Ações BB	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Em circulação (<i>Free float</i>) ⁽¹⁾	870.923.058	30,4%	562.527.754	21,9%	551.946.568	21,5%
Total emitido	2.860.729.247	100,00%	2.569.860.512	100,00%	2.568.186.485	100,00%

(1) Conforme Lei n.º 6.404/76 e regulamento do Novo Mercado da Bovespa. Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

j) Bônus de subscrição “C”

A Assembleia Geral Extraordinária de 19.05.2010, que aprovou o aumento de capital do Banco, facultou a antecipação do exercício do direito de subscrição de ações decorrentes dos bônus “C” no período de 21.06.2010 a 23.06.2010. Foram exercidos 1.551.727 bônus “C” e o saldo remanescente, 4.328.704 bônus “C”, assegura ao titular do documento o direito de subscrever ações do capital social no período de 31.03.2011 a 30.06.2011. O valor de mercado desses bônus era de R\$ 67,33 em 31.12.2010 (R\$ 58,50 em 31.12.2009 e R\$ 17,93 em 01.01.2009).

37 – Lucro por Ação

	Exercício/2010	Exercício/2009
Lucro líquido atribuível aos acionistas em R\$ (Numerador)	11.296.009.223	13.442.939.845
Média ponderada das ações em circulação básico (Denominador)	2.711.976.359	2.567.313.946
Lucro líquido por ação básico (em R\$)	4,17	5,24
Média ponderada das ações em circulação diluída (Denominador)	2.727.868.423	2.585.730.437
Lucro líquido por ação diluído (em R\$)	4,14	5,20

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

38 – Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

	R\$ mil					
	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos						
Caixa e depósitos bancários	9.816.675	9.816.675	8.098.625	8.098.625	5.741.921	5.741.921
Depósitos compulsórios em bancos centrais	87.055.947	87.055.947	24.281.842	24.281.842	20.891.553	20.891.553
Empréstimos a instituições financeiras	33.977.433	30.473.099	28.855.891	24.219.062	28.292.576	24.188.664
Aplicações em operações compromissadas	85.060.184	84.926.348	144.173.860	144.176.328	95.159.610	95.167.803
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado	52.222.158	52.222.158	39.474.934	39.474.934	28.530.126	28.530.126
Ativos financeiros disponíveis para venda	75.010.625	75.010.625	62.531.722	62.531.722	38.586.588	38.586.588
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	16.607.307	16.607.307	22.291.340	22.291.340	19.677.475	19.677.475
Empréstimos a clientes	349.407.128	343.269.757	298.045.782	287.578.469	220.413.167	216.146.128
Provisão para perdas em empréstimos a clientes	(11.018.830)	(11.018.830)	(12.044.323)	(12.044.323)	(11.701.964)	(11.701.964)
Passivos						
Depósitos de clientes	359.301.399	359.263.599	327.101.680	327.104.093	257.628.767	259.259.959
Valores a pagar a instituições financeiras	19.796.775	19.796.775	12.704.109	12.704.109	14.060.543	15.240.286
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	5.202.303	5.202.303	4.702.605	4.702.605	4.226.694	4.226.694
Obrigações por operações compromissadas	142.199.028	141.198.171	160.821.187	159.328.974	91.126.243	90.203.616
Obrigações de curto prazo	10.827.769	10.827.769	6.200.415	6.200.415	6.603.586	6.603.871
Obrigações de longo prazo	94.696.843	94.697.019	66.669.555	66.669.555	43.273.239	43.273.239

O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma operação normal entre as partes interessadas, e que não seja uma venda judicial ou de liquidação. O Banco considera como valor justo de um instrumento financeiro o valor pelo qual ele pode ser transacionado em uma operação corrente entre partes cientes e dispostas a negociar, conduzida em bases estritamente comerciais. Caso um preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento financeiro, o valor justo é calculado com base nesse preço. Na ausência de um mercado ativo para um instrumento financeiro, seu valor justo será calculado por estimativa isenta, objetivando assim uma avaliação justa e equânime dos instrumentos financeiros.

Metodologias de mensuração utilizadas para estimar o valor justo dos diferentes tipos de instrumentos financeiros:

a) Caixa e depósitos bancários

Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial consolidado na rubrica caixa e depósitos bancários equivalem a ativos de alta liquidez e cujo prazo de vencimento é de no máximo 90 dias. Dessa forma, o valor contábil representa substancialmente o valor justo.

b) Depósitos compulsórios em bancos centrais

Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial consolidado no grupamento depósitos compulsórios em bancos centrais equivalem aproximadamente a seus valores justos.

c) Empréstimos a instituições financeiras e aplicações em operações compromissadas

O valor justo dos empréstimos a instituições financeiras e das aplicações em operações compromissadas com taxas pré-fixadas foi determinado mediante o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

d) Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda

Essas contas são constituídas basicamente por títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. Considerando o conceito de valor justo apresentado anteriormente, caso não haja preço cotado em um mercado ativo disponível para um instrumento financeiro e também não seja possível identificar operações recentes com instrumento financeiro similar, o Banco define o valor justo de instrumentos financeiros com base em metodologias de avaliação normalmente consideradas pelo mercado como o método do valor presente obtido pelo fluxo de caixa descontado e o modelo *Black-Scholes*.

De acordo com o método do valor presente de avaliação de instrumentos financeiros, os fluxos de caixa futuros esperados são descontados a valor presente considerando as condições normais de mercado, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade, utilizando-se as curvas de taxas de juros de mercado observáveis. O método do valor presente permite *hedge* estático para os instrumentos financeiros, principalmente para os derivativos *swaps* e a termo de moedas.

O modelo *Black-Scholes* de avaliação de instrumentos financeiros utiliza informações observáveis de mercado para gerar determinadas variáveis, como a diferença entre a oferta de compra e de venda (*bid-offer spread*), taxas de câmbio, volatilidade e correlação entre índices e liquidez de mercado, entre outras, e requer *hedge* dinâmico, especificamente para as opções estruturadas e outros instrumentos estruturados. A volatilidade é a única variável não observável que deve ser estimada, podendo ser com base em preços passados da cotação à vista (volatilidade histórica), ou com base no próprio mercado de opções (volatilidade implícita). O modelo *Black-Scholes* é utilizado pelo Banco para o cálculo da volatilidade implícita, o qual consiste em observar a cotação de mercado e determinar qual volatilidade gerada por esta cotação, com base em um modelo de precificação de opções.

As fontes primárias são as bases de origem das informações de mercado que proporcionam a alimentação dos modelos desenvolvidos. As fontes primárias utilizadas para cada classe de ativos financeiros são as seguintes: títulos públicos (Anbima/Bacen), títulos privados (BM&FBovespa, SND - Sistema Nacional de Debêntures, Anbima e Cetip) e derivativos (BM&FBovespa, *Broadcast* e *Reuters*).

As fontes alternativas de informações (fontes secundárias) funcionam em regime de contingência, na hipótese de não haver disponibilidade de informação nas fontes primárias ou uma situação de crise sistêmica, na ocorrência de falta de liquidez para determinados ativos ou classe de ativos e diferenças significativas entre informações de provedores de mercado. A fonte alternativa para títulos públicos, títulos privados e derivativos é a *Bloomberg*.

e) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial consolidado na rubrica de ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método da taxa efetiva de juros, a qual é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados.

f) Empréstimos a clientes

Os valores justos foram estimados para grupos de empréstimos a clientes similares com base no tipo de empréstimo, qualidade de crédito e prazo de vencimento. O valor justo dos empréstimos a clientes pré-fixados foi determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares. Para os empréstimos a clientes pós-fixados, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Quanto aos empréstimos a clientes em curso anormal, consideramos que seus valores históricos menos suas respectivas provisões representam de forma adequada seus valores justos.

g) Outros ativos

Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial consolidado no grupamento Outros Ativos equivalem aproximadamente a seus valores justos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

h) Depósitos de clientes

O valor justo dos depósitos pré-fixados com vencimentos pré-estabelecidos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos prazos de vencimento são similares. Para os depósitos pós-fixados e com vencimentos até 30 dias, o valor contábil foi considerado aproximadamente o equivalente ao valor justo.

i) Obrigações por operações compromissadas

O valor justo das obrigações por operações compromissadas com taxas pré-fixadas foi determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

j) Obrigações de curto prazo

As Obrigações de curto prazo tiveram seus valores justos atribuídos mediante cálculo do fluxo de caixa descontado, que considera as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares. As “Obrigações por Repasses” possuem características específicas e representam carteira exclusiva do Banco do Brasil, sem similares no mercado. Seus valores justos equivalem ao valor contábil porque não existem variações na taxa de juros. Cada novo ingresso de recursos possui taxas e características exclusivas, o que confere ao passivo total distinção frente a ingressos anteriores.

k) Obrigações de longo prazo

Com exceção dos itens “Obrigações por Repasses” e “Obrigações por Emissão de Títulos e Valores Mobiliários”, as demais categorias das obrigações de longo prazo do Banco possuem características específicas e representam carteiras exclusivas do Banco do Brasil, sem similares no mercado. Seus valores justos equivalem ao valor contábil porque não existem variações na taxa de juros. Cada novo ingresso de recursos possui taxas e características exclusivas, o que confere ao passivo total distinção frente a ingressos anteriores. As operações contempladas no item “Obrigações por Emissão de Títulos e Valores Mobiliários” tiveram seus valores justos atribuídos mediante cálculo do fluxo de caixa descontado, que considera as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares (Nota 32).

l) Outros passivos

Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial consolidado no grupamento Outras Obrigações equivalem aproximadamente a seus valores de mercado.

m) Níveis de informação relativos a ativos e passivos mensurados a valor justo no balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas por informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, a entidade estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Ativos e passivos mensurados a valor justo no balanço

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2010	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos - Nível 1	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares – Nível 2	Informação significativa indisponível – Nível 3
Ativos	162.542.693	97.516.271	64.847.343	179.079
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	52.222.158	40.654.332	11.388.747	179.079
Títulos e valores mobiliários	50.598.493	40.362.088	10.236.405	-
Instrumentos financeiros derivativos ⁽¹⁾	1.623.665	292.244	1.152.342	179.079
Ativos financeiros disponíveis para venda	75.010.625	56.861.939	18.148.686	-
Empréstimos e recebíveis	35.309.910	-	35.309.910	-
Passivos	5.202.304	196.954	4.701.269	304.081
Captação com <i>hedge</i> ⁽²⁾	337.188	-	337.188	-
Instrumentos financeiros derivativos	4.865.116	196.954	4.364.081	304.081

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2009	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos - Nível 1	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares – Nível 2	Informação significativa indisponível – Nível 3
Ativos	126.571.623	83.434.432	42.929.017	208.174
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	39.474.934	32.652.565	6.614.195	208.174
Títulos e valores mobiliários	38.011.831	32.413.610	5.598.221	-
Instrumentos financeiros derivativos ⁽¹⁾	1.463.103	238.955	1.015.974	208.174
Ativos financeiros disponíveis para venda	62.531.722	50.781.867	11.749.855	-
Empréstimos e recebíveis	24.564.967	-	24.564.967	-
Passivos	4.702.605	98.273	4.140.917	463.415
Captação com <i>hedge</i> ⁽²⁾	315.960	-	315.960	-
Instrumentos financeiros derivativos	4.386.645	98.273	3.824.957	463.415

	R\$ mil			
	Saldo em 01.01.2009	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos - Nível 1	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares – Nível 2	Informação significativa indisponível – Nível 3
Ativos	67.116.714	56.785.185	10.331.529	-
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	28.530.126	22.618.880	5.911.246	-
Títulos e valores mobiliários	26.254.088	22.385.526	3.868.562	-
Instrumentos financeiros derivativos ⁽¹⁾	2.276.038	233.354	2.042.684	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	38.586.588	34.166.305	4.420.283	-
Empréstimos e recebíveis	-	-	-	-
Passivos	4.226.694	400.887	3.825.807	-
Captação com <i>hedge</i> ⁽²⁾	330.318	-	330.318	-
Instrumentos financeiros derivativos	3.896.376	400.887	3.495.489	-

(1) Inclui contratos de futuros relativos à negociação e intermediação de valores, que estão registrados em Outros Ativos.

(2) Valores registrados em Obrigações de Longo Prazo.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

39 – Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Composição da carteira de derivativos para negociação por tipo de risco

	R\$ mil					
	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	Valor de Referência	Valor de Mercado	Valor de Referência	Valor de Mercado	Valor de Referência	Valor de Mercado
Contratos de futuros						
Compromissos de compra	38.023.623	-	14.533.469	-	5.144.305	-
Risco de taxa de juros	18.304.258	-	2.180.381	-	1.747.851	-
Risco de moedas	8.508.156	-	4.206.988	-	3.078.331	-
Outros riscos	11.211.209	-	8.146.100	-	318.123	-
Compromissos de venda	61.710.441	-	33.571.539	-	9.062.708	-
Risco de taxa de juros	50.898.216	-	20.956.312	-	8.077.289	-
Risco de moedas	584.523	-	938.605	-	48.125	-
Outros riscos	10.227.702	-	11.676.622	-	937.294	-

	R\$ mil					
	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	Valor de Referência	Valor de Mercado	Valor de Referência	Valor de Mercado	Valor de Referência	Valor de Mercado
Contratos de operações a termo						
Posição ativa	1.621.408	80.364	3.340.965	130.591	1.323.982	752.428
Risco de taxa de juros	-	-	37.760	37.760	86.170	86.170
Risco de moedas	1.621.408	80.364	3.303.205	92.831	1.237.812	666.258
Posição passiva	4.532.436	(262.069)	3.582.404	(237.673)	3.800.021	(155.875)
Risco de taxa de juros	-	-	37.762	(37.762)	86.182	(86.182)
Risco de moedas	4.532.436	(262.069)	3.544.642	(199.911)	3.713.839	(69.693)

	R\$ mil					
	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	Valor de Referência	Valor de Mercado	Valor de Referência	Valor de Mercado	Valor de Referência	Valor de Mercado
Contratos de opções						
Posição comprada	287.109.956	591.433	228.483.867	194.375	7.260	1.787
Risco de taxa de juros	255.422.734	173.103	217.713.473	2.000	-	-
Risco de moedas	31.485.014	410.888	10.763.353	192.217	3.335	1.190
Outros riscos	202.208	7.442	7.041	158	3.925	597
Posição vendida	275.588.719	(3.320.492)	225.283.122	(3.230.955)	1.138.596	(1.076.252)
Risco de taxa de juros	238.453.931	(2.895.650)	214.567.362	(3.119.305)	-	-
Risco de moedas	36.132.417	(421.277)	10.668.583	(109.465)	1.134.671	(1.075.655)
Outros riscos	1.002.371	(3.565)	47.177	(2.185)	3.925	(597)

	R\$ mil					
	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	Valor de Referência	Valor de Mercado	Valor de Referência	Valor de Mercado	Valor de Referência	Valor de Mercado
Contratos de swap						
Posição ativa	10.538.133	646.390	10.490.970	899.166	5.602.939	1.288.469
Risco de taxa de juros	7.776.332	528.983	8.549.287	760.811	1.637.432	28.772
Risco de moedas	451.735	9.653	1.149.300	37.849	3.965.507	1.259.697
Outros riscos	2.310.066	107.754	792.383	100.506	-	-
Posição passiva	19.953.936	(1.051.357)	12.804.264	(808.590)	23.649.348	(2.200.895)
Risco de taxa de juros	12.826.397	(771.084)	7.308.912	(231.973)	5.024.523	(180.248)
Risco de moedas	1.482.214	(36.047)	3.643.004	(548.077)	6.050.576	(1.909.976)
Outros riscos	5.645.325	(244.226)	1.852.348	(28.540)	12.574.249	(110.671)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

	R\$ mil					
	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	Valor de Referência	Valor de Mercado	Valor de Referência	Valor de Mercado	Valor de Referência	Valor de Mercado
Outros contratos de derivativos						
Posição ativa	4.998.557	292.231	9.053.091	238.952	2.194.066	233.354
Risco de moedas	4.998.557	292.231	9.053.091	238.952	2.194.066	233.354
Posição passiva	5.883.741	(214.423)	8.496.336	(105.832)	3.765.836	(400.752)
Risco de moedas	5.883.741	(214.423)	8.409.063	(105.532)	3.002.929	(397.636)
Outros riscos	-	-	87.273	(300)	762.907	(3.116)

b) Composição da carteira de derivativos para negociação por prazo de vencimento

Valor de Referência - Posição Ativa	R\$ mil						
	Vencimento em dias				31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
	0-30	31-180	181-360	Acima 360			
Contratos de futuros	853.083	26.569.793	2.718.420	7.882.327	38.023.623	14.533.469	5.144.305
Contratos de operações de termo	659.021	566.151	305.685	90.551	1.621.408	3.340.965	1.323.982
Contratos de opções	125.385.268	98.097.987	44.742.731	18.883.970	287.109.956	228.483.867	7.260
Contratos de swap	1.273.892	3.159.331	1.052.395	5.052.515	10.538.133	10.490.970	5.602.939
Outros contratos de derivativos	817.548	3.725.124	375.911	79.974	4.998.557	9.053.091	2.194.066

Valor de Referência - Posição Passiva	R\$ mil						
	Vencimento em dias				31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
	0-30	31-180	181-360	Acima 360			
Contratos de futuros	26.272.416	8.372.889	6.129.679	20.935.457	61.710.441	33.571.644	9.062.708
Contratos de operações de termo	722.026	2.177.754	977.536	655.120	4.532.436	3.582.404	3.800.021
Contratos de opções	101.012.120	99.255.383	55.064.740	20.256.476	275.588.720	225.283.122	1.138.596
Contratos de swap	1.202.671	3.429.192	7.268.137	8.053.936	19.953.936	12.804.264	23.649.348
Outros contratos de derivativos	1.589.125	2.764.881	1.136.050	393.685	5.883.741	8.496.336	3.765.836

c) Composição da carteira de derivativos de crédito

	R\$ mil					
	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	Valor de Referência	Valor de Mercado	Valor de Referência	Valor de Mercado	Valor de Referência	Valor de Mercado
Posição ativa - risco transferido	1.012.217	13.173	4.460.954	18.489	-	-
Swaps de crédito – derivativos com bancos	1.012.217	13.173	4.460.954	18.489	-	-
Posição passiva - risco recebido	1.759.596	(16.774)	4.775.870	(3.595)	-	-
Swaps de crédito – derivativos com bancos	1.759.596	(16.774)	4.775.870	(3.595)	-	-

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

d) Composição da carteira de derivativos designados para hedge de risco de mercado

	R\$ mil		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
	Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de Hedge			
Ativo	11.705.985	5.821.138	330.318
Futuro	5.064.318	1.906.109	-
Swap	3.891.982	1.833.454	330.318
Opções	2.749.685	2.081.575	-
Passivo	39.601.301	31.769.932	-
Futuro	20.237.546	15.530.574	-
Swap	15.626.860	13.366.400	-
Opções	3.736.895	2.872.958	-
Itens Objeto de Hedge			
Ativo	29.497.068	24.153.139	-
Empréstimos a clientes	17.213.846	13.717.315	-
Títulos e valores mobiliários	9.308.980	9.642.455	-
Operações de arrendamento mercantil	2.271.714	-	-
Investimentos externos	345.022	484.712	-
Outros ativos	357.506	308.657	-
Passivo	2.945.841	329.732	330.318
Outros passivos	2.945.841	329.732	330.318
Teste de Efetividade			
Ativo	41.203.053	29.974.277	330.318
Passivo	42.547.142	32.099.664	330.318
Ativo menos Passivo	(1.344.089)	(2.125.387)	-
Efetividade (80% a 125%)	96,84%	93,38%	100,00%

Com o objetivo de se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros, o Banco do Brasil contrata operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado. As operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na IAS 39, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%.

Para proteger os riscos de taxa de juros prefixada dos empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil, o Banco Votorantim negociou contratos no mercado futuro de DI e para proteger os riscos de taxa de juros variável (Dólar) dos financiamentos a exportação negociou contratos de mercado futuro de DDI e SCC. Em ambos os casos, os contratos foram negociados junto a BM&FBOVESPA de acordo com o fluxo de vencimento das parcelas.

Para proteger os riscos de taxa de juros variável (Dólar) das obrigações por TVM no exterior e dos passivos subordinados, o Banco Votorantim negociou contratos no mercado futuro de DDI junto a BM&FBOVESPA, de acordo com o fluxo de vencimento das parcelas.

40 – Garantias e Outros Compromissos

	R\$ mil		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Créditos contratados a liberar	86.083.616	74.834.057	36.955.149
Garantias prestadas	12.500.620	12.553.149	6.437.279
Créditos de exportação confirmados	755.362	353.947	267.676
Créditos abertos para importação	463.424	908.827	562.652

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Créditos a liberar são contratados por um período de tempo determinado para efetuar empréstimo a um cliente que tenha atendido a condições contratuais pré-determinadas, incluindo os limites atribuídos às operações de cheque especial e de cartões de crédito. As cartas de crédito em aberto ("standby") e as garantias por avais e fianças são compromissos condicionais, geralmente para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro em contratos de empréstimos.

Nos instrumentos financeiros relacionados a crédito, o montante contratual do instrumento financeiro representa o potencial máximo de risco de crédito no caso da contraparte não cumprir os termos do contrato. A maioria desses compromissos vence sem que sejam sacados. Como resultado, o montante contratual total não é representativo da efetiva exposição futura a riscos de crédito ou necessidades de liquidez oriundas desses compromissos. Para diminuir o risco de crédito, o Banco requer que o contratado entregue, como garantia, recursos em dinheiro, valores mobiliários ou outros bens para caucionar a abertura de crédito, semelhantes à caução exigida para os empréstimos a clientes.

Em atendimento à IAS 37 – Provisão, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes, para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações oriundas de contratos das espécies acima especificadas, constituímos uma provisão para perdas sobre garantias prestadas no valor de R\$ 85.511 mil (R\$ 70.204 mil em 31.12.2009 e R\$ 40.479 mil em 01.01.2009).

41 – Capital Regulatório

O Banco está sujeito à regulamentação do Banco Central do Brasil (Bacen), que publica normas referentes às políticas monetárias e de crédito para instituições financeiras que operam no Brasil. Além disso, a Superintendência de Seguros Privados (Susep) emite regulamentação que afeta operações de seguros, planos de previdência privada e de capitalização.

Adicionalmente, o Banco Central do Brasil estabelece o valor mínimo de capital obrigatório, os limites de crédito, as práticas contábeis e o valor dos depósitos compulsórios requeridos, e também obriga os bancos a cumprir uma norma semelhante ao Acordo da Basileia no tocante à adequação de capital.

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 3.444/2007 e n.º 3.490/2007, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), respectivamente.

a) Índice de Basileia

	R\$ mil		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
PR - Patrimônio de Referência	66.927.567	53.704.324	43.390.964
Nível 1	52.397.235	41.086.985	31.200.901
Nível 2	19.763.491	17.004.391	12.909.611
Deduções do PR	(5.233.159)	(4.387.052)	(719.548)
PRE - Patrimônio de Referência Exigido	52.297.326	42.749.265	31.500.063
Risco de crédito	48.900.634	40.161.404	30.980.231
Risco de mercado	31.422	285.850	118.927
Risco operacional	3.365.270	2.302.011	400.905
Índice de Basileia	14,08%	13,82%	15,15%
Excedente do capital regulamentar sobre o capital regulamentar mínimo exigido	14.630.241	10.955.059	11.890.901

b) Índice de imobilização e capital excedente

	R\$ mil		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Índice de imobilização	16,83%	11,86%	11,68%
Capital excedente em relação ao índice de imobilização	22.196.573	20.483.730	16.628.281

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

42 – Benefícios a Empregados

Entidades de previdência privada e de saúde complementar

Entidades Patrocinadas	Planos	Benefícios	Classificação
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmais	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar - PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc - Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM - Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas BESC e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelo Banco

Planos	R\$ mil								
	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009				
	N.º de participantes		N.º de participantes		N.º de participantes				
	Ativos Assistidos	Total	Ativos Assistidos	Total	Ativos Assistidos	Total			
Planos de Aposentadoria e Pensão	105.074	105.517	210.591	100.447	100.508	200.955	89.450	96.362	185.812
Plano de Benefícios 1 – Previ	32.449	82.727	115.176	33.814	82.536	116.350	35.144	85.729	120.873
Plano Previ Futuro	60.113	370	60.483	51.923	73	51.996	50.376	142	50.518
Plano Informal	-	7.920	7.920	-	7.703	7.703	-	8.467	8.467
Outros planos	12.512	14.500	27.012	14.710	10.196	24.906	3.930	2.024	5.954
Planos de Assistência Médica	117.262	82.153	199.415	98.262	81.359	179.621	89.121	86.627	175.748
Plano Cassi	98.221	82.153	180.374	91.364	81.359	172.723	89.121	86.627	175.748
Outros planos	19.041	-	19.041	6.898	-	6.898	-	-	-

Contribuições para os planos de benefícios

Contribuição Patronal	R\$ mil	
	Exercício/2010	Exercício/2009
Planos de Aposentadoria e Pensão	1.004.182	1.089.673
Plano de Benefícios 1 – Previ ⁽¹⁾	459.051	638.191
Plano Previ Futuro	184.045	144.128
Plano Informal	295.797	296.375
Outros planos	65.289	10.979
Planos de Assistência Médica	722.785	660.776
Plano Cassi	689.561	635.342
Outros planos	33.224	25.434
Total	1.726.967	1.750.449

(1) Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados no contrato 97 que tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos até 14.04.1967, inclusive, e que tenham se aposentado ou venham a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Formal. Essas contribuições ocorreram através da realização do ativo Fundo Paridade. (Nota 42.e.i).

As contribuições do Banco para os planos de benefícios durante o 1º semestre de 2011 estão estimadas em R\$ 585.949 mil.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Valores reconhecidos no resultado

	R\$ mil	
	Exercício/2010	Exercício/2009
Planos de Aposentadoria e Pensão	3.532.137	3.772.365
Plano de Benefícios 1 – Previ	4.299.199	4.223.294
Plano Previ Futuro	(184.045)	(144.128)
Plano Informal	(522.033)	(300.174)
Outros planos	(60.984)	(6.627)
Planos de Assistência Médica	(954.904)	(858.723)
Plano Cassi	(892.045)	(854.634)
Outros planos	(62.859)	(4.089)
Total	2.577.233	2.913.642

a) Planos de Aposentadoria e Pensão

Plano de Benefícios 1 (Previ) - participam desse plano os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23.12.1997, fechado para novas adesões. Em decorrência do estabelecido, em dezembro de 2000, da paridade entre as contribuições do Banco e dos participantes, foi constituído o fundo paridade, cujos recursos vêm sendo utilizados para compensar as contribuições ao plano. Em vista de superávit acumulado, foram suspensas, retroativamente a janeiro de 2007, as contribuições dos participantes, beneficiários (aposentados e pensionistas) e do patrocinador (Banco do Brasil). Conforme Memorando de Entendimentos firmado entre o Banco do Brasil, Previ e entidades representantes dos beneficiários, foi proposta a alteração do Regulamento do Plano 1, que abrange a suspensão das contribuições nos exercícios 2011, 2012 e 2013, ficando a sua manutenção vinculada à existência da Reserva Especial do plano.

Previ Futuro (Previ) - participam desse plano os funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24.12.1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano Informal (Previ) - é de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem: (i) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14.04.1967; (ii) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes do Banco que se aposentaram até 14.04.1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e (iii) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no Plano de Benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco.

Prevmais (Economus) - participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2009) inscritos a partir de 01.08.2006 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus) - participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31.07.2006, fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente em média com 12,11% sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus) - destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos. A contribuição da patrocinadora incide sobre os salários reais de participação de forma paritária com os participantes.

Grupo B' (Economus) - participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22.01.1974 a 13.05.1974 e seus beneficiários. Plano fechado para novas adesões. O nível do benefício a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em Regulamento é conhecido *a priori*.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Multifuturo I (Fusesc) - participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.09.2008) inscritos a partir de 12.01.2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios 1 da Fusesc que optaram por este plano de benefícios. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2,33% e 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios 1 (Fusesc) - participam desse plano os funcionários oriundos do Besc inscritos até 11.01.2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente com 9,89% em média sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep) - participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente em média com 3,58% sobre o salário de participação.

b) Planos de Assistência Médica

Plano de Associados (Cassi) - o Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e de seus beneficiários inscritos. O Banco do Brasil contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão. A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 3% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus) - participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de co-participação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde - PLUS II (Economus) - destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de co-participação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus) - voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no Estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” e “C” e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano de saúde (SIM) - participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina. A contribuição mensal dos associados é de 3% do valor dos proventos gerais.

Visto que as contribuições devidas pelo Banco, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado, as obrigações do Banco em relação aos associados aposentados são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Além disso, o Banco também é responsável pela manutenção do equilíbrio financeiro do plano para determinados grupos de associados. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

c) Avaliações atuariais

Valor presente das obrigações de benefício definido

	R\$ mil							
	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	Exercício/2010	Exercício/2009	Exercício/2010	Exercício/2009	Exercício/2010	Exercício/2009	Exercício/2010	Exercício/2009
Saldo Inicial	(80.270.786)	(76.109.636)	(1.743.385)	(1.739.591)	(4.943.220)	(4.677.766)	(4.432.673)	(3.407.761)
Custo dos juros	(8.434.756)	(8.076.071)	(202.866)	(194.472)	(542.750)	(541.968)	(514.367)	(460.894)
Custo do serviço corrente	(447.544)	(409.344)	-	-	(70.937)	(61.463)	(41.506)	(36.364)
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	7.532.656	7.166.391	295.797	296.759	376.039	351.951	314.364	275.270
Despesas administrativas pagas pelo plano	-	35.831	-	-	-	-	-	-
Ganho/(perda) atuarial sobre a obrigação atuarial	(9.185.047)	(2.877.957)	(344.304)	(106.081)	(116.304)	(13.974)	(515.228)	(802.924)
Saldo Final	(90.805.477)	(80.270.786)	(1.994.759)	(1.743.385)	(5.297.172)	(4.943.220)	(5.189.411)	(4.432.673)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(90.805.477)	(80.270.786)	-	-	-	-	(4.339.122)	(3.943.103)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	-	-	(1.994.759)	(1.743.385)	(5.297.172)	(4.943.220)	(850.289)	(489.570)

Valor justo dos ativos do plano

	R\$ mil							
	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	Exercício/2010	Exercício/2009	Exercício/2010	Exercício/2009	Exercício/2010	Exercício/2009	Exercício/2010	Exercício/2009
Saldo Inicial	137.814.150	104.778.828	-	-	-	-	3.943.103	3.683.135
Rendimento estimado dos ativos do plano	13.963.696	10.871.704	-	-	-	-	532.843	542.635
Contribuições recebidas	459.300	638.380	295.797	296.759	376.039	351.951	56.326	65.984
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	(7.532.656)	(7.166.391)	(295.797)	(296.759)	(376.039)	(351.951)	(245.810)	(230.200)
Despesas administrativas pagas pelo plano	-	(35.831)	-	-	-	-	-	-
Reversão de valores para a patrocinadora/participante (1)	(15.068.115)	-	-	-	-	-	-	-
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	11.929.947	28.727.461	-	-	-	-	52.660	(118.451)
Saldo Final	141.566.323	137.814.150	-	-	-	-	4.339.122	3.943.103

(1) Refere-se aos valores utilizados para a constituição do fundo de destinação do superávit, cabendo ao Banco o montante de R\$ 7.519.058 mil conforme evidenciado na Nota 42 e ii.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Plano 1 - Previ						Plano de Associados - Cassi						Outros Planos					
	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009		31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009		31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	R\$ mil		R\$ mil		R\$ mil		R\$ mil		R\$ mil		R\$ mil		R\$ mil		R\$ mil		R\$ mil	
1) Valor justo dos ativos do plano	141.566.323	137.814.150	104.778.828	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.339.122	3.943.103	618.179			
2) Valor presente das obrigações atuariais	(90.805.477)	(80.270.786)	(76.109.637)	(1.994.759)	(1.743.385)	(1.739.592)	(5.297.172)	(4.943.220)	(4.677.766)	(5.189.411)	(4.432.673)	(446.280)						
3) Superávit/(déficit) (1+2)	50.760.845	57.543.364	28.669.191	(1.994.759)	(1.743.385)	(1.739.592)	(5.297.172)	(4.943.220)	(4.677.766)	(850.289)	(489.570)	171.899						
4) Superávit/(déficit) - parcela patrocinadora	25.380.423	28.771.682	14.334.596	(1.994.759)	(1.743.385)	(1.739.592)	(5.297.172)	(4.943.220)	(4.677.766)	(684.994)	(481.644)	85.950						
5) Ganhos/(perdas) atuariais não reconhecidos	15.485.635	16.116.336	6.540.927	(199.476)	(174.338)	(173.959)	(689.849)	(481.750)	(467.776)	(180.865)	(34.379)	85.950						
6) Custo do serviço passado não reconhecido	-	-	-	-	-	-	(104.015)	-	(113.928)	-	-	-						
7) (Passivo)/Ativo atuarial líquido registrado (4-5-6)	9.894.788	12.655.346	7.793.669	(1.795.283)	(1.569.047)	(1.565.633)	(4.607.323)	(4.357.455)	(4.096.062)	(504.130)	(447.265)	-						

A realização do ativo atuarial registrado em Outros Ativos ocorrerá obrigatoriamente até o final do plano. Entende-se por final do plano, a data em que será pago o último compromisso.

Valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	Plano 1 - Previ						Plano de Associados - Cassi						Outros Planos					
	Exercício/2010		Exercício/2009		Exercício/2009		Exercício/2010		Exercício/2009		Exercício/2010		Exercício/2009		Exercício/2010		Exercício/2009	
	R\$ mil		R\$ mil		R\$ mil		R\$ mil		R\$ mil		R\$ mil		R\$ mil		R\$ mil		R\$ mil	
1) Custo do serviço corrente	(223.772)	(204.672)	-	-	-	-	(70.937)	(61.463)	(20.985)	(19.412)								
2) Contribuições dos participantes	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.366)	(703)								
3) Custo dos juros	(4.217.378)	(4.038.035)	(202.866)	(194.472)	(542.750)	(541.968)	(283.195)	(251.042)										
4) Rendimento esperado sobre os ativos do plano	6.981.848	5.435.852	1.758.501	(319.167)	(105.702)	(2.307)	(9.913)	(9.913)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5) Amortização do ganho/(perda) atuarial líquido	-	-	-	-	-	-	(208.894)	(186.250)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6) Custo do serviço passado não reconhecido	-	-	-	-	-	-	(57.244)	(55.040)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
7) Despesa com funcionários da ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
8) Despesa com contribuição extraordinária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9) Efeito do ativo passivo não reconhecido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10) (Despesa)/receita reconhecida na DRE	4.299.199	4.223.295	(522.033)	(300.174)	(892.045)	(854.634)	(88.237)	(34.695)										

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Composição dos ativos dos planos, apresentados como porcentagem do total

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Renda fixa	29,1%	30,7%	-	-	-	-	88,7%	83,1%
Renda variável	64,7%	63,8%	-	-	-	-	7,8%	9,9%
Investimentos imobiliários	3,2%	2,8%	-	-	-	-	1,7%	1,7%
Empréstimos e financiamentos	2,9%	2,6%	-	-	-	-	1,4%	2,1%
Outros	-	0,1%	-	-	-	-	0,4%	3,2%
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano								
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	6,7%	6,8%	-	-	-	-	-	-
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	0,1%	0,1%	-	-	-	-	-	0,1%

Comparativo evidenciando o retorno esperado e o retorno real dos ativos do plano

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	Exerc/2010	Exerc/2009	Exerc/2010	Exerc/2009	Exerc/2010	Exerc/2009	Exerc/2010	Exerc/2009
Taxa nominal de rendimento esperado sobre os ativos do plano	10,96%	10,76%	-	-	-	-	10,96%	14,26%
Rendimento esperado dos ativos para o período (R\$ mil)	13.963.696	10.871.704	-	-	-	-	532.843	523.007
Rendimento efetivo (R\$ mil)	10.825.529	39.599.165	-	-	-	-	585.503	394.377

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Principais premissas atuariais adotadas em cada período

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos ⁽¹⁾	
	Exerc/2010	Exerc/2009	Exerc/2010	Exerc/2009	Exerc/2010	Exerc/2009	Exerc/2010	Exerc/2009
Taxa de inflação	4,38%	4,20%	4,38%	4,20%	4,38%	4,20%	4,38%	5,15%
Taxa real de desconto	6,30%	6,30%	6,30%	6,30%	6,30%	6,30%	6,30%	8,66%
Taxa nominal de retorno dos investimentos	10,96%	10,76%	-	-	-	-	10,96%	14,26%
Taxa de crescimento salarial futuro	0,41%	1,26%	-	-	0,41%	1,26%	0,26%	3,29%
Tempo médio remanescente de trabalho (anos)	3,57	4,04	-	-	14,81	14,14	5,24	4,51
Tábua de sobrevivência	AT-83	AT-83	AT-83 ⁽²⁾	-	AT-83	-	AT-83	-
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

(1) As premissas atuariais agrupadas são apresentadas através de médias ponderadas.

(2) Nos cálculos atuariais do Plano Informal, em 31.12.2009, foi utilizada tábua transitória entre a GAM-71 modificada e a GAM-83.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

A norma internacional IAS 19 e a interpretação IFRIC 14 detalham a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de plano de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

Diferenças de premissas do Plano 1 – Previ

Premissas/método	Banco	Previ
Taxa real de desconto	6,3% a.a.	5% a.a.
Tábua de sobrevivência	AT-83	AT-2000
Avaliação de Ativos – Fundos exclusivos	Valor de mercado ou fluxo de caixa descontado - cenário base	Fluxo de caixa descontado - cenário conservador
Regime de Capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

Conciliação do Plano 1

	R\$ mil								
	Ativos do Plano			Obrigações Atuariais			Efeito no Superávit		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Valores apresentados na Previ	116.790.760	117.127.503	92.533.546	(90.629.774)	(72.989.055)	(66.221.334)	26.160.986	44.138.448	26.312.212
Incorporação dos valores do contrato 97 ⁽¹⁾	13.147.607	12.554.780	12.103.281	(13.147.607)	(12.554.780)	(12.103.281)	-	-	-
Ajuste no valor dos ativos do plano ⁽²⁾	11.627.956	8.131.867	142.001	-	-	-	11.627.956	8.131.867	142.001
Ajuste nas obrigações – taxa de desconto/regime de capitalização	-	-	-	12.971.904	5.273.049	2.214.979	12.971.904	5.273.049	2.214.979
Valor apurado pelo Banco	141.566.323	137.814.150	104.778.828	(90.805.477)	(80.270.786)	(76.109.636)	50.760.846	57.543.364	28.669.192

(1) O contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14.04.67, inclusive, e que tenham se aposentado ou venham a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

(2) Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos ativos do plano, utilizando-se o valor de mercado para as ações da empresa Vale S.A. e fluxo de caixa descontado – cenário base para os ativos da empresa Neoenergia S.A., os fundos 521 Participações e Invepar; enquanto que na Previ é utilizado o método de fluxo de caixa descontado – cenário conservador.

Valores atuariais

Especificação	R\$ mil				
	2010	2009	2008	2007	2006
Plano 1 (Previ) – Superávit/(déficit)	50.760.846	57.543.364	28.669.191	64.229.505	37.481.696
Obrigações de benefício definido	(90.805.477)	(80.270.786)	(76.109.637)	(70.572.791)	(65.870.816)
Ativos do plano	141.566.323	137.814.150	104.778.828	134.802.296	103.352.512
Ajustes de experiência sobre os passivos do plano	(8,4%)	(3,6%)	(7,1%)	(3,2%)	(9,7%)
Ajustes de experiência sobre os ativos do plano	16,7%	20,8%	(28,7%)	(18,7%)	(17,3%)
Plano Informal (Previ) – Superávit/(déficit)	(1.994.759)	(1.743.386)	(1.739.592)	(1.666.065)	(1.633.840)
Obrigações de benefício definido	(1.994.759)	(1.743.386)	(1.739.592)	(1.666.065)	(1.633.840)
Ativos do plano	-	-	-	-	-
Ajustes de experiência sobre os passivos do plano	(3,7%)	(6,1%)	(11,4%)	(9,6%)	(12,1%)
Plano de Associados (Cassi) – Superávit/(déficit)	(5.297.172)	(4.943.220)	(4.677.766)	(4.547.868)	(3.562.867)
Obrigações de benefício definido	(5.297.172)	(4.943.220)	(4.677.766)	(4.547.868)	(3.562.867)
Ajustes de experiência sobre os passivos do plano	(2,9%)	(0,3%)	0,1%	8,8%	-
Ajustes de experiência sobre os ativos do plano	-	-	-	-	-
Outros Planos – Superávit/(déficit)	(850.290)	(489.570)	171.899	-	-
Obrigações de benefício definido	(5.189.411)	(4.432.673)	(446.280)	-	-
Ativos do plano	4.339.121	3.943.103	618.179	-	-
Ajustes de experiência sobre os passivos do plano	(6,9%)	(17,6%)	(4,9%)	-	-
Ajustes de experiência sobre os ativos do plano	(0,5%)	(3,2%)	0,4%	-	-

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas**d) Resumo dos ativos/(passivos) registrados no Banco**

Especificação	R\$ mil					
	Ativo Atuarial			Passivo Atuarial		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Plano 1 (Previ)	9.894.787	12.655.346	7.793.669	-	-	-
Plano Informal (Previ)	-	-	-	(1.795.283)	(1.569.047)	(1.565.633)
Plano de Associados (Cassi)	-	-	-	(4.607.323)	(4.357.455)	(4.096.062)
Regulamento Geral (Economus)	-	-	-	(113.592)	(90.686)	-
Regulamento Complementar 1 (Economus)	-	-	-	(237)	-	-
Plus I e II (Economus)	-	-	-	(275.836)	(242.945)	-
Grupo B' (Economus)	-	-	-	(114.465)	(113.634)	-
Total	9.894.787	12.655.346	7.793.669	(6.906.736)	(6.373.767)	(5.661.695)

A IAS 19 determina o registro de um passivo, quando o montante das obrigações ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo, quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições do patrocinador ou que será reembolsável no futuro, conforme estabelecido na IFRIC 14.

e) Destinações do superávit – Plano 1

	R\$ mil			
	Fundo Paridade		Fundo de Destinação	
	Exercício/2010	Exercício/2009	Exercício/2010	Exercício/2009
Saldo Inicial	1.778.366	2.195.802	7.519.058	-
Atualização	205.308	220.944	75.935	-
Contribuições ao Plano 1	(459.300)	(638.380)	-	-
Saldo Final	1.524.374	1.778.366	7.594.993	-

Fundo paridade - O custeio do plano era mantido, até 15.12.2000, com a contribuição de 2/3 (dois terços) pelo Banco e de 1/3 (um terço) pelos participantes. A partir de 16.12.2000, visando adequar às disposições da Emenda Constitucional n.º 20, tanto o Banco quanto os participantes passaram a contribuir com 50% cada, sendo inclusive objeto de acordo posterior entre as partes envolvidas, com a devida homologação pela Secretaria de Previdência Complementar.

O custo da implementação da paridade contributiva foi coberto com a utilização do superávit existente no Plano na época. Como efeito desse Acordo, coube ao Banco, ainda, reconhecer o valor de R\$ 2.227.254 mil, os quais foram registrados em Outros Ativos. Esse Ativo é corrigido mensalmente com base na meta atuarial (INPC + 5% a.a.), e vem sendo utilizado desde janeiro de 2007 para compensar eventual desequilíbrio financeiro na relação entre Reserva a Amortizar e Amortizante Antecipada decorrente do contrato estabelecido com a Previ em 1997, o qual garantiu benefícios complementares aos participantes do Plano 1 admitidos até 14.04.1967 e que não estavam aposentados até aquela data.

Fundo de Destinação - Em 24.11.2010, o Banco do Brasil assinou Memorando de Entendimentos com as entidades representativas de funcionários e aposentados, visando à destinação e utilização parcial do superávit do Plano, conforme determina a Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CGPC n.º 26/2008.

Face a aprovação das medidas previstas no Memorando de Entendimentos pelo Conselho Deliberativo da Previ, o Banco registrou, em 30.11.2010, em Outros ativos – Títulos e Créditos a Receber – Previ, o montante de R\$ 7.519.058 mil em contrapartida à baixa do valor de Outros ativos - Ativo Atuarial, sendo corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

Notas Explicativas

43 – Gestão de Riscos

a) Governança dos riscos

O gerenciamento de riscos no Conglomerado Financeiro do Banco do Brasil contempla os riscos de crédito, de mercado e de liquidez e operacional. As atividades de gerenciamento são realizadas por estruturas específicas e especializadas, conforme objetivos, políticas, estratégias, processos e sistemas descritos em cada um desses riscos.

O modelo de governança de riscos adotado pelo BB envolve estrutura de comitê e subcomitês, com a participação de diversas áreas da Instituição, contemplando os seguintes aspectos:

- (i) Segregação de funções: negócio x risco;
- (ii) Estrutura específica para avaliação/gestão de risco;
- (iii) Processo de gestão definido;
- (iv) Decisões em diversos níveis hierárquicos;
- (v) Normas claras e estrutura de alçadas; e
- (vi) Referência às melhores práticas de gestão.

Todas as decisões relacionadas à gestão de riscos são tomadas de forma colegiada e de acordo com as diretrizes e normas internas do Banco do Brasil.

A governança de risco do Banco do Brasil, abrangendo o Banco Múltiplo e suas Subsidiárias Integrais, é centralizada no Comitê de Risco Global (CRG), composto pelo Conselho Diretor, tendo por finalidade principal estabelecer as estratégias para gestão de riscos, limites globais de exposição e níveis de conformidade e alocação de capital em função dos riscos.

Visando conferir agilidade ao processo de gestão, foram criados Subcomitês de Risco de Crédito (SRC), de Mercado e Liquidez (SRML) e de Risco Operacional (SRO), que decidem e/ou instrumentalizam o CRG, tendo poder decisório por delegação.

A Diretoria de Gestão de Riscos (DIRIS), vinculada à Vice-Presidência de Crédito, Controladoria e Risco Global, responde pelo gerenciamento dos riscos de mercado, liquidez, operacional e de crédito. Esta integração proporciona sinergia de processos e especialização, contribuindo para uma melhor alocação de capital e aderência ao Novo Acordo de Basiléia.

As decisões são comunicadas às áreas intervenientes por meio de resoluções que expressam objetivamente o posicionamento tomado pela Administração, garantindo a aplicação em todos os níveis do Banco.

b) Processo de gestão de riscos

O Banco do Brasil considera o gerenciamento de riscos e de capital como vetores principais para o processo de tomada de decisão.

O processo de gestão de riscos envolve fluxo contínuo de informações, obedecendo as seguintes fases:

b.1) Preparação: fase de coleta e análise dos dados. Nessa etapa são analisadas e propostas medidas sobre os riscos para discussão e deliberação nos subcomitês, e, se necessário, para posterior discussão e deliberação no CRG;

b.2) Decisão: as decisões são tomadas de forma colegiada nos escalões competentes e comunicadas às áreas intervenientes;

b.3) Execução: as áreas intervenientes implementam as decisões tomadas;

b.4) Acompanhamento/Gestão: é o controle realizado pela Diretoria de Gestão de Riscos, avaliando o cumprimento das deliberações e seus impactos no BB, comunicando a situação dessas ações ao fórum competente (subcomitê ou CRG). O controle dessas decisões e o reporte aos subcomitês/CRG proporciona o aprimoramento do processo de gestão.

Notas Explicativas

Para mais detalhes sobre o processo de gestão de riscos no Banco do Brasil, acesse o *website* bb.com.br/ri, capítulo Gestão de Riscos.

c) Risco de mercado

Risco de Mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, de câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities.

O Banco utiliza métodos estatísticos e de simulação para mensurar os riscos de mercado das suas exposições. Entre as métricas resultantes da aplicação destes métodos, destacam-se: (i) Sensibilidades; (ii) Valor em Risco (VaR); e (iii) Estresse.

c.1) Sensibilidades

Por meio das métricas de sensibilidade, são simulados os efeitos no valor das exposições resultantes de variações no patamar dos fatores de risco de mercado. Na seção “Análise de sensibilidade” encontra-se o detalhamento sobre a métrica de sensibilidade e os resultados para a data-base 31.12.2010.

c.2) Valor em Risco (VaR)

O VaR é uma métrica utilizada para estimar a perda máxima potencial, sob condições rotineiras de mercado, apresentada diariamente em valores monetários, considerando determinado intervalo de confiança e horizonte temporal.

Para mensuração do VaR, o Banco do Brasil adota a técnica de simulação histórica e os seguintes parâmetros: (i) 99% de intervalo de confiança unicaudal; (ii) 252 cenários retrospectivos de fatores de choques diários; e (iii) horizonte temporal de 10 dias úteis.

Os fatores de riscos utilizados para mensuração da métrica do VaR das exposições sujeitas a riscos de mercado são classificados nas seguintes categorias: (i) taxas de juros: risco da variação dos cupons de taxas de juros praticados no mercado. Exemplo: Prefixado, cupom de Dólar, cupom de IPCA, cupom de TR; (ii) taxas de câmbio: risco da variação das taxas de câmbio praticadas no mercado. Exemplo: Real x Dólar, Real x Euro, Real x Iene; (iii) preços de ações: risco da variação dos preços de ações praticados no mercado. Exemplo: PETR4, VALE5; e (iv) preços de mercadorias (commodities): risco da variação dos preços de mercadorias no mercado. Exemplo: Boi Gordo, Soja, Milho.

O desempenho da métrica de VaR é avaliado mensalmente mediante a aplicação de processo de *backtesting*. Esta avaliação está segregada dos processos de desenvolvimento e de utilização da métrica de VaR.

O valor da métrica de VaR do BB Consolidado, a partir do 2º Trimestre de 2010, incorpora efeitos:

- (i) do aprimoramento das metodologias das curvas corporativas de taxas prefixadas de juros e,
- (ii) da alteração do horizonte temporal de 1 dia útil para 10 dias úteis.

VaR mínimo, médio e máximo do Banco do Brasil para os anos de 2009 e 2010:

Período	R\$ mil		
	Mínimo	Média	Máximo
Janeiro a Dezembro / 2010	451.129	637.182	734.288
Janeiro a Dezembro / 2009	389.597	647.895	1.301.299

O valor da métrica de VaR do BB-Consolidado da Rede Externa, a partir do 2º Trimestre de 2010, incorpora efeitos da alteração do horizonte temporal de 1 dia útil para 10 dias úteis.

VaR mínimo, médio e máximo da Rede Externa:

Período	R\$ mil		
	Mínimo	Média	Máximo
Janeiro a Dezembro / 2010	50.543	119.589	187.450
Janeiro a Dezembro / 2009	9.049	59.429	101.679

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas**Grupo Trading**

Para efeito de gestão, o Banco do Brasil segrega as operações de *trading book* (Carteira de Negociação) das demais operações, estabelecendo estratégias e limites próprios. Os grupos a seguir demonstrados, *Trading Internacional* e *Trading Doméstica*, são subconjuntos da Carteira de Negociação.

O valor da métrica de VaR do grupo Trading Internacional, a partir do 2º Trimestre de 2010, incorpora efeitos da alteração do horizonte temporal de 1 dia útil para 10 dias úteis.

O VaR médio, mínimo e máximo do grupo Trading Internacional:

Período	Mínimo	Média	R\$ mil
			Máximo
Janeiro a Dezembro / 2010	112	1.182	3.055
Janeiro a Dezembro / 2009	200	338	495

O valor da métrica de VaR do BB Consolidado, a partir do 2º Trimestre de 2010, incorpora efeitos: (i) do aprimoramento das metodologias das curvas corporativas de taxas prefixadas de juros e, (ii) da alteração do horizonte temporal de um dia útil para 10 dias úteis.

O VaR mínimo, médio e máximo da carteira de *Trading Doméstico* para os anos de 2009 e 2010:

Período	Mínimo	Média	R\$ mil
			Máximo
Janeiro a Dezembro / 2010	19	1.433	5.483
Janeiro a Dezembro / 2009	0	2.012	5.280

c.3) Estresse

O Banco utiliza métricas de Estresse resultantes de simulações de suas exposições sujeitas a riscos de mercado sob condições extremas, tais como crises financeiras e choques econômicos. Esses testes objetivam dimensionar os impactos de eventos plausíveis, mas com baixa probabilidade de ocorrência, nos requerimentos de capital regulatório e econômico. Os testes de estresse abrangem simulações das exposições, tanto de caráter retrospectivas, baseadas em séries históricas de choques nos fatores de riscos de mercado, quanto de caráter prospectivo, baseadas em projeções de cenários econômico-financeiros.

Políticas

A Política de riscos de mercado e de liquidez e a política de utilização de instrumentos financeiros derivativos, aprovadas pelo Conselho de Administração, compõem os documentos estratégicos relativos à gestão de risco de mercado e de liquidez do Banco.

Esses documentos estabelecem as diretrizes a serem seguidas nas decisões negociais do Banco. Eles envolvem a avaliação de riscos de mercado e de liquidez, tratando tanto de aspectos quantitativos, tais como métricas utilizadas, quanto de aspectos qualitativos, tais como política de hedge, abrangência da gestão e segregação de funções.

Para maiores informações sobre as políticas gerais e específicas do Banco do Brasil, acesse o website bb.com.br/ri.

Processos de comunicação e informação de riscos e os sistemas de mensuração

O processo de mensuração de riscos de mercado faz uso de sistemas corporativos e do aplicativo *Riskwatch*, desenvolvido pela empresa canadense Algorithmics. A infraestrutura de tecnologia das informações vinculada a este processo encontra-se instalada em ambientes localizados em Brasília (DF) e no Rio de Janeiro (RJ).

No Banco, as posições próprias são segregadas em carteira de negociação e carteira de não negociação. Por meio de resolução emitida pelo CRG, estipula-se a política para classificação de operações na carteira de negociação. Esse documento define que no âmbito do Conglomerado Banco do Brasil, todas as operações de posições próprias realizadas com intenção de negociação ou destinadas a hedge da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas condições normais de mercado, e não sejam inegociáveis, são classificadas na Carteira de Negociação.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

De forma excludente, as operações de posições próprias não classificadas na carteira de negociação são consideradas como componentes da carteira de não negociação. As posições próprias detidas pelas empresas que não fazem parte do Conglomerado Financeiro não são passíveis de classificação na carteira de negociação.

Para o processo de gestão dos riscos de mercado, o Banco faz uso de estrutura de grupos e livros gerenciais, tanto para a área nacional quanto para a área internacional, com objetivos específicos e limites de exposição a riscos.

No que tange aos limites de exposição a riscos de mercado, o Comitê de Risco Global estabelece os seguintes critérios de classificação:

Limites Globais: aplicados às carteiras de negociação e de não negociação, ao conjunto de operações sujeitas à exigência de capital e ao conjunto de operações sujeitas ao risco de taxas de juros da carteira de não negociação (Parcela RBan) e definidos pelo CRG. As principais métricas utilizadas para a gestão são VaR, Estresse e Volume Financeiro.

Limites Específicos: aplicados aos grupos e livros gerenciais das carteiras de negociação e de não negociação ou a ambas as carteiras, aos fatores de riscos de mercado das operações sujeitas à exigência de capital e aos fatores de riscos de mercado sensíveis ao risco de taxa de juros na carteira de não negociação (fatores de risco da Parcela RBan) e definidos pelo Subcomitê de Riscos de Mercado e de Liquidez. As principais métricas utilizadas para a gestão são VaR e Estresse.

Limites Operacionais: aplicados às operações que compõem os grupos e livros gerenciais, possibilitando a evidenciação do efetivo nível de risco das exposições assumidas e tendo como objetivo garantir o cumprimento das estratégias e dos limites globais e específicos estabelecidos. São definidos pela Diretoria de Riscos, apresentando como principais métricas VaR e Bandas Operacionais de exposição a riscos de mercado.

A Diris reporta diariamente, por meio da Intranet do Banco, aos gestores dos grupos e livros das carteiras de negociação e não negociação, o consumo dos limites específicos e operacionais. Mensalmente reporta aos comitês estratégicos o consumo dos limites globais, através do relatório de gestão de riscos de mercado.

Em caso de extrapolações de limites, a Diretoria de Gestão de Riscos, responsável pelo controle e acompanhamento da carteira, emite documento denominado "Ficha de Extrapolação de Limites". Os gestores de grupos e livros devem apresentar suas justificativas para a extrapolação e especificar o prazo para sua regularização. Por sua vez, o nível hierárquico detentor da alçada para conduzir o caso deve emitir parecer sobre a manifestação do gestor. Cabe à equipe responsável pelo monitoramento do limite, acompanhar as ações de enquadramento.

A comunicação dos riscos incorridos pelo Banco para a Alta Administração ocorre nas reuniões ordinárias mensais dos Comitês e Subcomitês Estratégicos de Riscos.

Exposição por indexador

Exposição ao risco de mercado por indexador do BB Consolidado, inclusive derivativos

R\$ mil			
31.12.2010			
	Ativos	Passivos	Situação Líquida
Prefixados	342.246.290	193.730.056	148.516.234
CDI/TMS	185.600.745	159.413.634	26.187.111
Moeda estrangeira/ ouro	105.730.122	107.183.326	(1.453.204)
TR/ TEF/ IRP	60.950.337	157.531.634	(96.581.297)
TJLP	26.242.151	26.388.479	(146.328)
Índice de preço	10.082.684	6.573.999	3.508.685
Sem indexador	58.992.029	139.023.230	(80.031.201)
Total	789.844.358	789.844.358	-

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

R\$ mil			
31.12.2009			
	Ativos	Passivos	Situação Líquida
Prefixados	338.206.753	184.575.729	153.631.024
CDI/TMS	140.990.234	139.724.873	1.265.361
Moeda estrangeira/ ouro	82.844.655	86.144.833	(3.300.178)
TR/ TEF/ IRP	51.171.318	138.430.463	(87.259.145)
TJLP	31.380.584	31.253.405	127.179
Índice de preço	16.714.191	6.165.663	10.548.528
Sem indexador	39.328.826	114.341.595	(75.012.769)
Total	700.636.561	700.636.561	-

R\$ mil			
01.01.2009			
	Ativos	Passivos	Situação Líquida
Prefixados	234.518.629	112.192.583	122.326.046
CDI/TMS	108.305.832	128.211.737	(19.905.905)
Moeda estrangeira/ ouro	47.390.616	50.918.873	(3.528.257)
TR/ TEF/ IRP	46.456.217	92.102.058	(45.645.841)
TJLP	26.940.646	26.778.345	162.301
Índice de preço	9.870.648	4.441.956	5.428.692
Sem indexador	49.551.920	108.388.956	(58.837.036)
Total	523.034.508	523.034.508	-

A mitigação dos riscos é realizada através do estabelecimento de limites globais, específicos e operacionais e do monitoramento diário e mensal.

Análise de sensibilidade

Para elaboração da análise de sensibilidade das posições do Banco, áreas interna e externa, utilizou-se como método a aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado dos fatores de riscos mais relevantes, adotando-se como parâmetro o cenário mais provável, com base na percepção da alta administração da instituição, o qual projetava manutenção da taxa básica de juros para os próximos 3 meses, situação na qual não haveria impacto para as posições do Banco. Neste contexto, considerou-se a possibilidade de ocorrência de um cenário eventual, no qual a taxa básica de juros sofreria um aumento ou uma redução da ordem de 100 *basis points* (+/- 1 ponto percentual).

Para as operações classificadas na carteira de não negociação, a valorização ou a desvalorização, em decorrência de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não o resultado do Banco, tendo em vista que essa carteira é composta, majoritariamente, por operações contratadas com intenção de manutenção até os respectivos vencimentos – empréstimos a clientes, captações no varejo, títulos e valores mobiliários (categoria 3) - cujo registro contábil é realizado com base nas taxas contratadas.

Análise de sensibilidade para a carteira de negociação:

R\$ mil				
Fatores de Risco	Choque Taxa Básica de Juros			
	31.12.2010		31.12.2009	
	+100 bps	-100bps	+100 bps	-100bps
Taxa prefixada	(11.727)	11.716	(68.299)	70.058
Cupons de taxas de juros	(375)	230	-	-
Cupons de índices de preços	(913)	942	(563)	582
Cupons de moedas-estrangeiras	(2.493)	2.588	299	(471)
Total	(15.508)	15.476	(68.563)	70.169

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas**Análise de sensibilidade para a carteira de negociação e para a carteira de não negociação:**

Fatores de Risco	Choque Taxa Básica de Juros			
	31.12.2010		31.12.2009	
	+100 bps	-100bps	+100 bps	-100bps
Taxa prefixada	(1.765.848)	1.798.043	(1.516.899)	1.542.185
Cupons de índices de preços	(232.391)	246.563	(357.687)	379.640
Cupons de moedas-estrangeiras	221.574	(231.013)	93.675	(97.827)
Cupons de taxas de juros	1.463.493	(1.836.750)	993.171	(1.014.156)
Total	(313.172)	(23.157)	(787.740)	809.842

R\$ mil

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da instituição não ter a capacidade de honrar seus compromissos financeiros no vencimento, sem incorrer em perdas inaceitáveis. Para fins de gestão de riscos, a liquidez é avaliada em valores monetários segundo composição de ativos e passivos estabelecida por Comitês Estratégicos competentes.

Este risco assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa (*captações*). O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

Gestão do risco de liquidez

O Banco mantém níveis de liquidez adequados aos compromissos da Instituição assumidos no Brasil e no exterior, resultado da sua ampla e diversificada base de depositantes, da qualidade dos seus ativos, da capilaridade da sua rede de dependências externas e de acesso ao mercado internacional de capitais. O rigoroso controle do risco de liquidez está em consonância com a política de risco de mercado e de liquidez estabelecida para o conglomerado, atendendo às exigências da supervisão bancária nacional e dos demais países onde o Banco opera.

A gestão do risco de liquidez do Banco segrega a liquidez em reais da liquidez em moedas estrangeiras. Para tanto, utiliza os seguintes instrumentos: (i) mapas de descasamento de prazos; (ii) projeções de liquidez de curto, médio e longo prazos; (iii) teste de estresse; (iv) limites de risco de liquidez; (v) plano de contingência de liquidez; e (vi) teste de potencial das medidas de contingência de liquidez.

Os instrumentos de gestão do risco de liquidez são periodicamente monitorados e reportados aos comitês estratégicos da instituição.

Os mapas de descasamento de prazos demonstram a expectativa dos pagamentos e recebimentos contratados, distribuídos em intervalos de tempo previamente definidos, e apresentados sob a perspectiva conjunta ou detalhada por indexador das operações. A análise dos mapas de descasamentos de prazos visa apurar o fluxo de caixa contratual da instituição em uma determinada data.

As projeções de liquidez de curto, médio e longo prazos permitem a avaliação prospectiva do efeito do descasamento entre captações e aplicações, com o objetivo de identificar situações que possam comprometer a liquidez da Instituição, levando em consideração tanto o seu planejamento orçamentário quanto as condições de mercado.

Periodicamente, são realizados testes de estresse, quando as projeções de liquidez de curto prazo são avaliadas sob cenários alternativos e de estresse, para verificar a capacidade de recuperação da liquidez da instituição em condições adversas e propor medidas corretivas, caso necessário.

O Banco do Brasil adota as seguintes métricas como limites de risco de liquidez: (i) reserva de liquidez (RL); e (ii) demonstrativo de recursos livres (DRL).

Notas Explicativas

A RL é a métrica utilizada na gestão do risco de liquidez de curto prazo, constituindo-se no nível mínimo de ativos de alta liquidez a ser mantido pelo Banco, compatível com a exposição ao risco decorrente das características das suas operações e das condições de mercado. Esta metodologia, é utilizada diariamente como parâmetro para identificação de uma anormalidade e conseqüente acionamento do plano de contingência de liquidez.

O DRL é utilizado no planejamento e na execução do orçamento anual de acordo com as metas de captações e aplicações comerciais. Visa assegurar equilíbrio entre captação e aplicação de recursos da carteira comercial e garantir o financiamento da liquidez com recursos comerciais. É definido anualmente pelo CRG e seu monitoramento ocorre com periodicidade mensal

O plano de contingência de liquidez estabelece um conjunto de procedimentos e responsabilidades a serem adotados em situações de contingência de liquidez, podendo ser adotadas uma ou mais medidas de contingência no intuito de resguardar a capacidade de pagamento da instituição. Essas medidas são mensuradas mensalmente.

Como mecanismo adicional de controle, a capacidade de geração de liquidez das medidas de contingência de liquidez, previstas no plano de contingência de liquidez, é testada mensalmente através do teste de potencial de medidas de contingência, à luz dos efeitos de diferentes cenários sobre a liquidez da Instituição e sua capacidade de geração de recursos líquidos.

Análise do Risco de Liquidez

A avaliação dos limites de risco de liquidez adotados pode ser utilizada para demonstrar o nível de exposição ao risco enfrentado pela instituição no período em análise. Enquanto o limite da reserva de liquidez assegura o controle do risco decorrente do fluxo de pagamentos e recebimentos diários, o DRL monitora a visão de médio e longo prazo da condição financeira da empresa, garantindo a geração de recursos estáveis para o financiamento da liquidez operacional.

O controle desses limites, que atuam de forma complementar na gestão do risco de liquidez de curto, médio e longo prazo da instituição, permitiu situação favorável da liquidez no período, sem necessidade de acionamento de Plano de Contingência de Liquidez ou implementação de ações emergenciais no planejamento orçamentário que visem a adequação da liquidez estrutural.

Gerenciamento das captações

A composição das captações em uma ampla e diversificada base de clientes se constitui em um elemento importante da gestão do risco de liquidez do Banco do Brasil. A principal captação é representada por depósitos comerciais estáveis, formados pelos depósitos à vista, depósitos de poupança e os depósitos a prazo voluntários, que se caracterizam em produtos sem maturidade definida e com os seus vencimentos definidos segundo modelos internos adotados para a gestão de riscos de mercado e de liquidez.

Outros passivos comerciais são os depósitos judiciais, que também se caracterizam por elevada estabilidade e maturidade indefinida, as captações no mercado externo destinadas ao financiamento de exportações e importações, e outras captações comerciais representadas por outros recursos à vista, como cobrança, ordem de pagamento, pagamento e recebimento por conta de terceiros e etc.

As captações realizadas no âmbito da Tesouraria, excluindo-se as operações compromissadas lastreadas em títulos, apresentam pequena participação na composição dessas captações e são realizadas para a gestão de curto prazo da liquidez operacional e em implementações de estratégias de mercado de capitais em captações de médio e longo prazo.

Entre o final de 2009 e o terceiro trimestre de 2010, foi mantido o incremento nos componentes mais estáveis da composição das captações, mantendo o destaque na participação dos recursos mais estáveis decorrentes dos depósitos comerciais e dos depósitos judiciais.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas**Composição das captações:**

31.12.2010							R\$ mil
Passivo	Até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Part%
Depósitos comerciais	150.265.845	32.469.869	28.486.480	25.472.663	6.791.272	243.486.129	66,6
Captação de tesouraria	10.891.569	(700.316)	11.682.197	5.200.363	3.321.436	30.395.249	7,6
Depósitos judiciais	2.530.568	-	11.885.691	6.510.092	43.761.259	64.687.610	12,9
Captação no mercado externo	3.055.066	3.859.360	1.688.980	1.115.088	5.172.312	14.890.806	8,8
Outras captações comerciais	10.683.943	769	-	-	-	10.684.712	4,1
Total	177.426.991	35.629.682	53.743.348	38.298.206	59.046.279	364.144.506	100,0

31.12.2009							R\$ mil
Passivo	Até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Part%
Depósitos comerciais	99.935.279	31.318.280	23.437.497	19.224.649	43.247.160	217.162.865	66,6
Captação de tesouraria	4.224.713	3.022.101	3.017.010	2.202.792	2.158.566	14.625.182	7,6
Depósitos judiciais	13.735.008	-	1.994.997	1.388.033	40.358.377	57.476.415	12,9
Captação no mercado externo	1.898.783	4.652.986	2.207.880	5.318.388	-	14.078.037	8,8
Outras captações comerciais	10.381.160	459	-	-	-	10.381.619	4,1
Total	130.174.943	38.993.826	30.657.384	28.133.862	85.764.103	313.724.118	100,0

01.01.2009							R\$ mil
Passivo	Até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Part%
Depósitos comerciais	82.610.702	29.645.286	16.793.648	36.898.179	5.960.122	171.907.937	66,6
Captação de tesouraria	9.636.932	1.058.733	7.212.691	1.754.857	86.757	19.749.970	7,6
Depósitos judiciais	2.185.294	-	9.728.099	5.806.049	15.614.437	33.333.879	12,9
Captação no mercado externo	1.729.460	9.644.941	2.817.674	8.605.911	-	22.797.986	8,8
Outras captações comerciais	10.679.324	333	-	-	-	10.679.657	4,1
Total	106.841.712	40.349.293	36.552.112	53.064.996	21.661.316	258.469.429	100,0

e) Risco de Crédito

Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A definição de risco de crédito compreende, entre outros:

- o risco de crédito da contraparte, é a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos;

- o risco país, é a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por tomador ou contraparte localizada fora do país, em decorrência de ações realizadas pelo governo do país onde é localizado o tomador ou contraparte, e o risco de transferência, entendido como a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial dos valores recebidos;

- a possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante;

- a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de empréstimos a clientes.

Notas Explicativas

O gerenciamento do risco de crédito do Banco é realizado com base nas melhores práticas de mercado e segue as normas de supervisão e de regulação bancária. Objetiva identificar, mensurar, controlar e mitigar o risco das exposições; contribuir para a manutenção da solidez e da solvência e garantir o atendimento dos interesses dos acionistas.

Política de Crédito

A Política aprovada pelo Conselho de Administração aplica-se a todos os negócios que envolvam risco de crédito e está estruturada em quatro blocos: Aspectos Gerais, Assunção de Risco de Crédito, Cobrança e Recuperação de Crédito e Gerenciamento do Risco de Crédito. Cada bloco contém um conjunto abrangente de enunciados, os quais englobam todas as etapas do gerenciamento do risco de crédito no Banco do Brasil.

Relacionamos alguns tópicos abordados na Política de Crédito do Banco do Brasil: (i) conceito de risco de crédito; (ii) segregação de funções; (iii) decisões colegiadas; (iv) apetite de risco; (v) limites de risco; (vi) classificação de clientes; (vii) condições para assunção de risco; (viii) orientações para cobrança e recuperação de crédito; (ix) perda esperada, capital econômico e regulatório; (x) níveis de provisão e de capital; (xi) testes de estresse e análise de sensibilidade; e (xii) planejamento de capital.

Sistemas de Mensuração

O risco de crédito é mensurado por indicadores tais como atraso, qualidade da carteira, provisão para devedores duvidosos, concentração, perda esperada e exigência de capital regulatório e econômico, entre outros.

A quantidade e a natureza das operações, a diversidade e complexidades dos produtos e serviços e o volume exposto ao risco de crédito exigem que sua mensuração seja realizada de forma sistematizada. O Banco possui infra estrutura de bases de dados e de sistemas corporativos suficiente para efetuar a mensuração de forma abrangente.

Perda esperada

O Banco desenvolveu metodologias específicas e sistemas próprios para apuração dos componentes de risco que são utilizados para apuração da perda esperada e do capital econômico. A perda esperada é utilizada em processos como precificação de produtos e serviços, verificação do nível de provisionamento e cálculo do Retorno Ajustado ao Risco (Raroc). Além disso, a análise da evolução histórica da perda esperada fornece informações importantes sobre o comportamento do risco de crédito.

Política de Mitigação

Na realização de qualquer negócio sujeito ao de risco de crédito, o Banco adota uma postura conservadora e utiliza mecanismos que proporcionem a cobertura total ou parcial do risco incorrido. Em nível agregado, para manter as exposições dentro dos níveis estabelecidos pela Alta Administração, o Banco busca transferir ou compartilhar o risco de crédito.

A utilização de instrumentos mitigadores está declarada na política de crédito, presente nas decisões estratégicas e formalizada nas normas de crédito, atingindo todos os níveis da organização e abrangendo todas as etapas do processo creditório.

Concentração

As estratégias de gerenciamento do risco de crédito orientam as ações em nível operacional. As decisões estratégicas compreendem, entre outros aspectos a materialização do "apetite" de risco do Banco do Brasil e o estabelecimento de limites de risco e de concentração. A Nota 21 apresenta a exposição por classe de ativos, bem como a distribuição da carteira por prazo de vencimento.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas**Exposição ao risco de crédito por atraso**

	R\$ mil	
	31.12.2010	31.12.2009
Atrasos até 60	6.302.088	7.811.548
Entre 61 e 90	1.257.516	1.272.081
Entre 91 e 180	3.505.604	3.360.877
Acima de 180	5.269.166	6.571.583

As informações abrangem as agências do Banco no Brasil e no exterior(BB- Banco Múltiplo) e Banco Votorantim.

Instrumentos mitigadores

Nos empréstimos a clientes é dada preferência às garantias que ofereçam autoliquidez à operação.

O valor máximo considerado para efeito de comprometimento da garantia é o obtido pela aplicação de determinado percentual sobre o valor do referido bem ou direito. Considera-se com 100% de adiantamento as seguintes categorias:

- (i) direitos creditórios representados por RDB, CDB, poupança, fundos de investimento de renda fixa e *Pledge Agreement - cash collateral* (depósito em espécie), Ouro Escritural e Lingote e Carta de Crédito *Standby*;
- (ii) fundos de aval: Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger), Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe), Fundo de Garantia de Operações (FGO), Fundo Garantidor para Investimento (FGI), entre outros; e
- (iii) fiança ou aval prestado por estabelecimento bancário que possua limite de crédito no Banco, com margem suficiente para amparar a coobrigação, e seguro de crédito.

As garantias de direitos creditórios representadas por aplicações financeiras devem estar internalizadas no Banco e são bloqueadas pela instituição, permanecendo assim até a liquidação da operação. O Banco poderá, a seu critério, por ocasião do vencimento da aplicação financeira, lançar mão para quitação dos saldos referentes às parcelas vencidas, independentemente de aviso ou notificação ao cedente/financiado.

Além de cláusulas de cessão de crédito ou cessão dos direitos creditórios, para vinculação dos mitigadores, o instrumento de crédito contém cláusula de reforço da garantia, para assegurar o percentual de cobertura pactuado na contratação da operação, durante todo o prazo da operação.

Os fundos de avais, a exemplo do Funproger, FGO, FGI, dentre outros, tem como gestor o Banco do Brasil, e o Fampe é gerido pelo Sebrae, na condição de agente financeiro. Estes fundos são utilizados como garantias pelo Banco, mitigando os riscos das operações, e possuem características como:

- (i) limites máximos do percentual de cobertura para utilização do fundo como garantia de operações em função do tipo da operação: Investimento ou Capital de Giro;
- (ii) público alvo em função do faturamento ou do risco do cliente;
- (iii) existência ou não da apresentação de contragarantias;
- (iv) limites máximos sobre o montante dos recursos que constituem o Patrimônio Líquido do Fundo (Índice de Alavancagem); e
- (v) limites para perdas acumuladas, isto é, o Índice Máximo de Inadimplência Admitido (*stop loss*).

Os gestores dos fundos de avais realizam o acompanhamento quanto ao enquadramento das operações nas regras do fundo, previamente à concessão dessa garantia, bem como a gestão operacional das garantias concedidas e dos ativos do fundo, determinando, se necessária, a suspensão da utilização dos fundos em garantia de operações, antes que o montante dos recursos vinculados ultrapassem a alavancagem prevista para cada fundo.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas**Exposição por setor econômico**

	R\$ mil	
	Consolidado Econômico-Financeiro	
	31.12.2010	31.12.2009
Banco do Brasil	323.932.579	271.618.023
Pessoa jurídica	189.954.761	160.769.492
Petroleiro	21.932.967	18.066.373
Metalurgia e siderurgia	20.891.937	14.398.290
Agronegócio e origem vegetal	16.595.173	12.766.561
Serviços	15.890.285	14.722.346
Construção civil	12.419.442	8.135.391
Automotivo	11.782.046	9.318.129
Energia elétrica	11.487.848	8.604.716
Agronegócio e origem animal	9.672.942	9.555.071
Transporte	8.915.176	8.334.470
Comércio varejista	8.520.566	6.573.346
Têxteis e confecções	7.694.352	5.989.781
Insumos agrícolas	6.149.224	4.923.219
Eletr eletrônico	6.046.266	5.761.017
Papel e celulose	5.822.011	6.201.231
Telecomunicações	5.312.080	6.670.763
Químico	5.014.942	4.122.387
Madeireiro e moveleiro	4.037.416	2.897.061
Comércio atacadista e indústrias diversas	3.844.294	2.912.317
Bebidas	2.224.566	1.866.344
Couro e calçados	1.762.455	1.427.039
Demais atividades	3.938.773	7.523.640
Pessoa Física	133.977.818	110.848.531
Banco Votorantim	34.201.305	24.001.013
Pessoa Física	24.113.832	16.119.608
Pessoa Jurídica	10.087.473	7.881.405
Total Banco do Brasil e Banco Votorantim ⁽¹⁾	358.133.884	295.619.036

(1) Contempla empréstimos a clientes, arrendamento mercantil, compromissos de crédito após aplicação do fator de conversão e prestação de garantias.

Descrição da qualidade do crédito de empréstimos que não estão vencidos nem com evidências de perdas

Classificação	R\$ mil					
	Empréstimos a Clientes			Empréstimos a Bancos ⁽¹⁾		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
AA-C	323.346.552	259.756.523	171.542.710	13.905.495	5.494.816	3.288.603
D-H	5.938.200	6.491.474	4.930.133	-	42	10.300
Total	329.284.752	266.247.997	176.472.843	13.905.495	5.494.858	3.298.903

(1) Refere-se a aquisição de carteiras

Análise dos empréstimos a clientes analisados individualmente para determinação da provisão para perdas

Para empréstimos a clientes de valor significativo e com problemas de recuperabilidade, o Banco efetua análise individualizada para mensuração de perdas incorridas.

São considerados empréstimos com problemas de recuperabilidade as operações de clientes com dificuldade financeira, que são objeto de uma quebra de contrato como, por exemplo, inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal, bem como as operações em que ficar provável que o mutuário entrará em falência ou passará por alguma reorganização financeira.

Notas Explicativas

O problema de recuperabilidade é tratado como sendo inerente ao cliente e não exclusivamente em relação a algumas de suas operações. Assim, identificada alguma operação em tal situação, todas as demais operações do cliente são classificadas da mesma forma.

Para determinação da relevância da exposição e sua consequente mensuração individualizada de perdas, o Banco classifica o cliente e não apenas suas operações como relevantes e não-relevantes, com base em seu endividamento total. São considerados como relevantes os clientes com endividamento a partir do qual suas novas operações necessitam de despacho em alçada superior, pertencente ao nível decisório estratégico.

Segregados os clientes detentores de endividamento com problemas de recuperabilidade e de valor considerado relevante, seus empréstimos serão avaliados individualmente pela área responsável pela cobrança e recuperação de créditos do Banco do Brasil.

Na avaliação individual são ponderados aspectos inerentes ao cliente e específicos das operações, tais como:

- (i) situação das operações do cliente;
- (ii) compartilhamento de risco (risco Banco do Brasil x risco de terceiros);
- (iii) situação econômico-financeira do cliente;
- (iv) restrições de crédito inerentes ao cliente, tanto internas quanto externas (Política de Crédito do Conglomerado, histórico de atuação em crédito e registros em *bureaus* de crédito);
- (v) garantias das operações.

f) Risco Operacional

É definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Em atendimento a legislação brasileira, a Diretoria de Risco definiu que a estrutura de gerenciamento do risco operacional no Banco do Brasil é composta pela DIRIS, Diretoria de Controles Internos (DICOI) e Diretoria de Gestão da Segurança (DIGES), sendo o Conselho de Administração responsável pelas informações divulgadas. O Diretor de Gestão de Riscos, por meio de indicação do Conselho de Administração, é o responsável perante o Banco Central do Brasil (Bacen), pelo gerenciamento do risco operacional do Banco do Brasil. Para garantir efetividade ao gerenciamento do risco operacional no Banco, bem como assegurar a realização das funções pelas áreas responsáveis, definiu-se cinco fases de gestão.

Fases do processo de gerenciamento do risco operacional.

Fase de Gestão	Síntese das atividades
Identificação	Determinação das fragilidades nos processos do Banco e nos serviços relevantes executados por terceiros, bem como identificação dos eventos de perda associados aos mesmos.
Avaliação e mensuração	Proposição de Limites de Exposição e Indicadores-Chave de Risco (ICR), captura dos eventos de perda e cálculo do capital a ser alocado para risco operacional.
Mitigação	Desenvolvimento de mecanismos e planos de ação para mitigação dos riscos operacionais identificados e elaboração de planos de continuidade de negócios.
Controle	Acompanhamento das ações de mitigação; proposição, implementação e acompanhamento das ações de controle; apuração do nível de conformidade dos processos; realização de <i>backtesting</i> .
Monitoramento	Monitoramento dos eventos de perda operacional, do comportamento dos Indicadores-Chave de Risco (ICR), dos limites de exposição, bem como da existência de controles internos e de planos de continuidade de negócios.

Notas Explicativas**Política de Risco Operacional**

A Política de Risco Operacional aprovada e revisada anualmente pelo CA contém orientações às áreas do Banco, que visam garantir a efetividade do modelo de gestão do risco operacional.

Essa Política permeia as atividades relacionadas ao gerenciamento do risco operacional, com o objetivo de identificar, avaliar, mensurar, mitigar, controlar e monitorar os riscos operacionais inerentes aos produtos, serviços, processos e sistemas no âmbito do Banco do Brasil, suas Subsidiárias Integrais e Controladas do Conglomerado Financeiro.

Monitoramento

O acompanhamento das perdas operacionais, para produção dos devidos reportes e acionamento das áreas gestoras de processos, sistemas, produtos ou serviços em caso de necessidade de proposição de ações de mitigação, é feita através da apuração mensal dos valores das perdas de acordo com o Limite Global de Perdas Operacionais, o qual contempla as ocorrências das redes interna e externa.

Com o objetivo de tornar o monitoramento ainda mais eficiente, foram adotados limites específicos para as seguintes categorias de eventos de risco operacional: (i) Problemas Trabalhistas; (ii) Falhas nos Negócios (Planos Econômicos, Indenização Cobrança e Sucumbência, Exclusão de Cadastro Restritivo); (iii) Fraudes e Roubos Externos (Roubos Externos, Fraude Eletrônica Externa, Perdas com Cartões); e (iv) Falhas em Processos (Falhas/Fraudes em Serviço).

Mensalmente, o monitoramento é realizado pela área de riscos do Banco com reporte ao Subcomitê de Risco Operacional e Controles Internos (SRO) e ao Comitê de Risco Global (CRG).

Havendo extrapolação de algum Limite Específico, acima indicado, cabe ao gestor do produto, processo ou serviço ao qual esteja associado indicar as causas bem como ações de mitigação para reenquadramento do Limite extrapolado.

44 – Partes Relacionadas

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco do Brasil (Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal).

	R\$ mil	
	Exercício/2010	Exercício/2009
Benefícios de curto prazo	27.008	25.095
Honorários	17.235	17.476
Diretoria Executiva	15.426	15.885
Comitê de Auditoria	1.341	1.157
Conselho de Administração	255	237
Conselho Fiscal	213	197
Participações no lucro	7.662	6.854
Outros	2.111	765
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	2.125	10.940
Total	29.133	36.035

O Banco não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração, com exceção àqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ. Desde janeiro de 2007, em razão do superávit acumulado no Plano desses funcionários, o Banco não apresenta despesas com esse benefício, conforme apresentado na Nota 42.

O Banco não concede empréstimos a seus diretores, membros de seu Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal, porque essa prática é proibida a todas as instituições financeiras reguladas pelo Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas demonstrações contábeis. Em relação ao acionista controlador, estão incluídas as transações com o Tesouro Nacional e os órgãos da administração direta do governo federal que mantêm operações bancárias com o Banco.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta-corrente (não remunerados), depósitos remunerados, empréstimos e operações compromissadas. Há ainda contratos de prestação de serviços e de garantias prestadas. Tais transações são praticadas em condições normais de mercado, substancialmente nos termos e condições para operações comparáveis, incluindo taxas de juros e garantias. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco é patrocinador da Fundação Banco do Brasil (FBB), cujos objetivos são a promoção, apoio, incentivos e patrocínio de ações de âmbito educacional, cultural, social, filantrópico, recreativo/esportivo e de fomento às atividades de pesquisa científico-tecnológica e assistência às comunidades urbano-rurais. No exercício/2010, fez contribuições para a FBB no valor de R\$ 90.320 mil (R\$ 42.932 mil no exercício/2009).

No exercício/2010, o Banco adquiriu carteiras de operações de crédito do Banco Votorantim, cedidas com coobrigação, no montante R\$ 7.975.787 mil (R\$ 2.134.420 mil no exercício/2009).

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

	31.12.2010						R\$ mil
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas ⁽²⁾	Joint Venture ⁽³⁾	Coligadas ⁽⁴⁾	Pessoal Chave da Administração ⁽⁵⁾	Outras Partes Relacionadas ⁽⁶⁾⁽⁷⁾	Total
Ativos							
Empréstimos a instituições financeiras	-	14.960.687	75.078	-	-	-	15.035.765
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	5.632	92.574	27.988	-	-	126.194
Empréstimos a clientes	947.969	48.602	86.706	-	-	798.938	1.882.215
Outros ativos	-	432.042	318.106	-	-	135.926	886.074
Total	947.969	15.446.963	572.464	27.988	-	934.864	17.930.248
Passivos							
Depósitos de clientes	816.374	3.544.279	1.209.769	714.369	7.275	8.342.147	14.634.213
Obrigações por operações compromissadas	-	1.174.729	-	-	-	528.713	1.703.442
Obrigações de longo prazo	1.512.821	9.443.002	-	-	-	45.740.191	56.696.014
Outros passivos	-	31.075	113.117	-	-	121.355	265.547
Total	2.329.195	14.193.085	1.322.886	714.369	7.275	54.732.406	73.299.216
Demonstração de Resultado							
Rendas de juros e prestação de serviços	87.957	1.578.538	1.047.877	165.570	-	427.908	3.307.850
Despesas com captação	(170.672)	(385.147)	(19.892)	(21.951)	(838)	(2.400.736)	(2.999.236)
Total Líquido	(82.715)	1.193.391	1.027.985	143.619	(838)	(1.972.828)	308.614
Garantias e outras coobrigações ⁽⁷⁾	-	1.002.892	9.409.585	-	-	-	10.412.477

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

	31.12.2009						R\$ mil
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas ⁽²⁾	Joint Venture ⁽³⁾	Coligadas ⁽⁴⁾	Pessoal Chave da Administração ⁽⁵⁾	Outras Partes Relacionadas ⁽⁶⁾⁽⁷⁾	Total
Ativos							
Empréstimos a instituições financeiras	-	16.559.827	-	-	-	-	16.559.827
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	3.930	82.277	-	-	-	86.207
Empréstimos a clientes	1.218.927	234.136	88.446	-	-	262.227	1.803.736
Outros ativos	-	1.030.058	294.958	153.214	-	-	1.478.230
Total	1.218.927	17.827.951	465.681	153.214	-	262.227	19.928.000
Passivos							
Depósitos de clientes	711.810	5.113.117	289.455	311.071	6.939	5.753.819	12.186.211
Obrigações por operações compromissadas	-	1.023.492	-	-	-	1.174.283	2.197.775
Obrigações de longo prazo	2.100.693	7.328.589	-	-	-	26.793.832	36.223.114
Outros passivos	-	50.278	47.184	21.176	-	17.508	136.146
Total	2.812.503	13.515.476	336.639	332.247	6.939	33.739.442	50.743.246
Demonstração de Resultado							
Rendas de juros e prestação de serviços	111.541	1.330.800	690.133	141.676	-	173.841	2.447.991
Despesas com captação	(165.932)	(219.083)	(19.934)	(19.485)	(1.341)	(2.046.112)	(2.471.887)
Total Líquido	(54.391)	1.111.717	670.199	122.191	(1.341)	(1.872.271)	(23.896)
Garantias e outras coobrigações	-	478.160	-	-	-	-	478.160

(1) Controlador - compreende o Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal.

(2) Controladas - compreendem as empresas relacionadas na Nota 5 identificadas nos itens 1 e 3.

(3) Controle Conjunto - compreendem as empresas relacionadas na Nota 5 identificadas nos itens 2, e 4.

(4) Coligadas - compreendem as empresas relacionadas na Nota 24.a.

(5) Pessoal chave da Administração - Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

(6) Compreendem as empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, entidades vinculadas aos funcionários (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ, Fundação Codesc de Seguridade Social - Fusesc, Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil - Cassi) e a Fundação Banco do Brasil - FBB.

(7) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim, equivalente ao valor do patrimônio líquido daquela instituição deduzido dos valores utilizados nas operações com o Banco.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas**45 – Ativos e Passivos Correntes e Não Correntes por Prazo**

R\$ mil			
31 .12.2010			
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e depósitos bancários	9.816.675	-	9.816.675
Depósitos compulsórios em bancos centrais	87.055.947	-	87.055.947
Empréstimos a instituições financeiras	25.286.707	8.690.726	33.977.433
Aplicações em operações compromissadas	84.998.403	61.781	85.060.184
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	48.431.307	3.790.851	52.222.158
Ativos financeiros disponíveis para venda	20.410.695	54.599.930	75.010.625
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	3.733.507	12.873.800	16.607.307
Empréstimos a clientes	152.910.124	185.478.174	338.388.298
Ativos não correntes disponíveis para venda	32.911	64.381	97.292
Investimentos em coligadas	-	1.184.775	1.184.775
Ativo imobilizado	-	5.553.136	5.553.136
Ágio sobre investimentos	-	2.398.484	2.398.484
Outros ativos intangíveis	-	11.443.794	11.443.794
Ativos por impostos correntes	9.918.925	73.181	9.992.106
Ativos por impostos diferidos	-	19.568.233	19.568.233
Outros ativos	34.855.446	19.587.901	54.443.347
Total	477.450.647	325.369.147	802.819.794
Passivo			
Depósitos de clientes	273.807.551	85.493.848	359.301.399
Depósitos de instituições financeiras	14.421.873	5.374.902	19.796.775
Passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado	4.430.954	771.349	5.202.303
Obrigações por operações compromissadas	134.325.926	7.873.102	142.199.028
Obrigações de curto prazo	6.755.893	4.071.876	10.827.769
Obrigações de longo prazo	29.574.802	65.122.041	94.696.843
Provisões	5.881.189	1.023.061	6.904.250
Passivos por contratos de seguro	3.033.899	27.210.237	30.244.136
Passivos por impostos correntes	5.934.777	33.190	5.967.967
Passivos por impostos diferidos	-	5.325.762	5.325.762
Outros passivos	52.129.131	15.805.495	67.934.626
Total	530.295.995	218.104.863	748.400.858

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

R\$ mil			
31 .12.2009			
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e depósitos bancários	8.098.625	-	8.098.625
Depósitos compulsórios em bancos centrais	24.281.842	-	24.281.842
Empréstimos a instituições financeiras	20.585.076	8.270.815	28.855.891
Aplicações em operações compromissadas	144.111.673	62.187	144.173.860
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	21.436.484	18.038.450	39.474.934
Ativos financeiros disponíveis para venda	10.453.407	52.078.315	62.531.722
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	9.053.394	13.237.946	22.291.340
Empréstimos a clientes	149.622.568	136.378.891	286.001.459
Ativos não correntes disponíveis para venda	17.107	43.246	60.353
Investimentos em coligadas	-	1.016.692	1.016.692
Ativo imobilizado	-	4.889.136	4.889.136
Ágio sobre investimentos	-	1.148.803	1.148.803
Outros ativos intangíveis	-	11.406.356	11.406.356
Ativos por impostos correntes	7.112.345	7.920	7.120.265
Ativos por impostos diferidos	-	19.294.023	19.294.023
Outros ativos	20.744.575	21.182.111	41.926.686
Total	415.517.096	287.054.891	702.571.987
Passivo			
Depósitos de clientes	248.551.562	78.550.118	327.101.680
Depósitos de instituições financeiras	7.313.498	5.390.611	12.704.109
Passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado	1.915.566	2.787.039	4.702.605
Obrigações por operações compromissadas	153.699.462	7.121.725	160.821.187
Obrigações de curto prazo	5.281.102	919.313	6.200.415
Obrigações de longo prazo	15.525.000	51.144.555	66.669.555
Provisões	6.399.988	598.681	6.998.669
Passivos por contratos de seguro	2.283.250	13.209.167	15.492.417
Passivos por impostos correntes	4.384.130	303.584	4.687.714
Passivos por impostos diferidos	-	4.876.010	4.876.010
Outros passivos	44.629.262	7.167.027	51.796.289
Total	489.982.820	172.067.830	662.050.650

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

R\$ mil			
01.01.2009			
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e depósitos bancários	5.741.921	-	5.741.921
Depósitos compulsórios em bancos centrais	20.832.991	58.562	20.891.553
Empréstimos a instituições financeiras	15.039.050	13.253.526	28.292.576
Aplicações em operações compromissadas	95.158.771	839	95.159.610
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	20.294.770	8.235.356	28.530.126
Ativos financeiros disponíveis para venda	13.376.956	25.209.632	38.586.588
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	4.569.563	15.107.912	19.677.475
Empréstimos a clientes	115.622.839	93.088.364	208.711.203
Ativos não correntes disponíveis para venda	19.803	24.794	44.597
Investimentos em coligadas	-	136.529	136.529
Ativo imobilizado	-	4.041.810	4.041.810
Ágio sobre investimentos	-	557.221	557.221
Outros ativos intangíveis	-	5.143.545	5.143.545
Ativos por impostos correntes	3.597.407	24.904	3.622.311
Ativos por impostos diferidos	-	16.092.396	16.092.396
Outros ativos	15.768.283	11.660.162	27.428.445
Total	310.022.354	192.635.552	502.657.906
Passivo			
Depósitos de clientes	198.302.838	59.325.929	257.628.767
Depósitos de instituições financeiras	3.089.369	10.971.174	14.060.543
Passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado	3.114.494	1.112.200	4.226.694
Obrigações por operações compromissadas	86.501.234	4.625.009	91.126.243
Obrigações de curto prazo	5.667.498	936.088	6.603.586
Obrigações de longo prazo	16.503.622	26.769.617	43.273.239
Provisões	4.489.546	777.360	5.266.906
Passivos por contratos de seguro	2.065.840	9.356.276	11.422.116
Passivos por impostos correntes	2.183.885	6.123	2.190.008
Passivos por impostos diferidos	-	2.533.249	2.533.249
Outros passivos	30.521.198	2.784.251	33.305.449
Total	352.439.524	119.197.276	471.636.800

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas**46 – Conciliação do Patrimônio Líquido e do Resultado**

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Banco do Brasil são preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais diferem, em determinados aspectos, das práticas contábeis descritas pelas IFRSs.

Principais ajustes promovidos ao patrimônio líquido e ao resultado do Banco resultantes da aplicação das IFRSs:

		R\$ mil		
	Referência	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Patrimônio líquido atribuível ao Controlador em BR GAAP		50.440.636	36.119.241	29.937.146
Ajustes de IFRS		3.876.526	4.313.161	1.007.546
Diferimento de tarifas e comissões para ajuste ao método da taxa efetiva de juros	(a)	(491.992)	(417.624)	(540.220)
Combinações de negócios – Amortização de ágio sobre investimentos	(b)	364.162	147.822	1.672
Combinações de negócios – Alocação do preço de compra	(b)	280.881	857.722	-
Provisão para perdas em empréstimos	(c)	6.335.945	6.590.707	2.132.524
Cessão de créditos com coobrigação	(d)	(594.895)	(269.758)	-
Outros ajustes		370.318	190.340	58.048
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre ajustes de IFRS	(e)	(2.387.893)	(2.786.048)	(644.478)
Patrimônio Líquido atribuível ao Controlador em IFRS		54.317.162	40.432.402	30.944.692
Participações de acionistas não controladores		101.774	88.935	76.414
Patrimônio Líquido apurado em conformidade com as IFRSs		54.418.936	40.521.337	31.021.106

		R\$ mil	
	Referência	Exercício/2010	Exercício/2009
Resultado atribuível ao Controlador em BR GAAP		11.703.186	10.147.522
Ajustes de IFRS		(407.177)	3.295.418
Diferimento de tarifas e comissões para ajuste ao método da taxa efetiva de juros	(a)	(74.368)	122.595
Combinações de negócios – Amortização de ágio sobre investimentos	(b)	216.340	146.149
Combinações de negócios – Alocação do preço de compra	(b)	(576.841)	857.722
Provisão para perdas em empréstimos	(c)	(254.762)	4.458.183
Cessão de créditos com coobrigação	(d)	(325.137)	(269.758)
Outros ajustes		209.436	122.097
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre ajustes de IFRS	(e)	398.155	(2.141.570)
Resultado atribuível ao Controlador em IFRS		11.296.009	13.442.940
Participações de acionistas não controladores		34.336	36.450
Resultado apurado em conformidade com as IFRSs		11.330.345	13.479.390

a) Diferimento de tarifas e comissões para ajuste ao método da taxa efetiva de juros

Segundo as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil, as tarifas e comissões cobradas pela originação de empréstimos a clientes são reconhecidos como receita no ato do recebimento.

De acordo com as IFRSs, em consonância com a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, as tarifas e comissões que integram o cálculo da taxa efetiva de juros, diretamente atribuíveis aos instrumentos financeiros classificados ao custo amortizado, devem ser amortizados ao longo da vida esperada dos contratos.

Notas Explicativas

Os ajustes apresentados em nossas demonstrações consolidadas refletem o diferimento linear dessas receitas em função do prazo médio calculado para cada instrumento sujeito ao método da taxa efetiva de juros.

b) Combinações de negócios

Segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, o montante do ágio ou deságio resultante da aquisição de controle de uma companhia decorre da diferença entre o valor da contraprestação e o valor de mercado dos ativos líquidos adquiridos, o qual é amortizado em até dez anos, caso ele seja baseado em expectativa de rentabilidade futura.

Em conformidade com a IFRS 3, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor da contraprestação e o montante líquido proporcional adquirido do valor justo dos ativos e passivos da adquirida. O montante registrado como ágio não sofre amortização, todavia é avaliado no mínimo anualmente para fins de determinar se ele está em imparidade.

Os ajustes classificados como “Combinações de Negócios” referem-se à reversão da amortização de ágio efetuada segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, a amortização da parcela de valor justo dos ativos e passivos adquiridos/assumidos, a amortização dos ativos intangíveis de vida útil definida identificados na aquisição da participação societária e o deságio apurado na aquisição de participação societária, efetuados em conformidade com a IFRS 3.

c) Provisão para perdas em empréstimos

Segundo as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil, os empréstimos devem ser classificados em ordem crescente de níveis de risco, que variam do risco AA ao risco H, com base em critérios consistentes e verificáveis, conforme avaliação preparada pela própria instituição.

A provisão para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa deve ser constituída mensalmente, não podendo ser inferior ao somatório decorrente da aplicação de percentuais mínimos, os quais variam de 0% (zero por cento) para as operações de nível AA a 100% (cem por cento) para as operações classificadas no nível H. Apesar de o modelo utilizado determinar um percentual mínimo de provisão para cada nível de risco, uma entidade pode, ao seu próprio critério, determinar um adicional de provisão.

Esta prática de provisionamento de perdas em empréstimos é baseada em um modelo de perda esperada, com a utilização de limites regulatórios definidos pelo Banco Central do Brasil.

Segundo as IFRSs, a partir das disposições da IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, o Banco classifica seus empréstimos em operações com problemas de recuperabilidade (imparidade) e sem problemas de recuperabilidade (não-imparidade). O conjunto de operações em imparidade é segregado em função de sua relevância, gerando segmentos de operações sujeitas a tratamento individualizado (análise individual de imparidade) e/ou tratamento coletivo (análise coletiva de imparidade).

A avaliação individual envolve a valoração de cada operação, onde são ponderados aspectos inerentes ao cliente tomador e específicos das operações, tais como: situação das operações, compartilhamento de risco de crédito, situação econômico-financeira do cliente, restrições de crédito e garantias atreladas. A apuração da provisão de forma coletiva é realizada mediante a aplicação de índices de perdas históricas em operações de natureza semelhante, considerando produtos similares e aspectos relacionados ao cliente tomador e da operação (nível de risco, situação original e prazo de exigibilidade).

Esta prática de provisionamento de perdas em empréstimos a clientes é baseada em um modelo de perda incorrida, a partir da ocorrência de eventos de perda.

d) Cessão de créditos com coobrigação

Em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil, as operações de crédito cedidas a terceiros com acordo firmado de coobrigação são baixadas do balanço patrimonial e a diferença entre a contraprestação recebida e o valor contábil do ativo financeiro é registrada como receita ou despesa na demonstração do resultado no momento da cessão.

Notas Explicativas

Sob as IFRSs, em conformidade com a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, caso a entidade retenha substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo cedido, ela continuará a reconhecer o ativo transferido em sua totalidade e reconhecerá um passivo financeiro pela contrapartida recebida.

Os ajustes relativos a “Cessão de créditos com coobrigação” refletem os valores das operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim S.A.

e) Imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes de IFRS

Esse ajuste decorre da aplicação das alíquotas de imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes de conversão das demonstrações contábeis elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as demonstrações contábeis em conformidade com as IFRSs.

47 – Eventos subsequentes**Parceria com o Banco Bradesco S.A. e com a Caixa Econômica Federal (CEF) no setor de cartões**

Em 15.03.2011, o Banco do Brasil S.A. e o Banco Bradesco S.A. firmaram memorando de entendimentos, com caráter vinculante, para constituição de uma companhia de participações (Elo Participações), lançamento de uma bandeira brasileira de cartões de crédito, débito e pré-pagos (Elo) e integração da Companhia de Soluções e Serviços (CBSS), direta ou indiretamente, na Elo Participações.

A Elo Participações consolidará negócios conjuntos relacionados a meios eletrônicos de pagamento e terá a participação de 50,01% do Banco Bradesco e de 49,99% do Banco do Brasil. A bandeira Elo será administrada por uma companhia específica (“Elo Serviços”), controlada pela Elo Participações.

Nesse memorando, é informado ainda que os bancos estão concluindo as tratativas com a Caixa Econômica Federal para integrá-la ao lançamento da bandeira Elo.

A efetivação da operação está sujeita à negociação satisfatória dos documentos definitivos e ao cumprimento das formalidades legais e regulatórias aplicáveis.

Aquisição do EuroBank nos Estados Unidos da América

Em 25.04.2011, o Banco do Brasil S.A. assinou contrato de compra e venda de ações para aquisição de 100% do capital social do Eurobank, pelo valor de US\$ 6,0 milhões.

O EuroBank, sociedade de capital fechado com sede na Flórida (EUA), possui uma rede de 03 agências localizadas nas regiões de Coral Gables, Pompano Beach e Boca Raton onde atende clientes americanos, portugueses, hispânicos e um pequeno público de brasileiros.

A aquisição do EuroBank contribuirá para a expansão dos negócios do Banco nos EUA e lhe permitirá atuar no mercado de varejo norte-americano, com foco no atendimento das comunidades brasileira e hispânica residentes naquele País.

A efetivação da operação está condicionada às aprovações dos acionistas do Banco do Brasil, nos termos do artigo 256, da Lei das Sociedades por Ações, e dos órgãos reguladores no Brasil e nos Estados Unidos.

Notas Explicativas

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis do Banco do Brasil S.A

1 – O Banco e suas Operações

O Banco do Brasil S.A. é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, regida, sobretudo, pela legislação das sociedades por ações. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Como instrumento de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco exercer as funções atribuídas em Lei, especificamente as previstas no artigo 19 da Lei n.º 4.595/1964.

2 – Reestruturações Societárias

a) Incorporações

Besc S.A. Arrendamento Mercantil e Besc Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Em 13.04.2010, conforme aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da mesma data, foram incorporadas pelo Banco do Brasil S.A. as controladas Besc S.A. Arrendamento Mercantil (Bescleasing) e Besc Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (Bescredi). As justificativas das incorporações baseiam-se principalmente na redução de custos através da captura de sinergias operacionais e na consolidação de vantagens competitivas a serem alcançadas em razão da magnitude da rede de agências do Banco do Brasil.

Foram efetuadas as devidas avaliações do Banco do Brasil pela cotação de suas ações no mercado de valores mobiliários e pelo valor contábil e da Bescleasing e Bescredi pelo valor contábil. Baseado nessas avaliações, o capital social do Banco foi aumentado em R\$ 274 mil, devido à emissão de 9.039 ações ON sem valor nominal, decorrentes da versão de 1% do patrimônio da Bescleasing e de 0,41639% do patrimônio da Bescredi, conforme aprovação do Bacen em 28.05.2010.

Foram destinadas 6.452 ações à Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – Bescval, controlada pelo Banco do Brasil e acionista minoritário da Bescleasing, ocasionando uma participação recíproca, com previsão para ser eliminada no prazo máximo de 1 ano.

O Banco do Brasil passou à condição de sucessor da Bescleasing e da Bescredi, no que tange a todos os seus bens, direitos e obrigações. Como decorrência natural, as duas empresas incorporadas tiveram suas personalidades jurídicas extintas.

Banco Popular do Brasil S.A.

Em 31.05.2010, conforme aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da mesma data, o Banco do Brasil incorporou a controlada nos termos do Protocolo de Justificação de Incorporação, mediante a versão do patrimônio líquido da controlada para o controlador. A incorporação foi considerada como a operação mais adequada e eficiente para integrar as atividades e simplificar a estrutura operacional, com consequente redução de custos operacionais, além de permitir a ampliação da oferta de produtos e serviços colocados à disposição dos clientes e do público relacionado ao Banco Popular do Brasil.

O patrimônio do Banco Popular do Brasil foi avaliado pelo valor contábil na data-base de 31.12.2009, sendo acrescentadas as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação, conforme autorização da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Como decorrência natural, o Banco Popular do Brasil teve sua personalidade jurídica extinta e o Banco do Brasil passou à condição de sucessor, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações.

Notas Explicativas

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis do Banco do Brasil S.A

Situação patrimonial e resultado no período:

	R\$ mil		
	Banco Popular	Bescleaving	Bescredi
Saldos incorporados:			
- Ativos	194.820	20.500	21.107
- Passivos	171.265	780	1.860
- Patrimônio Líquido	23.555	19.720	19.247
Lucro Líquido até a data de incorporação	1.768	142	373

Banco Nossa Caixa S.A.

Em 01.04.2010, o Banco Central do Brasil aprovou a incorporação do Banco Nossa Caixa, ocorrida em 30.11.2009 e cancelou sua autorização de funcionamento.

Em consonância com o Protocolo de Justificação e Incorporação, publicado em 29.10.2009, as ações residuais do Banco Nossa Caixa foram convertidas em ações do Banco do Brasil em 09.04.2010.

b) AquisiçõesBanco Patagonia S.A.

Em 21.04.2010, o Banco do Brasil S.A. e os controladores do Banco Patagonia S.A. celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações para aquisição, pelo Banco do Brasil, do controle acionário do Banco Patagonia, sendo autorizado pelo Banco Central do Brasil (Bacen) em 21.10.2010 e pelo Banco Central da República da Argentina (BCRA) em 07.02.2011. O preço estipulado para a aquisição das 366.825.016 ações (51% do capital social e do capital votante) é de US\$ 479.660 mil, resultando no valor de US\$ 1,3076 por ação.

Em 28.10.2010, o Bacen também autorizou o Banco do Brasil a aumentar sua posição acionária de 51% para até 75% do capital total e votante do Banco Patagonia, em decorrência da Oferta Pública de Aquisição Obrigatória de Ações (OPA) prevista no referido Contrato de Compra e Venda de Ações. A operação também foi autorizada pelo BCRA.

As operações estão sob avaliação dos demais órgãos reguladores da Argentina.

Cielo e Visa Vale - Aumento de Participação

Em 13.07.2010, foi concretizada a negociação na qual o BB Banco de Investimento S.A. (BB BI), adquiriu do Grupo Santander Espanha parte das ações detidas na Companhia Brasileira de Soluções e Serviços – CBSS (Visa Vale) e na Cielo S.A. A participação do BB BI na Cielo passou de 23,61% para 28,75% e na Visa Vale de 40,35% para 45%.

Resumo dos valores envolvidos na transação:

	R\$ mil
Cielo	
Preço pela aquisição das ações, em 13.07.2010	1.058.988
Valor do Patrimônio Líquido correspondente ao percentual adquirido (5,04%)	56.864
Valor do ágio pela aquisição	1.002.124
Visa Vale	
Preço pela aquisição das ações, em 13.07.2010	61.916
Valor do Patrimônio Líquido correspondente ao percentual adquirido (4,655%)	8.005
Valor do ágio pela aquisição	53.911

Notas Explicativas

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis do Banco do Brasil S.A

Em 24.01.2011, o BB BI firmou contrato de compra e venda de ações com a Visa Internacional Service Association (Visa International), no montante de R\$ 85,5 milhões, para aquisição de parte das ações detidas pela Visa International na Visa Vale, correspondente a 4,99% do capital social da companhia.

Após concluída a transação, a participação do BB BI aumentará de 45,00% para 49,99%.

c) Reorganizações Societárias na Área de Seguros, Previdência Complementar Aberta, Capitalização e Resseguros

IRB - Instituto de Resseguros do Brasil - Tratativas para Aquisição de Participação Acionária

Em 15.10.2009, o Banco comunicou o início das tratativas, sem efeito vinculante, visando à aquisição de participação acionária no IRB - Brasil Re S.A. A referida aquisição de controle acionário encontra-se em avaliação pela Administração do Banco.

Brasilcap Capitalizações S.A.

Em 06.01.2010, o Banco comunicou que a controlada BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros) e o Grupo Icatu (Icatu) firmaram Memorando de Entendimentos, com o objetivo de constituir aliança estratégica para o desenvolvimento e comercialização no mercado brasileiro dos negócios de capitalização.

Em 24.01.2011, a BB Seguros firmou Contrato de Compra e Venda de Ações para aquisição da totalidade da participação acionária (16,67% ON) detida pela Sul América Capitalização S.A. (Sulacap) na Brasilcap Capitalização S.A. (Brasilcap), pelo montante de R\$ 137 milhões. A efetivação do negócio está sujeita a aprovação dos respectivos órgãos reguladores. Após concluída a transação, a participação da BB Seguros aumentará de 49,99% para 66,66%.

Brasilprev Seguros e Previdência S.A.

Em 30.04.2010, o Banco comunicou que a BB Seguros e a PFG do Brasil Ltda., integrante do grupo da Principal Financial Group (Principal), renovaram sua parceria estratégica para atuação no desenvolvimento e comercialização de produtos de previdência privada aberta no Brasil.

A Principal adquiriu a participação acionária de 4% do capital social total da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. (Brasilprev) detida pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

A BB Seguros passou a deter a participação de 74,995% do capital social total da Brasilprev, conforme demonstrado a seguir:

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	%	N.º de Ações	%	N.º de Ações	%	N.º de Ações
Principal	50,01	572.634	--	--	25,005	572.634
BB Seguros	49,99	572.406	100,00	1.145.040	74,995	1.717.446
Total	<u>100,00</u>	<u>1.145.040</u>	<u>100,00</u>	<u>1.145.040</u>	<u>100,00</u>	<u>2.290.080</u>

Parceria Mapfre

Em 05.05.2010, o Banco do Brasil comunicou que a BB Seguros e o Grupo Mapfre celebraram Acordo de Parceria para a formação de aliança estratégica nos segmentos de seguros de pessoas, ramos elementares e veículos pelo prazo de 20 anos.

O Acordo prevê a criação de duas *holdings*, com personalidades jurídicas de direito privado, com participação majoritária do Grupo Mapfre no capital votante e governança compartilhada. Pela participação acionária pretendida nas duas *holdings* a serem constituídas, a BB Seguros desembolsará o montante de R\$ 295 milhões.

Notas Explicativas

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis do Banco do Brasil S.A

Brasilveículos Companhia de Seguros

Em 29.10.2010, após a aprovação pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), a BB Aliança REV Participações S.A. (BB Aliança REV), subsidiária integral da BB Seguros, adquiriu, pelo montante de R\$ 359.361 mil, a totalidade da participação detida pela Sul América Companhia Nacional de Seguros (Sul América) na Brasilveículos Companhia de Seguros (Brasilveículos), nos termos do contrato de compra e venda firmado em 05.05.2010 e respectivo aditivo, conforme a seguir:

	R\$ mil
Preço pela aquisição das ações, em 29.10.2010	359.361
Valor do Patrimônio Líquido correspondente ao percentual adquirido (30%)	111.803
Valor do ágio pela aquisição	247.558

Em 17.11.2010, a BB Seguros aumentou o capital social da BB Aliança REV no montante de R\$ 260.186 mil. A forma de integralização ocorreu através da conferência à BB Aliança REV de 26.018.646 ações ordinárias e nominativas que representam 70% do capital social da Brasilveículos, conforme Laudo de Avaliação anexo à Ata de Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o aumento de capital.

Assim, a BB Aliança REV passou a deter a participação de 100% do capital social total da Brasilveículos, conforme demonstrado a seguir:

	Posição Inicial		Posição Final	
	Ações ON	Ações PN	Ações ON	Ações PN
BB Seguros	40%	100%	--	--
BB Aliança REV	--	--	100%	100%
Sul América	60%	--	--	--

Brasilsaúde Companhia de Seguros

Em 20.05.2010, a BB Seguros e a Sul América Seguro Saúde S.A. (SAS Saúde) assinaram Contrato de Compra e Venda para a aquisição pela SAS Saúde da totalidade das ações detidas pela BB Seguros (49,92% do capital social total) na Brasilsaúde Companhia de Seguros.

Em 08.07.2010, após aprovação pela Agência Nacional de Saúde (ANS), a operação foi concluída pelo montante de R\$ 29.158 mil.

Saldos patrimoniais e resultados:

	R\$ mil
Ativo	137.807
Passivo	93.270
Patrimônio Líquido	44.537
Resultado até a Data da Alienação	(2.247)
Patrimônio Líquido Ajustado da Brasilsaúde	44.537
Valor do Investimento no Banco do Brasil (49,92%)	22.121
Valor Recebido na Venda	29.158
Lucro Bruto na Alienação	7.037

Notas Explicativas

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis do Banco do Brasil S.A

d) Parcerias

Parceria com o Banco Bradesco S.A. e com a Caixa Econômica Federal (CEF) no setor de cartões

Em 27.04.2010, o Banco do Brasil S.A. e o Banco Bradesco S.A. firmaram memorando de entendimentos, sem efeito vinculante, para elaboração de modelo de negócios com o intuito de integrar parte de suas operações de cartões e, ao mesmo tempo, lançar a bandeira brasileira Elo de cartões de crédito, débito e pré-pagos para correntistas e não correntistas. Se concluída a operação, as empresas citadas pretendem criar uma *holding* que integrará e gerenciará os negócios.

Em 09.08.2010, o Banco do Brasil S.A., o Banco Bradesco S.A. e a CEF, firmaram memorando de entendimentos, sem efeito vinculante, para elaboração de modelo de negócios visando (i) integrar a CEF para o lançamento, em conjunto, da bandeira brasileira Elo de cartões de crédito, débito e pré-pagos para clientes correntistas e não correntistas dos respectivos bancos e (ii) avaliar a possibilidade de desenvolver, em conjunto, novos negócios para cartões pré-pagos por meio de criação de empresa de meios de pagamento ou incorporação de empresas já existentes e alinhadas a esse tipo de negócio.

Os Bancos informaram ainda a intenção de estudar a possibilidade de ampliar a participação da CEF na Cielo S.A. e dar prosseguimento às negociações sobre eventual participação dessa Instituição Financeira em projeto de compartilhamento de terminais externos de autoatendimento.

A efetivação da operação está sujeita à realização de estudos técnicos, jurídicos, financeiros, à negociação satisfatória dos documentos definitivos e ao cumprimento das formalidades legais e regulatórias aplicáveis.

Parceria Estratégica com o Banco Bradesco S.A. e Banco Espírito Santo (BES)

Em 09.08.2010, o Banco do Brasil S.A. assinou com o Banco Bradesco S.A. e com o BES, memorando de entendimentos, sem efeito vinculante, com o propósito de iniciar tratativas para estabelecer parceria estratégica (*holding* financeira) visando atuação no Continente Africano.

Se concretizada, a parceria consolidaria na África as atuais operações do BES. A *holding* também coordenaria futuros investimentos envolvendo a aquisição de participações em outros bancos, bem como o estabelecimento de operações próprias no Continente Africano. As três instituições financeiras consideram a eventual parceria um meio importante para apoiar o movimento de internacionalização das empresas brasileiras e portuguesas e para assistir ao crescente intercâmbio comercial com o referido continente.

A efetivação da operação está sujeita à realização de estudos técnicos, jurídicos, financeiros, à negociação satisfatória dos documentos definitivos e ao cumprimento das formalidades legais e regulatórias aplicáveis em cada País.

3 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Banco do Brasil S.A. foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros, ativos e passivos relacionados a benefícios pós emprego a empregados e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade, aprovadas pela CVM. O Bacen recepcionou os seguintes pronunciamentos, aplicados integralmente pelo Banco: CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável

Notas Explicativas

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis do Banco do Brasil S.A

de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

O Banco aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o artigo 22, § 2º, da Lei nº 6.385/1976: CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, CPC 19 – Investimento em Empreendimento Conjunto, CPC 24 – Eventos Subsequentes, CPC 33 – Benefícios a Empregados e CPC 41 – Resultado por Ação.

Os pronunciamentos CPC 07 – Subvenções e Assistências Governamentais, CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, CPC 11 – Operações de Seguro, CPC 17 – Contratos de Construção, CPC 22 – Informações por Segmento, CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola e CPC 35 – Demonstrações Separadas, não conflitantes com as normas do Bacen, poderão ser aplicados pelo Banco na medida em que ocorrerem eventos ou transações abrangidos por esses CPCs.

A aplicação dos demais normativos que dependem de regulamentação do Bacen reflete, basicamente, em ajustes imateriais ou em alterações na forma de divulgação, exceto os seguintes pronunciamentos que podem gerar impactos relevantes nas demonstrações contábeis:

CPC 04 – Ativos Intangíveis e CPC 15 – Combinação de Negócios – a) reclassificação dos intangíveis identificados nas aquisições do Banco Nossa Caixa e do Banco Votorantim, ocorridas em março de 2009 e setembro de 2009, respectivamente, da conta de Investimentos para a conta de Intangível, no grupamento do Ativo Não Circulante – Permanente; b) desreconhecimento de despesas de amortização de ágios por expectativa de rentabilidade futura oriundos das aquisições; e, c) reconhecimento de despesa de amortização de intangíveis com vida útil definida, identificados nas aquisições.

CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – ajuste na provisão para crédito de liquidação duvidosa, em virtude da adoção do critério de perda incorrida.

O Banco, conforme determinado pela Resolução CMN n.º 3.786/2009 e pelas Circulares Bacen n.º 3.472/2009 e n.º 3.516/2010, divulgará, até o dia 29.04.2011, demonstrações contábeis consolidadas, em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), relativas ao exercício social findo em 31.12.2010.

A CVM, através do Ofício-circular/CVM/SEP/n.º 03/2011, orientou as instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen para envio do Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) e das demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2010, nos quais destacamos:

- a) as instituições que decidam se utilizar da prorrogação de prazo prevista na Circular Bacen n.º 3.156/2010 deverão enviar, na mesma data de envio das demonstrações contábeis que serão submetidas à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas, o Formulário DFP/2010 com o preenchimento somente das informações relativas às demonstrações individuais.
- b) posteriormente, quando da divulgação das demonstrações contábeis consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional (IFRS), o formulário DFP/2010 deverá ser reapresentado, contemplando as informações completas (individuais e consolidadas).

Dessa forma, o Banco enviará à CVM as informações completas do Formulário DFP/2010 até o dia 29.04.2011, apresentando, inclusive, informações consolidadas por segmento, de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS 08).

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho Diretor em 15.02.2011.

Notas Explicativas

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis do Banco do Brasil S.A

4 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados estão registradas pelo valor atualizado pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros prefixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações de curto prazo com alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e não contemplam as aplicações compromissadas – posição financiada (Nota 5).

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

d) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração do Banco em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001:

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativamente e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativamente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido;

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que o Banco tem e dispõe de capacidade financeira para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados pela Anbima, BM&FBovespa ou o valor líquido provável de realização obtido com a utilização de curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, todas devidamente aderentes aos preços praticados no exercício.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independentes de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

Notas Explicativas

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis do Banco do Brasil S.A

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

e) Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de Risco de Mercado – os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período;

Hedge de Fluxo de Caixa – para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

f) Operações de Crédito, de Arrendamento Mercantil, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Notas Explicativas

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis do Banco do Brasil S.A

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota 9.f).

g) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro abaixo:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	15%
PIS/Pasep	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases e, atualmente, são observados os critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN n.º 3.355/2006, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases.

h) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço à empresa ocorrerão durante os exercícios seguintes.

i) Ativo Permanente

Investimentos - os investimentos em controladas e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada.

As demonstrações contábeis das agências e controladas no exterior são adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para reais pelo critério das taxas correntes, conforme previsto nas Circulares Bacen n.º 2.397/1993 e n.º 2.571/1995 e seus efeitos são reconhecidos no resultado do período.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas e da redução ao valor recuperável - imparidade, quando aplicável.

Imobilizado de Uso - o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: edificações e benfeitorias - 4%, veículos - 20%, sistemas de processamento de dados - 20% e demais itens - 10% (Nota 14).

Diferido - o ativo diferido está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas. Contempla, principalmente, os gastos de reestruturação da Empresa e os gastos efetuados, até 30.09.2008, em imóveis de terceiros, decorrentes de instalação de dependências e amortizados mediante taxas apuradas com base no prazo de locação, e com aquisição e desenvolvimento de sistemas, amortizados à taxa anual de 20%.

Intangível - o ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível, conforme Resolução

Notas Explicativas

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis do Banco do Brasil S.A

CMN n.º 3.642/2008, quando: for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida referem-se basicamente aos desembolsos para aquisição de direitos para prestação de serviços bancários (aquisição de folhas de pagamento), amortizados de acordo com os prazos dos contratos, e a aquisições/desenvolvimento de *softwares*, amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável – imparidade, quando aplicável (Nota 15). A amortização dos ativos intangíveis é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.

j) Redução do Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

É reconhecida uma perda por imparidade se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que geram entradas de caixa, que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou de grupos de ativos. Perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período.

A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros, exceto créditos tributários e outros valores e bens, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por imparidade.

Considerando a materialidade e a relevância dos valores envolvidos, os principais ativos que têm seus valores recuperáveis testados são: Edificações, Sistemas de Processamento de Dados (imobilizado), Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento (intangível) e Ágios por Expectativa de Rentabilidade Futura gerados na aquisição de entidades.

Para apuração dos valores recuperáveis dos itens testados são utilizadas as seguintes premissas: (1) para a apuração do valor recuperável das edificações são utilizados laudos de avaliação (para os imóveis de valores relevantes) e estimativas (para os demais imóveis). (2) No caso dos equipamentos de processamento de dados (*mainframes* e terminais de autoatendimento), são considerados o valor de mercado e o valor passível de ser recuperado no tempo por uso nas operações da entidade. A metodologia aplicada considera a projeção dos fluxos de caixas dos benefícios econômicos decorrentes do uso de cada bem durante a sua vida útil, ajustados a valor presente. (3) O modelo de avaliação para perda de desvalorização da Verba de Relacionamento Negocial - VRN (Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento) está relacionado ao acompanhamento da performance dos contratos. Esse modelo foi elaborado a partir das margens de contribuição de relacionamento das Pessoas Físicas vinculadas a cada contrato. (4) Os ágios, originados nas aquisições de participações societárias, estão sustentados pelas avaliações econômico-financeiras que fundamentaram o preço de compra dos negócios e pelas participações adquiridas, cujas amortizações são efetuadas com base nas projeções de resultado anual constantes nos respectivos estudos econômico-financeiros. A metodologia de teste de imparidade consiste na verificação, em cada ano, do alcance da expectativa de resultados projetados naqueles estudos. No caso do ágio na aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado em novembro de 2009, a metodologia consiste em comparar o valor presente dos resultados projetados do Banco do Brasil pelas agências de varejo e *corporate* do Estado de São Paulo (unidade geradora de caixa), isolando a rentabilidade comparada com e sem o Banco Nossa Caixa. A partir da diferença identificada, os valores são projetados com base nas premissas de crescimento de rentabilidade para o Banco do Brasil, descontado pelo custo de oportunidade de capital. Caso esse valor presente seja inferior aos ativos identificados na aquisição do Banco Nossa Caixa, registrados na data-base do teste, uma perda de imparidade é reconhecida pela diferença apurada.

Notas Explicativas

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis do Banco do Brasil S.A

k) Benefícios a Empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, estão sendo reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica, de responsabilidade do Banco, foram avaliados em 31.12.2010 de acordo com os critérios estabelecidos na forma da Deliberação CVM n.º 600/2009 (Nota 25). A partir de 30.06.2010, a periodicidade das avaliações passou a ser semestral e não mais anual como ocorria até 31.12.2009.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na entidade patrocinadora. Sendo assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou, de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

A parcela dos ganhos ou perdas atuariais reconhecida no resultado do Banco corresponde ao excesso que não se enquadrou no “corredor” dividido pelo tempo médio de trabalho restante dos empregados que participam do plano. O corredor corresponde o que for maior dentre:

- (1) 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido; e
- (2) 10% do valor justo dos ativos do plano.

O Banco, conforme permitido pela Deliberação CVM n.º 600/2009, adotou o procedimento de reconhecer mais rápido os ganhos/perdas atuariais, no próprio exercício em que foi realizado o cálculo atuarial.

O ativo atuarial reconhecido no balanço (Nota 25) refere-se aos ganhos atuariais e sua realização ocorrerá obrigatoriamente até o final do plano. Poderão ocorrer realizações parciais desse ativo atuarial, condicionados ao atendimento dos requisitos da Lei Complementar n.º 109/2001 e da Resolução CGPC n.º 26/2008.

l) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/2009 (Nota 26).

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Massificados - Processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante: segundo parâmetro estatístico por grupo de ação, tipo de órgão legal (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum) e reclamante. Nas ações de natureza trabalhista e nas ações de

Notas Explicativas

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis do Banco do Brasil S.A

natureza cível relacionadas a planos econômicos são considerados os valores médios dos pagamentos dos processos encerrados nos últimos 24 meses e 12 meses, respectivamente, para apuração do valor das obrigações; e

Individualizados - Processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos, considerando: o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

	BB-Banco Múltiplo		R\$ mil
	31.12.2010	31.12.2009	
Disponibilidades	<u>9.397.247</u>	<u>7.596.546</u>	
Disponibilidades em moeda nacional	8.559.836	6.676.414	
Disponibilidades em moeda estrangeira	837.411	920.132	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	<u>23.179.112</u>	<u>42.105.965</u>	
Aplicações em operações compromissadas – posição bancada	149.794	14.362.844	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	22.567.704	24.039.500	
Aplicações em moeda estrangeira	461.614	3.703.621	
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>32.576.359</u>	<u>49.702.511</u>	

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição

	BB-Banco Múltiplo		R\$ mil
	31.12.2010	31.12.2009	
Aplicações no Mercado Aberto	<u>78.628.740</u>	<u>134.937.621</u>	
Re vendas a liquidar – posição bancada	<u>149.794</u>	<u>14.362.844</u>	
Letras Financeiras do Tesouro	--	1.772.231	
Letras do Tesouro Nacional	88.409	804.732	
Notas do Tesouro Nacional	--	11.785.881	
Outros títulos	61.385	--	
Re vendas a liquidar – posição financiada	<u>78.478.946</u>	<u>120.574.777</u>	
Letras Financeiras do Tesouro	52.794.239	111.804.532	
Letras do Tesouro Nacional	19.735.808	8.303.407	
Notas do Tesouro Nacional	5.889.416	466.608	
Outros títulos	59.483	230	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	<u>36.085.902</u>	<u>39.229.677</u>	
Total	<u>114.714.642</u>	<u>174.167.298</u>	
Ativo circulante	109.929.317	166.919.021	
Ativo não circulante	4.785.325	7.248.277	

Notas Explicativas

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis do Banco do Brasil S.A

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	R\$ mil	
	BB-Banco Múltiplo	
	Exerc/2010	Exerc/2009
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	<u>11.320.215</u>	<u>10.850.522</u>
Posição bancada	702.118	3.221.993
Posição financiada	10.618.097	7.628.529
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	<u>1.275.926</u>	<u>1.343.540</u>
Total	<u>12.596.141</u>	<u>12.194.062</u>

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

7 – Títulos e Valores Mobiliários - TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Vencimento em Dias	BB – Banco Múltiplo										R\$ mil	
	31.12.2010					31.12.2009						
	Sem Vencimento	Valor de Mercado				Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado	Valor de Mercado		Marcação a Mercado
		0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Mercado	Marcação a Mercado	Valor de Mercado	Marcação a Mercado	Total
1-Títulos para Negociação	278	2.033.185	2.262.711	3.254.566	10.287.306	17.866.247	17.838.046	19.606.486	(28.201)	19.655.622	49.136	
Títulos Públicos	--	2.033.185	2.242.100	3.203.386	10.192.914	17.699.142	17.671.585	19.466.189	(27.557)	19.511.891	45.702	
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	275.768	9.157	4.588.481	4.873.609	4.873.406	12.710.659	(203)	12.710.711	52	
Letras do Tesouro Nacional	--	1.854.959	1.966.332	3.194.229	3.308.303	10.347.881	10.323.823	4.052.388	(24.058)	4.052.631	243	
Notas do Tesouro Nacional	--	178.226	--	--	2.296.130	2.477.652	2.474.356	2.703.142	(3.296)	2.748.549	45.407	
Títulos Privados	278	--	20.611	51.180	94.392	167.105	166.461	140.297	(644)	143.731	3.434	
Debêntures	--	--	20.611	51.180	94.392	166.820	166.183	135.918	(637)	134.043	(1.875)	
Ações	278	--	--	--	--	285	278	4.379	(7)	9.688	5.309	
2-Títulos Disponíveis para Venda	163.774	3.825.332	11.048.770	3.842.397	49.311.036	67.816.316	68.191.309	57.880.134	374.993	58.089.353	209.219	
Títulos Públicos	--	3.697.888	8.893.013	3.327.929	36.489.879	52.110.127	52.408.709	48.280.005	298.582	48.597.974	317.969	
Letras Financeiras do Tesouro	--	744	8.501.580	2.175.110	25.485.970	36.166.255	36.163.404	35.459.266	(2.851)	35.457.957	(1.309)	
Letras do Tesouro Nacional	--	2.966.116	389.558	1.084.288	1.400.215	5.848.901	5.840.177	4.502.914	(8.724)	4.544.639	41.725	
Notas do Tesouro Nacional	--	730.114	361	35.249	3.064.896	3.843.060	3.830.620	5.017.154	(12.440)	5.070.229	53.075	
Títulos de Dívida Agrária	--	31	473	1.447	7.528	10.883	9.479	11.572	(1.404)	10.912	(660)	
Títulos de Dívida Externa Brasileira	--	--	--	31.835	2.719.408	2.430.777	2.751.243	2.484.527	320.466	2.730.340	245.813	
Títulos de governos estrangeiros	--	883	1.041	--	3.730.756	3.732.128	3.732.680	592.647	552	593.549	902	
Títulos Privados	163.774	127.444	2.155.757	514.468	12.821.157	15.706.189	15.782.600	211.925	2.983	190.348	(21.577)	
Debêntures	--	--	625.228	2.967	11.731.120	12.300.926	12.359.315	7.424.945	58.389	7.302.808	(108.750)	
Notas promissórias	--	--	1.052.652	348.826	--	1.402.858	1.401.478	1.339.479	(1.380)	1.342.153	2.674	
Cédulas de crédito bancário	--	--	--	--	25.150	25.384	25.150	30.385	(234)	29.674	(711)	
Cotas de fundos de investimentos	109.818	--	--	5.866	215.155	327.121	330.839	48.969	3.718	42.450	(6.519)	
Ações	53.956	--	--	--	--	9.182	53.956	33.122	44.774	56.504	23.382	
Cédulas de produto rural-commodities	--	46.351	243.966	156.809	105	449.498	447.231	508.429	(2.267)	510.370	1.941	
Certificados de depósito bancário	--	66.703	233.911	--	--	299.933	300.614	83.419	681	83.722	303	
Outros	--	14.390	--	--	849.627	891.287	864.017	131.381	(27.270)	123.698	(7.683)	

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Vencimento em Dias	BB – Banco Múltiplo										R\$ mil
	31.12.2010					31.12.2009					
	Valor de Mercado					Total					
Sem Vencimento	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado	
3 – Títulos Mantidos até o Vencimento	=	=	553	3.301.023	6.832.058	10.401.497	10.233.634	(167.863)	18.359.234	18.184.196	(175.038)
Títulos Públicos	=	=	553	3.301.023	6.828.967	10.121.705	10.130.543	8.838	18.081.948	18.098.851	16.903
Letras Financeiras do Tesouro	=	=	553	3.286.975	6.691.830	9.979.376	9.979.358	(18)	12.331.114	12.331.193	79
Notas do Tesouro Nacional	=	=	=	=	21.341	23.515	21.341	(2.174)	829.207	826.400	(2.807)
Letras do Tesouro Nacional	=	=	=	=	=	=	=	=	4.795.191	4.795.871	680
Títulos de Dívida Externa Brasileira	=	=	=	14.048	115.796	118.814	129.844	11.030	126.436	145.387	18.951
Títulos Privados	=	=	=	=	103.091	279.792	103.091	(176.701)	277.286	85.345	(191.941)
Outros	=	=	=	=	103.091	279.792	103.091	(176.701)	277.286	85.345	(191.941)
Total	164.052	5.858.517	13.312.034	10.397.986	66.530.400	96.084.060	96.262.989	178.929	95.845.854	95.929.171	83.317
31.12.2010											
Vencimento em Dias	31.12.2009										R\$ mil
	Valor de Mercado					Total					
	Sem Vencimento	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	
Por Carteira	164.052	5.858.517	13.312.034	10.397.986	66.530.400	96.084.060	96.262.989	178.929	95.845.854	95.929.171	83.317
Carteira própria	164.052	5.858.517	2.536.552	2.433.189	36.810.390	47.646.615	47.802.700	156.085	50.796.768	50.732.531	(64.237)
Vinculados a compromissos de recompra	=	=	10.680.190	7.964.648	27.036.137	45.657.058	45.680.975	23.917	25.678.841	25.826.500	147.659
Vinculados ao Banco Central	=	=	=	15	42	102	57	(45)	18.239.914	18.240.500	586
Vinculados à prestação de garantias	=	=	95.292	134	2.663.831	2.780.285	2.779.257	(1.028)	1.130.331	1.129.640	(691)
Total	164.052	5.858.517	13.312.034	10.397.986	66.530.400	96.084.060	96.262.989	178.929	95.845.854	95.929.171	83.317
31.12.2009											
Vencimento em Anos	31.12.2010										R\$ mil
	Valor de Mercado					Total					
	Sem Vencimento	A Vencer Até um Ano	A Vencer Entre 1 e 5 Anos	A Vencer Entre 5 e 10 Anos	A Vencer Após 10 Anos	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	
Por Categoria	164.052	29.568.537	57.721.652	6.113.209	2.695.539	96.084.060	96.262.989	96.845.854	95.929.171	95.929.171	0
1 – Títulos para negociação	278	7.550.462	9.523.555	734.827	28.924	17.866.247	17.838.046	19.606.486	19.655.622	19.655.622	0
2 – Títulos disponíveis para venda	163.774	18.716.499	41.351.690	5.378.382	2.580.964	67.816.316	68.191.309	57.880.134	58.089.353	58.089.353	0
3 – Títulos mantidos até o vencimento	=	3.301.576	6.846.407	=	85.651	10.401.497	10.233.634	18.359.234	18.184.196	18.184.196	0

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

	R\$ mil					
	BB-Banco Múltiplo					
	31.12.2010			31.12.2009		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Por Carteira	40.019.295	56.411.557	96.430.852	38.750.456	57.353.753	96.104.209
Carteira própria	17.355.563	30.617.318	47.972.881	29.778.301	21.131.525	50.909.826
Vinculados a compromissos de recompra	22.532.857	23.145.800	45.678.657	5.239.743	20.584.267	25.824.010
Vinculados ao Banco Central	15	42	57	3.713.112	14.527.621	18.240.733
Vinculados à prestação de garantias	130.860	2.648.397	2.779.257	19.300	1.110.340	1.129.640

	31.12.2010		31.12.2009	
	%	R\$ mil	%	R\$ mil
Por Categoria				
Títulos para negociação	18%	17.838.046	21%	19.655.622
Títulos disponíveis para venda	71%	68.191.309	60%	58.089.353
Títulos mantidos até o vencimento	11%	10.401.497	19%	18.359.234
Valor contábil da carteira	100%	96.430.852	100%	96.104.209
Marcação a mercado da categoria 3		(167.863)		(175.038)
Valor de mercado da carteira		96.262.989		95.929.171

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	R\$ mil	
	BB-Banco Múltiplo	
	Exerc/2010	Exerc/2009
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6.b)	12.596.141	12.194.062
Títulos de renda fixa	8.699.681	7.197.733
Títulos de renda variável	279.085	1.044
Total	21.574.907	19.392.839

c) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

No exercício de 2010, não foram efetuadas reclassificações de títulos e valores mobiliários.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD

O Banco do Brasil se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a *hedge* (de risco de mercado e de risco de fluxo de caixa) e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco do Brasil como titular, enquanto que as posições passivas ou vendidas têm o Banco do Brasil como lançador.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos Instrumentos Financeiros Derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de *stress*.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Riscos

Os principais riscos, inerentes aos Instrumentos Financeiros Derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas subsidiárias são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Risco de crédito se traduz pela exposição a perdas no caso de inadimplência de uma contraparte no cumprimento de sua parte na operação. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação diária em dinheiro. Os contratos de *swaps*, registrados na Cetip, estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais, enquanto que os contratos de *swaps* registrados na BM&FBovespa não estão sujeitos ao mesmo risco, tendo em vista que as operações do Banco do Brasil nessa bolsa possuem a mesma como garantidora.

A exposição de crédito em *swap* totalizou R\$ 1.004.041 mil em 31.12.2010 (R\$ 1.664.115 mil em 31.12.2009). As operações de *swap* contratadas em negociação associada à operação de captação e/ou aplicação no montante de R\$ 418.170 mil (R\$ 2.679.609 mil em 31.12.2009) estão registradas pelos valores atualizados conforme a variação incorrida dos respectivos indexadores ("curva"), e não são avaliados pelo valor de mercado, conforme facultado pela Circular Bacen nº 3.150/2002.

Risco de mercado é a possibilidade de perdas causadas por mudanças no comportamento das taxas de juros e de câmbio, nos preços de ações e de *commodities*.

Risco de liquidez de mercado é a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor, devido ao tamanho da transação em relação ao volume via de regra negociado.

Risco operacional denota a probabilidade de perdas financeiras decorrentes de falhas ou inadequação de pessoas, processos e sistemas, ou de fatores, tais como catástrofes ou atividades criminosas.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Composição da Carteira de Derivativos por Indexador

Por Indexador		BB-Banco Múltiplo						R\$ mil
		31.12.2010			31.12.2009			
		Contra- parte	Valor de Referência	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Referência	Valor de Custo	Valor de Mercado
Contratos de Futuros								
Compromissos de Compra		<u>16.135.641</u>	=	=	<u>9.456.074</u>	=	=	
DI	B	2.350.234	--	--	266.247	--	--	
Moedas	B	7.438.974	--	--	3.050.767	--	--	
Índice	B	--	--	--	314	--	--	
Cupom cambial	B	96.899	--	--	167.933	--	--	
Libor	IF	6.249.420	--	--	5.858.885	--	--	
Commodities	B	114	--	--	238	--	--	
SCC	B	--	--	--	111.690	--	--	
Compromissos de Venda		<u>13.633.413</u>	=	=	<u>10.655.267</u>	=	=	
DI	B	7.862.213	--	--	2.271.052	--	--	
Moedas	B	74.736	--	--	231.663	--	--	
Índice	B	--	--	--	142	--	--	
Cupom Cambial	B	224.469	--	--	709.139	--	--	
Libor	IF	5.455.137	--	--	6.571.602	--	--	
Commodities	B	16.858	--	--	3.993	--	--	
SCC	B	--	--	--	867.676	--	--	
Operações a Termo								
Posição Ativa		<u>1.604.041</u>	<u>117.790</u>	<u>80.095</u>	<u>3.288.699</u>	<u>185.408</u>	<u>130.195</u>	
Termo de títulos	B	--	--	--	37.760	37.760	37.760	
Termo de moeda	C	1.604.041	117.790	80.095	3.250.939	147.648	92.435	
Posição Passiva		<u>4.515.069</u>	<u>(453.906)</u>	<u>(261.984)</u>	<u>3.530.138</u>	<u>(365.811)</u>	<u>(237.453)</u>	
Termo de títulos	B	--	--	--	37.762	(37.762)	(37.762)	
Termo de moeda	C	4.515.069	(453.906)	(261.984)	3.492.376	(328.049)	(199.691)	

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

		R\$ mil					
		BB-Banco Múltiplo					
Por Indexador	Contra- parte	31.12.2010			31.12.2009		
		Valor de Referência	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Referência	Valor de Custo	Valor de Mercado
Contratos de Opções		<u>55.135.530</u>	<u>(1.631.686)</u>	<u>(1.657.222)</u>	<u>1.347.192</u>	<u>(1.287.320)</u>	<u>(1.357.378)</u>
De Compra – Posição Comprada		<u>26.015.428</u>	<u>771.159</u>	<u>328.272</u>	<u>348</u>	<u>4</u>	<u>5</u>
Moeda Estrangeira	B	26.014.195	771.137	328.255	--	--	--
Mercado Interfinanceiro	IF	--	--	--	348	4	5
Ações	B	1.233	22	17	--	--	--
De Compra – Posição Vendida		<u>26.125.270</u>	<u>(833.951)</u>	<u>(382.245)</u>	<u>79.738</u>	<u>(56.577)</u>	<u>(19.603)</u>
Moeda Estrangeira	B	26.062.984	(772.919)	(329.123)	21.755	(425)	(350)
Prefixados	B	61.020	(61.020)	(53.113)	56.102	(56.102)	(19.209)
Ações	B	1.266	(12)	(9)	1.881	(50)	(44)
De Venda – Posição Vendida		<u>2.994.832</u>	<u>(1.568.894)</u>	<u>(1.603.249)</u>	<u>1.267.106</u>	<u>(1.230.747)</u>	<u>(1.337.780)</u>
Moeda Estrangeira	B	722.743	(9.774)	--	--	--	--
Prefixados	B	1.549.346	(1.549.346)	(1.603.198)	1.229.741	(1.229.740)	(1.337.128)
Opções Flexíveis	B						
Commodities	B	722.743	(9.774)	(51)	37.365	(1.007)	(652)

		R\$ mil					
		BB-Banco Múltiplo					
Por Indexador	Contra- parte	31.12.2010			31.12.2009		
		Valor de Referência	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Referência	Valor de Custo	Valor de Mercado
Contratos de Swaps							
Posição Ativa		<u>5.591.833</u>	<u>298.564</u>	<u>352.544</u>	<u>5.789.647</u>	<u>495.928</u>	<u>493.185</u>
DI	C	3.104.179	69.388	113.558	1.966.082	105.134	104.885
DI	IF	1.154.663	210.049	209.235	2.276.302	360.965	351.317
Moeda estrangeira	C	3.331	(58)	33	131.561	3.007	4.072
Moeda estrangeira	IF	369.386	7.714	8.830	759.687	22.960	27.356
Prefixado	C	37.886	1.108	1.172	639.565	2.804	3.350
Prefixado	IF	902.000	8.242	14.809	--	--	--
IPCA	C	20.388	2.121	4.907	16.450	1.058	2.205

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

		R\$ mil					
		BB-Banco Múltiplo					
Por Indexador	Contra- parte	31.12.2010			31.12.2009		
		Valor de Referência	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Referência	Valor de Custo	Valor de Mercado
Posição Passiva		<u>12.058.868</u>	<u>(403.165)</u>	<u>(565.504)</u>	<u>8.422.593</u>	<u>(527.648)</u>	<u>(542.026)</u>
DI	C	542.790	(39.024)	(44.371)	1.729.248	(70.099)	(69.776)
DI	IF	5.204.577	(343.371)	(367.801)	2.738.406	(297.057)	(292.126)
Moeda estrangeira	C	1.136	6	(1)	543.643	(74.321)	(74.499)
Moeda estrangeira	IF	1.343.911	109.388	(34.060)	1.184.106	9.070	(21.787)
Prefixado	C	4.608.961	(126.826)	(110.588)	1.411.272	(78.305)	(65.734)
TMS	C	278.804	(93)	(5.438)	390.462	(5.253)	(6.421)
TR	C	78.689	(3.245)	(3.245)	425.456	(11.683)	(11.683)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos							
Posição Ativa		<u>4.337.549</u>	<u>71.129</u>	<u>73.394</u>	<u>8.089.892</u>	<u>150.715</u>	<u>144.252</u>
Moeda estrangeira	IF	4.337.549	71.129	73.394	8.089.892	150.715	144.252
Posição Passiva		<u>4.831.590</u>	<u>(71.448)</u>	<u>(80.435)</u>	<u>7.297.615</u>	<u>(47.316)</u>	<u>(47.921)</u>
Moeda estrangeira	IF	4.831.590	(71.448)	(80.435)	7.210.342	(47.016)	(47.621)
Outros	IF	--	--	--	87.273	(300)	(300)

Contraparte: (B) Bolsa, (IF) Instituição Financeira, (C) Cliente.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Composição da Carteira de Derivativos por Vencimento

Por Vencimento	BB-Banco Múltiplo						R\$ mil
	31.12.2010			31.12.2009			
	Valor de Referência	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Referência	Valor de Custo	Valor de Mercado	
Contratos Futuros							
Compromissos de Compra	<u>16.135.641</u>	=	=	<u>9.455.522</u>	=	=	
Até 30 dias	103.283	--	--	99.062	--	--	
31 a 60 dias	6.354.435	--	--	2.825.276	--	--	
61 a 90 dias	4.009.229	--	--	2.333.681	--	--	
91 a 180 dias	2.246.339	--	--	2.370.039	--	--	
181 a 360 dias	640.545	--	--	889.013	--	--	
1 a 5 anos	2.781.810	--	--	938.451	--	--	
Acima de 5 anos	--	--	--	--	--	--	
Compromissos de Venda	<u>13.633.413</u>	=	=	<u>10.655.267</u>	=	=	
Até 30 dias	3.395.634	--	--	1.192.776	--	--	
31 a 60 dias	--	--	--	--	--	--	
61 a 90 dias	1.676.464	--	--	778.310	--	--	
91 a 180 dias	2.399.076	--	--	1.650.530	--	--	
181 a 360 dias	1.831.092	--	--	1.693.423	--	--	
1 a 5 anos	4.110.550	--	--	5.248.320	--	--	
Acima de 5 anos	220.597	--	--	91.908	--	--	
Operações de Termo							
Termo de Títulos							
Posição Ativa	=	=	=	<u>37.760</u>	<u>37.760</u>	<u>37.760</u>	
Até 30 dias	--	--	--	37.760	37.760	37.760	
Posição Passiva	=	=	=	<u>37.762</u>	<u>(37.762)</u>	<u>(37.762)</u>	
Até 30 dias	--	--	--	37.762	(37.762)	(37.762)	

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

R\$ mil						
Por Vencimento	BB-Banco Múltiplo					
	31.12.2010			31.12.2009		
	Valor de Referência	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Referência	Valor de Custo	Valor de Mercado
Termo de Moedas						
Posição Ativa	<u>1.604.041</u>	<u>117.790</u>	<u>80.095</u>	<u>3.250.939</u>	<u>147.647</u>	<u>92.435</u>
Até 30 dias	659.021	25.305	23.951	563.903	49.088	46.656
31 a 60 dias	259.157	17.535	15.155	416.544	25.073	18.425
61 a 90 dias	111.781	8.212	6.877	390.667	11.020	4.469
91 a 180 dias	184.657	16.602	11.943	697.857	29.848	13.879
181 a 360 dias	304.333	32.764	15.492	592.319	25.943	8.493
1 a 5 anos	85.092	17.372	6.677	589.649	6.675	513
Posição Passiva	<u>4.515.069</u>	<u>(453.906)</u>	<u>(261.984)</u>	<u>3.492.376</u>	<u>(328.049)</u>	<u>(199.691)</u>
Até 30 dias	722.026	(31.575)	(30.621)	1.035.288	(39.904)	(38.867)
31 a 60 dias	651.087	(34.708)	(29.581)	792.696	(37.568)	(34.437)
61 a 90 dias	439.188	(25.996)	(21.272)	449.921	(25.577)	(19.608)
91 a 180 dias	1.070.112	(86.937)	(61.838)	789.453	(65.491)	(50.478)
181 a 360 dias	977.536	(133.133)	(75.491)	356.863	(67.160)	(36.365)
1 a 5 anos	655.120	(141.557)	(43.181)	68.155	(92.349)	(19.936)
Contratos de Opções	<u>55.135.530</u>	<u>(1.631.686)</u>	<u>(1.657.222)</u>	<u>1.347.192</u>	<u>(1.287.320)</u>	<u>(1.357.378)</u>
De Compra – Posição Comprada	<u>26.015.428</u>	<u>771.159</u>	<u>328.272</u>	<u>348</u>	<u>4</u>	<u>5</u>
Até 30 dias	1.233	22	33	174	2	2
31 a 60 dias	41.237	1.808	188	174	2	3
61 a 90 dias	7.502.995	99.453	2.021	--	--	--
91 a 180 dias	18.469.963	669.876	326.030	--	--	--

R\$ mil						
Por Vencimento	BB-Banco Múltiplo					
	31.12.2010			31.12.2009		
	Valor de Referência	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Referência	Valor de Custo	Valor de Mercado
De Compra – Posição Vendida	<u>26.125.270</u>	<u>(833.951)</u>	<u>(382.245)</u>	<u>79.738</u>	<u>(56.577)</u>	<u>(19.603)</u>
Até 30 dias	8.018	(5.338)	(1.036)	22.915	(5.627)	(1.255)
31 a 60 dias	57.130	(15.219)	(5.698)	9.485	(7.994)	(1.315)
61 a 90 dias	7.526.273	(102.722)	(3.827)	16.753	(15.847)	(3.502)
91 a 180 dias	18.516.946	(696.090)	(345.116)	8.855	(8.063)	(938)
181 a 360 dias	2.473	(153)	(112)	20.901	(18.594)	(11.734)
1 a 5 anos	14.430	(14.429)	(26.456)	829	(452)	(859)
De Venda – Posição Vendida	<u>2.994.832</u>	<u>(1.568.894)</u>	<u>(1.603.249)</u>	<u>1.267.106</u>	<u>(1.230.747)</u>	<u>(1.337.780)</u>
Até 30 dias	182.019	(174.347)	(185.853)	164.699	(163.679)	(175.418)
31 a 60 dias	418.661	(418.269)	(437.126)	192.704	(192.704)	(208.653)
61 a 90 dias	1.171.188	(97.587)	(86.852)	378.794	(354.354)	(386.940)
91 a 180 dias	942.726	(613.907)	(638.136)	176.392	(165.787)	(185.003)
181 a 360 dias	15.865	(411)	(23)	347.926	(347.632)	(373.699)
1 a 5 anos	264.373	(264.373)	(255.259)	6.591	(6.591)	(8.067)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Por Vencimento	BB-Banco Múltiplo					
	31.12.2010			31.12.2009		
	Valor de Referência	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Referência	Valor de Custo	Valor de Mercado
Contratos de Swaps						
Ativo	<u>5.591.833</u>	<u>298.564</u>	<u>352.544</u>	<u>5.789.647</u>	<u>495.928</u>	<u>493.185</u>
Até 30 dias	701.188	65.383	65.625	816.923	214.905	214.444
31 a 60 dias	303.175	14.948	15.955	215.593	7.779	7.516
61 a 90 dias	302.231	10.147	11.312	558.971	27.267	27.584
91 a 180 dias	637.774	57.277	61.688	663.783	78.798	78.396
181 a 360 dias	368.424	73.380	73.403	1.245.192	27.944	26.921
1 a 5 anos	3.279.041	77.429	124.561	2.071.635	137.884	132.812
5 a 10 anos	--	--	--	217.550	1.351	5.512
Passivo	<u>12.058.868</u>	<u>(403.165)</u>	<u>(565.504)</u>	<u>8.422.593</u>	<u>(527.648)</u>	<u>(542.026)</u>
Até 30 dias	1.052.896	(45.764)	(46.930)	1.440.843	(203.263)	(203.127)
31 a 60 dias	608.148	(49.845)	(51.590)	573.491	(83.598)	(82.594)
61 a 90 dias	320.112	(13.795)	(15.243)	343.006	(15.017)	(13.925)
91 a 180 dias	1.701.908	(109.294)	(116.900)	1.282.452	(54.090)	(50.605)
181 a 360 dias	3.035.589	(187.778)	(195.437)	2.649.000	(82.720)	(82.039)
1 a 5 anos	4.990.216	(39.582)	(126.661)	2.003.271	(89.325)	(105.868)
5 a 10 anos	349.999	42.893	(12.743)	130.530	365	(3.868)

Por Vencimento	BB-Banco Múltiplo					
	31.12.2010			31.12.2009		
	Valor de Referência	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Referência	Valor de Custo	Valor de Mercado
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos						
Ativo	<u>4.337.549</u>	<u>71.129</u>	<u>73.394</u>	<u>8.089.892</u>	<u>150.715</u>	<u>144.252</u>
Até 30 dias	637.318	20.370	20.919	2.258.411	28.867	25.878
31 a 60 dias	1.316.507	11.594	12.191	951.439	25.822	24.574
61 a 90 dias	1.437.376	20.019	20.056	3.309.171	54.985	53.900
91 a 180 dias	661.341	11.962	11.880	570.194	29.634	28.650
181 a 360 dias	285.007	7.184	8.348	390.176	2.741	2.584
1 a 5 anos	--	--	--	540.683	8.387	8.387
5 a 10 anos	--	--	--	69.818	279	279
Passivo	<u>4.831.590</u>	<u>(71.448)</u>	<u>(80.435)</u>	<u>7.297.615</u>	<u>(47.316)</u>	<u>(47.921)</u>
Até 30 dias	1.430.450	(2.183)	(10.226)	951.444	(4.142)	(4.258)
31 a 60 dias	457.857	(15.078)	(15.368)	49.361	(1.878)	(1.802)
61 a 90 dias	1.018.122	(34.151)	(34.330)	842.354	(5.341)	(5.235)
91 a 180 dias	895.666	(9.954)	(10.021)	1.534.281	(8.189)	(8.202)
181 a 360 dias	1.009.325	(7.793)	(8.028)	1.281.570	(19.334)	(19.891)
1 a 5 anos	20.170	(2.289)	(2.462)	2.638.605	(8.432)	(8.533)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Composição da Margem Dada em Garantia de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos

	R\$ mil	
	BB-Banco Múltiplo	
	31.12.2010	31.12.2009
Títulos Públicos		
Letras Financeiras do Tesouro	2.040.492	589.281
Total	<u>2.040.492</u>	<u>589.281</u>

Composição da Carteira de Derivativos Designados para *Hedge* de Risco de Mercado

	R\$ mil	
	BB-Banco Múltiplo	
	31.12.2010	31.12.2009
Instrumentos de <i>Hedge</i>		
Ativo	<u>337.107</u>	<u>318.471</u>
<i>Swap</i>	337.107	318.471
Itens Objeto de <i>Hedge</i>		
Passivo	<u>337.188</u>	<u>316.244</u>
Outros Passivos	337.188	316.244

O Banco, para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio de emissão de títulos no exterior, contratou operação de derivativo para compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado. A operação de *hedge* foi avaliada como efetiva, de acordo com o estabelecido na Circular Bacen n.º 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Instrumentos Financeiros Derivativos Segregados em circulante e não circulante

	BB-Banco Múltiplo				R\$ mil
	31.12.2010		31.12.2009		
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
ATIVO					
Operações de termo	73.418	6.677	129.682		513
Mercado de opções	328.272	--	5		--
Contratos de swaps	227.983	124.561	354.861		138.324
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	73.394	--	135.586		8.666
Total	<u>703.067</u>	<u>131.238</u>	<u>620.134</u>		<u>147.503</u>
PASSIVO					
Operações de termo	(218.803)	(43.181)	(217.517)		(19.936)
Mercado de opções	(1.703.779)	(281.715)	(1.348.457)		(8.926)
Contratos de swaps	(426.100)	(139.404)	(391.513)		(109.736)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	(77.973)	(2.462)	(39.388)		(49.310)
Total	<u>(2.426.655)</u>	<u>(466.762)</u>	<u>(1.996.875)</u>		<u>(187.908)</u>

e) Resultado de Instrumentos Financeiros Derivativos

	BB-Banco Múltiplo		R\$ mil
	Exerc/2010		Exerc/2009
Swap	(360.138)		312.220
Termo	(947)		(307.275)
Opções	(80.939)		(145.104)
Futuro	(417.507)		(777.459)
Outros	(371.879)		(262.066)
Total	<u>(1.231.410)</u>		<u>(1.179.684)</u>

f) Ajustes de Avaliação Patrimonial de TVM e Derivativos Reconhecidos no Patrimônio Líquido

	BB-Banco Múltiplo						R\$ mil
	Exercício/2010			Exercício/2009			
	Saldo Inicial	Movimentação Líquida no exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Movimentação Líquida no exercício	Saldo Final	
Títulos Disponíveis para Venda							
Banco Múltiplo	(57.901)	106.174	48.273	(49.854)	(8.047)	(57.901)	
Coligadas e controladas	306.258	178.416	484.674	217.466	88.792	306.258	
Efeitos tributários	21.807	(87.319)	(65.512)	31.117	(9.310)	21.807	
Total	<u>270.164</u>	<u>197.271</u>	<u>467.435</u>	<u>198.729</u>	<u>71.435</u>	<u>270.164</u>	

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

8 – Relações Interfinanceiras**a) Créditos Vinculados**

	BB-Banco Múltiplo		R\$ mil
	31.12.2010	31.12.2009	
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	<u>83.928.847</u>	<u>24.167.099</u>	
Exigibilidade adicional sobre depósitos ⁽¹⁾	29.283.429	--	
Depósitos à vista	17.308.041	11.878.270	
Depósitos a prazo ⁽²⁾	15.177.844	--	
Depósitos de poupança	14.760.321	11.941.111	
Recursos do crédito rural ⁽³⁾	7.399.212	204.007	
Recursos de microfinanças	--	143.711	
Sistema Financeiro da Habitação	<u>1.792.898</u>	<u>1.635.417</u>	
Fundo de compensação de variações salariais	1.926.986	1.757.711	
Demais	6.951	17.083	
Provisão para perdas em créditos vinculados	(141.039)	(139.377)	
Tesouro Nacional - crédito rural	<u>121.164</u>	<u>148.158</u>	
Total	<u>85.842.909</u>	<u>25.950.674</u>	
Ativo circulante	85.796.265	25.950.674	
Ativo não circulante	46.644	--	

- (1) Conforme Circular Bacen n.º 3.486/2010, foi alterada a forma de cumprimento da exigibilidade adicional em títulos públicos federais para exigibilidade adicional em espécie.
- (2) Conforme Circular Bacen n.º 3.485/2010, foi alterada a forma de cumprimento da exigibilidade sobre depósitos a prazo.
- (3) Referem-se aos recursos recolhidos ao Bacen em virtude da deficiência na aplicação no crédito rural, conforme Resolução CMN nº 3.745/2009. Os recursos foram objeto de suprimento especial pelo Bacen e mantidos no Banco, desde que aplicados no crédito rural até 01.08.2011, sendo registrados em Obrigações por Empréstimos e Repasses (Nota 17.b).

b) Resultado das Aplicações Compulsórias

	BB-Banco Múltiplo		R\$ mil
	Exerc/2010	Exerc/2009	
Créditos Vinculados ao Banco Central	<u>3.223.671</u>	<u>628.865</u>	
Exigibilidade adicional sobre depósitos	1.581.880	--	
Depósitos de poupança	898.487	601.649	
Exigibilidade sobre recursos a prazo	715.069	--	
Recursos do crédito rural	28.235	27.216	
Créditos Vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação	<u>177.802</u>	<u>10.083</u>	
Créditos Vinculados ao Tesouro Nacional - crédito rural	<u>20.397</u>	<u>11.281</u>	
Total	<u>3.421.870</u>	<u>650.229</u>	

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

9 – Operações de Crédito**a) Carteira por modalidade**

	BB-Banco Múltiplo		R\$ mil
	31.12.2010	31.12.2009	
Operações de Crédito	<u>307.123.928</u>	<u>259.780.843</u>	
Empréstimos e títulos descontados	141.461.847	124.255.540	
Financiamentos	85.267.041	67.023.572	
Financiamentos rurais e agroindustriais	76.972.710	66.887.223	
Financiamentos imobiliários	3.421.356	1.610.578	
Financiamento de infraestrutura e desenvolvimento	974	3.930	
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	<u>19.721.065</u>	<u>16.051.948</u>	
Operações com cartão de crédito	10.623.969	7.747.968	
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	8.785.982	7.967.810	
Avais e fianças honrados	75.303	88.322	
Outras	235.811	247.848	
Operações de Arrendamento Mercantil	<u>44.473</u>	<u>60.775</u>	
Total da Carteira de Crédito	<u>326.889.466</u>	<u>275.893.566</u>	
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	<u>(16.499.018)</u>	<u>(17.611.907)</u>	
(Provisão para operações de crédito)	(15.827.973)	(16.938.379)	
(Provisão para outros créditos)	(671.045)	(673.528)	
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	<u>310.390.448</u>	<u>258.281.659</u>	

b) Receitas de operações de crédito

	BB-Banco Múltiplo		R\$ mil
	Exerc/2010	Exerc/2009	
Receitas de operações de crédito	<u>47.391.099</u>	<u>36.425.296</u>	
Empréstimos e títulos descontados	29.728.429	21.838.644	
Financiamentos	8.257.473	6.393.804	
Financiamentos rurais e agroindustriais	5.166.896	4.614.922	
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (Nota 9.k)	3.111.656	2.576.780	
Adiantamento sobre contratos de câmbio	284.086	350.157	
Avais e fianças honrados	7.507	8.700	
Outras	835.052	642.289	
Receitas de operações de arrendamento mercantil	<u>40.372</u>	<u>50.880</u>	
Total	<u>47.431.471</u>	<u>36.476.176</u>	

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

c) Carteira por setores de atividade econômica

	R\$ mil			
	BB-Banco Múltiplo			
	31.12.2010	%	31.12.2009	%
Setor Público	7.150.509	2,2	6.234.130	2,3
Governo	<u>2.772.577</u>	<u>0,9</u>	<u>2.716.210</u>	<u>1,0</u>
Administração Direta	2.449.398	0,8	2.556.027	0,9
Administração Indireta	323.179	0,1	160.183	0,1
Atividades empresariais	<u>4.377.932</u>	<u>1,3</u>	<u>3.517.920</u>	<u>1,3</u>
Grupo BB	12.729	--	4.405	--
Indústria	2.480.426	0,8	2.046.213	0,7
Intermediários financeiros	114.766	--	151.226	0,1
Outros serviços	1.770.011	0,5	1.316.076	0,5
Setor Privado	<u>319.738.957</u>	<u>97,8</u>	<u>269.659.436</u>	<u>97,7</u>
Rural	57.331.133	17,5	54.489.403	19,8
Indústria	98.973.789	30,3	79.466.709	28,8
Comércio	38.160.481	11,7	30.881.818	11,2
Intermediários financeiros	1.425.713	0,4	1.044.364	0,4
Pessoas físicas	79.022.416	24,2	66.367.114	24,0
Habitação	2.931.782	0,9	1.456.778	0,5
Outros serviços	41.893.643	12,8	35.953.250	13,0
Total	<u>326.889.466</u>	<u>100,0</u>	<u>275.893.566</u>	<u>100,0</u>

d) Carteira por níveis de risco e prazos de vencimento

	R\$ mil										
	BB-Banco Múltiplo										
	Operações em Curso Normal										
											31.12.2010
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira
Parcelas Vincendas											
01 a 30	5.471.367	4.898.926	7.674.503	2.092.661	519.404	49.936	17.281	10.710	102.152	20.836.940	22.146.248
31 a 60	4.792.084	3.891.511	5.283.664	1.526.083	244.692	149.819	12.318	9.047	70.761	15.979.979	16.170.441
61 a 90	3.841.808	2.629.305	3.605.853	1.185.117	175.309	27.571	10.723	13.921	58.557	11.548.164	13.319.159
91 a 180	10.215.381	6.963.575	12.243.036	4.129.629	661.825	123.032	50.145	27.301	228.852	34.642.776	32.052.930
181 a 360	9.640.334	11.578.085	22.539.031	7.848.144	1.186.307	195.602	89.881	44.291	479.424	53.601.099	46.627.198
Acima de 360	55.295.504	29.229.817	66.024.827	20.035.508	4.184.577	698.059	390.264	210.919	2.582.435	178.651.910	129.267.314
Parcelas Vencidas											
Até 14 dias	74.862	48.032	78.857	71.007	37.660	18.564	10.897	5.861	18.844	364.584	577.848
Demais ⁽¹⁾	1.286.169	--	--	--	--	--	--	--	--	1.286.169	2.643.182
Subtotal	<u>90.617.509</u>	<u>59.239.251</u>	<u>117.449.771</u>	<u>36.888.149</u>	<u>7.009.774</u>	<u>1.262.583</u>	<u>581.509</u>	<u>322.050</u>	<u>3.541.025</u>	<u>316.911.621</u>	<u>262.804.320</u>

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

R\$ mil											
Operações em Curso Anormal											
										31.12.2010	31.12.2009
AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira	
Parcelas Vencidas											
01 a 30	--	--	85.649	195.365	120.359	115.493	98.239	93.175	745.391	1.453.671	1.770.496
31 a 60	--	--	25.665	41.928	21.792	26.653	23.716	27.508	137.880	305.142	351.919
61 a 90	--	--	16.030	25.875	17.273	21.361	20.462	18.418	106.122	225.541	290.999
91 a 180	--	--	40.483	65.405	49.550	62.248	53.620	51.712	322.505	645.523	871.115
181 a 360	--	--	70.940	118.709	93.420	116.074	90.110	93.777	660.726	1.243.756	1.662.274
Acima de 360	--	--	152.236	209.317	207.353	305.762	219.400	265.965	1.681.592	3.041.625	3.752.986
Parcelas Vencidas											
01 a 14	--	--	4.492	15.315	10.119	9.712	7.503	8.151	42.167	97.459	115.147
15 a 30	--	--	43.922	31.558	18.336	19.450	13.621	13.974	90.393	231.254	422.474
31 a 60	--	--	3.375	73.104	36.651	39.994	28.644	27.821	229.814	439.403	536.958
61 a 90	--	--	85	2.820	62.982	46.462	32.814	33.124	178.169	356.456	465.093
91 a 180	--	--	333	1.244	5.231	79.562	92.962	85.900	406.844	672.074	1.245.803
181 a 360	--	--	--	--	3.010	10.717	4.177	62.692	654.917	735.511	1.588.510
Acima de 360	--	--	--	--	--	--	6.531	11.577	512.318	530.430	15.472
Subtotal	--	--	443.210	780.640	646.076	853.488	691.799	793.794	5.768.838	9.977.845	13.089.246
Total	90.617.509	59.239.251	117.892.981	37.668.789	7.655.850	2.116.071	1.273.308	1.115.844	9.309.863	326.889.466	275.893.566

- (1) Operações com risco de terceiros vinculadas a Fundos e Programas Governamentais, principalmente Pronaf, Procerá, FAT, BNDES e FCO. Está incluído o valor das parcelas vencidas no total de R\$ 49.748 mil, que obedecem a regras definidas em cada programa para o ressarcimento junto aos gestores dos fundos, não implicando risco de crédito para o Banco.

e) Constituição da provisão para operações de crédito por níveis de risco

R\$ mil							
		BB-Banco Múltiplo					
		31.12.2010				31.12.2009	
Nível de Risco	% Provisão	Valor das Operações	Valor da Provisão	Provisão Adicional ⁽¹⁾	Provisão Existente	Valor das Operações	Valor da Provisão
AA	0	90.617.509	--	--	--	71.237.973	--
A	0,5	59.239.251	296.196	41	296.237	80.417.215	402.086
B	1	117.892.981	1.178.930	3.740	1.182.670	76.040.439	760.404
C	3	37.668.789	1.130.064	298.111	1.428.175	24.434.854	733.046
D	10	7.655.850	765.585	262.434	1.028.019	8.578.979	857.898
E	30	2.116.071	634.821	626.205	1.261.026	2.735.148	820.544
F	50	1.273.308	636.654	368.390	1.005.044	1.597.386	798.693
G	70	1.115.844	781.091	206.893	987.984	1.295.454	906.818
H	100	9.309.863	9.309.863	--	9.309.863	9.556.118	9.556.118
Subtotal		326.889.466	14.733.204	1.765.814	16.499.018	275.893.566	14.835.607
Provisão Adicional ⁽¹⁾		--	--	--	--	--	2.776.300
Total		326.889.466	14.733.204	1.765.814	16.499.018	275.893.566	17.611.907

- (1) Refere-se à provisão adicional, ao mínimo requerido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da experiência da Administração, mediante aplicação de teste de *stress* sobre a carteira de crédito, considerando o histórico de inadimplência das operações, em conformidade com a boa prática bancária.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Compreende as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito.

	R\$ mil			
	BB-Banco Múltiplo			Exerc/2009
	Exerc/2010		Total	
	Valor da Provisão	Provisão Adicional		Provisão Existente
Saldo Inicial	<u>14.835.607</u>	<u>2.776.300</u>	<u>17.611.907</u>	<u>13.615.815</u>
Reforço/(reversão)	10.653.360	(1.010.486)	9.642.874	11.327.749
Variação cambial - provisões no exterior	(2.807)	--	(2.807)	(28.397)
Compensação como perdas	(10.752.956)	--	(10.752.956)	(8.562.687)
Valores adicionados ⁽¹⁾	--	--	--	1.259.427
Saldo Final	<u>14.733.204</u>	<u>1.765.814</u>	<u>16.499.018</u>	<u>17.611.907</u>

(1) Referem-se aos saldos originados do Banco Nossa Caixa, adquirido em março de 2009 e incorporado em novembro de 2009.

g) Movimentação da provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

Compreende as provisões para outros créditos sem características de concessão de crédito.

	R\$ mil	
	BB-Banco Múltiplo	
	Exerc/2010	Exerc/2009
Saldo Inicial	<u>909.630</u>	<u>769.198</u>
Reforço/(reversão)	(97.460)	86.711
Variação cambial - provisões no exterior	(103)	(969)
Compensação como perdas/outros ajustes	(4.052)	(1.671)
Valores adicionados ⁽¹⁾	--	56.361
Saldo Final	<u>808.015</u>	<u>909.630</u>

(1) Referem-se aos saldos originados do Banco Nossa Caixa, adquirido em março de 2009 e incorporado em novembro de 2009.

h) Carteira de arrendamento mercantil financeiro por prazo de vencimento

	R\$ mil	
	BB-Banco Múltiplo	
	31.12.2010	31.12.2009
Até um ano ⁽¹⁾	18.227	23.195
Mais de um ano, até cinco anos	26.246	37.580
Total Valor Presente	<u>44.473</u>	<u>60.775</u>

(1) Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

i) Resultado financeiro das operações de arrendamento mercantil

	R\$ mil	
	BB-Banco Múltiplo	
	Exerc/2010	Exerc/2009
Receitas de arrendamento mercantil	<u>40.372</u>	<u>50.880</u>
Arrendamento financeiro	40.372	50.880
Despesas de arrendamento mercantil	<u>(34.487)</u>	<u>(44.342)</u>
Arrendamento financeiro	(34.487)	(44.342)
Total	<u>5.885</u>	<u>6.538</u>

j) Concentração das operações de crédito

	R\$ mil			
	BB-Banco Múltiplo			
	31.12.2010	% da Carteira	31.12.2009	% da Carteira
10 maiores devedores	28.093.555	8,6	25.658.711	9,3
50 maiores devedores seguintes	28.788.465	8,8	26.110.921	9,5
100 maiores devedores seguintes	21.141.242	6,5	17.790.504	6,4

k) Informações complementares

	R\$ mil	
	BB-Banco Múltiplo	
	Exerc/2010	Exerc/2009
Montante dos créditos renegociados	26.195.922	20.127.897
Montante recuperado dos créditos baixados como prejuízo	3.111.656	2.576.780
	31.12.2010	31.12.2009
Créditos contratados a liberar	91.326.087	75.569.402
Garantias prestadas ⁽¹⁾	8.071.232	7.309.416
Créditos de exportação confirmados ⁽¹⁾	742.827	351.645
Créditos abertos para importação ⁽¹⁾	463.154	904.384
Recursos vinculados ⁽²⁾	701.395	609.787
Operações de crédito vinculadas ⁽²⁾	805.419	826.790

(1) Para essas operações, o Banco mantém provisão registrada em Outras Obrigações - Diversas (Nota 19.e), no montante de R\$ 82.230 mil (R\$ 70.191, mil em 31.12.2009), apurada conforme Resolução CMN n.º 2.682/1999.

(2) Em 31.12.2010, não há operações inadimplentes e nem questionamento judicial sobre operações ativas vinculadas ou sobre os recursos captados para aplicação nestas operações.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

10 – Outros Créditos**a) Créditos Específicos**

Referem-se aos créditos junto ao Tesouro Nacional – alongamento de crédito rural – no montante de R\$ 1.029.638 mil (R\$ 931.845 mil em 31.12.2009), conforme estabelecido na Lei n.º 9.138/1995.

b) Diversos

	R\$ mil	
	BB-Banco Múltiplo	
	31.12.2010	31.12.2009
Ativo fiscal diferido – Crédito tributário (Nota 23.e)	19.751.902	20.206.935
Operações com cartões de crédito e débito	14.121.902	9.340.769
Devedores por depósitos em garantia - ação judicial (Nota 26.e.1)	12.485.258	11.752.804
Devedores por depósitos em garantia - contingências (Nota 26.d)	9.401.829	8.266.094
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9.495.380	6.802.424
Ativo atuarial - Previ (Nota 25.d)	9.894.787	12.655.346
Fundos de destinação do superávit - Previ (Nota 25.e)	9.119.367	1.778.366
Tesouro Nacional - equalização de taxas - safra agrícola	3.493.439	1.816.115
Devedores diversos - país	1.391.406	2.342.653
Títulos e créditos a receber - Tesouro Nacional	1.305.327	793.727
Outros títulos e créditos a receber	887.161	583.701
Adiantamentos ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC	711.686	955.693
Adiantamentos e antecipações salariais	247.735	222.970
Devedores por compra de valores e bens	177.806	223.576
Aquisição de direitos decorrentes da produção e exploração de petróleo, gás natural e recursos minerais	85.282	583.926
Devedores por depósitos em garantia - outros	56.899	58.084
Devedores diversos - exterior	14.138	30.938
Outros	439.783	364.978
Total	93.081.087	78.779.099
Ativo circulante	44.611.607	27.747.589
Ativo não circulante	48.469.480	51.031.510

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

11 – Carteira de Câmbio**a) Composição**

	BB-Banco Múltiplo		R\$ mil
	31.12.2010	31.12.2009	
Outros Créditos			
Câmbio comprado a liquidar	10.241.560	7.911.582	
Cambiais e documentos a prazo em moedas estrangeiras	72.340	79.758	
Direitos sobre vendas de câmbio	28.661.146	12.353.989	
(Adiantamentos em moeda nacional/estrangeira recebidos)	(27.541.940)	(12.034.235)	
Valores em moedas estrangeiras a receber	5.269	5.629	
Rendas a receber de adiantamentos concedidos e de importações financiadas	84.139	164.068	
Total	<u>11.522.514</u>	<u>8.480.791</u>	
Ativo circulante	9.936.710	8.480.791	
Ativo não circulante	1.585.804	--	
Outras Obrigações			
Câmbio vendido a liquidar	27.631.836	11.372.666	
(Importação financiada)	(17.510)	(11.026)	
Obrigações por compras de câmbio	10.574.863	8.465.559	
(Adiantamentos sobre contrato de câmbio)	(9.144.263)	(7.737.233)	
Valores em moedas estrangeiras a pagar	10.408	11.025	
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos	3.728	5.924	
Total	<u>29.059.061</u>	<u>12.106.915</u>	
Passivo circulante	11.458.085	12.106.915	
Passivo não circulante	17.600.976	--	
Carteira de Câmbio Líquida	<u>(17.536.547)</u>	<u>(3.626.124)</u>	
Contas de Compensação			
Créditos abertos para importação	935.474	1.513.521	
Créditos de exportação confirmados	742.827	351.645	

b) Resultado de Operações de Câmbio

	BB-Banco Múltiplo		R\$ mil
	Exerc/2010	Exerc/2009	
Rendas de câmbio	7.432.010	8.131.691	
Despesas de câmbio	(6.454.944)	(7.472.970)	
Resultado de Câmbio	<u>977.066</u>	<u>658.721</u>	

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

12 – Outros Valores e Bens

	BB-Banco Múltiplo		R\$ mil
	31.12.2010	31.12.2009	
Bens não de uso próprio	<u>269.978</u>	<u>270.993</u>	
Bens em regime especial	162.028	160.705	
Imóveis	78.865	80.073	
Veículos e afins	648	612	
Imóveis habitacionais	19.185	18.787	
Máquinas e equipamentos	6.725	7.400	
Outros	2.527	3.416	
Material em estoque	21.809	19.217	
Subtotal de Outros Valores e Bens	291.787	290.210	
(Provisão para desvalorizações)	(169.506)	(166.105)	
Despesas Antecipadas	<u>3.424.120</u>	<u>1.786.071</u>	
Contratos na prestação de serviços bancários	702.278	707.743	
Prêmios por créditos consignados adquiridos ⁽¹⁾	2.557.495	794.091	
Comissões pagas a lojistas - financiamento de veículos	27.668	52.893	
Despesa de pessoal - programa de alimentação	82.068	72.911	
Outros	54.611	158.433	
Total de Outros Valores e Bens	<u>3.546.401</u>	<u>1.910.176</u>	
Ativo circulante	1.500.405	1.274.903	
Ativo não circulante	2.045.996	635.273	

(1) Os valores são amortizados de acordo com os prazos de vencimento das parcelas dos créditos adquiridos junto a outras instituições financeiras.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

13 – Investimentos**a) Movimentações em coligadas e controladas**

Empresas	BB-Banco Múltiplo					R\$ mil
	Valor Contábil	Movimentações			Valor Contábil	Resultado Equivalência
	31.12.2009	Exercício/2010			31.12.2010	Exercício/2009
		Dividendos	Outros Eventos ⁽⁵⁾	Resultado Equivalência		
No País	<u>11.177.506</u>	<u>(1.314.984)</u>	<u>3.788.766</u>	<u>2.947.087</u>	<u>16.598.375</u>	<u>2.810.695</u>
Banco Votorantim S.A.	3.560.205	(56.410)	146.556	305.287	3.955.638	46.999
BB Aliança Participações S.A.	1.031.928	(191.745)	(110)	518.914	1.358.987	89.792
BB Banco de Investimento S.A.	396.509	(257.519)	29.913	944.303	1.113.206	2.121.040
BB Seguros Participações S.A.	594.604	(161.029)	359.376	397.093	1.190.044	40.752
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	130.143	(450.130)	2.616	451.018	133.647	417.043
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	33.578	(114.831)	(37)	114.830	33.540	94.660
Mapfre Nossa Caixa Vida e Previdência S.A.	43.879	--	--	58.472	102.351	4.798
Cobra Tecnologia S.A. ⁽¹⁾	44.744	--	70.009	(51.639)	63.114	(61.250)
BV Participações S.A.	40.156	(2.362)	--	29.346	67.140	1.818
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ⁽⁵⁾	25.842	(16.791)	3.200.000	106.717	3.315.768	(17.447)
Cadam S.A.	46.331	--	--	(2.312)	44.019	(6.851)
BB Administradora de Consórcios S.A.	16.920	(53.508)	--	61.031	24.443	43.095
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	21.325	(9.977)	(390)	10.247	21.205	7.538
Nossa Caixa S.A. - Administradora de Cartões de Crédito	10.364	(127)	--	534	10.771	51
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - Bescval	9.810	(271)	2.220	89	11.848	76
Tecnologia Bancária S.A. – Tecban ⁽¹⁾	--	--	7.166	470	7.636	--
Nossa Caixa Capitalização S.A.	5.476	(284)	--	202	5.394	25
Companhia Brasileira de Securitização – Cibrasec ⁽¹⁾	--	--	2.178	38	2.216	--
Cia. Hidromineral Piratuba	2.087	--	--	124	2.211	109
Cia. Catarinense de Assessoria e Serviços – CCA ⁽²⁾	228	--	--	--	228	--
Banco Nossa Caixa S.A.	--	--	--	--	--	39.207
BB Banco Popular do Brasil S.A. ⁽³⁾	18.519	--	(20.287)	1.768	--	(12.436)
Besc Financeira S.A.- Bescredi ⁽³⁾	18.795	--	(19.209)	414	--	787
Besc S.A. Arrendamento Mercantil - BESC Leasing ⁽³⁾	19.382	--	(19.523)	141	--	252
Outras participações ⁽⁴⁾	--	--	--	--	--	637
Ágio/Deságio na aquisição de investimentos	5.106.681	--	28.288	--	5.134.969	--

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Empresas	R\$ mil					
	BB-Banco Múltiplo					
	Valor Contábil	Movimentações			Valor Contábil	Resultado Equivalência
	31.12.2009	Exercício/2010			31.12.2010	Exercício/2009
	Dividendos	Outros Eventos	Resultado Equivalência			
No Exterior	<u>966.096</u>	--	--	<u>93.692</u>	<u>1.008.171</u>	<u>80.618</u>
Braslian American Merchant Bank - BAMB	656.043	--	--	75.940	707.151	55.855
Banco do Brasil AG. Viena	218.620	--	--	4.463	200.628	7.708
BB Leasing Company Ltd.	74.781	--	--	1.373	72.878	1.872
BB Securities LLC	16.652	--	--	11.916	27.514	15.183
Ganhos / (perdas) cambiais nas agências	--	--	--	<u>(111.534)</u>	--	<u>(762.200)</u>
Ganhos / (perdas) cambiais nas subsidiárias	--	--	--	<u>(55.438)</u>	--	<u>(279.639)</u>
Aumento / diminuição do PL decorrente de outras movimentações	--	--	--	<u>160</u>	--	<u>78</u>
Total das Participações em Coligadas e Controladas	<u>12.143.602</u>	<u>(1.314.984)</u>	<u>3.788.766</u>	<u>2.873.966</u>	<u>17.606.546</u>	<u>1.849.552</u>

- (1) As informações referem-se ao período de dezembro/2009 a novembro/2010.
- (2) Empresa em processo de liquidação extrajudicial, não avaliada pelo método de equivalência patrimonial.
- (3) Empresas incorporadas pelo Banco do Brasil no 1º semestre/2010 (Nota 2.a).
- (4) Referem-se às participações das empresas coligadas não financeiras.
- (5) Refere-se ao aumento de capital realizado em outubro/2010.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Empresas	Capital Social Realizado	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido (Prejuízo) do período	Quantidade de Ações (em milhares)		Participação no Capital Social %
				Ordinárias	Preferenciais	
				R\$ mil		
No País						
BB Aliança Participações S.A.	964.493	1.446.569	518.914	102.513	--	100,00
BB Banco de Investimento S.A.	367.029	1.227.979	944.303	3.249	--	100,00
BB Seguros Participações S.A.	951.611	1.240.495	397.093	53.221	--	100,00
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	109.698	365.483	451.018	100.000	--	100,00
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	26.918	148.370	114.830	1.000	--	100,00
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	3.261.860	3.332.558	106.717	3.000	--	100,00
BB Administradora de Consórcios S.A.	14.100	51.116	61.030	14	--	100,00
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	9.300	31.182	9.977	398.158	--	100,00
Nossa Caixa S.A. - Administradora de Cartões de Crédito	10.000	10.898	534	10.000	--	100,00
Nossa Caixa Capitalização S.A.	5.400	5.585	202	5.400	--	100,00
Cobra Tecnologia S.A .	83.153	40.614	(52.732)	22.654	22.680	99,9978
BESC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - Bescval	6.312	11.993	105	10.168.625	--	99,6214
Banco Votorantim S.A.	3.994.931	8.517.236	1.015.237	33.356.791	7.412.620	50,00
BV Participações S.A.	60.423	134.280	58.692	15.105	15.106	50,00
Mapfre Nossa Caixa Vida e Previdência S.A.	50.000	208.880	107.927	20.000	--	49,00
Cia. Catarinense de Assessoria e Serviços - CCA	780	474	--	260	520	48,13
Cadam S.A.	183.904	203.414	(22.614)	--	4.762	21,64
Cia. Hidromineral Piratuba	2.047	13.653	652	63.931	--	16,19
Tecnologia Bancária S.A. - Tecban	158.179	179.728	11.500	169.395	--	4,51
Companhia Brasileira de Securitização - Cibrasec	68.475	73.130	1.277	2	--	3,03
No Exterior						
Brasílian American Merchant Bank - BAMB	401.400	707.150	75.940	241.023	--	100,00
Banco do Brasil AG. Viena	41.896	200.628	4.462	188	--	100,00
BB Leasing Company Ltd.	--	72.878	1.374	1.000	--	100,00
BB Securities LLC	8.327	24.552	11.916	5.000	--	100,00

b) Outros Investimentos

	R\$ mil	
	BB-Banco Múltiplo	
	31.12.2010	31.12.2009
Investimentos por incentivos fiscais	18.810	18.742
Títulos patrimoniais	58	58
Ações e cotas	52.482	57.962
Outros investimentos	3.265	21.895
Outras participações no exterior	11.520	10.436
Total	86.135	109.093
Provisão para perdas	(51.355)	(69.828)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

c) Ágios e deságios na aquisição de investimentos

Movimentação dos Ágios	BB-Banco Múltiplo	
	Exerc/2010	Exerc/2009
Saldo Inicial	5.114.807	==
Aquisições	206.879	5.179.862
Amortizações ⁽¹⁾	(186.719)	(65.055)
Saldo Final	5.134.967	5.114.807

(1) Registradas em Outras Despesas Operacionais.

No exercício de 2010, não houve provisão de imparidade para os ágios na aquisição de investimentos.

d) Expectativa de Amortização dos Ágios

	BB-Banco Múltiplo								R\$ mil
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
BB-Banco Múltiplo									
Banco Nossa Caixa	232.491	473.923	617.846	709.394	807.756	900.156	1.007.459	--	4.749.025
Banco Votorantim	45.883	49.191	54.570	56.722	57.981	60.466	61.131	--	385.944
Total	278.374	523.114	672.416	766.116	865.737	960.622	1.068.590	==	5.134.969
Efeitos tributários	(111.350)	(209.246)	(268.966)	(306.446)	(346.295)	(384.249)	(427.436)	--	(2.053.988)
Total líquido	167.024	313.868	403.450	459.670	519.442	576.373	641.154	==	3.080.981

A expectativa de amortização dos ágios gerados nas aquisições de participações societárias respalda-se em projeções de resultado que fundamentaram os negócios, elaboradas por empresas especializadas, contemplando os prazos das estimativas e taxas de desconto utilizadas na apuração do valor presente líquido dos fluxos de caixa esperados.

14 – Imobilizado de Uso e de Arrendamento

	BB-Banco Múltiplo								R\$ mil
	31.12.2009		Exercício/2010			31.12.2010			Saldo Contábil
	Saldo Contábil	Movimen- tações	Depreciação	Provisão p/ Imparidade ⁽¹⁾	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Imparidade Acumulada		
Imobilizado de Uso									
Edificações	1.433.714	531.821	(198.065)	(174)	3.477.860	(1.707.286)	(3.278)	1.767.296	
Sistemas de processamento de dados	1.245.543	775.662	(469.089)	(11)	3.961.229	(2.407.719)	(1.405)	1.552.105	
Móveis e equipamentos de uso	444.028	185.136	(95.324)	--	1.223.728	(689.888)	--	533.840	
Terrenos	231.970	(19.366)	--	--	212.604	--	--	212.604	
Instalações	189.907	25.485	(38.472)	--	919.246	(742.326)	--	176.920	
Móveis e equipamentos em estoque	151.004	(135.115)	--	--	15.889	--	--	15.889	
Sistemas de comunicação	109.626	55.928	(36.344)	--	305.359	(176.149)	--	129.210	
Imobilizações em curso	102.706	25.803	--	--	128.509	--	--	128.509	
Sistemas de segurança	98.118	20.136	(23.947)	--	270.489	(176.182)	--	94.307	
Sistemas de transporte	129	(2)	(78)	--	559	(510)	--	49	
Total	4.006.745	1.465.488	(861.319)	(185)	10.515.472	(5.900.060)	(4.683)	4.610.729	

(1) Registrada em Outras Despesas Operacionais.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

15 – Ativos Intangíveis**a) Movimentação e Composição dos Ativos Intangíveis**

	R\$ mil								
	BB-Banco Múltiplo								
	31.12.2009	Exercício/2010				31.12.2010			
	Saldo Contábil	Aquisições	Baixas	Amortização	Provisão p/ Imparidade ⁽¹⁾	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Imparidade Acumulada	Saldo Contábil
Direitos por aquisição de folhas de pagamento	5.305.198	2.846.010	(318.161)	(2.014.839)	(14.747)	9.492.917	(3.632.860)	(56.596)	5.803.461
Aquisição/desenvolvimento de softwares	320.647	297.352	(47)	(93.804)	--	663.116	(138.968)	--	524.148
Total	<u>5.625.845</u>	<u>3.143.362</u>	<u>(318.208)</u>	<u>(2.108.643)</u>	<u>(14.747)</u>	<u>10.156.033</u>	<u>(3.771.828)</u>	<u>(56.596)</u>	<u>6.327.609</u>

(1) Registrado em Outras Despesas Operacionais.

b) Estimativa de Amortização dos Ativos Intangíveis

	R\$ mil					
	BB-Banco Múltiplo					
Exercício	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Valores a amortizar	2.107.525	1.751.128	1.367.589	895.995	205.372	<u>6.327.609</u>

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

16 – Depósitos e Captações no Mercado Aberto**a) Depósitos**

	BB-Banco Múltiplo		R\$ mil
	31.12.2010	31.12.2009	
Depósitos à vista	63.295.580	56.211.678	
Pessoas físicas	27.256.630	22.455.365	
Pessoas jurídicas	24.730.542	22.351.731	
Vinculados	5.232.546	5.213.954	
Governos	3.311.606	3.858.059	
Especiais do Tesouro Nacional	805.562	567.598	
Moedas estrangeiras	521.739	442.299	
Empresas ligadas	468.532	505.424	
Instituições do sistema financeiro	364.871	378.812	
Domiciliados no exterior	20.552	19.811	
Outros	583.000	418.625	
Depósitos de poupança	89.287.840	75.741.590	
Pessoas físicas	83.636.945	71.159.163	
Pessoas jurídicas	5.391.191	4.318.971	
Empresas ligadas	251.709	255.963	
Instituições do sistema financeiro	7.995	7.493	
Depósitos interfinanceiros	22.022.720	15.556.143	
Depósitos a prazo	193.670.882	182.366.877	
Moeda nacional	117.718.247	111.039.706	
Judiciais	64.687.761	57.479.585	
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Nota 16.e)	10.234.642	12.667.714	
Moedas estrangeiras	463.452	594.890	
Funproger (Nota 16.f)	111.968	227.376	
Outros	454.812	357.606	
Depósitos para investimentos	409.746	228.468	
Total	368.686.768	330.104.756	
Passivo circulante	284.318.438	252.490.505	
Passivo não circulante	84.368.330	77.614.251	

b) Segregação de Depósitos por Prazo de Exigibilidade

	BB-Banco Múltiplo						R\$ mil	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	3 a 12 Meses	1 a 3 Anos	3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Total 31.12.2010	Total 31.12.2009
Depósitos a prazo ⁽¹⁾	77.102.552	12.048.334	22.510.013	37.028.835	44.980.262	886	193.670.882	182.366.877
Depósitos de poupança	89.287.840	--	--	--	--	--	89.287.840	75.741.590
Depósitos à vista	63.295.580	--	--	--	--	--	63.295.580	56.211.678
Depósitos interfinanceiros	--	15.029.289	4.635.084	2.230.094	109.138	19.115	22.022.720	15.556.143
Depósitos para investimentos	409.746	--	--	--	--	--	409.746	228.468
Total	230.095.718	27.077.623	27.145.097	39.258.929	45.089.400	20.001	368.686.768	330.104.756

(1) Inclui os valores de R\$ 72.371.360 mil, em 31.12.2010, (R\$ 41.838.483 mil em 31.12.2009) no BB Banco Múltiplo, relativos a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais estabelecidos nas captações.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

c) Captações no Mercado Aberto

	BB-Banco Múltiplo		R\$ mil
	31.12.2010	31.12.2009	
Carteira Própria	<u>45.559.644</u>	<u>25.545.392</u>	
Letras financeiras do Tesouro	35.272.948	23.503.150	
Letras do Tesouro Nacional	9.557.645	--	
Títulos privados	--	858.162	
Títulos no exterior	729.051	1.184.080	
Carteira de Terceiros	<u>80.699.183</u>	<u>123.975.419</u>	
Letras financeiras do Tesouro	52.793.688	111.805.277	
Letras do Tesouro Nacional	19.688.654	8.305.309	
Notas do Tesouro Nacional	5.881.601	466.563	
Títulos no exterior	2.335.240	3.398.270	
Total	<u>126.258.827</u>	<u>149.520.811</u>	
Passivo circulante	120.389.184	142.412.717	
Passivo não circulante	5.869.643	7.108.094	

d) Despesa de Captações com Depósitos e no Mercado Aberto

	BB-Banco Múltiplo		R\$ mil
	Exerc/2010	Exerc/2009	
Despesas de Captações com Depósitos	<u>(21.602.404)</u>	<u>(17.646.964)</u>	
Depósitos a prazo	(10.301.408)	(9.724.960)	
Depósitos de poupança	(5.788.358)	(4.302.756)	
Depósitos judiciais	(4.010.190)	(2.487.302)	
Depósitos interfinanceiros	(806.337)	(771.081)	
Outras	(696.111)	(360.865)	
Despesas de Captações no Mercado Aberto	<u>(13.835.275)</u>	<u>(9.736.736)</u>	
Carteira de terceiros	(10.714.533)	(7.736.749)	
Carteira própria	(3.116.591)	(1.980.323)	
Carteira de livre movimentação	(4.151)	(19.664)	
Total das Despesas	<u>(35.437.679)</u>	<u>(27.383.700)</u>	

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

e) Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

R\$ mil										
BB-Banco Múltiplo										
Programa	Resolução / TADE	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2010			31.12.2009		
		Forma ⁽¹⁾	Data Inicial	Data Final	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Proger Rural e Pronaf					<u>269.114</u>	<u>4.223.643</u>	<u>4.492.757</u>	<u>254.282</u>	<u>5.603.916</u>	<u>5.858.198</u>
Pronaf Custeio	04/2005	RA	11/2005	--	36.963	73.351	110.314	148.895	186.654	335.549
Pronaf Investimento	05/2005	RA	11/2005	--	84.368	2.581.667	2.666.035	--	3.205.371	3.205.371
Giro Rural – Aquisição de Títulos	03/2005	SD	01/2008	01/2014	--	1.019.428	1.019.428	--	1.241.887	1.241.887
Giro Rural Fornecedores	14/2006	RA	08/2006	--	114.269	310.209	424.478	35.856	520.301	556.157
Rural Custeio	02/2006	RA	11/2005	--	1.982	10.742	12.724	21.387	43.317	64.704
Rural Investimento	13/2005	RA	11/2005	--	31.532	228.246	259.778	48.144	406.386	454.530
Proger Urbano					<u>214.352</u>	<u>5.193.775</u>	<u>5.408.127</u>	<u>82.925</u>	<u>6.120.472</u>	<u>6.203.397</u>
Urbano Investimento	18/2005	RA	11/2005	--	169.514	4.686.928	4.856.442	74.258	5.434.647	5.508.905
Urbano Capital de Giro	15/2005	RA	11/2005	--	38.804	485.761	524.565	--	630.527	630.527
Empreendedor Popular	01/2006	RA	11/2005	--	6.034	21.086	27.120	8.667	55.298	63.965
Outros					<u>62.916</u>	<u>270.842</u>	<u>333.758</u>	<u>282.976</u>	<u>323.143</u>	<u>606.119</u>
Exportação	27/2005	RA	11/2005	--	--	2.145	2.145	89	2.647	2.736
Integrar Área Rural	26/2005	RA	11/2005	--	--	18	18	40	38	78
Integrar Área Urbana	25/2005	RA	11/2005	--	8.129	408	8.537	20	10.299	10.319
Inclusão Digital	09/2005	RA	11/2005	--	--	10	10	15	23	38
FAT Giro Setorial Micro e Pequenas Empresas	08/2006	RA	09/2007	--	17.183	31.748	48.931	14.755	6.959	21.714
FAT Giro Setorial Médias e Grandes Empresas	09/2006	RA	09/2007	--	--	--	--	30.654	5.627	36.281
FAT Giro Setorial Veículos MGE	09/2006	RA	02/2009	--	1.666	4.367	6.033	--	11.217	11.217
FAT Giro Setorial Veículos MPE	08/2006	RA	02/2009	--	19.033	50.005	69.038	80.358	97.160	177.518
FAT Giro Cooperativo Agropecuário	10/2006	RA	07/2006	--	--	--	--	11	73	84
FAT Fomentar Micro e Pequenas Empresas	11/2006	RA	08/2006	--	1.394	12.391	13.785	1.114	16.632	17.746
FAT Fomentar Médias e Grandes Empresas	12/2006	RA	07/2006	--	3.377	90.747	94.124	--	113.165	113.165
FAT Taxista	02/2009	RA	09/2009	--	5.382	31.731	37.113	150.000	--	150.000
FAT Encargos a capitalizar	--	--	--	--	6.752	47.272	54.024	5.920	59.303	65.223
Total					<u>546.382</u>	<u>9.688.260</u>	<u>10.234.642</u>	<u>620.183</u>	<u>12.047.531</u>	<u>12.667.714</u>

(1) RA - Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo) e SD - Saldo Disponível.

(2) Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS).

(3) Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Codefat. O Codefat, gestor do FAT, é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais (incorporando, entre outros, o próprio Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, nas modalidades Urbano – Investimento e Capital de Giro – e Rural, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, o programa que destina recursos à aquisição de material de construção – FAT Habitação, além de linhas especiais, como FAT Integrar – Rural e Urbano, FAT Giro Setorial – Micro e Pequenas Empresas, FAT Giro Setorial – Médias e Grandes Empresas, FAT Fomentar Micro e Pequenas Empresas, FAT Fomentar Médias e Grandes Empresas, FAT Giro Agropecuário, FAT Inclusão Digital e FAT Taxista).

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Os depósitos especiais do FAT alocados junto ao Banco, enquanto disponíveis, são remunerados, *pro rata die*, pela Taxa Média Selic (TMS). À medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período de vigência dos contratos. As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas mensalmente ao FAT, conforme estipulado pelas Resoluções Codefat n.º 439/2005 e n.º 489/2006.

f) Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)

O Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) é um fundo especial de natureza contábil, criado em 23.11.1999 pela Lei n.º 9.872/1999, alterada pela Lei n.º 10.360/2001 e pela Lei n.º 11.110/2005, regulamentado pela Resolução Codefat n.º 409/2004 e alterações posteriores, gerido pelo Banco com a supervisão do Codefat/MTE, cujo saldo é R\$ 111.968 mil em 31.12.2010 (R\$ 227.376 mil em 31.12.2009).

O objetivo do Funproger é conceder aval a empreendedores que não disponham das garantias necessárias para contratação de financiamentos do Proger Urbano e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), mediante o pagamento de uma comissão para a concessão de aval. Para formação do patrimônio do Funproger, foram aportados recursos provenientes da diferença entre a aplicação da Taxa Média Selic (TMS) e a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) na remuneração dos saldos disponíveis de depósitos especiais do FAT. Outras fontes de recursos que compõem o Fundo são as receitas decorrentes de sua operacionalização e a remuneração de suas disponibilidades pelo Banco, gestor do Fundo.

17 - Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Obrigações por Empréstimos

	BB-Banco Múltiplo					R\$ mil	
	até 90 Dias	de 91 a 360 Dias	de 1 a 3 Anos	de 3 a 5 Anos	de 5 a 15 Anos	Total 31.12.2010	Total 31.12.2009
No Exterior							
Tomados junto ao Grupo BB no exterior	4.427.820	3.510.159	908.221	--	--	8.846.200	5.783.779
Tomados junto a banqueiros no exterior	2.496.437	2.319.729	444.303	31.012	--	5.291.481	3.660.559
Vinculados a empréstimos do setor público ⁽¹⁾	--	213.564	400.478	300.359	--	914.401	1.176.000
Importação	63.038	54.345	114.416	76.586	10.476	318.861	402.961
Exportação	8.474	9.997	--	--	--	18.471	27.346
Total	6.995.769	6.107.794	1.867.418	407.957	10.476	15.389.414	11.050.645
Passivo circulante						13.103.563	6.274.611
Passivo não circulante						2.285.851	4.776.034

(1) Vencimento em abril de 2015, à taxa de 6,92% a.a.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

b) Obrigações por Repasses – Instituições Oficiais – País

Programas	Taxa de Atualização	R\$ mil	
		BB-Banco Múltiplo	
		31.12.2010	31.12.2009
Tesouro Nacional - Crédito Rural		<u>1.512.821</u>	<u>2.100.693</u>
Pronaf	TMS (se disponível) ou 0,5%a.a. a 4,5%a.a. (se aplicado)	1.274.161	1.840.672
Recoop	5,75%a.a. a 7,25%a.a.	117.353	150.041
Cacau	TJLP + 0,6%a.a. ou 6,35%a.a.	47.678	67.668
Custeio agropecuário	TR ou 3%a.a.	41.274	40.957
Outros	--	32.355	1.355
BNDES		<u>24.937.764</u>	<u>17.877.865</u>
Banco do Brasil	0,6305% a.a. a 14,1% a.a. ou TJLP/var. camb. + 0,5% a.a. a 8,18 % a.a.	24.937.764	17.877.865
Caixa Econômica Federal	--	<u>147.079</u>	<u>146.232</u>
Finame		<u>12.612.578</u>	<u>7.637.163</u>
Banco do Brasil	1% a.a. a 11% a.a. ou TJLP/var. camb. + 0,5% a.a. a 5,5% a.a.	12.612.578	7.637.163
Outras Instituições Oficiais	--	<u>8.042.770</u>	<u>1.336.579</u>
Suprimento Especial – Poupança Rural ⁽¹⁾	TR	7.399.212	204.007
Funcafé	TMS (se disponível) ou 6,75% a.a.	643.419	1.132.409
Outros	--	139	163
Total		<u>47.253.012</u>	<u>29.098.532</u>
Passivo circulante		20.487.941	11.676.087
Passivo não circulante		26.765.071	17.422.445

(1) Referem-se ao suprimento especial do Bacen disponível ao Banco para aplicação no crédito rural até 01.08.2011, conforme Resolução CMN nº 3.745/2009. Estes recursos são oriundos dos créditos vinculados ao Bacen em virtude da deficiência na aplicação no crédito rural (Nota 8.a).

c) Despesas de Obrigações por Empréstimos e por Repasses - Instituições Oficiais

	R\$ mil	
	BB-Banco Múltiplo	
	Exerc/2010	Exerc/2009
Despesas de obrigações por empréstimos	(450.140)	(169.021)
Despesas de obrigações por repasses	<u>(2.361.495)</u>	<u>(1.712.578)</u>
BNDES	(1.428.209)	(919.387)
Finame	(573.591)	(553.236)
Tesouro Nacional	(170.672)	(165.932)
Do Exterior	(112.392)	--
Caixa Econômica Federal	(5.271)	(473)
Outras	(71.360)	(73.550)
Despesas de obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento	(454.830)	(459.089)
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior	(125.370)	--
Total	<u>(3.391.835)</u>	<u>(2.340.688)</u>

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

18 – Recursos de Aceites e Emissões de Títulos

							R\$ mil	
BB-Banco Múltiplo								
Captações	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.12.2010	31.12.2009	
Programa Global Medium - Term Notes						<u>2.964.545</u>	<u>487.404</u>	
	R\$	350.000	9,75%	07/2007	07/2017	332.768	316.244	
	US\$	100.000	Libor 6m+2,55%	07/2009	07/2014	159.776	171.160	
	US\$	950.000	4,50%	01/2010	01/2015	1.617.034	--	
	US\$	500.000	6,0%	01/2010	01/2020	854.967	--	
Certificados de depósitos – Longo Prazo						<u>2.286.150</u>	<u>1.324.360</u>	
	US\$	200.000	3,34%	08/2010	06/2012	332.990	347.886	
	US\$	100.000	2,67%	08/2010	07/2012	164.918	170.742	
	US\$	5.000	2,69%	08/2010	06/2012	8.251	8.542	
	US\$	100.000	2,50%	08/2010	08/2012	164.830	170.734	
	US\$	10.000	3,40%	08/2010	08/2016	16.548	17.265	
	US\$	100.000	2,34%	08/2010	08/2012	164.807	170.780	
	US\$	99.941	3,36%	10/2009	10/2012	--	173.938	
	US\$	150.000	2,54%	10/2009	10/2012	--	255.771	
	US\$	4.000	3,80%	11/2009	11/2012	6.662	6.962	
	US\$	1.000	3,67%	12/2009	12/2012	1.665	1.740	
	US\$	99.000	3,03%	01/2010	01/2013	164.875	--	
	US\$	100.000	2,88%	01/2010	01/2013	166.540	--	
	US\$	200.000	2,12%	08/2010	03/2013	328.041	--	
	US\$	2.000	3,19%	05/2010	05/2013	3.331	--	
	US\$	4.806	2,02%	09/2010	09/2012	8.003	--	
	US\$	30.000	2,48%	09/2010	09/2013	49.962	--	
	US\$	150.000	2,07%	10/2010	10/2012	246.800	--	
	US\$	100.000	2,92%	11/2010	10/2012	166.482	--	
	US\$	25.000	2,20%	11/2010	11/2012	41.635	--	
	US\$	150.000	2,63%	12/2010	12/2013	249.810	--	
Certificados de depósitos – Curto Prazo ⁽¹⁾						<u>1.289.609</u>	<u>759.733</u>	
	US\$	774.057	--	--	--	1.289.609	754.754	
	EUR	1.991	--	--	--	--	4.979	
Certificado de Empréstimos						<u>7.816</u>	<u>--</u>	
	EUR	3.500	3,0 a 3,31%			7.816	--	
Letras de Crédito do Agronegócio ⁽²⁾						<u>275.445</u>	<u>--</u>	
	R\$	270.806	--	--	--	275.445	--	
Letras Financeiras						<u>207.994</u>	<u>--</u>	
	R\$	--	--	--	--	207.994	--	
Total						<u>7.031.559</u>	<u>2.571.497</u>	

(1) Títulos com prazo inferior a 360 dias sendo as taxas de juros dos certificados emitidos em dólar entre 0,25% e 1,815% a.a.

(2) Prazo inferior a 360 dias, sendo a taxa de atualização compreendidas entre 82,15 e 90% do CDI a.a. *pro rata* até o vencimento.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

19 – Outras Obrigações**a) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento**

	BB-Banco Múltiplo		R\$ mil
	31.12.2010	31.12.2009	
PIS/Pasep	2.027.901	1.916.461	
Marinha Mercante	901.393	750.151	
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	516.424	475.925	
Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - Procerá	36.634	181.594	
Consolidação da Agricultura Familiar - CAF	36.181	4.049	
Combate à Pobreza Rural - Nossa Primeira Terra - CPR /NPT	2.957	1.674	
Terras e Reforma Agrária - BB Banco da Terra	2.237	2.218	
Fundo de Reserva dos depósitos judiciais ⁽¹⁾	--	755.281	
Outras	44.660	47.261	
Total	3.568.387	4.134.614	
Passivo circulante	1.469.280	2.050.776	
Passivo não circulante	2.099.107	2.083.838	

(1) Refere-se aos fundos específicos para garantia dos depósitos judiciais repassados ao Tesouro Estadual de São Paulo e às Prefeituras desse Estado.

b) Fiscais e Previdenciárias

	BB-Banco Múltiplo		R\$ mil
	31.12.2010	31.12.2009	
Obrigações legais (Nota 26.e)	12.241.776	11.245.230	
Passivo fiscal diferido (Nota 23.d)	4.733.093	4.576.390	
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	4.748.986	3.677.933	
Provisão para demandas fiscais (Nota 26.b)	195.377	174.696	
Impostos e contribuições a recolher	771.502	661.898	
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	83.766	64.335	
Outras	316.399	291.248	
Total	23.090.899	20.691.730	
Passivo circulante	19.041.535	16.568.631	
Passivo não circulante	4.049.364	4.123.099	

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

c) Dívidas Subordinadas

Captações	BB-Banco Múltiplo					R\$ mil	
	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.12.2010	31.12.2009	
Recursos FCO - Fundo Constitucional do Centro-Oeste	=	=	=	=	<u>13.455.864</u>	<u>12.422.046</u>	
Recursos aplicados ⁽¹⁾	R\$ --	--	--	--	11.751.006	10.755.066	
Recursos disponíveis ⁽²⁾	R\$ --	--	--	--	1.492.488	1.446.763	
Encargos a capitalizar	R\$ --	--	--	--	212.370	220.217	
CDBs subordinados emitidos no país					<u>3.807.875</u>	<u>3.432.246</u>	
	R\$ 900.000	113,8% do CDI	03/2009	09/2014	1.082.844	974.137	
	R\$ 1.335.000	115% do CDI	03/2009	03/2015	1.607.190	1.444.230	
	R\$ 1.000.000	105% do CDI	11/2009	11/2015	1.117.841	1.013.879	
Dívidas Subordinadas no Exterior					<u>1.614.119</u>	<u>533.277</u>	
	US\$ 300.000	8,5%	09/2004	09/2014	500.519	533.277	
	US\$ 660.000	5,375%	10/2010	01/2021	1.113.600	--	
Letras Financeiras Subordinadas	R\$ 1.000.000	108,5% do CDI	03/2010	03/2016	1.082.764	--	
Total das Dívidas Subordinadas ⁽³⁾					<u>19.960.622</u>	<u>16.387.569</u>	

- (1) São remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989.
(2) São remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989.
(3) O montante de R\$ 18.738.173 mil (R\$ 16.059.788 mil em 31.12.2009) compõe o Patrimônio de Referência Nível II, em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.444/2007. Conforme determinação do Bacen, as dívidas subordinadas emitidas pelo Banco Votorantim não compõem o Patrimônio de Referência do Banco (Nota 27.f).

d) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Captações	BB-Banco Múltiplo				R\$ mil	
	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	31.12.2010	31.12.2009	
Bônus Perpétuos						
	US\$ 500.000	7,95%	01/2006	911.750	883.194	
	US\$ 1.500.000	8,50%	10/2009	2.459.533	2.633.591	
Total BB-Banco Múltiplo	<u>2.000.000</u>			<u>3.371.283</u>	<u>3.516.785</u>	
Passivo circulante				55.746	13.260	
Passivo não circulante				3.315.537	3.503.525	

Os montantes de R\$ 2.414.830 mil e R\$ 816.046 mil dos Bônus Perpétuos compõem, respectivamente, o nível I e nível II do Patrimônio de Referência (PR), em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.444/2007 (Nota 27.f).

O Banco exerceu, em janeiro de 2011, a opção de resgate do bônus emitido em janeiro de 2006, no valor de US\$ 500.000 mil. Os termos desses Bônus Perpétuos permitem que o Banco suspenda os pagamentos trimestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos nem acumulados) caso: (i) o Banco determine que não tem condições ou o pagamento desses encargos não permita que o Banco esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital então exigidos pelo Bacen ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros; (ii) o Bacen ou as Autoridades Regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos; (iii) algum evento de insolvência ou falência ocorra; (iv) alguma inadimplência ocorra; ou (v) o Banco decida suspender esses pagamentos por qualquer outra razão. Caso o Banco decida suspender o pagamento dos juros e acessórios devidos aos Bônus Perpétuos em razão do exposto no item (v) supra, os termos dos Bônus Perpétuos preveem que, até que tais pagamentos tenham

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

sido retomados por um período equivalente a 12 meses, o Banco (a) não poderá remunerar seus acionistas e, de acordo com o estabelecido pela legislação aplicável, agirá de forma a evitar a declaração, o pagamento ou a distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio sobre suas ações ordinárias e (b) sofrerá restrições sobre sua capacidade de resgatar ou adquirir de outra forma suas ações ordinárias.

O bônus emitido em outubro de 2009, no valor de US\$ 1.500.000 mil, tem opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 2020 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Bacen. Caso o Banco não exerça a opção de resgate em outubro de 2020, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 7,782% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de 10 anos. A partir dessa data, a cada 10 anos, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos levando-se em consideração o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de 10 anos. Os termos desses Bônus Perpétuos determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso: (i) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que o Banco esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros; (ii) o Bacen ou as Autoridades Regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos; (iii) algum evento de insolvência ou falência ocorra; (iv) alguma inadimplência ocorra; ou (v) o Banco não tenha distribuído o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos portadores de ações ordinárias referentes ao período correspondente ao período de cálculo de tais juros e/ou acessórios.

e) Diversas

	R\$ mil	
	BB-Banco Múltiplo	
	31.12.2010	31.12.2009
Operações com cartão de crédito/débito	10.420.831	7.982.813
Passivos Atuariais (Nota 25.d)	6.906.736	6.373.767
Provisões para pagamentos a efetuar	3.102.822	3.028.675
Credores diversos no país	1.893.896	1.878.724
Provisões para demandas cíveis (Nota 26.b)	3.464.569	3.036.381
Provisões para demandas trabalhistas (Nota 26.b)	2.462.390	3.242.208
Recursos vinculados a operações de crédito	716.859	627.782
Obrigações por prêmios concedidos a clientes por fidelidade	1.088.368	1.170.060
Obrigações por convênios oficiais	756.351	1.191.354
Obrigações por aquisição de bens e direitos	465.922	855.655
Obrigações por prestação de serviços de pagamento	389.253	280.874
Provisões para perdas com FCVS	289.274	269.309
Credores diversos - exterior	142.065	61.661
Provisões para garantias prestadas	82.230	70.191
Contratos de assunção de obrigações - Securitização (Nota 19.f)	35.869	109.288
Obrigações pela aquisição do Banco Nossa Caixa	--	3.674.324
Outras	287.784	108.446
Total	32.505.219	33.961.512
Passivo circulante	24.627.962	26.499.585
Passivo não circulante	7.877.257	7.461.927

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

f) Securitização

Captações	BB-Banco Múltiplo						R\$ mil	
	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.12.2010	31.12.2009		
Fluxo futuro de recebíveis de faturas de cartões de crédito/débito								
	US\$	178.474	5,911%	07/2003	06/2011	28.822	88.418	
	US\$	44.618	4,777%	07/2003	06/2011	7.047	20.870	
Total		<u>223.092</u>				<u>35.869</u>	<u>109.288</u>	

A Entidade de Propósito Específico - EPE "Brazilian Merchant Voucher Receivables" foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman com os seguintes propósitos: (a) emissão e venda dos valores mobiliários no mercado internacional; (b) uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra dos direitos atuais e futuros da Cielo S.A. (antiga Visanet) contra a Visa International Service Association sobre os "Recebíveis" oriundos de: (i) compras a crédito ou a débito realizadas no território brasileiro, em qualquer moeda processada pela Cielo S.A., com cartões da bandeira Visa, emitidos por instituições financeiras localizadas fora do Brasil, ou (ii) compras a crédito ou a débito processadas pela Cielo S.A. em moeda estrangeira realizadas com cartões de bandeira Visa emitidos por instituições financeiras localizadas no Brasil; e (c) realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão destes títulos. O Banco do Brasil é beneficiário de 44,618488% dos recursos, calculados com base na participação acionária na Cielo S.A., à época da emissão, sendo o restante dos recursos disponibilizados a outra instituição financeira brasileira participante da Cielo S.A. A EPE declara não ter nenhum ativo ou passivo relevante que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários. O Banco não é acionista, não detém a propriedade e tampouco participa dos resultados da EPE. As obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos são pagas pela EPE com os recursos acumulados em sua conta.

20 – Outras Receitas/Despesas Operacionais**a) Receitas de Prestação de Serviços**

	BB-Banco Múltiplo		R\$ mil	
	Exerc/2010	Exerc/2009		
Cartão de crédito/débito	2.101.213	1.668.034		
Administração de fundos	1.400.513	1.177.042		
Cobrança	1.192.126	1.106.376		
Conta corrente	857.312	753.460		
Seguros, previdência e capitalização	285.368	206.755		
Arrecadações	614.399	485.531		
Interbancária	549.423	491.011		
Rendas do mercado de capitais	20.316	21.600		
Operações de crédito e garantias prestadas	265.232	610.348		
Tesouro Nacional e administração de fundos oficiais	234.588	290.560		
Prestados a ligadas	373.020	298.623		
Outros serviços	347.536	256.502		
Total	<u>8.241.046</u>	<u>7.365.842</u>		

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

b) Rendas de Tarifas Bancárias

	R\$ mil	
	BB-Banco Múltiplo	
	Exerc/2010	Exerc/2009
Pacote de serviços	2.411.525	1.922.398
Operações de crédito e cadastro	971.548	550.067
Contas de depósito	295.522	240.427
Transferência de recursos	145.590	116.924
Total	<u>3.824.185</u>	<u>2.829.816</u>

c) Despesas de Pessoal

	R\$ mil	
	BB-Banco Múltiplo	
	Exerc/2010	Exerc/2009
Proventos	(5.671.244)	(4.530.941)
Encargos sociais	(2.023.821)	(1.527.870)
Benefícios	(1.639.565)	(1.252.487)
Provisões administrativas de pessoal	(1.719.096)	(1.301.106)
Provisões para demandas trabalhistas	(776.090)	(1.191.920)
Previdência complementar	(228.247)	(137.242)
Treinamento	(76.715)	(63.154)
Honorários de diretores e conselheiros	(20.582)	(20.223)
Total	<u>(12.155.360)</u>	<u>(10.024.943)</u>

d) Outras Despesas Administrativas

	R\$ mil	
	BB-Banco Múltiplo	
	Exerc/2010	Exerc/2009
Amortização	(2.275.378)	(1.342.380)
Comunicações	(1.181.377)	(1.016.040)
Serviços de terceiros	(1.077.466)	(793.347)
Processamento de dados	(1.006.867)	(769.997)
Depreciação	(861.319)	(650.726)
Transporte	(702.215)	(604.483)
Demandas judiciais	(703.305)	(899.525)
Serviços de vigilância e segurança	(668.699)	(585.981)
Serviços técnicos especializados	(219.196)	(154.401)
Aluguéis	(520.736)	(401.446)
Serviços do sistema financeiro	(513.155)	(444.561)
Manutenção e conservação de bens	(369.048)	(306.001)
Propaganda e publicidade	(278.514)	(229.320)
Água, energia e gás	(324.776)	(289.546)
Promoções e relações públicas	(190.577)	(162.152)
Viagem no país	(133.317)	(111.533)
Material	(118.704)	(106.273)
Outras	(427.506)	(377.823)
Total	<u>(11.572.155)</u>	<u>(9.245.535)</u>

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

e) Outras Receitas Operacionais

	R\$ mil	
	BB-Banco Múltiplo	
	Exerc/2010	Exerc/2009
Previ - Atualização de ativo atuarial	4.299.199	4.223.294
Equalização de taxas - Lei nº. 8.427/1992	2.444.924	1.773.404
Recuperação de encargos e despesas	1.035.560	1.066.621
Atualização de depósitos em garantia	1.209.535	1.079.437
Reversão de provisões - demandas trabalhistas, cíveis e fiscais	850.328	1.705.481
Reajuste cambial negativo/Reclassificação de saldos	590.444	5.158.306
Atualização dos fundos de destinação do superávit - Previ (Nota 25.e)	280.994	220.755
Operações com cartões	194.082	157.130
Reversão de provisões - despesas de pessoal	131.754	8.141
Reversão de provisões - despesas administrativas	126.845	142.994
Dividendos recebidos	51.964	43.166
Outras	789.093	291.618
Total	<u>12.004.722</u>	<u>15.870.347</u>

f) Outras Despesas Operacionais

	R\$ mil	
	BB-Banco Múltiplo	
	Exerc/2010	Exerc/2009
Parceiros comerciais ⁽¹⁾	(22.142)	(48.228)
Atualização das obrigações atuariais	(1.171.381)	(841.758)
Operações com cartões crédito/débito	(875.507)	(733.999)
Premiações a clientes	(792.226)	(442.119)
Reajuste cambial negativo/Reclassificação de saldos	(612.030)	(2.717.098)
Prêmios pagos sobre crédito consignado adquirido	(582.055)	(251.497)
Atualização de depósitos em garantia	(483.894)	(552.634)
Descontos concedidos em renegociação	(213.084)	(115.907)
Amortização de ágios em investimentos	(186.719)	(65.055)
Atualização de instrumentos híbridos de capital e dívida	(299.071)	(115.938)
Falhas/fraudes e outras perdas	(264.149)	(369.875)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(205.164)	(101.360)
Amortização/liquidação antecipada de contratos	(191.010)	(2.774)
Autoatendimento	(125.441)	(80.102)
Atualização das obrigações por aquisição de investimento	(71.459)	(291.426)
Despesas com Proagro	(51.823)	(8.139)
Atualização de recursos a devolver ao Tesouro Nacional - Lei n.º 9.138/1995	(48.453)	(43.941)
Atualização de JCP/Dividendos	(43.155)	(37.070)
Convênio INSS	(29.589)	(27.032)
Previ - Ajuste atuarial	(24.701)	(30.459)
Credenciamento do uso do Sisbacen	(16.465)	(13.571)
Outras	(661.998)	(456.641)
Total	<u>(6.971.516)</u>	<u>(7.346.623)</u>

(1) Refere-se principalmente a comissão por financiamentos originados pelos parceiros e acordos comerciais com lojistas.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

21 – Resultado não Operacional

	R\$ mil	
	BB-Banco Múltiplo	
	Exerc/2010	Exerc/2009
Receitas não Operacionais	286.060	246.452
Lucro na alienação de investimentos/ participação societária – Visa Inc.	117.166	76.696
Ganhos de capital	17.020	34.226
Lucro na alienação de valores e bens	47.553	34.514
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	38.599	44.593
Alienação de bens imóveis	31.767	30.416
Rendas de aluguéis	12.546	14.322
Reversão de provisão para perdas em ações e cotas	--	4.421
Outras rendas não operacionais	21.409	7.264
Despesas não Operacionais	(95.556)	(70.140)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(3.642)	(2.386)
Desvalorização de outros valores e bens	(47.513)	(47.272)
Perdas de capital	(38.834)	(17.040)
Outras despesas não operacionais	(5.567)	(3.442)
Total	190.504	176.312

22 – Patrimônio Líquido**a) Valor patrimonial e valor de mercado por ação ordinária**

	31.12.2010	31.12.2009
Patrimônio Líquido BB-Banco Múltiplo (R\$ mil)	50.495.741	36.119.265
Valor patrimonial por ação (R\$)	17,65	14,05
Valor de mercado por ação ordinária (R\$)	31,42	29,70

b) Capital Social

O Capital Social de R\$ 33.077.996 mil (R\$ 18.566.919 mil em 31.12.2009) está dividido em 2.860.729.247 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

O aumento do Capital Social no exercício de 2010, no valor de R\$ 14.511.077 mil, decorreu da capitalização das Reservas de Lucros (Reserva Estatutária de Margem Operacional) no valor de R\$ 7.412.899 mil e Reserva de Capital no valor de R\$ 5.188 mil, da Oferta Primária de 286 milhões de ações, no valor de R\$ 7.049.900 mil, da subscrição de 4.859.696 ações ordinárias proveniente do exercício de subscrição dos bônus "C" no valor de R\$ 42.816 mil, e da emissão de 9.039 ações ordinárias, sem valor nominal, proveniente da incorporação das controladas Besc Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil e Besc Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos no valor de R\$ 274 mil.

O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação e nas condições determinadas pela Assembleia Geral dos Acionistas, aumentar o capital social até o limite de R\$ 50.000.000 mil, mediante a emissão de ações ordinárias, concedendo-se aos acionistas preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuem, ressalvado o direito de titulares de bônus de subscrição emitidos pela Companhia.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

c) Reservas de Reavaliação

As reservas de reavaliação, no valor de R\$ 6.241 mil (R\$ 6.746 mil em 31.12.2009), referem-se às reavaliações de ativos efetuadas por empresas ligadas/controladas. As realizações ocorridas, no exercício de 2010, no montante de R\$ 505 mil (R\$ 540 mil no exercício de 2009), foram transferidas para a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados. Conforme Resolução CMN n.º 3.565/2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

d) Reservas de Capital e de Lucros

	R\$ mil	
	BB-Banco Múltiplo	
	31.12.2010	31.12.2009
Reservas de capital	--	5.188
Reservas de lucros	16.944.324	17.301.439
Reserva legal	2.884.196	2.296.291
Reservas estatutárias	14.060.128	15.005.148
Margem operacional	10.725.406	12.308.413
Equalização de dividendos	3.334.722	2.696.735

A Reserva de Capital relativa a incentivos fiscais foi capitalizada em abril de 2010, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária do Banco do Brasil de 13.04.2010.

A Reserva Estatutária para Margem Operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A Reserva Estatutária para Equalização de Dividendos assegura recursos para o pagamento dos dividendos, constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.

e) Lucro por ação

O lucro básico por ação foi calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais, excluídas as ações em tesouraria. Para o cálculo do lucro diluído por ação, foi acrescentado o número médio ponderado das potenciais subscrições de ações oriundas do exercício dos bônus de subscrição "C" (Nota 24.j).

	R\$ mil	
	BB-Banco Múltiplo	
	Exerc/2010	Exerc/2009
Lucro líquido atribuível aos acionistas (R\$ mil)	11.758.093	10.147.522
Número médio ponderado de ações		
Básico	2.711.976.359	2.567.313.946
Diluído	2.727.868.423	2.585.730.437
Lucro por ação		
Lucro básico por ação (R\$)	4,34	3,95
Lucro diluído por ação (R\$)	4,31	3,92

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

f) Juros sobre Capital Próprio/Dividendos

	BB-Banco Múltiplo			
	Valor (R\$ mil)	Valor por ação (R\$)	Data Base de pagamento	Data de Pagamento
1º trim/2010				
Dividendos pagos	444.161	0,173	21.05.2010	31.05.2010
Juros sobre o capital próprio pagos	518.155	0,202	24.03.2010	31.05.2010
2º trim/2010				
Dividendos pagos	564.785	0,220	18.08.2010	26.08.2010
Juros sobre o capital próprio pagos	525.372	0,205	24.05.2010	26.08.2010
3º trim/2010				
Dividendos pagos	375.970	0,131	22.11.2010	30.11.2010
Juros sobre o capital próprio pagos	673.935	0,236	22.09.2010	30.11.2010
4º trim/2010				
Dividendos a pagar	917.410	0,321	23.02.2011	03.03.2011
Juros sobre o capital próprio pagos	685.788	0,240	22.12.2010	30.12.2010
Exercício 2010				
Total destinado aos acionistas (item 1 + item 2)	<u>4.705.576</u>	<u>1,728</u>		
1- Dividendos	2.302.326	0,845		
2- Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	2.403.250	0,883		
Lucro líquido do período	11.758.093			
Lucros ou Prejuízos Acumulados	5.848			
Base de cálculo dos dividendos/JCP	11.763.941			

	Valor (R\$ mil)	Valor por ação (R\$)	Data Base de pagamento	Data de Pagamento
1º trim/2009				
Dividendos pagos	218.474	0,085	14.05.2009	27.05.2009
Juros sobre o capital próprio pagos	447.717	0,174	23.03.2009	27.05.2009
2º trim/2009				
Dividendos pagos	483.097	0,188	13.08.2009	27.08.2009
Juros sobre o capital próprio pagos	456.137	0,178	22.06.2009	27.08.2009
3º trim/2009				
Dividendos pagos	315.482	0,123	12.11.2009	24.11.2009
Juros sobre o capital próprio pagos	475.922	0,185	21.09.2009	24.11.2009
4º trim/2009				
Dividendos pagos	1.184.090	0,461	25.02.2010	10.03.2010
Juros sobre o capital próprio pagos	478.090	0,186	21.12.2009	10.03.2010
Exercício 2009				
Total destinado aos acionistas (item 1 + item 2)	<u>4.059.009</u>	<u>1,580</u>		
1- Dividendos	2.201.143	0,857		
2- Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	1.857.866	0,723		
Lucro líquido do período	10.147.522			

(1) Valores sujeitos à alíquota de 15% de Imposto de Renda Retido na Fonte

Em conformidade com as Leis n.º 9.249/1995 e n.º 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre capital próprio, imputados ao valor dos dividendos, acrescido de dividendos adicionais, equivalentes a 40% sobre o lucro líquido ajustado pelo valor contabilizado em Lucros ou Prejuízos Acumulados no período.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Os juros sobre capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, *pro rata* dia, da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

Para atendimento à legislação de Imposto de Renda, o montante de juros sobre o capital próprio foi contabilizado na conta Despesas Financeiras e, para fins de elaboração destas demonstrações contábeis, reclassificado para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. O total dos juros sobre capital próprio, no exercício de 2010, proporcionou redução na despesa com encargos tributários no montante de R\$ 961.300 mil.

g) Participações Acionárias (Quantidade de Ações)

Evolução da quantidade de ações de emissão do Banco em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações, bem como dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria:

Acionistas	BB-Banco Múltiplo			
	31.12.2010		31.12.2009	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União Federal	<u>1.693.134.063</u>	<u>59,3</u>	<u>1.677.309.058</u>	<u>65,3</u>
Ministério da Fazenda	1.483.734.063	51,9	1.378.734.058	53,7
Fundo de Garantia à Exportação	139.400.000	4,9	229.400.000	8,9
Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização	62.500.000	2,2	--	--
Fundo Garantidor para Investimentos	7.500.000	0,3	7.500.000	0,3
Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas – FGP	--	--	60.000.000	2,3
Fundo Garantidor de Habitação Popular – FGHab	--	--	1.675.000	0,1
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ⁽¹⁾	<u>296.564.911</u>	<u>10,3</u>	<u>266.446.187</u>	<u>10,4</u>
BNDES Participações S.A. - BNDESPar⁽¹⁾	<u>235.119</u>	<u>==</u>	<u>62.409.779</u>	<u>2,4</u>
Ações em Tesouraria	<u>9.753</u>	<u>--</u>	<u>1.150.369</u>	<u>==</u>
Outros acionistas	<u>870.785.401</u>	<u>30,4</u>	<u>562.545.119</u>	<u>21,9</u>
Total	<u>2.860.729.247</u>	<u>100,0</u>	<u>2.569.860.512</u>	<u>100,0</u>

(1) Ligadas ao Controlador.

	Ações ON ⁽¹⁾	
	31.12.2010	31.12.2009
Conselho de Administração (exceto Presidente do BB, que consta no Conselho Diretor do Banco do Brasil)	12	14
Conselho Diretor	7.370	7.665
Diretoria Executiva (exceto Conselho Diretor)	25.961	9.686
Conselho Fiscal	--	--
Comitê de Auditoria	823	823

(1) A participação acionária do Conselho de Administração, Conselho Diretor, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,001% do capital do Banco.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

h) Quantidade de Ações em Circulação/Free float

Ações Banco do Brasil	31.12.2010		31.12.2009	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Em circulação ⁽¹⁾	870.752.058	30,4	562.527.754	21,9
Total emitido	2.860.729.247	100,0	2.569.860.512	100,0

(1) Conforme Lei n.º 6.404/1976 e regulamento do Novo Mercado da BM&FBovespa. Não considera as ações em poder do Conselho de Administração, Conselho Diretor e Diretoria Executiva.

i) Bônus de Subscrição “C”

O Banco, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária de 19.05.2010, facultou a antecipação do exercício do direito de subscrição de ações decorrentes dos bônus “C” no período de 21.06.2010 a 23.06.2010, sendo exercidos 1.551.727 bônus. Permanece assegurado aos titulares dos saldos remanescentes de 4.328.704 bônus “C” o direito de subscrever ações do capital social no período de 31.03.2011 a 30.06.2011. O valor de mercado desses bônus era de R\$ 67,33 em 31.12.2010 (R\$ 58,50 em 31.12.2009).

23 – Tributos**a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL**

	R\$ mil	
	BB-Banco Múltiplo	
	Exerc/2010	Exerc/2009
Valores Correntes	<u>(4.603.134)</u>	<u>(3.745.029)</u>
IR e CSLL no país	(4.569.152)	(3.725.621)
Imposto de Renda no exterior	(33.982)	(19.408)
Valores Diferidos	<u>622.341</u>	<u>1.458.607</u>
Passivo Fiscal Diferido	(397.879)	(1.810.119)
Operações de <i>leasing</i> – ajuste da carteira e depreciação incentivada	(2.973)	--
Marcação a Mercado	(164.503)	49.286
Ganhos atuariais	65.722	(1.610.764)
Atualização de depósitos judiciais	(290.212)	(248.607)
Lucros do exterior	(2.032)	--
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	(3.881)	(34)
Ativo Fiscal Diferido	1.020.220	3.268.726
Diferenças intertemporais	780.495	3.131.118
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	128.789	42.819
Marcação a Mercado	140.003	175.308
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	(29.067)	(80.519)
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(3.980.793)</u>	<u>(2.286.422)</u>

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	R\$ mil	
	BB-Banco Múltiplo	
	Exerc/2010	Exerc/2009
Resultado Antes dos Tributos e Participações	17.239.112	13.729.226
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (15%)	(6.895.645)	(5.491.690)
Encargos sobre JCP	961.300	743.146
Resultado de participação em controladas e coligadas	1.149.586	739.821
Participações no lucro	600.091	518.113
Ativação de Créditos Tributários (CSLL exercícios anteriores)	--	1.213.177
Outros valores	203.876	(8.989)
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	<u>(3.980.792)</u>	<u>(2.286.422)</u>

Considerando que algumas instituições financeiras vinham ingressando na justiça com ações individuais questionando a majoração da alíquota da CSLL e que a Confederação Nacional do Sistema Financeiro – Consif propusera Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN, o Banco vinha reconhecendo créditos tributários em montante suficiente para anular, exclusivamente, o efeito no resultado decorrente da majoração da alíquota (6%) sobre os passivos fiscais de CSLL (corrente e diferidos). O Banco do Brasil realizou avaliação dos argumentos utilizados na ADIN, concluindo pela remota possibilidade de êxito por parte da Consif, razão pela qual o Banco efetuou, no exercício de 2009, registro complementar de créditos tributários de CSLL para alcançar a alíquota majorada de 15%, no montante de R\$ 1.213.177 mil.

c) Despesas Tributárias

	R\$ mil	
	BB-Banco Múltiplo	
	Exerc/2010	Exerc/2009
Cofins	(2.087.592)	(1.791.777)
ISSQN	(480.644)	(418.016)
PIS/Pasep	(318.509)	(291.162)
Outras	(74.024)	(59.678)
Total	<u>(2.960.769)</u>	<u>(2.560.633)</u>

d) Passivo Fiscal Diferido

	R\$ mil	
	BB-Banco Múltiplo	
	31.12.2010	31.12.2009
Decorrentes de ganhos atuariais ⁽¹⁾	4.049.365	4.123.099
Decorrentes do ajuste da carteira de <i>leasing</i>	2.973	--
Decorrentes de atualização de depósitos judiciais	316.412	156.508
Decorrentes da marcação a mercado	354.776	179.243
Dependências no exterior	3.141	3.827
Decorrentes de operações em mercados de liquidação futura	4.394	113.702
Outros	2.032	11
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	<u>4.733.093</u>	<u>4.576.390</u>
Imposto de Renda	2.518.448	2.497.476
Contribuição Social	1.508.079	1.428.023
PIS/Pasep	98.767	90.985
Cofins	607.799	559.906

(1) A realização das obrigações fiscais diferidas sobre ganhos atuariais está relacionada à realização dos valores do ativo atuarial (Nota 25).

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)**Ativado**

	R\$ mil			
	BB-Banco Múltiplo			31.12.2010
	31.12.2009	Exercício/2010		
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças Temporárias	16.246.460	4.565.080	3.989.826	16.821.714
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.357.817	548.413	1.027.187	6.879.043
Provisões passivas	6.192.259	2.403.407	2.223.979	6.371.687
Marcação a mercado	209.519	391.560	318.209	282.870
Outras provisões	2.486.865	1.221.700	420.451	3.288.114
CSLL Escriturada a 18% (MP 2.158/2001)	3.188.190	196.481	575.407	2.809.264
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	772.285	191.640	843.001	120.924
Total dos Créditos Tributários Ativados	20.206.935	4.953.201	5.408.234	19.751.902
Imposto de Renda	10.886.269	2.989.319	3.302.315	10.573.273
Contribuição Social	9.298.545	1.921.231	2.071.873	9.147.903
PIS/Pasep	3.092	5.962	4.759	4.295
Cofins	19.029	36.689	29.287	26.431

Não Ativado

	R\$ mil	
	BB-Banco Múltiplo	
	31.12.2010	31.12.2009
Créditos tributários no exterior	198.728	108.345
Total dos Créditos Tributários não Ativados	198.728	108.345
Imposto de Renda	124.205	67.716
Contribuição Social	74.523	40.629

Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos créditos tributários, respalda-se em estudo técnico elaborado em 31.12.2010, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação.

	R\$ mil	
	BB-Banco Múltiplo	
	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2011	3.531.458	3.327.897
Em 2012	3.411.583	3.074.753
Em 2013	3.508.476	3.032.052
Em 2014	3.287.961	2.730.942
Em 2015	4.605.901	3.654.441
A partir de 2016	1.406.523	1.075.361
Total de Créditos Tributários	19.751.902	16.895.447

No exercício, observou-se a realização de créditos tributários no Banco do Brasil no montante de (R\$ 6.266.506 mil correspondente a 174,11% da respectiva projeção de utilização para o exercício de 2010, que constava no estudo técnico elaborado em 31.12.2009 (R\$ 3.599.072 mil).

A realização dos valores nominais de créditos tributários ativados, considerando a recomposição daqueles baixados durante o trâmite da ação judicial (70%), baseada em estudo técnico realizado pelo Banco do Brasil (31.12.2010), está projetada para 6,5 anos, nas seguintes proporções:

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

	BB-Banco Múltiplo	
	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Intertemporais ⁽²⁾
Em 2011	28%	16%
Em 2012	24%	16%
Em 2013	28%	16%
Em 2014	20%	16%
Em 2015	--	27%
A partir de 2016	--	9%

(1) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

(2) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

24 – Partes Relacionadas

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco do Brasil, formado pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal, são apresentados como segue:

	BB-Banco Múltiplo	
	Exercício/2010	Exercício/2009
Benefícios de curto prazo	27.008	25.095
Honorários	17.235	17.476
Diretoria Executiva	15.426	15.885
Comitê de Auditoria	1.341	1.157
Conselho de Administração	255	237
Conselho Fiscal	213	197
Participações no lucro	7.662	6.854
Outros	2.111	765
Benefícios de rescisão de trabalho	2.125	10.940
Total	29.133	36.035

O Banco do Brasil não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração, com exceção àqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ. Desde janeiro de 2007, em razão do superávit acumulado no Plano desses funcionários, o Banco não apresenta despesas com esse benefício (Nota 25).

O Banco não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade à proibição à todas instituições financeiras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco do Brasil são eliminados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Em relação ao acionista controlador, estão incluídas as transações com o Tesouro Nacional e os órgãos da Administração Direta do Governo Federal, que mantêm operações bancárias com o Banco do Brasil.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, operações compromissadas e empréstimos (exceto com o Pessoal Chave da Administração). Há ainda contratos de prestação de serviços e de garantias prestadas. Tais transações são praticadas em condições normais de mercado, substancialmente nos termos e

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

condições para operações comparáveis, incluindo taxas de juros e garantias. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

Os recursos aplicados em títulos públicos federais e os destinados a fundos e programas oriundos de repasses de Instituições Oficiais estão relacionados nas Notas 7 e 17 respectivamente.

O Banco é patrocinador da Fundação Banco do Brasil cujos objetivos são a promoção, apoio, incentivos e patrocínio de ações de âmbito educacional, cultural, social, filantrópico, recreativo/esportivo e de fomento às atividades de pesquisa científico-tecnológica e assistência às comunidades urbano-rurais. No exercício 2010, o Banco fez contribuições para a Fundação Banco do Brasil no valor de R\$ 90.320 mil (R\$ 42.932 mil no exercício de 2009).

As informações referentes aos repasses e demais transações com outras entidades patrocinadas estão divulgadas na Nota 25.

No exercício 2010, o Banco do Brasil adquiriu carteiras de operações de crédito do Banco Votorantim, cedidas com coobrigação, no montante R\$ 7.975.787 mil (R\$ 2.134.420 mil no exercício de 2009).

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

Saldos das operações ativas e passivas do Banco do Brasil com as partes relacionadas em 31.12.2010 e 31.12.2009 e seus respectivos resultados nos exercícios de 2010 e 2009:

	31.12.2010						R\$ mil
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas	Controle Conjunto	Coligadas	Pessoal Chave da Administração ⁽²⁾	Outras Partes Relacionadas ⁽³⁾	Total
Ativos							
Aplicações em depósitos interfinanceiros	--	14.960.687	75.078	--	--	--	15.035.765
Títulos e valores mobiliários	--	5.632	92.574	27.988	--	--	126.194
Operações de crédito	947.969	48.602	86.706	--	--	798.938	1.882.215
Valores a receber	--	29.570	--	--	--	--	29.570
Outros ativos	--	402.472	318.106	--	--	135.926	856.504
Passivos							
Depósitos à vista	816.374	51.353	50.069	5.680	522	1.226.662	2.150.660
Depósitos em poupança	--	--	--	--	1.117	--	1.117
Depósitos a prazo remunerados	--	3.492.926	1.159.700	708.689	5.636	7.115.485	12.482.436
Operações compromissadas tomadas	--	1.174.729	--	--	--	528.713	1.703.442
Obrigações por empréstimos e repasses	1.512.822	9.443.002	--	--	--	37.697.421	48.653.245
Outros passivos	--	31.075	113.117	--	--	121.355	265.547
Resultado – Exercício 2010							
Rendas de juros e prestação de serviços	87.957	1.578.538	1.047.877	165.570	--	427.908	3.307.850
Despesas com captação	(170.672)	(385.147)	(19.892)	(21.951)	(838)	(2.400.736)	(2.999.236)
Garantias e Outras Coobrigações ⁽⁴⁾	--	1.002.892	9.409.585	--	--	--	10.412.477

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

	31.12.2009						R\$ mil
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas	Controle Conjunto	Coligadas	Pessoal Chave da Administração ⁽²⁾	Outras Partes Relacionadas ⁽³⁾	Total
Ativos							
Aplicações em depósitos interfinanceiros	--	16.559.827	--	--	--	--	16.559.827
Títulos e valores mobiliários	--	3.930	82.277	--	--	--	86.207
Operações de crédito	1.218.927	234.136	88.446	--	--	262.227	1.803.736
Valores a receber	--	28.979	--	--	--	--	28.979
Outros ativos	--	1.001.079	294.958	153.214	--	--	1.449.251
Passivos							
Depósitos à vista	711.810	30.127	11.028	16.203	809	876.779	1.646.756
Depósitos em poupança	--	--	--	--	994	--	994
Depósitos a prazo remunerados	--	5.082.990	278.427	294.868	5.136	4.877.040	10.538.461
Operações compromissadas tomadas	--	1.023.492	--	--	--	1.174.283	2.197.775
Obrigações por empréstimos e repasses	2.100.693	7.328.589	--	--	--	26.793.832	36.223.114
Outros passivos	--	50.278	47.184	21.176	--	17.508	136.146
Resultado – Exercício 2009							
Rendas de juros e prestação de serviços	111.541	1.330.800	690.133	141.676	--	173.841	2.447.991
Despesas com captação	(165.932)	(219.083)	(19.934)	(19.485)	(1.341)	(2.046.112)	(2.471.842)
Garantias e Outras Coobrigações	--	478.160	--	--	--	--	478.160

- (1) Controlador - compreende o Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal.
- (2) Pessoal Chave da Administração - Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.
- (3) Compreendem as empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal e entidades vinculadas aos funcionários.
- (4) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim, equivalente ao valor do patrimônio líquido daquela instituição deduzido dos valores utilizados nas operações com o Banco.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

25 – Benefícios a Empregados

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

Entidades Patrocinadas	Planos	Benefícios	Classificação
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmais	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar - PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc - Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM - Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas BESC e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelo Banco:

Planos	31.12.2010			31.12.2009		
	N.º de participantes			N.º de participantes		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Planos de Aposentadoria e Pensão	<u>105.074</u>	<u>105.517</u>	<u>210.591</u>	<u>100.447</u>	<u>100.508</u>	<u>200.955</u>
Plano de Benefícios 1 – PREVI	32.449	82.727	115.176	33.814	82.536	116.350
Plano Previ Futuro	60.113	370	60.483	51.923	73	51.996
Plano Informal	--	7.920	7.920	--	7.703	7.703
Outros Planos	12.512	14.500	27.012	14.710	10.196	24.906
Planos de Assistência Médica	<u>117.262</u>	<u>82.153</u>	<u>199.415</u>	<u>98.262</u>	<u>81.359</u>	<u>179.621</u>
Plano Cassi	98.221	82.153	180.374	91.364	81.359	172.723
Outros Planos	19.041	--	19.041	6.898	--	6.898

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Contribuições do Banco para os planos de benefícios:

Contribuição Patronal	R\$ mil	
	Exercício/2010	Exercício/2009
Planos de Aposentadoria e Pensão	<u>1.004.182</u>	<u>1.089.673</u>
Plano de Benefícios 1 – PREVI ⁽¹⁾	459.051	638.191
Plano Previ Futuro	184.045	144.128
Plano Informal	295.797	296.375
Outros Planos	65.289	10.979
Planos de Assistência Médica	<u>722.785</u>	<u>660.776</u>
Plano Cassi	689.561	635.342
Outros Planos	33.224	25.434
Total	<u>1.726.967</u>	<u>1.750.449</u>

(1) Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados no contrato 97 que tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14.04.1967, inclusive, e que tenham se aposentado ou venham a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Formal. Essas contribuições ocorreram através da realização do ativo Fundo Paridade (Nota 25.e.1).

As contribuições do Banco para os planos de benefícios durante o 1º semestre de 2011 estão estimadas em R\$ 585.949 mil.

Valores reconhecidos no resultado:

	R\$ mil	
	Exercício/2010	Exercício/2009
Planos de Aposentadoria e Pensão	<u>3.532.137</u>	<u>3.772.749</u>
Plano de Benefícios 1 – PREVI	4.299.199	4.223.294
Plano Previ Futuro	(184.045)	(144.128)
Plano Informal	(522.033)	(299.790)
Outros Planos	(60.984)	(6.627)
Planos de Assistência Médica	<u>(954.904)</u>	<u>(858.723)</u>
Plano Cassi	(892.045)	(854.634)
Outros Planos	(62.859)	(4.089)
Total	<u>2.577.233</u>	<u>2.914.026</u>

a) Planos de aposentadoria e pensão

Previ Futuro (Previ): Participam desse plano os funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24.12.1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ): Participam desse plano os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23.12.1997. Plano fechado para novas adesões. Em decorrência do estabelecimento, em dezembro de 2000, da paridade entre as contribuições do Banco e dos participantes, foi constituído o fundo paridade, cujos recursos vem sendo utilizados para compensar as contribuições ao plano. Em vista de superávit acumulado, foram suspensas, retroativamente a janeiro de 2007, as contribuições dos participantes, beneficiários (aposentados e pensionistas) e do patrocinador (Banco do Brasil). Conforme Memorando de Entendimentos firmado entre o Banco do Brasil, Previ e entidades representantes dos beneficiários, foi proposta a alteração do Regulamento do Plano 1, que abrange a suspensão das contribuições nos exercícios 2011, 2012 e 2013, ficando a sua manutenção vinculada à existência da Reserva Especial do plano.

Plano Informal (Previ): É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem: (a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

falecidos até 14.04.1967; (b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes do Banco do Brasil que se aposentaram até 14.04.1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e (c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no Plano de Benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco.

Prevmais (Economus): Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2009) inscritos a partir de 01.08.2006 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus): Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31.07.2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente em média com 12,11% sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus): Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos. A contribuição da patrocinadora incide sobre os salários reais de participação de forma paritária com os participantes.

Grupo B' (Economus): Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22.01.1974 a 13.05.1974 e seus beneficiários. Plano fechado para novas adesões. O nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em Regulamento, é conhecido *a priori*.

Multifuturo I (Fusesc): Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.09.2008) inscritos a partir de 12.01.2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios 1 da Fusesc que optaram por este plano de benefícios. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2,33% e 7% do salário de participação conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios 1 (Fusesc): Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc inscritos até 11.01.2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente com 9,89% em média sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep): Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente em média com 3,58% sobre o salário de participação.

b) Planos de assistência médica

Plano de Associados (Cassi): O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco do Brasil contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão. A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 3% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus): Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de co-participação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Plano Unificado de Saúde - PLUS II (Economus): Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de co-participação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus): Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no interior e na capital do Estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” e “C” e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano de saúde (SIM): Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina. A contribuição mensal dos associados é de 3% do valor dos proventos gerais.

Visto que as contribuições devidas pelo Banco, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado, as obrigações do Banco em relação aos associados aposentados são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Além disso, o Banco também é responsável pela manutenção do equilíbrio financeiro do plano para determinados grupos de associados. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

c) Avaliações atuariais

Mudanças no valor presente das obrigações de benefício definido:

Valor presente das obrigações atuariais	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos		R\$ mil
	Exerc/2010	Exerc/2009	Exerc/2010	Exerc/2009	Exerc/2010	Exerc/2009	Exerc/2010	Exerc/2009	
Saldo Inicial	(80.270.786)	(76.109.636)	(1.743.385)	(1.739.591)	(4.943.220)	(4.677.766)	(4.432.673)	(3.407.761)	
Custo dos juros	(8.434.756)	(8.076.071)	(202.866)	(194.472)	(542.750)	(541.968)	(514.367)	(460.894)	
Custo do serviço corrente	(447.544)	(409.344)	--	--	(70.937)	(61.463)	(41.506)	(36.364)	
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	7.532.656	7.166.391	295.797	296.759	376.039	351.951	314.364	275.270	
Despesas Administrativas pagas pelo plano	--	35.831	--	--	--	--	--	--	
Ganho/(perda) atuarial sobre a obrigação atuarial	(9.185.047)	(2.877.957)	(344.304)	(106.081)	(116.304)	(13.974)	(515.228)	(802.924)	
Saldo Final	(90.805.477)	(80.270.786)	(1.994.759)	(1.743.385)	(5.297.172)	(4.943.220)	(5.189.411)	(4.432.673)	
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(90.805.477)	(80.270.786)	--	--	--	--	(4.339.122)	(3.943.103)	
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	--	--	(1.994.759)	(1.743.385)	(5.297.172)	(4.943.220)	(850.289)	(489.570)	

Mudanças no valor justo dos ativos do plano:

Valor justo dos ativos do plano	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos		R\$ mil
	Exerc/2010	Exerc/2009	Exerc/2010	Exerc/2009	Exerc/2010	Exerc/2009	Exerc/2010	Exerc/2009	
Saldo Inicial	137.814.150	104.778.828	--	--	--	--	3.943.103	3.683.135	
Rendimento estimado dos ativos do plano	13.963.696	10.871.704	--	--	--	--	532.843	542.635	
Contribuições recebidas	459.300	638.380	295.797	296.759	376.039	351.951	56.326	65.984	
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	(7.532.656)	(7.166.391)	(295.797)	(296.759)	(376.039)	(351.951)	(245.810)	(230.200)	
Despesas Administrativas pagas pelo plano	--	(35.831)	--	--	--	--	--	--	
Reversão de valores para a Patrocinadora/Participante ⁽¹⁾	(15.068.115)	--	--	--	--	--	--	--	
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	11.929.947	28.727.461	--	--	--	--	52.660	(118.451)	
Saldo Final	141.566.323	137.814.150	--	--	--	--	4.339.122	3.943.103	

(1) Refere-se aos valores utilizados para a constituição do fundo de destinação do superávit, cabendo ao Banco o montante de R\$ 7.519.058 mil conforme evidenciado na Nota 25.e.2

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Valores reconhecidos no balanço patrimonial:

Valores reconhecidos no Balanço Patrimonial	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
	R\$ mil							
1) Valor justo dos ativos do plano	141.566.323	137.814.150	--	--	--	--	4.339.122	3.943.103
2) Valor presente das obrigações atuariais	(90.805.477)	(80.270.786)	(1.994.759)	(1.743.385)	(5.297.172)	(4.943.220)	(5.189.411)	(4.432.673)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	50.760.845	57.543.364	(1.994.759)	(1.743.385)	(5.297.172)	(4.943.220)	(850.289)	(489.570)
4) Superávit/(déficit) - parcela patrocinadora	25.380.423	28.771.682	(1.994.759)	(1.743.385)	(5.297.172)	(4.943.220)	(684.994)	(481.644)
5) Ganhos/(perdas) atuariais não reconhecidos	15.485.635	16.116.336	(199.476)	(174.338)	(689.849)	(481.750)	(180.865)	(34.379)
6) Custo do serviço passado não reconhecido	--	--	--	--	--	(104.015)	--	--
7) (Passivo)/Ativo atuarial líquido registrado (4-5-6)	9.894.787	12.655.346	(1.795.283)	(1.569.047)	(4.607.323)	(4.357.455)	(504.130)	(447.265)

A realização do ativo atuarial registrado em Outros Créditos (Nota 11.b) ocorrerá obrigatoriamente até o final do plano. Entende-se por final do plano, a data em que será pago o último compromisso.

Valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido:

Valores reconhecidos no resultado	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	Exerc/2010	Exerc/2009	Exerc/2010	Exerc/2009	Exerc/2010	Exerc/2009	Exerc/2010	Exerc/2009
	R\$ mil							
1) Custo do serviço corrente	(223.772)	(204.672)	--	--	(70.937)	(61.463)	(20.985)	(19.412)
2) Contribuições dos participantes	--	--	--	--	--	--	(4.366)	(703)
3) Custo dos juros	(4.217.378)	(4.038.035)	(202.866)	(194.472)	(542.750)	(541.968)	(283.195)	(251.042)
4) Rendimento esperado sobre os ativos do plano	6.981.848	5.435.852	--	--	--	--	268.359	279.971
5) Amortização do ganho/(perda) atuarial líquido	1.758.501	3.030.150	(319.167)	(105.702)	(2.307)	--	(17.055)	(8.819)
6) Custo do serviço passado não reconhecido	--	--	--	--	(9.913)	(9.913)	--	--
7) Despesa com funcionários da ativa	--	--	--	--	(208.894)	(186.250)	--	--
8) Despesa com contribuição extraordinária	--	--	--	--	(57.244)	(55.040)	--	--
9) Efeito do ativo passivo não reconhecido	--	--	--	--	--	--	--	--
10) (Despesa)/receita reconhecida na DRE	4.299.199	4.223.294	(522.033)	(300.174)	(892.045)	(854.634)	(30.995)	(34.690)
							(88.237)	(34.695)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Composição dos ativos dos planos, apresentados como porcentagem do total:

Composição dos ativos	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Renda Fixa	29,1%	30,7%	--	--	--	--	88,7%	83,1%
Renda Variável	64,7%	63,8%	--	--	--	--	7,8%	9,9%
Investimentos imobiliários	3,2%	2,8%	--	--	--	--	1,7%	1,7%
Empréstimos e Financiamentos	2,9%	2,6%	--	--	--	--	1,4%	2,1%
Outros	--	0,1%	--	--	--	--	0,4%	3,2%
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano								
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	6,7%	6,8%	--	--	--	--	--	--
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	0,1%	0,1%	--	--	--	--	--	0,1%

Comparativo evidenciando o retorno esperado e o retorno real dos ativos do plano:

Especificação	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	Exerc/2010	Exerc/2009	Exerc/2010	Exerc/2009	Exerc/2010	Exerc/2009	Exerc/2010	Exerc/2009
Taxa nominal de rendimento esperado sobre os ativos do plano	10,96%	10,76%	--	--	--	--	10,96%	14,26%
Rendimento esperado dos ativos para o período (R\$ mil)	13.963.696	10.871.704	--	--	--	--	532.843	523.007
Rendimento efetivo (R\$ mil)	10.825.529	39.599.165	--	--	--	--	585.503	394.377

Principais premissas atuariais adotadas em cada período:

Premissas atuariais	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos (1)	
	Exerc/2010	Exerc/2009	Exerc/2010	Exerc/2009	Exerc/2010	Exerc/2009	Exerc/2010	Exerc/2009
Taxa de inflação	4,38%	4,20%	4,38%	4,20%	4,38%	4,20%	4,38%	5,15%
Taxa real de desconto	6,30%	6,30%	6,30%	6,30%	6,30%	6,30%	6,30%	8,66%
Taxa nominal de retorno dos investimentos	10,96%	10,76%	--	--	--	--	10,96%	14,26%
Taxa de crescimento salarial futuro	0,41%	1,26%	--	--	0,41%	1,26%	0,26%	3,29%
Tempo médio remanescente de trabalho (anos)	3,57	4,04	--	--	14,81	14,14	5,24	4,51
Tábua de sobrevivência	AT-83	AT-83	AT-83 (2)	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

(1) As premissas atuariais agrupadas são apresentadas através de médias ponderadas.

(2) Nos cálculos atuariais do Plano Informal em 31.12.2009 foi utilizada tábua transitória entre a GAM-71 modificada e a GAM-83.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas. As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

Diferenças de premissas do Plano 1 – Previ:

Premissas/método	Banco	Previ
Taxa real de desconto	6,3% a.a.	5% a.a.
Tábua de sobrevivência	AT-83	AT-2000
Avaliação de Ativos – Fundos exclusivos	Valor de mercado ou fluxo de caixa descontado - cenário base	Fluxo de caixa descontado - cenário conservador
Regime de Capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

Conciliação do Plano 1 valores apresentados na Previ/Banco:

	R\$ mil					
	Ativos do Plano		Obrigações Atuariais		Efeito no Superávit	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Valores apresentados na Previ	116.790.760	117.127.503	(90.629.774)	(72.989.055)	26.160.986	44.138.448
Incorporação dos valores do contrato 97 ⁽¹⁾	13.147.607	12.554.780	(13.147.607)	(12.554.780)	--	--
Ajuste no valor dos ativos do plano ⁽²⁾	11.627.956	8.131.867	--	--	11.627.956	8.131.867
Ajuste nas obrigações – taxa de desconto/regime de capitalização	--	--	12.971.904	5.273.049	12.971.904	5.273.049
Valor apurado pelo Banco	141.566.323	137.814.150	(90.805.477)	(80.270.786)	50.760.846	57.543.364

- (1) O contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14.04.67, inclusive, e que tenham se aposentado ou venham a se aposentar após essa data exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.
- (2) Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos ativos do plano, utilizando-se o valor de mercado para as ações da Vale e fluxo de caixa descontado – cenário base para os ativos Neenergia, 521 Participações e Invepar enquanto que na Previ é utilizado o método de fluxo de caixa descontado – cenário conservador.

Valores atuariais para o período atual e para os quatro períodos anteriores:

Especificação	R\$ mil				
	2010	2009	2008	2007	2006
Plano 1 (Previ) - Superávit (déficit)	50.760.845	57.543.364	28.669.191	64.229.505	37.481.696
Obrigações de benefício definido	(90.805.477)	(80.270.786)	(76.109.637)	(70.572.791)	(65.870.816)
Ativos do plano	141.566.323	137.814.150	104.778.828	134.802.296	103.352.512
Ajustes de experiência sobre os passivos do plano	(8,4%)	(3,6%)	(7,1%)	(3,2%)	(9,7%)
Ajustes de experiência sobre os ativos do plano	16,7%	20,8%	(28,7%)	(18,7%)	(17,3%)
Plano Informal (Previ) - Superávit (déficit)	(1.994.759)	(1.743.386)	(1.739.592)	(1.666.065)	(1.633.840)
Obrigações de benefício definido	(1.994.759)	(1.743.386)	(1.739.592)	(1.666.065)	(1.633.840)
Ativos do plano	--	--	--	--	--
Ajustes de experiência sobre os passivos do plano	(3,7%)	(6,1%)	(11,4%)	(9,6%)	(12,1%)
Plano de Associados (Cassi) - Superávit (déficit)	(5.297.172)	(4.943.220)	(4.677.766)	(4.547.868)	(3.562.867)
Obrigações de benefício definido	(5.297.172)	(4.943.220)	(4.677.766)	(4.547.868)	(3.562.867)
Ajustes de experiência sobre os passivos do plano	(2,9%)	(0,3%)	0,1%	8,8%	--
Ajustes de experiência sobre os ativos do plano	--	--	--	--	--
Outros Planos - Superávit (déficit)	(850.290)	(489.570)	171.899	--	--
Obrigações de benefício definido	(5.189.411)	(4.432.673)	(446.280)	--	--
Ativos do plano	4.339.121	3.943.103	618.179	--	--
Ajustes de experiência sobre os passivos do plano	(6,9%)	(17,6%)	(4,9%)	--	--
Ajustes de experiência sobre os ativos do plano	(0,5%)	(3,2%)	0,4%	--	--

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

d) Resumo dos ativos/(passivos) registrados no Banco - benefícios a empregados

Especificação	Ativo Atuarial		Passivo Atuarial	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
	R\$ mil			
Plano 1 (Previ)	9.894.787	12.655.346	--	--
Plano Informal (Previ)	--	--	(1.795.283)	(1.569.047)
Plano de Associados (Cassi)	--	--	(4.607.323)	(4.357.455)
Regulamento Geral (Economus)	--	--	(113.592)	(90.686)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	--	--	(237)	--
Plus I e II (Economus)	--	--	(275.836)	(242.945)
Grupo B' (Economus)	--	--	(114.465)	(113.634)
Total	9.894.787	12.655.346	(6.906.736)	(6.373.767)

e) Destinações do Superávit – Plano 1

	Fundo Paridade		Fundo de Destinação	
	Exerc/2010	Exerc/2009	Exerc/2010	Exerc/2009
	R\$ mil			
Saldo Inicial	1.778.366	2.195.802	7.519.058	=
Atualização	205.308	220.944	75.935	--
Contribuições ao Plano 1	(459.300)	(638.380)	--	--
Saldo Final	1.524.374	1.778.366	7.594.993	=

e.1) Fundo Paridade

O custeio do plano era mantido, até 15.12.2000, com a contribuição de 2/3 (dois terços) pelo Banco e de 1/3 (um terço) pelos participantes. A partir de 16.12.2000, visando adequar às disposições da Emenda Constitucional nº. 20, tanto o Banco quanto os participantes passaram a contribuir com 50% cada, sendo inclusive objeto de acordo posterior entre as partes envolvidas, com a devida homologação pela Secretaria de Previdência Complementar.

O custo da implementação da paridade contributiva foi coberto com a utilização do superávit existente no Plano na época. Como efeito desse Acordo, coube ao Banco, ainda, reconhecer o valor de R\$ 2.227.254 mil, os quais foram registrados em Outros Créditos – Títulos e Créditos a Receber - Previ. Esse Ativo é corrigido mensalmente com base na meta atuarial (INPC + 5% a.a.), e vem sendo utilizado desde janeiro de 2007 para compensar eventual desequilíbrio financeiro na relação entre Reserva a Amortizar e Amortizante Antecipada decorrente do contrato estabelecido com a Previ em 1997, o qual garantiu benefícios complementares aos participantes do Plano 1 admitidos até 14.04.1967 e que não estavam aposentados até aquela data.

e.2) Fundo de Destinação

Em 24.11.2010, o Banco do Brasil assinou Memorando de Entendimentos com as entidades representativas de funcionários e aposentados, visando à destinação e utilização parcial do superávit do Plano, conforme determina a Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CGPC n.º 26/2008.

Face a aprovação das medidas previstas no Memorando de Entendimentos pelo Conselho Deliberativo da Previ, o Banco registrou, em 30.11.2010, em Outros Créditos – Títulos e Créditos a Receber – Previ, o montante de R\$ 7.519.058 mil em contrapartida à baixa do valor na rubrica de Outros Créditos - Ativo Atuarial, sendo corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a).

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

26 – Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes Fiscais

O Banco é parte ativa em processos judiciais visando restituir indébitos tributários, reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável ao Banco (ainda não contabilizadas), de acordo com a Resolução CMN n.º 3.823/2009. Destacam-se as ações de maior relevância:

a.1) Inconstitucionalidade do Imposto de Renda sobre o Lucro Líquido pago sobre o exercício de 1989 e 1º semestre/1992, no valor de R\$ 14.292 mil (R\$ 13.101 mil em 31.12.2009);

a.2) IOF - Lei n.º 8.033/1990 (Correção Monetária), no valor de R\$ 223.660 mil (R\$ 203.470 mil em 31.12.2009).

b) Passivos Contingentes – Prováveis

Ações Trabalhistas

O Banco é parte passiva em processos trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

Ações Fiscais

O Banco está sujeito a questionamentos das autoridades fiscais com relação a impostos, que podem gerar autuações com o objeto de competência ou o montante de receita tributável ou despesa dedutível. A maioria das ações oriundas das autuações versam, principalmente, sobre ISSQN, CPMF, CSLL, IRPJ e IOF, e, como garantia de algumas delas, há penhoras em dinheiro ou imóveis.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se as ações de cobrança de diferença entre a inflação ocorrida e o índice utilizado para correção de aplicações financeiras durante o período dos Planos Econômicos (Plano Collor, Plano Bresser e Plano Verão).

Com a proximidade dos prazos prescricionais para propositura de ações visando à reposição de valores com base nos índices inflacionários afastados por esses Planos Econômicos, ocorreu incremento no volume de ações ajuizadas. As ações cujos êxitos pelas partes adversas são considerados prováveis estão devidamente provisionadas. Os índices questionados estão previstos em lei que regulou à época a política econômica do Governo Federal. Com a prescrição ocorrida, não há passivo potencialmente representativo a ser considerado.

Sobre essa matéria, há ação pendente de julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) – ADPF/165: Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – de autoria da Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif), com o objetivo de declarar a constitucionalidade da legislação que instituiu os Planos Econômicos.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Movimentações na provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como prováveis:

	BB-Banco Múltiplo		R\$ mil
	Exerc/2010	Exerc/2009	
Demandas Trabalhistas			
Saldo Inicial	3.242.208	2.456.461	
Constituição	481.273	1.526.525	
Reversão da provisão	(740.365)	(1.475.351)	
Baixa por pagamento	(709.436)	(538.711)	
Atualização monetária	188.322	189.951	
Valores adicionados/incorporados ⁽¹⁾	388	1.083.333	
Saldo Final	<u>2.462.390</u>	<u>3.242.208</u>	
Demandas Fiscais			
Saldo Inicial	174.696	122.456	
Constituição	25.659	99.095	
Reversão da provisão	(9.094)	(51.296)	
Baixa por pagamento	(8.508)	(898)	
Atualização monetária	12.624	5.339	
Saldo Final	<u>195.377</u>	<u>174.696</u>	
Demandas Cíveis			
Saldo Inicial	3.036.381	1.719.947	
Constituição	929.880	1.049.776	
Reversão da provisão	(387.665)	(1.024.777)	
Baixa por pagamento	(417.872)	(159.733)	
Atualização monetária	302.046	141.277	
Valores adicionados/incorporados ⁽¹⁾	1.799	1.309.891	
Saldo Final	<u>3.464.569</u>	<u>3.036.381</u>	
Total das Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	<u>6.122.336</u>	<u>6.453.285</u>	

(1) Referem-se aos saldos do Banco Popular do Brasil, Bescleasing e Bescredi, incorporados em 2010, e do Banco Nossa Caixa, adquirido em março de 2009 e incorporado em novembro de 2009.

c) Passivos Contingentes – Possíveis

As demandas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas com risco “possível” são dispensadas de constituição de provisão com base na Resolução CMN n.º 3.823/2009.

Ações Trabalhistas

Representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

Ações Fiscais

Representam pedidos relacionados com: ISSQN, cobrança e outras obrigações fiscais oriundas da Secretaria da Receita Federal e do Instituto Nacional do Seguro Social. As principais contingências têm origem em:

Autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), visando o recolhimento de contribuições incidentes sobre abonos salariais pagos nos acordos coletivos do período de 1995 a 2006, no valor de R\$ 1.025.848 mil, verbas de transporte coletivo e utilização de veículo próprio por empregados do Banco do Brasil, no valor de R\$ 155.211 mil e participações nos lucros e resultados de funcionários, correspondentes ao período de abril de 2001 a outubro de 2003, no valor de R\$ 25.833 mil.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios visando a cobrança de ISSQN, no montante de R\$ 234.677 mil.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se as ações que visam indenizações e a cobrança de diferença entre a inflação ocorrida e o índice utilizado para correção de aplicações financeiras durante o período dos Planos Econômicos (Plano Collor, Plano Bresser e Plano Verão).

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis:

	R\$ mil	
	BB-Banco Múltiplo	
	31.12.2010	31.12.2009
Demandas Trabalhistas	83.822	40.950
Demandas Fiscais	1.746.429	1.843.559
Demandas Cíveis	2.761.507	2.620.763
Total	4.591.758	4.505.272

d) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

	R\$ mil	
	BB-Banco Múltiplo	
	31.12.2010	31.12.2009
Demandas Trabalhistas	2.420.578	2.228.067
Demandas Fiscais	4.149.248	3.790.881
Demandas Cíveis	2.832.003	2.247.146
Total	9.401.829	8.266.094

e) Obrigações Legais

O Banco mantém registrado em Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias, o montante de R\$ 12.241.776 mil (R\$ 11.245.230 mil em 31.12.2009), relativo às seguintes ações:

Ação Judicial: Imposto de Renda e Contribuição Social

Em fevereiro de 1998, o Banco ingressou na via judicial com pedido de compensação integral dos prejuízos fiscais acumulados de Imposto de Renda e das bases negativas de Contribuição Social. Desde então, o Banco passou a compensar integralmente prejuízos fiscais e bases negativas com o valor devido de Imposto de Renda e de Contribuição Social, realizando o depósito integral do montante devido (70% do valor compensado), o que ensejou o despacho do Juízo da 16ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal reconhecendo a suspensão da exigibilidade dos referidos tributos, nos termos do artigo 151, inciso II, do Código Tributário Nacional (CTN), até o trânsito em julgado da sentença. Desde 01.10.2002, o processo aguarda julgamento de recurso extraordinário pelo Supremo Tribunal Federal.

A compensação dos valores de prejuízos fiscais e CSLL a compensar tem como efeito a baixa de créditos tributários ativados, observada a limitação de 30%.

Os tributos diferidos (IRPJ e CSLL) sobre a atualização dos depósitos judiciais vêm sendo compensados com os créditos tributários decorrentes da provisão para perda da referida atualização, em conformidade com o § 2º, inciso II, artigo 1º da Resolução CMN n.º 3.059/2002, sem efeito no resultado.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Na hipótese de êxito na ação judicial, verificou-se que, em setembro/2005 e em janeiro/2009, o Banco teria consumido todo o estoque de Prejuízos Fiscais e CSLL a Compensar, respectivamente. Assim, desde a competência outubro de 2005 e fevereiro de 2009, os valores do IRPJ e da CSLL estão sendo recolhidos integralmente. Além disso, ocorreria a transferência dos recursos da rubrica que registra os depósitos judiciais para a de disponibilidades. Os créditos tributários relativos aos depósitos judiciais (principal) seriam baixados contra a provisão de IRPJ e CSLL e seria revertida, contra o resultado, a provisão para riscos fiscais relativa à atualização dos depósitos, no valor de R\$ 3.897.897 mil.

Considerada a hipótese de perda da ação (situação em que os valores depositados judicialmente seriam convertidos em renda a favor da Fazenda Nacional), reclassificam-se para a rubrica representativa de ativo "IRPJ a compensar" e "CSLL a compensar" as parcelas de créditos tributários de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL a compensar, respectivamente, que poderiam ser utilizadas desde a competência outubro/2005 e fevereiro/2009, observada a limitação de 30%. Esses tributos a compensar, que decorreriam das retificações das Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica, correspondem a R\$ 3.809.762, em dezembro/2010, e sua atualização pela Taxa Selic, a R\$ 581.192 mil. Tal valor ajusta a provisão para riscos fiscais relativa à atualização dos depósitos judiciais, de forma que alcance o montante necessário para anular integralmente o risco inerente à hipótese de perda.

Valores relacionados à referida ação:

	R\$ mil	
	31.12.2010	31.12.2009
Obrigação Legal – Provisão para Processo Judicial	11.697.619	11.245.230
Depósitos Judiciais	<u>12.485.258</u>	<u>11.752.804</u>
Montante realizado	7.817.011	7.817.011
Atualização	4.668.247	3.935.793
Montante dos Créditos Tributários Correspondente à Parcela de 70%	<u>6.585.045</u>	<u>6.585.045</u>
Prejuízos fiscais de IRPJ	3.002.033	3.002.033
Bases negativas de CSLL/ CSLL a compensar	3.583.012	3.583.012

Ação Judicial: PIS/Pasep e Cofins

Provisão para o processo judicial referente ao Mandado de Segurança por meio do qual pretende-se o reconhecimento do direito do Banco do Brasil de recolher o PIS/Pasep e a Cofins de acordo com as bases de cálculo previstas nas Leis Complementares n.º 7/1970, e n.º 70/1991, no montante de R\$ 544.157 mil. A liminar foi suspensa em 18.08.2010, motivo pelo qual voltou a recolher, a partir do fato gerador de julho de 2010, o PIS/Pasep e a Cofins na forma prevista na Lei n.º 9.718/1998.

27 - Gerenciamento de Riscos e Capital Regulatório

a) Processo de Gestão de Riscos

O Banco do Brasil considera o gerenciamento de riscos e de capital como vetores principais para o processo de tomada de decisão.

No Banco do Brasil, a gestão colegiada dos riscos é realizada de forma totalmente segregada das unidades de negócios. As políticas de riscos são determinadas pelo Conselho de Administração do Banco e pelo Comitê de Risco Global - CRG, um fórum composto pelo Presidente e Vice-presidentes. As ações para implantação e acompanhamento das diretrizes emanadas do CRG são conduzidas em subcomitês específicos (crédito; mercado e liquidez; e operacional), que são fóruns constituídos por Diretores.

Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos no Banco do Brasil, acesse o [website bb.com.br/ri](http://www.bb.com.br/ri).

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

b) Risco de Crédito

Risco de Crédito está associado à possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissores de títulos.

Para se alinhar às melhores práticas de gestão do risco de crédito e aumentar a eficiência na gestão de seu capital econômico, o Banco do Brasil utiliza métricas de risco e retorno como instrumentos de disseminação da cultura na Instituição, presentes em todo o seu processo de crédito.

c) Risco de Mercado

Risco de Mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*.

d) Risco de Liquidez

Este tipo de risco assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa (*funding*). O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

e) Risco Operacional

Reflete a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Este conceito inclui o risco legal.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

f) Capital Regulatório

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 3.444/2007 e n.º 3.490/2007, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), respectivamente.

	R\$ mil			
	31.12.2010		31.12.2009	
	Econômico-Financeiro	Financeiro	Econômico-Financeiro	Financeiro
PR – Patrimônio de Referência	<u>66.927.567</u>	<u>68.257.551</u>	<u>53.704.324</u>	<u>54.529.352</u>
Nível I	<u>52.397.235</u>	<u>52.452.142</u>	<u>41.086.985</u>	<u>41.086.960</u>
Patrimônio Líquido	50.440.683	50.495.590	36.119.406	36.119.381
Reservas de reavaliação	(6.241)	(6.241)	(6.746)	(6.746)
Ativos diferidos	(226.529)	(226.529)	(223.782)	(223.782)
Ajustes da marcação a mercado	(203.031)	(203.031)	(85.061)	(85.061)
Créditos tributários excluídos do nível I	(22.477)	(22.477)	(22.477)	(22.477)
Adicional de provisão ao mínimo requerido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 ⁽¹⁾	--	--	2.782.065	2.782.065
Instrumentos híbridos de capital e dívida - nível I	2.414.830	2.414.830	2.523.580	2.523.580
Nível II	<u>19.763.491</u>	<u>19.763.491</u>	<u>17.004.391</u>	<u>17.004.391</u>
Ajustes da marcação a mercado	203.031	203.031	85.061	85.061
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	18.738.173	18.738.173	16.059.788	16.059.788
Recursos captados do FCO	13.455.864	13.455.864	12.422.046	12.422.046
Recursos captados no exterior	1.369.813	1.369.813	400.323	400.323
Recursos captados com CDB	2.829.732	2.829.732	3.237.419	3.237.419
Recursos captados com Letras Financeiras	1.082.764	1.082.764	--	--
Instrumentos híbridos de capital e dívida – nível II	816.046	816.046	852.796	852.796
Reservas de reavaliação	6.241	6.241	6.746	6.746
Deduções do PR	<u>(5.233.159)</u>	<u>(3.958.082)</u>	<u>(4.387.052)</u>	<u>(3.561.999)</u>
Instrumentos financeiros excluídos do PR	(5.233.159)	(3.958.082)	(4.387.052)	(3.561.999)
PRE – Patrimônio de Referência Exigido	<u>52.297.326</u>	<u>50.993.696</u>	<u>42.749.265</u>	<u>42.195.431</u>
Risco de crédito	48.900.634	47.805.205	40.161.404	39.607.570
Risco de mercado	31.422	31.422	285.850	285.850
Risco operacional	3.365.270	3.157.069	2.302.011	2.302.011
Excesso/(Insuficiência) de PR: PR - PRE	14.630.241	17.263.855	10.955.059	12.333.921
Índice de Basileia: (PR x 100)/ (PRE / 0,11)	<u>14,08</u>	<u>14,72</u>	<u>13,82</u>	<u>14,22</u>

(1) A Resolução CMN n.º 3.825/2009 revogou, com efeitos a partir de 01/04/2010, a Resolução CMN n.º 3.674/2008 que permitia adicionar ao Nível I o valor da provisão adicional aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

Alteração na metodologia de apuração dos limites operacionais e documentos de gestão de riscos

Conforme determinação do Banco Central do Brasil, por meio do Ofício Desig/Gabin – 2010/10 de 03.11.2010, as informações e saldos contábeis do Banco Votorantim deixaram de ser incluídos, exclusivamente, nos demonstrativos de limites operacionais e documentos de gestão de riscos e na base de apuração do Índice de Basileia do Banco, de forma retroativa a 30.09.2009, data da aquisição da participação. Essa medida causou impacto positivo de 0,08% no Índice de Basileia do Banco, em virtude das seguintes alterações na apuração do PR e PRE:

- os saldos proporcionais das dívidas subordinadas emitidas pelo Banco Votorantim, no montante de R\$ 1.748.335 mil (R\$ 1.018.419 mil em 31.12.2009) deixaram de compor o capital de nível II do PR;
- o investimento no Banco Votorantim, no valor de R\$ 3.955.639 mil (R\$ 3.560.206 mil em 31.12.2009) passou a ser deduzido do PR;

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

- os saldos proporcionais dos ativos permanentes diferidos, constituídos a partir de 02.03.2007, no montante de R\$ 20.443 mil (R\$ 18.514 mil em 31.12.2009), deixaram de deduzir o capital de nível I do PR;
- as exigências de capital sobre os saldos dos ativos e passivos proporcionais à participação no Banco Votorantim deixaram de compor o PRE.

g) Índice de Imobilização

Com a alteração na metodologia de apuração dos limites operacionais, descrita no item "f" acima, os saldos proporcionais das imobilizações do Banco Votorantim deixaram de compor as imobilizações do Banco do Brasil.

O Índice de Imobilização em relação ao Patrimônio de Referência (PR) é de 20,99% (15,65% em 31.12.2009) para o Consolidado Financeiro, e de 16,83% (11,86% em 31.12.2009) para o Consolidado Econômico-Financeiro, em conformidade com a Resolução CMN n.º 2.669/1999. A diferença entre o Índice de Imobilização do Consolidado Financeiro e do Econômico-Financeiro decorre da inclusão de empresas controladas/coligadas não financeiras que dispõem de elevada liquidez e baixo nível de imobilização, com consequente redução do Índice de Imobilização do Consolidado Econômico-Financeiro.

28 – Demonstração do Resultado Abrangente

	R\$ mil	
	BB-Banco Múltiplo	
	Exerc/2010	Exerc/2009
Lucro Líquido apresentado na Demonstração do Resultado	<u>11.758.093</u>	<u>10.147.522</u>
Outros Lucros/(Prejuízos) Abrangentes		
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 7.f)	<u>284.590</u>	<u>80.745</u>
Próprios	106.174	(8.047)
De coligadas e controladas	178.416	88.792
Outros Lucros/(Prejuízos) Abrangentes antes da Tributação sobre o Lucro	284.590	80.745
Imposto de renda e contribuição social relacionados aos ganhos/(perdas) não realizados (Nota 7.f)	(87.319)	(9.310)
Outros Lucros/(prejuízos) Abrangentes, Líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>197.271</u>	<u>71.435</u>
Lucro Abrangente	<u>11.955.364</u>	<u>10.218.957</u>

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

29 – Outras Informações

a) Novo Mercado

Em 31.05.2006, o Banco do Brasil assinou com a Bolsa de Valores de São Paulo contrato de adesão ao segmento do Novo Mercado da BM&FBovespa, que reúne um grupo de empresas detentoras das melhores práticas de governança corporativa do Brasil.

Ressalta-se que o Banco do Brasil, seus Acionistas, Administradores e os Membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBovespa, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

b) Distribuição de Dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 24.02.2010, aprovou a fixação, para o exercício de 2010, do índice de distribuição do resultado (*payout*) equivalente ao percentual mínimo de 40% do lucro líquido ajustado pelo valor contabilizado em Lucros ou Prejuízos Acumulados no período, cumprindo-se a política de pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio em periodicidade trimestral, conforme artigo 43 do Estatuto Social do Banco.

c) *Financial Holding Company*

Em 13.04.2010, o Banco Central norte-americano – FED (Federal Reserve System) conferiu ao Banco do Brasil o *status* de “*Financial Holding Company*”. Esse *status* foi concedido após análise de fatores determinados pela legislação bancária norte-americana, entre os quais o nível de capitalização do Banco do Brasil e a qualidade de sua administração.

Essa qualificação permitirá ao Banco do Brasil, quando de seu interesse, de forma direta ou por intermédio de suas subsidiárias, exercer atividades bancárias em território norte-americano nas mesmas condições inerentes aos bancos locais.

d) BB Odontoprev – Início de Operação

Em 16.11.2010, o Banco do Brasil firmou Contrato de Operação de Plano Odontológico com a Odontoprev S.A., com o objetivo de iniciar a disponibilização de planos odontológicos a cerca de 260 mil beneficiários, entre funcionários do BB e seus dependentes.

e) Parceria BB – Oi – Cielo

Em 29.09.2010, Banco do Brasil celebrou acordo de parceria comercial com Telemar Participações (Oi) e Cielo S.A. para emissão de cartões de crédito “co-branded” e pré-pagos, com bandeira nacional e/ou internacional, além de outros meios de pagamento no formato tradicional ou que utilizem a tecnologia Mobile Payment.

f) Fundos e Programas

O Banco é administrador do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Pasep com patrimônio de R\$ 2.027.901 mil em 31.12.2010 (R\$ 1.916.461 mil em 31.12.2009), garantindo rentabilidade mínima equivalente à TJLP.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

g) Informações de Filiais e Subsidiárias no Exterior

	R\$ mil	
	Filiais no Exterior	
	31.12.2010	31.12.2009
Ativo		
- Grupo BB	16.773.425	18.229.330
- Terceiros	37.217.130	32.507.723
Total do Ativo	53.990.555	50.737.053
Passivo		
- Grupo BB	9.063.431	9.112.535
- Terceiros	42.378.018	39.066.043
- Patrimônio Líquido	2.549.106	2.558.475
Total do Passivo	53.990.555	50.737.053
	Exerc/2010	Exerc/2009
Lucro/(Prejuízo)	24.653	(94.658)

h) Cessão de Empregados a Órgãos Externos

As cessões para o Governo Federal são regidas pela Lei n.º 10.470/2002 e pelo Decreto n.º 4.050/2001.

	Exercício/2010		Exercício/2009	
	Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período (R\$ mil)	Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período (R\$ mil)
Com Ônus para o Banco				
Governo Federal	10	2.512	11	2.677
Entidades sindicais	232	24.106	217	15.729
Outros órgãos/entidades	5	1.647	4	1.350
Sem Ônus para o Banco				
Governos Federal, Estadual e Municipal	303	--	318	--
Órgãos externos (Cassi, FBB, Previ)	753	--	725	--
Entidades dos funcionários	87	--	73	--
Entidades controladas e coligadas	331	--	311	--
Total	1.721	28.265	1.659	19.756

(1) Posição no último dia do período.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

i) Remuneração de Empregados e Dirigentes

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração do Banco do Brasil:

	31.12.2010	31.12.2009
Menor Salário	1.600,13	1.416,00
Maior Salário	27.140,70	25.247,10
Salário Médio	4.444,70	4.567,70
Dirigentes		
Presidente	44.505,00	41.592,00
Vice-presidente	40.197,00	37.566,00
Diretor	34.380,00	32.130,00
Conselheiros		
Conselho Fiscal	3.606,85	3.370,80
Conselho de Administração	3.606,85	3.370,80
Comitê de Auditoria - Titular	30.942,00	28.917,00
Comitê de Auditoria - Suplente	27.847,80	26.025,30

j) Política de Seguros de Valores e Bens

Não obstante o reduzido grau de risco a que estão sujeitos seus ativos, o Banco contrata, para seus valores e bens, seguros considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

Os seguros contratados pelo Banco, vigentes em 31.12.2010, têm valor de cobertura de R\$ 6.325.412 mil e cobrem os seguintes riscos:

	Valores Cobertos ⁽¹⁾	Valor do Prêmio
Seguro Imobiliário para as Imobilizações próprias relevantes	6.298.996	2.571
Seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva ⁽¹⁾	700	191
Demais	25.716	339

Refere-se a cobertura individual aos membros da Diretoria Executiva.

Comentários sobre o Desempenho – 2010

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Estimativas 2010 (Guidance)

O desempenho do Banco do Brasil em 2010 ficou em linha com a maioria das estimativas divulgadas ao mercado por meio do guidance.

As razões para os indicadores que apresentaram diferenças no ano entre as projeções divulgadas e os resultados efetivamente obtidos estão evidenciadas abaixo:

- Spread Global Bruto – o desempenho verificado em 2010 é explicado pelo acirramento da concorrência no mercado de crédito. Nada obstante, o Banco registrou crescimento de 18,5% em sua margem financeira sobre o ano anterior;
- Carteira de Crédito PF – Apesar do bom desempenho observado nas operações de financiamento a veículos, que registraram crescimento de 32,1% no ano e superaram a média de crescimento da carteira PF, as operações de crédito consignado, que têm a maior relevância no cômputo do crédito PF, apresentaram contratação abaixo do originalmente estimado;
- Carteira de Crédito Agronegócios – aumento na participação das agroindústrias na carteira;
- PCLD – melhoria na qualidade da carteira de crédito devido a mudanças no mix, com ênfase em operações de melhor risco de crédito, aliada a um ambiente macroeconômico mais favorável;
- RPS – diversificação das fontes de receitas e ampliação dos serviços prestados, objetivando fidelizar e rentabilizar a base de clientes.

Adicionalmente cabe destacar que as estimativas (Guidance) foram elaboradas com base no orçamento e nas expectativas da empresa para todo o ano de 2010. O Guidance do Banco do Brasil é fornecido em bases anuais, com acompanhamento trimestral. Embora o Banco espere que os indicadores encerrem o ano dentro das estimativas, a evolução dos números não acontece de forma linear. A comparação com igual período do ano anterior é apenas ilustrativa.

Guidance 2010

Indicadores	Estimativas 2010 - %	Observado - %
RSPL Recorrente	21,0 – 24,0	24,6
Spread Global Bruto	6,5 – 7,0	6,3
Depósitos Totais	12,0 – 16,0	11,6
Carteira de Crédito – País	18,0 – 23,0	19,2
Pessoa Física	27,0 – 32,0	23,2
Pessoa Jurídica	16,0 – 21,0	19,5
Agronegócios	4,0 – 9,0	12,9
PCLD	3,7 – 3,9	3,3
RPS ¹	7,0 – 10,0	12,6
Despesas Administrativas ¹	10,0 – 12,0	10,3
Taxa de Imposto	31,0 – 34,0	32,9

(1) As contas de resultado do BB Consolidado foram sensibilizadas pela aquisição do Banco Nossa Caixa apenas a partir do 2T09 e pela aquisição do Banco Votorantim apenas a partir do 4T09. Portanto, para fins de comparabilidade, foi realizada uma base proforma, que simula a consolidação daqueles bancos durante todo o exercício de 2009.

◆ Premissas utilizadas na projeção do Guidance 2010

- **Premissas influenciadas pela administração:**
 - Rentabilização da carteira de clientes como forma de potencializar receitas;
 - Alinhamento da estrutura de custos ao crescimento do volume de negócios;
 - Reajustes contratuais e acordo coletivo de trabalho;

Comentários sobre o Desempenho – 2010**Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais**

- Crescimento da força de vendas adequada à estratégia de rentabilização da base de clientes;
- Atual modelo de negócios, sem considerar novas aquisições e/ou parcerias estratégicas, que possam vir a ser firmadas para exploração de segmentos específicos.
- Reconhecimento de ganhos e perdas atuariais do Plano de Benefícios I da Previ, conforme Deliberação CVM 600/2009.

- **Premissas que escapam ao controle da administração:**
 - Retomada gradual do crescimento econômico brasileiro e mundial em 2010;
 - Maior resistência, mas não imunidade, da economia brasileira a choques externos;
 - Melhoria adicional de condições de financiamento do crédito interno;
 - Ambiente político sem ruptura institucional;
 - Manutenção da atual arquitetura da política macroeconômica doméstica: câmbio flutuante, metas para a inflação (âncora nominal) e disciplina fiscal, implicando redução gradual e consistente da relação entre a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) e o Produto Interno Bruto (PIB);
 - Avanço do marco regulatório/agenda microeconômica, com estímulos aos investimentos público e privado;
 - Aumento gradual do potencial de crescimento da economia brasileira (PIB potencial);
 - Manutenção do status de grau de investimento para o Brasil;
 - Plano de safra 2009/2010;
 - Estabilidade regulatória, inclusive no que concerne às alíquotas de tributos incidentes sobre as atividades do Banco, às legislações trabalhista e previdenciária;
 - Evolução das taxas de juros, inflação e PIB de acordo com o consenso de mercado.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

NOVO MERCADO

Em 31.05.2006, o Banco do Brasil assinou com a Bolsa de Valores de São Paulo contrato de adesão ao segmento do Novo Mercado da BM&FBovespa, que reúne um grupo de empresas detentoras das melhores práticas de governança corporativa do Brasil.

Ressalta-se que o Banco do Brasil, seus Acionistas, Administradores e os Membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBovespa, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Companhia: BANCO DO BRASIL S.A.					Posição em 31/12/2010 (Em [Unidades] Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
União Federal	1.693.134.063	59,3	--	--	1.693.134.063	59,3
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ	296.564.911	10,3	--	--	296.564.911	10,3
Ações em Tesouraria	9.753	0,0	--	--	9.753	0,0
Outros	871.020.520	30,4	--	--	871.020.520	30,4
Total	2.860.729.247	100,0	--	--	2.860.729.247	100,0

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

NÃO SE APLICA AO BANCO DO BRASIL S.A

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO**

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em [31.12.2010]						
ACIONISTA	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador ⁽¹⁾	1.989.934.093	69,6	--	--	1.989.934.093	69,6
Administradores	33.343	0,0	--	--	33.343	0,0
Conselho de Administração	12	0,0	--	--	12	0,0
Diretoria	33.331	0,0	--	--	33.331	0,0
Conselho Fiscal	--	0,0	--	--	--	0,0
Ações em Tesouraria	9.753	0,0	--	--	9.753	0,0
Outros	870.752.058	30,4	--	--	870.752.058	30,4
Total	2.860.729.247	100,0	--	--	2.860.729.247	100,0
Ações em Circulação	870.752.058	30,4	--	--	870.752.058	30,4

(1) Inclui 296.564.911 ações da Previ e 235.119 ações da BNDESPAR, consideradas pessoas vinculadas ao acionista controlador.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em [31.12.2009] (12 meses atrás)						
ACIONISTA	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador ⁽¹⁾	2.006.165.024	78,1	--	--	2.006.165.024	78,1
Administradores	17.365	0,0	--	--	17.365	0,0
Conselho de Administração	12	0,0	--	--	12	0,0
Diretoria	17.351	0,0	--	--	17.351	0,0
Conselho Fiscal	--	0,0	--	--	--	0,0
Ações em Tesouraria	1.150.369	0,0	--	--	1.150.369	0,0
Outros	562.527.754	21,9	--	--	562.527.754	21,9
Total	2.569.860.512	100,0	--	--	2.569.860.512	100,0
Ações em Circulação	562.527.754	21,9	--	--	562.527.754	21,9

(1) Inclui 266.446.187 ações da Previ e 62.409.779 ações da BNDESPAR, consideradas pessoas vinculadas ao acionista controlador.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco do Brasil S.A.
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standard Board – IASB".

Outros assuntos

Valores correspondentes ao ativo atuarial decorrente do superávit do Plano de Aposentadoria e Pensão - PREVI

O Banco possui registrado em seu ativo, em 31 de dezembro de 2010, o valor de R\$ 9.895 milhões correspondente ao superávit do Plano de Aposentadoria e Pensão - PREVI (Nota Explicativa nº 42) apurado com base em critérios definidos pela Administração do Banco, os quais consideramos os mais adequados a serem aplicados na circunstância. Esses critérios incorporam estimativas e premissas de naturezas atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretações de normas regulamentares em vigor nesta data. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado.

São Paulo, 29 de abril de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Francesco Luigi Celso
Contador CRC SP-175348/O-5 S-DF

José Claudio Costa
Contador CRC SP-167720/O-1 S-DF

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais

Ao
Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do
Banco do Brasil S.A.
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Banco do Brasil S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior auditados pelo mesmo auditor atual dividindo responsabilidade com outro auditor

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditadas de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório de auditoria em 24 de fevereiro de 2010, que não conteve nenhuma modificação. As normas de auditoria então vigentes permitiam a divisão de responsabilidade com outros auditores independentes. Sendo assim, como as demonstrações contábeis das investidas indiretas: Brasilcap Capitalização S.A., BrasiSaúde Companhia de Seguros, Braeíulos Companhia de Seguros, Brasilprev Seguros e Previdência S.A., Cielo S.A., Neoenergia S.A. e Itapebi Geração de Energia S.A. (Notas Explicativas nº 13) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram examinadas por outros auditores independentes, a nossa opinião, no que diz respeito aos valores dos investimentos e dos resultados decorrentes dessas investidas, está baseada nos relatórios emitidos pelos respectivos auditores independentes. Adicionalmente, o ativo líquido utilizado no cálculo do superávit do Plano de Aposentadoria e Pensão (Nota Explicativa nº 25) foi examinado por outro auditor independente e a nossa avaliação, em relação a esse ativo líquido, está baseada no relatório emitido por aquele auditor independente.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao ativo atuarial decorrente do superávit do Plano de Aposentadoria e Pensão - PREVI

O Banco possui registrado em seu ativo, em 31 de dezembro de 2010, o valor de R\$ 9.895 milhões (R\$ 12.655 milhões em 31 de dezembro de 2009) correspondente ao superávit do Plano de Aposentadoria e Pensão - PREVI (Nota Explicativa nº 25) apurado com base em critérios definidos pela Administração do Banco, os quais consideramos os mais adequados a serem aplicados na circunstância. Esses critérios incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretações de normas regulamentares em vigor nesta data. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado.

Brasília, 16 de fevereiro de 2011.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Francesco Luigi Celso
Contador CRC SP-175348/O-5 S-DF

José Claudio Costa
Contador CRC SP-167720/O-1 S-DF

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA SEGUNDO SEMESTRE DE 2010

Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco do Brasil é órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração e tem como principais atribuições: avaliar a efetividade do sistema de controles internos e das auditorias interna e externa e revisar, previamente à publicação, o conjunto das demonstrações contábeis. O regimento interno do Comitê de Auditoria está disponível no site www.bb.com.br, área de Relações com Investidores.

O universo de atuação do Comitê compreende o Banco Múltiplo e as seguintes subsidiárias integrais: BB Banco de Investimento S.A., BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, BB DTVM Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., BB Administradora de Cartões de Crédito S.A. e BB Administradora de Consórcios S.A.

A administração do Banco do Brasil e as administrações de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e consistente e zelar pela conformidade às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde de forma independente pela realização de trabalhos periódicos com o objetivo de avaliar as ações de gerenciamento de riscos bem como a adequação e a efetividade dos controles internos.

A KPMG Auditores Independentes é a empresa responsável pela prestação dos serviços de auditoria das demonstrações contábeis, a quem cabe opinar sobre a sua adequação em relação à posição financeira e patrimonial em todos os aspectos relevantes de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Avalia, também, a qualidade e adequação do sistema de controles internos no contexto dos trabalhos de auditoria sobre as demonstrações contábeis, inclusive o sistema de processamento eletrônico de dados e de gerenciamento de riscos, e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Atividades

O Comitê de Auditoria cumpriu seu plano de trabalho para o ano de 2010. Como parte de suas atividades, realizou 88 reuniões no semestre, de um total de 178 no exercício, com a administração da Instituição, auditorias interna e externa, órgãos externos de fiscalização e controle e principais responsáveis pelas áreas estratégicas de negócios, controles internos, jurídica, tecnologia, gestão de pessoas, de riscos e da segurança.

Nessas reuniões, abordou, em especial, assuntos relacionados a aprimoramento dos mecanismos de controles internos, conformidade a leis e normas, gerenciamento de riscos, Basileia II, procedimentos para a prevenção e combate à lavagem de dinheiro, segurança da informação, gestão da continuidade de negócios, provisões, soluções tecnológicas, benefícios a empregados (saúde e previdência), ouvidoria e recomendações das auditorias interna e externa e de órgãos externos de fiscalização e controle.

Manteve diálogo com as equipes das auditorias interna e externa, oportunidade em que verificou o cumprimento dos seus planejamentos anuais, conheceu as metodologias utilizadas, a qualificação do corpo técnico e examinou suas conclusões e principais recomendações.

Acompanhou o processo de preparação das demonstrações contábeis, avaliou os aspectos relevantes, a abrangência, conformidade e clareza das notas explicativas, examinou as práticas contábeis adotadas, os procedimentos utilizados para constituição de provisões e conheceu o teor do parecer emitido pela auditoria externa.

Acompanhou ainda as ações para adoção das novas práticas contábeis para elaboração das demonstrações contábeis no padrão IFRS.

Nas situações em que identificou oportunidades de melhoria, sugeriu aprimoramentos à instância competente da Instituição.

Conclusões

Com base nas atividades que desenvolveu no período e tendo presente suas atribuições e as limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu que:

- a. o sistema de controles internos é objeto de permanente atenção por parte da administração e vem sendo aprimorado. O Comitê de Auditoria desconhece qualquer fragilidade que comprometa a sua efetividade;
- b. o Conglomerado Banco do Brasil adota atitude conservadora na assunção de riscos e dispõe de instrumentos apropriados para sua gestão e mitigação;
- c. a auditoria interna desempenha suas funções de forma efetiva e independente e responde adequadamente às demandas do Comitê;
- d. a auditoria externa desenvolve seus trabalhos com efetividade e não foram identificadas ocorrências que comprometessem sua independência;
- e. as demonstrações contábeis consolidadas do exercício findo em 31.12.2010 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas adotadas no País e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Conglomerado naquela data.

Brasília-DF, 16 de fevereiro de 2011.

José Danúbio Rozo
Coordenador

Celene Carvalho de Jesus
José Gilberto Jaloretto

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DO BANCO DO BRASIL S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes – KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem encaminhados para aprovação da Assembléia Geral dos Acionistas.

Brasília (DF), 16 de fevereiro de 2011.

Daniel Sigelmann
Presidente

Clóvis Ailton Madeira
Conselheiro

Ênio Alexandre Gomes Bezerra da Silva
Conselheiro

Marcos Machado Guimarães
Conselheiro

Pedro Carvalho de Mello
Conselheiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que revisamos as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 do Banco do Brasil S.A. e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2011.

Aldemir Bendine
Presidente

Alexandre Corrêa Abreu
Vice-presidente de Varejo, Distribuição e Operações

Allan Simões Toledo
Vice-presidente de Negócios Internacionais e Atacado

Danilo Angst
Vice-presidente de Crédito, Controladoria e Risco Global

Geraldo Afonso Dezena da Silva
Vice-presidente de Tecnologia

Ivan de Souza Monteiro
Vice-presidente de Finanças, Mercado de Capitais e Relações com Investidores

Luís Carlos Guedes Pinto
Vice-presidente de Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas

Paulo Rogério Caffarelli
Vice-presidente de Negócios de Varejo

Ricardo Antonio de Oliveira
Vice-presidente de Governo

Robson Rocha
Vice-presidente de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Sustentável

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, de 16.02.2011, não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 16 de fevereiro de 2011

Aldemir Bendine
Presidente

Alexandre Corrêa Abreu
Vice-presidente de Varejo, Distribuição e Operações

Allan Simões Toledo
Vice-presidente de Negócios Internacionais e Atacado

Danilo Angst
Vice-presidente de Crédito, Controladoria e Risco Global

Geraldo Afonso Dezena da Silva
Vice-presidente de Tecnologia

Ivan de Souza Monteiro
Vice-presidente de Finanças, Mercado de Capitais e Relações com Investidores

Luís Carlos Guedes Pinto
Vice-presidente de Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas

Paulo Rogério Caffarelli
Vice-presidente de Negócios de Varejo

Ricardo Antonio de Oliveira
Vice-presidente de Governo

Robson Rocha
Vice-presidente de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Sustentável